

Copyright © 2022 Universidade McMaster. Todos os direitos reservados. Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional *Creative Commons Attribution-NoDerivatives 4.0*. Nenhuma parte deste relatório pode ser adaptada de qualquer forma sem autorização prévia por escrito da editora.

Este relatório e as informações nele contidas são apenas para propósitos informativos e de interesse público. Apesar dos esforços da secretaria e dos comissários para garantir informações atualizadas e precisas no momento da elaboração deste relatório, as informações são distribuídas na forma em que se encontram, sem garantia expressa ou implícita. As informações contidas neste relatório não têm a intenção de substituir aconselhamento financeiro, jurídico ou médico.

A Universidade McMaster, a secretaria da Comissão de Evidências, os comissários e a editora não assumem nenhuma responsabilidade ou obrigação por perdas ou danos causados ou alegadamente causados, direta ou indiretamente, pelo uso das informações contidas neste relatório. A Universidade McMaster, a secretaria, os comissários e a editora se isentam especificamente de qualquer responsabilidade decorrente do uso ou aplicação das informações contidas neste relatório.

A editora deste relatório é o *McMaster Health Forum* (Fórum de Saúde da Universidade McMaster), cujo endereço é 1280 Main St. West, MML-417, Hamilton, ON, Canada L8S 4L6. Em nome da Comissão de Evidências, o *McMaster Health Forum* espera receber *feedback* sobre o relatório, assim como sugestões de caminhos para influenciar para as recomendações do relatório. Envie seus comentários para evidencecommission@mcmaster.ca.

A citação apropriada para este relatório é:

Comissão Global de Evidências para Responder aos Desafios Sociais. O relatório da Comissão de Evidências: Um chamado para a ação e caminho a seguir para tomadores de decisão, intermediários de evidências e produtores de evidências orientadas para o impacto. Hamilton: *McMaster Health Forum*, 2022.

ISBN 978-1-927565-41-4

Sumário



1. Introdução	1.1 Atributos desejáveis das comissões	6
	1.2 Comissários	8
	1.3 Termo de referência dos comissários	10
	1.4 Como a comissão utiliza e complementa trabalhos já realizados	11
	1.5 Conexão com a COVID-END	12
	1.6 Linha do tempo dos principais desenvolvimentos no uso de evidências para responder aos desafios sociais	13
	1.7 Considerações de equidade	15
	1.8 Em que consiste o sucesso	17
	1.9 Referências	18
2. Natureza dos desafios sociais	2.1 Formas de olhar os desafios	20
	2.2 Exemplo de uma transição na forma de olhar um desafio social	22
	2.3 Formas de responder aos desafios	23
	2.4 Exemplos de abordagens para priorizar os desafios a serem respondidos	24
	2.5 Relatórios de comissões globais por tipo de desafio	25
	2.6 Referências	27
3. Decisões e tomadores de decisão: Demanda por evidências	3.1 Etapas para decidir se uma ação deve ser tomada e como	30
	3.2 Quatro tipos de tomadores de decisão e como cada um pode abordar as decisões	31
	3.3 Formuladores de políticas governamentais e o contexto para o uso de evidências	32
	3.4 Líderes de organizações e o contexto para o uso de evidências	34
	3.5 Profissionais e o contexto para o uso de evidências	35
	3.6 Cidadãos e o contexto para o uso de evidências	36
	3.7 Formas de como as evidências podem ser usadas na tomada de decisão	38
	3.8 Relatórios de comissões globais por tipo de tomador de decisão	40
	3.9 Referências	41
4. Estudos, sínteses e diretrizes: Oferta de evidências	4.1 Formas em que as evidências são encontradas com maior frequência na tomada de decisão	44
	4.2 Definições das formas em que as evidências são encontradas com maior frequência	45
	4.3 Como combinar perguntas relacionadas à decisão com formas de evidências	47
	4.4 Interação de evidências locais e globais	48
	4.5 Como distinguir entre evidências de alta e baixa qualidade	50
	4.6 Cobertura, qualidade e atualidade das sínteses de evidências	52
	4.7 Produtos vivos de evidências	55
	4.8 Melhores evidências <i>versus</i> outras coisas (e como obter o melhor de outras coisas)	57
	4.9 Contextos que moldam a forma como as evidências são vistas	59
	4.10 Direitos e saberes indígenas	60
	4.11 Desinformação e infodemia	62
	4.12 Fragilidades em um sistema de pesquisa em saúde	65
	4.13 Fragilidades em vários sistemas de suporte de evidências da COVID-19	67
	4.14 Características de uma ideal infraestrutura nacional de evidências	69
	4.15 Relatórios de comissões globais por forma de evidências	72
	4.16 Anexo da seção 4.5 – Exemplos de ferramentas de avaliação da qualidade	73
	4.17 Referências	75
5. Papel dos intermediários de evidências	5.1 Tipos de intermediários de evidências	78
	5.2 Características dos intermediários de evidências	80
	5.3 Estratégias usadas pelos intermediários de evidências	81
	5.4 Condições que podem ajudar e atrapalhar os intermediários de evidências	83
	5.5 Uso de síntese de evidências pelas entidades do sistema da ONU em seu trabalho	86
	5.6 Referências	88
6. Necessidade de bens públicos globais e capacidades distribuídas de maneira equitativa	6.1 Bens públicos globais necessários para apoiar o uso de evidências	90
	6.2 Capacidades distribuídas de maneira equitativa necessárias para apoiar o uso de evidências	93
	6.3 Referências	96



7. Recomendações	7.1 Insights de uma análise de recomendações de comissões globais	98
	7.2 Recomendações da Comissão de Evidências	101
	7.3 Anexo da seção 7.1 – Achados detalhados da análise de recomendações de comissões globais	110
	7.4 Referências	114
8. Apêndices	8.1 Métodos usados para informar deliberações e recomendações de comissários	116
	8.2 Biografias dos comissários	118
	8.3 Secretaria	124
	8.4 Financiadores	125
	8.5 Afiliações e interesses dos comissários e da secretaria	126
	8.6 Conselheiros e outros agradecimentos	129
	8.7 Linha do tempo	130
	8.8 Anexo do apêndice 8.1 – Lista de relatórios de comissões globais	131
	8.9 Anexo do apêndice 8.5 – Política de conflito de interesse	134
	8.10 Referências	137

Comentários dos comissários



Formuladores de políticas governamentais

- David Halpern – Conselheiro político de confiança, levando experimentação formal e *insights* comportamentais para governos, primeiro no Reino Unido e atualmente em diversos países **16**
- Fitsum Assefa Adela – Comprometida formuladora de políticas, empenhada em levar uma perspectiva integrada do governo para o planejamento e desenvolvimento de nível ministerial **27**
- Andrew Leigh – Político experiente, levando formação econômica e jurídica para a elaboração e o debate de políticas públicas **109**
- Soledad Quiroz Valenzuela – Conselheira científica governamental, contribuindo com suas experiências nacionais para os esforços regionais e globais para melhorar a qualidade do assessoramento científico governamental **21**



Líderes de organizações

- Asma Al Mannaei – Servidora pública experiente, liderando a melhoria da qualidade e conduzindo a pesquisa e a inovação em um sistema de saúde **33**
- Modupe Adefeso-Olateju – Líder de organização não governamental, pioneira no uso de avaliações conduzidas por cidadãos e parcerias público-privadas para melhorar os resultados educacionais para crianças **37**



Profissional

- Julian Elliott – Pesquisador clínico, utilizando tecnologia para a preparação e manutenção eficiente de sínteses de evidências e diretrizes “vivas” para informar a tomada de decisão **39**



Cidadãs

- Maureen Smith – Líder cidadã, promovendo o engajamento significativo de pacientes e cidadãos na condução de pesquisas e seu uso na tomada de decisão **96**
- Hadiqa Bashir – Jovem líder, atuando em defesa dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero em ambientes dominados por homens **96**



Intermediárias de evidências

- Julia Belluz – Respeitada jornalista, levando rigor ao jornalismo sobre o que a melhor ciência disponível nos diz ou não sobre os principais desafios do nosso tempo **14**
- Kerry Albright – Servidora pública internacional e eterna curiosa, levando entusiasmo sobre a tomada de decisão informada por evidência, pensamento sistêmico, e ajuda para a compreensão do valor da evidência para o desenvolvimento internacional **85**



Intermediária e produtora de evidências

- Gillian Leng – Executiva experiente, liderando uma agência de avaliação de tecnologias e diretrizes para apoiar a tomada de decisão no âmbito da atenção à saúde e assistência social para governos, provedores de serviços e pacientes **51**



Produtor de evidências

- Jan Minx – Acadêmico orientado para o impacto, levando abordagens inovadoras de sínteses de evidências para aconselhamento político nacional e avaliações científicas globais sobre a mudança climática e sustentabilidade **56**



Capítulo 1. Introdução

1.1	Atributos desejáveis das comissões	6
1.2	Comissários	8
1.3	Termo de referência dos comissários	10
1.4	Como a comissão utiliza e complementa trabalhos já realizados	11
1.5	Conexão com a COVID-END	12
1.6	Linha do tempo dos principais desenvolvimentos no uso de evidências para responder aos desafios sociais	13
1.7	Considerações de equidade	15
1.8	Em que consiste o sucesso	17
1.9	Referências	18

Introdução

A COVID-19 criou um foco nas evidências, único em uma geração, entre governos, empresas e organizações não governamentais, diversos tipos de profissionais, e cidadãos. Há uma inédita demanda por evidências para responder aos desafios em rápida evolução, bem como esforços notáveis para atender a essa demanda com as melhores evidências em prazos muito curtos. Claro que nem tudo deu certo. Alguns tomadores de decisão ignoraram deliberadamente as melhores evidências, enquanto outros difundiram informações falsas e desinformações. Como descrevemos na [seção 4.13](#), consideramos muitas coisas além das melhores evidências, e confiamos mais em algumas formas de evidências que em outras. E conforme descrito na [seção 4.6](#), houve uma cobertura desigual de tópicos, qualidade variável e falhas de atualização entre as sínteses das melhores evidências globais, bem como um enorme desperdício de pesquisa decorrente de uma falta de coordenação. Porém muitas partes da resposta de evidências para a COVID-19 funcionaram bem, conforme descrito mais adiante nesta seção, na [seção 4.7](#) (produtos vivos de evidências) e na coluna final da [seção 4.12](#) (como os rápidos ensaios clínicos randomizados em vários países e o suporte rápido de evidências contextualizadas para formuladores de políticas governamentais).

Outros desafios sociais – desde resultados educacionais até o desempenho de sistemas de saúde às mudanças climáticas – também precisam de um foco renovado em melhores evidências. A pandemia revelou com mais clareza alguns desafios profundamente enraizados, como desigualdades na exposição a riscos e no acesso a formas de atenuar tais riscos. Outros desafios “de evolução lenta” foram temporariamente deixados de lado, e agora precisam voltar ao foco de atenção. Além disso, aprendemos sobre a necessidade de nos prepararmos melhor para crises futuras imprevisíveis, incluindo, mas certamente não limitando a, futuras emergências de saúde.

Agora é o momento de sistematizar os aspectos do uso de evidências que estão alcançando êxito e analisar as diversas deficiências, o que significa criar as capacidades, oportunidades e motivação para usar evidências no sentido de responder aos desafios sociais,⁽¹⁾ e colocar em prática as estruturas e processos para sustentá-las. Agora também é o momento de equilibrar o uso de evidências com discernimento, humildade e empatia.⁽²⁾ Para aqueles que buscam usar evidências para responder aos desafios sociais, é preciso conquistar a legitimidade e mantê-la ativamente. A Comissão Global de Evidências para Responder aos Desafios Sociais foi convocada para apoiar pessoas nesse trabalho vital.

O prêmio Nobel de economia foi recentemente concedido a dois trios de economistas usando abordagens muito diferentes para construir as evidências necessárias para informar um tipo de tomador de decisão, os formuladores de políticas governamentais. Poucos meses antes do início da pandemia de COVID-19, o prêmio tinha sido concedido a três economistas que usavam ensaios clínicos randomizados para avaliar o que funciona. Em um ano e meio de pandemia, o prêmio foi então concedido a três economistas usando experimentos naturais para avaliar o que funciona. Como um exemplo da humildade necessária àqueles que apoiam o uso de evidências por tomadores de decisão, uma dessas três economistas, Esther Duflo, tem sido citada:

“*Um dos meus grandes bens... é que não tenho muitas opiniões desde o princípio. Eu tenho uma opinião – é preciso avaliar as coisas – que está fortemente arraigada. Nunca fico infeliz com os resultados. Ainda não vi um resultado do qual não tenha gostado*” (3)

As avaliações são apenas uma das formas de evidências que discutimos neste relatório. Usamos a palavra “evidência” neste relatório no sentido de “evidências de pesquisa”. Pesquisadores como Esther Duflo realizam pesquisas. Os tomadores de decisão podem usar as evidências resultantes. De preferência, usarão as formas de evidências que melhor correspondam às questões específicas que precisam ser respondidas, conforme retomamos na [seção 4.3](#), de tal modo que reconheçam que geralmente não há uma linha reta entre as evidências e a ação na maioria das circunstâncias (p. ex., as evidências podem responder algumas perguntas, mas não todas, podem ser de baixa qualidade ou de aplicabilidade limitada ao seu contexto, e pode haver incertezas relevantes). Também podem usar outros tipos de evidências, como evidências experimentais derivadas de suas próprias experiências de vida e evidências judiciais consideradas em um tribunal. Os tomadores de decisão também podem considerar muitos outros fatores ao tomar uma decisão. Os formuladores de políticas governamentais, por exemplo, precisam estar atentos a restrições institucionais (incluindo restrições de recursos), pressão de grupos de interesse, seus próprios valores pessoais e os valores de seus constituintes, entre outros fatores. Nosso foco é apoiar quatro tipos de tomadores de decisão – formuladores de políticas governamentais, líderes de organizações, profissionais e cidadãos – a fazerem melhor uso das evidências, especificamente evidências de pesquisas, em conjunto com outros fatores para responder aos desafios sociais.

Quatro histórias retiradas da revista semanal *The New Yorker* ilustram como esses quatro tipos de tomadores de decisão podem usar evidências para aprender e melhorar, e como podem ser capazes de aprender mais e melhorar com rapidez.



Formulador de políticas governamentais, *Mohamed Nasheed*

A primeira história é a de Mohamed Nasheed, o ex-presidente das Maldivas e atual presidente do Parlamento do país, que tem uma forte motivação para responder às mudanças climáticas: seu país, um arquipélago no Oceano Índico, um dia estará totalmente submerso. Numa entrevista concedida a Bill McKibben, Nasheed descreve seus esforços para colocar em prática as estratégias de adaptação climática nas Maldivas e sua atuação em nome dos 48 países que compõem o Fórum de Vulnerabilidade ao Clima, que visa reestruturar as dívidas dos países para liberar os fundos necessários para a implementação dessas estratégias.(4) Ele está muito ciente das descobertas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (*Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC*) e das evidências geradas pelo IPCC sobre o grave futuro (o que alguns chamam de risco existencial) que seu país enfrentará. Nasheed precisa ter grande habilidade de discernimento em sua busca simultânea por três objetivos: 1) convencer países de alta renda a tomarem ações drásticas para desacelerar as taxas de aumento das contribuições da humanidade para a mudança climática e permitirem sua proposta de reestruturação de dívidas; 2) criar resiliência climática em seu próprio país; e 3) estar preparado para a possibilidade de falhar em seus dois primeiros objetivos, o que levará os habitantes de seu país a um dia terem que abandonar um arquipélago submerso. O que não está tão claro na história é onde ele poderia buscar evidências sobre, por exemplo, as estratégias de adaptação climática que deveria levar em consideração.



Líder de organização, *Alvaro Salas Chaves*

A segunda história é a de Alvaro Salas Chaves, ex-dirigente de várias organizações de saúde na Costa Rica e responsável pela criação de muitas oportunidades de melhorias para a saúde dos costarriquenhos, desde seu trabalho em uma pequena clínica até sua liderança da agência de previdência social do país no começo dos anos 1990. O autor dessa história, Atul Gawande, descreve como Salas transformou gradualmente um sistema de saúde em que os profissionais de saúde “reagiam” aos pacientes que chegavam às portas das clínicas e hospitais – tratando qual fosse o problema que os tinha levado até lá – em um sistema em que a equipe de profissionais de saúde assumia responsabilidade pela saúde de todos os pacientes de sua região. Cada equipe se organizava de maneira proativa para chegar até seus pacientes (mantendo contato mais frequente com aqueles que tivessem as maiores necessidades de saúde e sociais) e fornecer diversos serviços efetivos em cada encontro.(5) O resultado foi uma grande melhora dos desfechos em saúde da Costa Rica. Salas trouxe uma enorme capacidade de persuasão e uma intensa motivação para criar oportunidades a fim de “institucionalizar” essa nova abordagem. Parece ter combinado isso com discernimento, humildade e empatia. O que não fica tão claro na história é onde buscou *insights* sobre os serviços efetivos que as equipes precisavam oferecer, porém é possível supor que tenha tido um amplo acesso a muitas diretrizes da Organização Mundial da Saúde - OMS e seu escritório regional, a Organização Pan-Americana da Saúde. Hoje em dia, poderia pesquisar a base de dados *Health Systems Evidence* para encontrar evidências para sua abordagem “gestão da saúde da população”, a *Cochrane Library* para evidências sobre serviços efetivos, e a base de dados de diretrizes da OMS.



Profissional, *Denny Gioa*

A terceira história é a de Denny Gioa, ex-engenheiro da Ford, que usou suas próprias habilidades profissionais como engenheiro para discutir a segurança automotiva. Costumava recorrer à análise de dados para decidir quando propor que sua empresa investisse milhões de dólares no *recall* de carros de um determinado modelo e ano de fabricação. O autor dessa história, Malcolm Gladwell, começa com uma anedota sobre um padre, um médico e um engenheiro, cuja moral é que o engenheiro era o único a usar seu discernimento para resolver o problema, embora pudesse ter feito isso com um pouco da empatia demonstrada pelo padre e pelo médico.(6) As experiências de Gioa foram um pouco semelhantes. Ele tinha a capacidade, a oportunidade e a motivação para usar a análise de dados e o discernimento para aplicá-los na resolução do problema de quais tipos de carro recomendar para o *recall*. No entanto, seu rigor não impediu que a opinião pública se voltasse contra as grandes montadoras quando as pessoas descobriram que as empresas sabiam de eventos raros, como os dos *Ford Pinto* que explodiam no caso de uma colisão traseira, e optaram por não fazer nada. Se quiséssemos realmente melhorar a segurança automotiva, uma abordagem seria garantir que os engenheiros e outros profissionais tivessem a capacidade, a oportunidade e a motivação para usar a análise de dados sobre o problema e as sínteses das melhores evidências sobre uma ampla variedade de abordagens para resolver o problema (incluindo cintos de segurança e limites de velocidade), além do discernimento, humildade e empatia para convencer os outros sobre a necessidade de tentar novas abordagens, avaliá-las e fazer ajustes quando necessário.

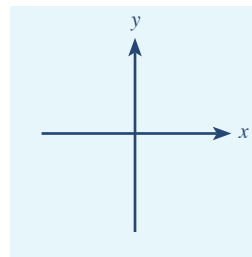


A quarta história é a de Paula Kahumbu, uma líder cidadã que traz tanto suas habilidades como ecóloga e contadora de histórias quanto sua motivação para ver os cidadãos de seu país se considerando partes interessadas nos esforços de preservação. O autor dessa história, Jon Lee Anderson, descreve como Kahumbu criou a oportunidade de colocar os quenianos no centro da ação, desenvolvendo e apresentando um famoso programa de televisão do Quênia, chamado *Wildlife Warriors*, em que ela conhece cidadãos que trabalham para salvar animais ameaçados de extinção.⁽⁷⁾ (Como explicamos na [seção 3.6](#), usamos o termo “cidadão” para manter o foco no indivíduo, e não sugerir o status formal de cidadania conforme determinado por um governo.) Kahumbu se refere a cidadãos quenianos como heróis, apoiadores de campanhas, plantadores de árvores, defensores de parques e florestas e eleitores. Para fazer escolhas informadas sobre quais histórias contar e quais estratégias de preservação adotar, usa a análise de dados sobre espécies ameaçadas de extinção e decisões judiciais sobre a caça predatória. Ela também “observa o que vinha funcionando ou não nas conversas com os quenianos”. Em condições ideais, poderia complementar essas evidências “locais” com sínteses das melhores evidências globais sobre quais estratégias e combinações de estratégias são as mais promissoras. Isso poderia variar desde estratégias bastante amplas (*upstream*), como o planejamento populacional, até estratégias intermediárias (*mid-stream*), como a gestão de recursos naturais (p. ex., manutenção de parques, limitação do desmatamento, restrição da expansão urbana e limitação das demarcações de propriedades), planejamento de infraestrutura (p. ex., posicionamento cuidadoso de novas linhas de energia elétrica, linhas férreas e estradas), apoio às comunidades indígenas (p. ex., viabilização de acordos de arrendamento com grupos de preservação e empresas de safári privado que sejam bons para ambas as partes) e apoio à vida selvagem (p. ex., reforço às proibições de caça predatória e de venda do marfim).

Conforme ilustrado por essas histórias, a abordagem atual dos desafios sociais e maneiras de responder a esses desafios se ampara na aprendizagem em formas *ad hoc* durante longos períodos. Precisamos fazer a transição para uma nova abordagem que envolva o uso sistemático e transparente de evidências para aprender e melhorar rapidamente. A pandemia de COVID-19 nos mostrou que podemos fazer isso:

- aprendemos que a erradicação poderia ser considerada como um objetivo, assim como foi feito na Austrália e na China, entre outros países, em condições políticas, geográficas e pandêmicas propícias (e que isso poderia mudar, como aconteceu com a variante Delta);
- aprendemos que os aerossóis são um importante modo de transmissão, e que as máscaras e a ventilação podem ajudar a evitar a transmissão (veja bit.ly/3HiGuIT);
- aprendemos que o risco de transmissão de crianças para crianças e de crianças para adultos em escolas primárias e creches é baixo quando os procedimentos de prevenção e controle de infecção são adotados (para uma revisão rápida viva sobre o tema, veja bit.ly/3c7BOR1);
- aprendemos que os esteroides podem reduzir o número de óbitos em pacientes hospitalizados (para uma diretriz viva sobre tratamentos medicamentosos, veja bit.ly/3DehxMf);
- aprendemos que as vacinas podem prevenir transmissão, infecção, doença grave e óbito, inclusive para novas variantes (para a síntese viva de evidências nº 6 da COVID-END, atualizada a cada duas semanas, veja bit.ly/3FfPOeX);
- aprendemos que as iniquidades pioraram dentro e entre os países, e que precisamos prestar especial atenção aos mais vulneráveis, como aqueles que vivem em casas de longa permanência e os que enfrentam insegurança financeira e de moradia.

Recomendações emergentes (p. ex., ainda não sabemos o suficiente, mas lave bem as mãos por enquanto) foram superadas por recomendações de substituição (p. ex., agora temos muitas evidências indicando que máscaras reduzem a transmissão), como é de se esperar. A lista anterior ainda pode mudar, como também é de se esperar.



Conforme sugeri um dos nossos comissários, imagine uma tabela 2x2 composta por um eixo Y, mostrando o uso (ou não) das melhores evidências, e um eixo X, mostrando a capacidade (ou não) de contar com sistemas de autocorreção que garantem a

emergência de práticas eficazes. O comissário argumentou que muitos médicos estão, geralmente, no quadrante superior direito dessa tabela. Utilizam diretrizes de prática clínica rigorosamente desenvolvidas (melhores evidências) e também observam se seus pacientes estão respondendo ao tratamento recomendado pelas diretrizes. A última ação pode, com frequência, estar errada, mas complementa muito bem a primeira. Já os soldados, é mais comum que estejam distantes à direita ao longo do eixo X. Não podem usar avaliações rigorosas como os médicos, mas, infelizmente, observam rapidamente se estão atingindo seus objetivos. Muitos tipos de tomadores de decisão não podem nem se amparar nas melhores evidências em suas áreas de trabalho, nem contar com sistemas de autocorreção. Convicções sobre abordagens eficazes podem ser defendidas, por vezes muito veementemente, mas essas convicções não são submetidas a testes rigorosos, tampouco a sistemas de autocorreção que têm se mostrado altamente confiáveis.

Os seis primeiros capítulos do relatório da Comissão de Evidências fornecem o contexto, os conceitos e o vocabulário compartilhado que fundamentam as recomendações da Comissão de Evidências. Esses seis capítulos podem ser usados por muitas pessoas, não apenas por aquelas em posição para fazer as mudanças necessárias e garantir que as evidências sejam consistentemente usadas para responder os desafios sociais. O sétimo capítulo fornece as recomendações da Comissão de Evidências sobre como podemos e devemos melhorar o uso de evidências, em tempos normais e em futuras crises globais.

O relatório inclui 52 seções que estão disponíveis separadamente para *download* no *website* da Comissão de Evidências. Versões preliminares dessas seções foram compartilhadas publicamente em momentos cruciais do trabalho da Comissão de Evidências para obter *feedback* sobre como aprimorá-las e para começar a criar uma dinâmica para a ação. Essas seções geralmente incluem um ou mais infográficos, desenvolvidos para serem facilmente usados em apresentações, relatórios e outros formatos. A Comissão de Evidências incentiva a “compartilhar gratuitamente, dar crédito e adaptar com permissão”.

Os comissários e a secretaria esperam que este relatório seja o início de uma série de conversas importantes sobre o que está alcançando êxito e onde é possível melhorar. Este trabalho foi realizado de forma muito rápida e com apoio financeiro limitado, então inevitavelmente houve alguns erros e importantes sínteses de evidências podem não ter sido consideradas, além de outros documentos. Cobrimos uma vasta gama de assuntos e abordamos uma grande diversidade de desafios sociais, e inevitavelmente sobregeneralizamos e perdemos algumas importantes nuances. Tentamos evitar listas de referência com dezenas de páginas por capítulo, e inevitavelmente falhamos em honrar todos aqueles em cujas ideias nos baseamos. Novamente, esperamos receber *feedback* para que possamos fazer correções nos produtos adicionais que desenvolveremos – e esperamos que muitos outros também venham a desenvolver – com base neste relatório.

O restante deste capítulo é composto por oito seções:

- [1.1 Atributos desejáveis das comissões](#)
- [1.2 Comissários](#)
- [1.3 Termo de referência dos comissários](#)
- [1.4 Como a comissão utiliza e complementa trabalhos já realizados](#)
- [1.5 Conexão com a COVID-END](#)
- [1.6 Linha do tempo dos principais desenvolvimentos no uso de evidências para responder aos desafios sociais](#)
- [1.7 Considerações de equidade](#)
- [1.8 Em que consiste o sucesso](#)

A seção sobre equidade é especialmente essencial, pois equidade é um conceito que perpassa todo o relatório.

Os sete apêndices deste relatório complementam as seções de maneiras importantes:

- [8.1 Métodos usados para informar deliberações e recomendações de comissários \(refere-se à seção 1.1\)](#)
- [8.2 Biografias dos comissários \(refere-se à seção 1.2\)](#)
- [8.3 Secretaria \(complementa a seção 1.2\)](#)
- [8.4 Financiadores](#)
- [8.5 Afiliações e interesses dos comissários e da secretaria \(refere-se à seção 1.2\)](#)
- [8.6 Conselheiros e outros agradecimentos \(complementa a seção 1.2\)](#)
- [8.7 Linha do tempo \(detalhada na seção 1.6\)](#)

1.1 Atributos desejáveis das comissões

As comissões globais são frequentemente convocadas para responder aos desafios sociais. Ainda assim, não há um consenso sobre uma lista dos atributos desejáveis das comissões, muito menos sobre as ferramentas para apoiar seu desenvolvimento, relato e avaliação.

Os organizadores das comissões globais podem, da mesma forma, aprender muito com o campo relacionado à saúde no que concerne às diretrizes de práticas clínicas, que estavam em uma situação semelhante há três décadas. Desde então, um fluxo contínuo de desenvolvimentos metodológicos levou a uma lista de atributos desejáveis de diretrizes de práticas clínicas,⁽⁸⁾ ferramentas de primeira e segunda geração para apoiar o desenvolvimento, relato e avaliação de diretrizes (AGREE I e II) e ferramentas complementares para avaliar a qualidade e implementabilidade de recomendações de diretrizes (AGREE-REX), além de apoiar o desenvolvimento, relato e avaliação de recomendações para sistemas de saúde (AGREE-HS). Para mais detalhes, consulte o *website* da *AGREE Enterprise*.

Para apoiar seu próprio trabalho e criar as bases para desenvolvimentos metodológicos futuros relacionados a comissões globais, a Comissão de Evidências elaborou uma relação de critérios desejáveis para comissões globais usando como uma lista de opções (*prompts*) os cinco elementos da ferramenta AGREE-HS (que está mais próxima do foco de sistema para a maioria das comissões globais que ferramentas relacionadas a diretrizes de prática clínica).

Tópico

Organizada e/ou financiada por um órgão formal com autoridade para atuar sobre as recomendações e/ou justificada com base em uma fundamentação forte para a prioridade e oportunidade do tópico para os tomadores de decisão que possam atuar sobre as recomendações.

Participantes

Composta por comissários que sejam explicitamente escolhidos para capturar muitos elementos da diversidade necessária para garantir que as recomendações se dirijam para e possam ser usadas por diversos tomadores de decisão que poderiam tomar ação com base nas recomendações, como:

- tipos de desafio (incluindo setor), de tomador de decisão e de evidências;
- espectro de experiência e senioridade;
- equilíbrio de gênero;
- mistura de origens étnico-raciais;
- localização por região e país;
- Idiomas falados.

Apoiada por uma política de conflito de interesse que exige notificação pública dos comissários e da secretaria sobre seus possíveis conflitos de interesse, um painel independente (se necessário) para gerenciar esses conflitos de maneira proporcional aos seus riscos, e a garantia da equipe da secretaria de que a influência dos financiadores seja evitada ou minimizada.

Métodos

Viabilizada pelo uso de métodos sistemáticos e transparentes para:

- revisar as evidências (p. ex., análise de dados e sínteses de evidências) que informaram as deliberações sobre seções (p. ex., infográficos, tabelas e caixas de texto) e recomendações;
- envolver um amplo grupo de partes interessadas para criar uma dinâmica para a ação e informar as deliberações (p. ex., por meio de *website*, mídias sociais e contato direto com grupos representativos [*umbrella groups*]);
- chegar a um acordo sobre as recomendações finais (p. ex., consenso formal).

Recomendações

Resulte em recomendações práticas e provavelmente aceitáveis para os tomadores de decisão, e que promovam equidade.

Implementabilidade

Entregue planos para disseminação visando garantir que os tomadores de decisão sejam alcançados (p. ex., tradução para vários idiomas, publicações de acesso aberto, engajamento de intermediários e participação em eventos destinados aos tomadores de decisão), e para monitoramento e avaliação a fim de garantir a continuidade do trabalho e a responsabilização dos atores envolvidos.

A Comissão de Evidências aderiu a esses atributos da forma mais diligente possível e os usou para analisar as comissões globais cujos relatórios foram publicados a partir de 1º de janeiro de 2016, ou que estavam sendo elaborados. Selecionamos essa data de início porque coincidiu com o início da era dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2016 a 2030). Nossa avaliação de relatórios de comissões globais com relação a esses atributos verificou que:



As mesmas comissões globais também formaram a base da nossa análise de:

- relatórios de comissões globais por tipo de desafio ([seção 2.5](#));
- relatórios de comissões globais por tipo de tomador de decisão ([seção 3.8](#));
- relatórios de comissões globais por forma de evidências ([seção 4.15](#)).

Para esta seção ([1.1](#)), além das [seções 2.4, 3.8 e 4.14](#), colocamos nossa atenção sobre o que foi relatado (que pode ser menos do que realmente foi feito). Não realizamos entrevistas nem revisões de *websites*. Poderia ser realizado um trabalho semelhante para as muitas comissões regionais, nacionais e subnacionais, que, por vezes, são conhecidas por outros nomes, como: 1) grupo consultivo; 2) comitê consultivo ou de revisão; 3) painel de avaliação ou de alto nível; 4) comissão nacional ou real; 5) conselho de monitoramento; 6) academia de ciências; ou 7) força-tarefa. Poderia ser feita uma análise mais extensa com alguns dos métodos usados em uma análise de comissões globais, embora com um foco diferente, por Gertz e colaboradores.(9)

Uma análise temática das recomendações dessas comissões globais também ajudou a:

- entender a lacuna entre onde estamos e onde precisamos estar no uso de evidências para responder aos desafios sociais, pelo menos do ponto de vista dos membros de alto nível das comissões globais (veja a [seção 7.1](#));
- melhorar o enquadramento das recomendações sendo elaboradas pela Comissão de Evidências, e identificar novas ideias para as recomendações da Comissão de Evidências, o que ajudaria a preencher tal lacuna (veja a [seção 7.2](#));
- identificar as recomendações da Comissão de Evidências que se alinham às recomendações de outras comissões globais (veja a coluna “relatórios alinhados” na [seção 7.2](#)).

Os métodos que fundamentam essas análises são descritos no [apêndice 8.1](#).

1.2 Comissários

Os 25 comissários foram cuidadosamente selecionados para trazer pontos de vista diversos para o desenvolvimento de um relatório que se dirige a diferentes tipos de pessoas que tomam decisões ou podem influenciá-las sobre se e como as evidências devem ser usadas para responder aos desafios sociais. Essa diversidade se reflete de muitas maneiras:



* Abrangendo a maioria dos tipos de desafios sociais (e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), todos os tipos de tomadores de decisão (formuladores de políticas governamentais, líderes de organizações, profissionais e cidadãos), e todas as principais formas de evidências

** China, Índia, Estados Unidos, Indonésia, Paquistão, Brasil, Nigéria, México, Japão e Etiópia, além de Austrália, Áustria, Canadá, Chile, Alemanha, Trindade e Tobago, Emirados Árabes Unidos e Reino Unido

*** Inglês, chinês, hindu, espanhol, francês e árabe, além de português, indonésio e urdu, entre outros



Amanda Katili Niode

Talentosa conselheira política e diretora de organização não governamental, avançando o diálogo sobre as ações ambientais, incluindo ações climáticas



Antaryami Dash

Líder de organização não governamental, levando *expertise* em nutrição para os setores de desenvolvimento e humanitário



Daniel Iberê Alves da Silva

Jovem líder indígena, educando estudantes e outros sobre os saberes indígenas



Donna-Mae Knights

Servidora pública de carreira, especializada em redução da pobreza e desenvolvimento, conduzindo mudanças políticas por meio da criação de comunidades sustentáveis



Gillian Leng

Executiva experiente, liderando uma agência de avaliação de tecnologias e diretrizes para apoiar a tomada de decisão no âmbito da atenção à saúde e assistência social para governos, provedores de serviços e pacientes



Andrew Leigh

Político experiente, levando formação econômica e jurídica para a elaboração e o debate de políticas públicas



Asma Al Mannaei

Servidora pública experiente, liderando a melhoria da qualidade e conduzindo a pesquisa e a inovação em um sistema de saúde



David Halpern

Conselheiro político de confiança, levando experimentação formal e *insights* comportamentais para governos, primeiro no Reino Unido e atualmente em diversos países



Fitsum Assefa Adela

Comprometida formuladora de políticas, empenhada em levar uma perspectiva integrada do governo para o planejamento e desenvolvimento de nível ministerial



Gonzalo Hernández Licona

Célebre economista, levando métodos de avaliação rigorosos para os campos da mensuração da pobreza e desenvolvimento econômico



Hadiqa Bashir

Jovem líder, atuando em defesa dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero em ambientes dominados por homens



Jan Minx

Acadêmico orientado para o impacto, levando abordagens inovadoras de sínteses de evidências para aconselhamento político nacional e avaliações científicas globais sobre a mudança climática e sustentabilidade



Julia Belluz

Respeitada jornalista, levando rigor ao jornalismo sobre o que a melhor ciência disponível nos diz ou não sobre os principais desafios do nosso tempo



Kenichi Tsukahara

Líder de engenharia, apoiando a gestão de risco de desastres no governo, em um banco de desenvolvimento e agência internacional



Larry Hedges

Estatístico aplicado, conduzindo o uso de síntese de evidências em políticas e práticas educacionais



Modupe Adefeso-Olateju

Líder de organização não governamental, pioneira no uso de avaliações conduzidas por cidadãos e parcerias público-privadas para melhorar os resultados educacionais para crianças



Petrarca Karetji

Conselheiro político para o empreendedorismo, inovando no uso de análise de dados para apoiar a formulação de políticas informadas por evidências sobre o desenvolvimento sustentável



Steve Kern

Líder de fundação, utilizando a análise de dados e outras formas de evidências para combater a pobreza, as doenças e a desigualdade no mundo



Howard White

Líder de pesquisa, apoiando o uso de avaliação e síntese de evidências robusta na tomada de decisão em desenvolvimento internacional e entre setores



Jinglin He

Líder de organização não governamental, engajando formuladores de políticas e partes interessadas, além de agências da Organização das Nações Unidas (ONU), no avanço das iniciativas para o desenvolvimento social



Julian Elliott

Pesquisador clínico, utilizando tecnologia para a preparação e manutenção eficiente de sínteses de evidências e diretrizes “vivas” para informar a tomada de decisão



Kerry Albright

Servidora pública internacional e eterna curiosa, levando entusiasmo sobre a tomada de decisão informada por evidência, pensamento sistêmico, e ajuda para a compreensão do valor da evidência para o desenvolvimento internacional



Maureen Smith

Líder cidadã, promovendo o engajamento significativo de pacientes e cidadãos na condução de pesquisas e seu uso na tomada de decisão



Neil Vora

Profissional interdisciplinar, levando reflexão sobre a saúde planetária para a interface entre os esforços de conservação (como evitar o desflorestamento) e a prevenção de pandemias








Soledad Quiroz Valenzuela

Conselheira científica governamental, contribuindo com suas experiências nacionais para os esforços regionais e globais para melhorar a qualidade do assessoramento científico governamental

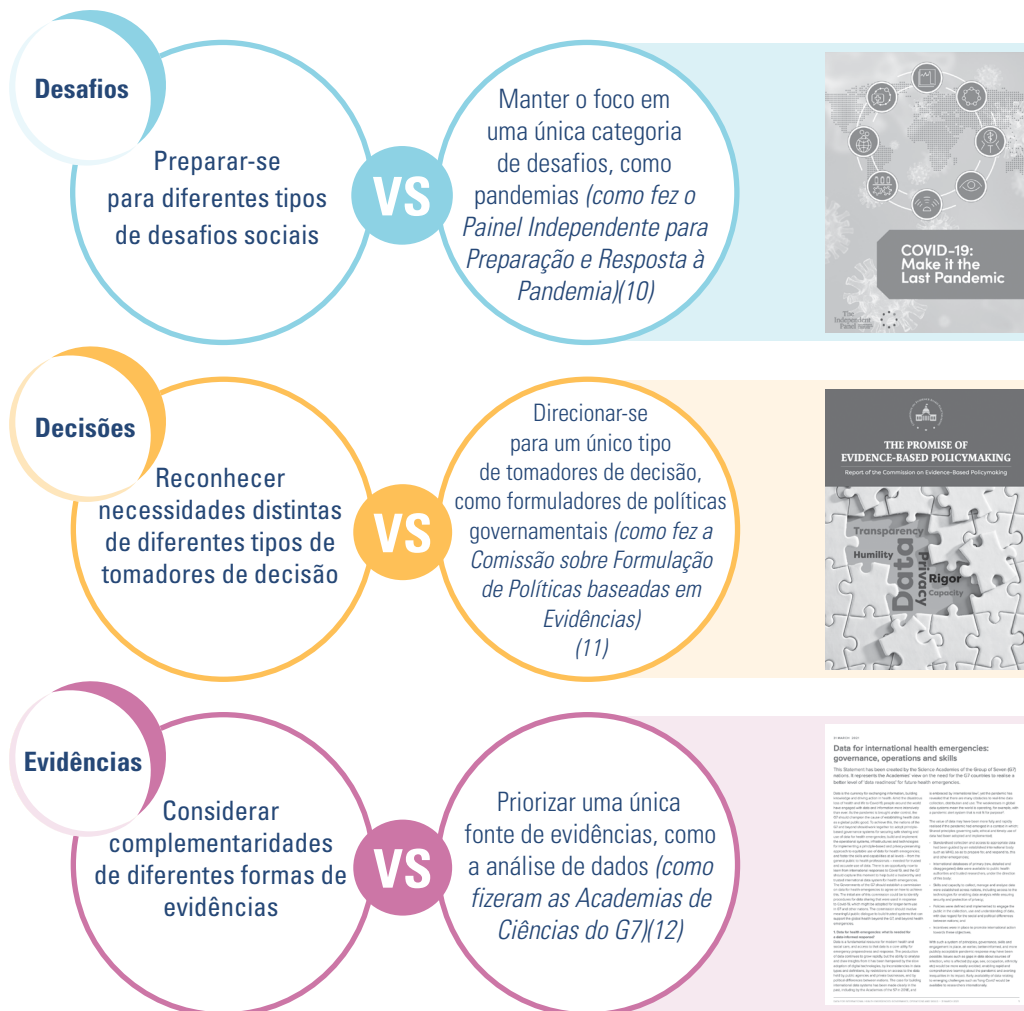
1.3 Termo de referência dos comissários

Com base em sua *expertise* e experiências em responder (ou informar os esforços para responder) aos desafios sociais a partir de uma posição estratégica de uma ou mais categorias de tomadores de decisão e usando uma ou mais formas de evidências, os comissários apoiaram a Comissão de Evidências de quatro (ou cinco) principais maneiras:

-  Participando de deliberações virtuais para moldar a estrutura e o conteúdo do relatório, as seções e os caminhos para influenciar propostos (p. ex., aconselhamentos e eventos)
-  Fornecendo contribuições no decorrer da elaboração de selecionadas seções (p. ex., infográficos e tabelas) amplamente disseminadas para incentivar outras contribuições para seu aperfeiçoamento e começar a criar as justificativas para ação
-  Identificando lacunas importantes nas seções, análises necessárias para fundamentar as seções, e entrevistas e outras comunicações com parceiros necessárias para garantir que as seções se ajustem aos propósitos
-  Revisando o relatório final em elaboração, endossando as recomendações finais sobre como melhor atender às necessidades de evidências dos tomadores de decisão para responderem aos desafios sociais, em tempos normais e em futuras crises globais, e revisando os caminhos para influenciar priorizados
-  (Opcional) Contribuindo para eventos virtuais em que o relatório publicado tem o potencial de alcançar uma influência significativa.

1.4 Como a comissão utiliza e complementa trabalhos já realizados

Por que agora? A COVID-19 criou um foco nas evidências, único em uma geração, entre formuladores de políticas governamentais, líderes de empresas e organizações não governamentais, diversos tipos de profissionais, e cidadãos. As decisões sendo tomadas têm moldado a resposta à pandemia e moldarão as respostas a futuros desafios sociais. A pandemia acelerou a colaboração entre tomadores de decisão e produtores de evidências, mas a tomada de decisão que se apoia em um conjunto de formas de evidências ainda não se tornou rotina. Nosso painel independente de comissários produziu este relatório com recomendações para maneiras de melhor atender às necessidades de evidências dos tomadores de decisão em tempos normais e em futuras crises globais. Para tanto, utilizaram e complementaram trabalhos já realizados, como os exemplos abaixo.



1.5 Conexão com a COVID-END

A Rede de Evidências para apoiar a Tomada de decisão na COVID-19 (COVID-END) foi a primeira a identificar a necessidade da Comissão de Evidências e ajudou a definir os conteúdos do relatório, e também está comprometida a buscar caminhos para influenciar para as recomendações da Comissão de Evidências.

Os 55 parceiros da COVID-END são provenientes de diversas comunidades de síntese de evidências, avaliação de tecnologias e desenvolvimento de diretrizes, assim como de importantes “organizações intermediárias”. (Para uma lista de parceiros, consulte bit.ly/3wGw012.) Os parceiros têm uma longa trajetória de apoio a tomadores de decisão no âmbito local, nacional, internacional e setorial. Estão entre as mais respeitadas organizações em seus respectivos campos. Reuniram-se para fornecer uma resposta de evidências mais coordenada ao desafio global da COVID-19, único em uma geração. Suas atividades relacionadas a evidências abrangem todo o espectro da resposta à pandemia, desde medidas de saúde pública e gestão clínica a arranjos de sistemas de saúde e respostas econômicas e sociais. Suas atividades também cobriram todo o espectro de contextos em que a resposta à pandemia foi desenvolvida, incluindo países de baixa, média e alta renda. Enquanto o mundo começa a retomar o enfrentamento a desafios sociais de evolução lenta e encontra novas crises, os parceiros da COVID-END querem nos ver desenvolver o que foi bem-sucedido na resposta de evidências à COVID-19 e garantir que vamos analisar o que poderia ter sido melhor.



A COVID-END é uma espécie de “guarda-chuva” para esses parceiros na resposta de evidências à COVID-19 em tempo limitado, e muitos deles, por sua vez, atuam como uma organização guarda-chuva para muitos outros parceiros na resposta a uma ampla variedade de desafios sociais. Exemplos dessas organizações guarda-chuva incluem:

Africa Centre for Evidence, que dá suporte a *Africa Evidence Network* no sentido de reunir mais de 3.000 pessoas de toda a África para apoiar a tomada de decisão informada por evidências

Colaboração Campbell, que dá suporte a equipes em todo o mundo para preparar e apoiar o uso de sínteses de evidências em áreas como negócios e gestão, soluções climáticas, crime e justiça, incapacidade, educação, desenvolvimento internacional e bem-estar social

Cochrane, que inclui grupos de revisão em todo o mundo que preparam sínteses de evidências, e grupos geográficos em 45 países e redes temáticas em 13 domínios que apoiam a tomada de decisão informada por evidências em tópicos relacionados à saúde

Evidence Synthesis International, que dá suporte a organizações de sínteses de evidências em todo o mundo que produzem, apoiam e usam sínteses de evidências

Guidelines International Network, que dá suporte a 130 organizações em todo o mundo que desenvolvem e implementam diretrizes baseadas em evidências

A Comissão de Evidências espera receber manifestações de interesse de outras organizações guarda-chuva que possam se comprometer a buscar caminhos para influenciar para as recomendações da Comissão de Evidências.

1.6 Linha do tempo dos principais desenvolvimentos no uso de evidências para responder aos desafios sociais

As organizações multilaterais, como o sistema da ONU e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, na sigla em inglês), são atores-chave na determinação de se e como os tomadores de decisão usam evidências para responder aos desafios sociais, como também são usuários de evidências. O sistema da ONU é composto pelo secretariado, muitos departamentos (p. ex., Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais), fundos (p. ex., Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, na sigla em inglês), programas (p. ex., Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD) e agências especializadas (p. ex., Banco Mundial e OMS). A maneira como essas organizações multilaterais veem os desafios sociais molda profundamente as necessidades de evidências para a tomada de decisão, especialmente entre os formuladores de políticas governamentais em seus estados-membros, mas também entre líderes de organizações, profissionais e cidadãos. Da mesma forma, o modo como veem o uso de evidências para apoiar a tomada de decisão molda profundamente o sistema de suporte de evidências que eles e seus estados-membros implementam. As duas primeiras listas abaixo mostram exemplos selecionados dos principais desenvolvimentos em ambos os domínios.

As muitas formas nas quais as evidências são agora geralmente encontradas pelos tomadores de decisão emergiram nos últimos 80 anos, primeiro com ensaios clínicos randomizados (uma abordagem para avaliar “o que funciona”), ainda nos anos 1940, e avançando para avaliações de tecnologias, sínteses de evidências, diretrizes e pesquisa do comportamento/de implementação. Mais recentemente, o *big data* e a inteligência artificial estimularam os rápidos desenvolvimentos em análise de dados e modelagem. A terceira lista abaixo traz exemplos selecionados desses desenvolvimentos.

Principais desenvolvimentos com relação a...

Desafios

...como os desafios sociais são vistos em organizações multilaterais

- Primeiro mecanismo global para alcançar periodicamente um acordo entre os principais cientistas climáticos (com a sexta avaliação global sendo publicada em 2021-22) e o consenso dos governos participantes: Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (1988)
- Primeiro compromisso no nível da OECD com metas e prazos definidos para atingir objetivos-chave: Metas de desenvolvimento sustentável (1996-2015)*
- Primeiro compromisso global com metas e prazos definidos para atingir objetivos-chave: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-15)
- Primeira estrutura multissetorial e transdisciplinar com foco na interface animal-homem-ecossistemas para melhorar a saúde: *One Health* (Saúde Única) (2008)**
- Segundo compromisso global com metas e prazos definidos para atingir objetivos-chave: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2016-30)

Decisões

...como o uso de evidências para apoiar a tomada de decisão é visto em organizações multilaterais

- Primeiro relatório do Banco Mundial dedicado ao tema: Relatório de desenvolvimento mundial: Conhecimento para o desenvolvimento (1998-99)
- Primeiro órgão da ONU a passar pela transição de contar com a opinião de *experts* para usar abordagens mais rigorosas no desenvolvimento de recomendações: Diretrizes da OMS para diretrizes (2003)
- Primeiro relatório da OMS dedicado ao tema: Relatório mundial sobre conhecimentos para melhores condições de saúde (2004)
- Primeiro chamado para uma base de esforços de desenvolvimento sobre “o que funciona” e ampliação da apropriação dos países de agendas de desenvolvimento: Declaração de Paris sobre a eficácia da ajuda (2005)
- Primeira estratégia da ONU para cultivar as capacidades e incentivar os facilitadores para a ação orientada por dados: Estratégia de dados da Secretaria Geral da ONU (2020)
- Primeiro relatório da ONU que priorizou as sínteses de evidências como parte de uma resposta de pesquisa a um desafio social: Roteiro de pesquisa da ONU para recuperação da COVID-19 (2020)
- Primeiro relatório do Banco Mundial dedicado a usar dados para avançar os objetivos de desenvolvimento: Relatório de desenvolvimento mundial: Dados para uma vida melhor (2021)

* oecd.org/dac/2508761.pdf

** fao.org/3/aj137e/aj137e00.pdf

- Primeiros ensaios clínicos randomizados duplo-cego: Patulina para o resfriado comum (1943) e estreptomicina para a tuberculose pulmonar (1948)
- A noção de evidências orientadas para o participante (em contraposição àquelas apenas orientadas para o pesquisador) se origina por meio do trabalho de Lewin e Freire sobre pesquisa-ação participante (1946-70)
- Primeiro uso das ciências sociais de ensaios: Projeto Pré-Escolar Perry (1962-67) e Experimento sobre Seguros de Saúde da RAND (1971-86)
- Criação do Escritório de Avaliação de Tecnologia dos Estados Unidos (1974)
- Primeira síntese de evidências gerando uma estimativa de efeito: Psicoterapia (1977)***
- Livro de referência sobre quase-experimentação de Cook e Campbell (1979)
- Livro de referência sobre visualização de dados (1983): *The Visual Display of Quantitative Information* (A exibição visual de informações quantitativas) de Tufte (primeira edição)
- Primeiro panorama geral de toda a área da segurança e eficácia do cuidado: Guia para atenção efetiva na gravidez e no parto (1989)
- Criação da Colaboração Cochrane e da *International Network of Agencies for Health Technology Assessment* - INAHTA (Rede Internacional de Agências de Avaliação de Tecnologias em Saúde) (1993)
- Criação da Colaboração Campbell (2000)
- Primeira síntese de evidências da Campbell gerando uma estimativa de efeito: Programa *Scared Straight* (sobre delinquência juvenil) (2002)
- Criação da *Guidelines International Network* - GIN (Rede Internacional de Diretrizes) (2002)
- Criação da revista *Implementation Science* (2006)
- Primeiro livro amplamente lido sobre o uso de *insights* comportamentais: Nudge – Como tomar melhores decisões sobre saúde, dinheiro e felicidade (2008)

*** psycnet.apa.org/record/1978-10341-001



Intermediária de evidências, Julia Belluz

Respeitada jornalista, levando rigor ao jornalismo sobre o que a melhor ciência disponível nos diz ou não sobre os principais desafios do nosso tempo

A pandemia de COVID-19 tem sido um momento desafiador que nos desorienta de muitas maneiras, inclusive para todos nós que estamos tentando entender e comunicar o que as evidências mais recentes podem nos dizer sobre o vírus e como manter nossas famílias, comunidades e países seguros. Em um ambiente de informações em rápida evolução, onde estamos constantemente questionando e atualizando suposições, entender as implicações dos novos estudos ou políticas tem sido mais difícil do que nunca. Porém, a boa notícia é que a COVID-19 também acelerou um impulso global para desenvolver e refinar ferramentas que possam ajudar as pessoas a pensar criticamente sobre as evidências e contextualizá-las. Estou pensando em particular na síntese de evidências e nos produtos vivos de evidências, que o relatório aborda nas [seções 4.4 e 4.7](#). Sua própria razão de ser é reunir as melhores e mais recentes evidências sobre importantes questões sociais, políticas e clínicas para chegar a conclusões mais bem fundamentadas. Por exemplo, o inventário da COVID-END reúne evidências de alta qualidade sobre tudo, desde como as várias vacinas se comportam com relação às novas variantes do coronavírus até o impacto que o fechamento de escolas tem na minimização do risco de surtos (veja a [seção 4.12](#) para exemplos adicionais). Essas ferramentas devem ser um recurso essencial para os jornalistas que fazem a cobertura dessa pandemia, para a próxima pandemia e para os muitos outros desafios sociais que virão. Para aqueles diretamente afetados pelas decisões de médicos, servidores públicos e autoridades eleitas, essas ferramentas também podem salvar vidas. Só espero que essa pandemia finalmente ajude mais pessoas a apreciar, e usar, tais ferramentas.

1.7 Considerações de equidade

Muitas vezes, um desafio afeta de forma desproporcional alguns grupos da sociedade. Os benefícios, prejuízos e custos das opções para responder ao desafio podem variar de acordo com os grupos. As considerações de implementação também podem variar entre os grupos. As avaliações podem perguntar o que funcionou para quais grupos sob quais condições.

A maneira como as evidências sobre um desafio são vistas também pode variar entre os grupos com base em seus contextos histórico, social e cultural.

Um modo de identificar os grupos que deve receber especial atenção é o uso da abordagem PROGRESS-Plus.⁽¹³⁾ PROGRESS é um acrônimo formado pelas iniciais das seguintes oito possibilidades de se descrever os grupos:

- P** Posição de residência (p. ex., populações rurais e remotas)
- R** Raça, etnia, cultura e idioma (p. ex., povos indígenas e grupos de minorias étnicas, culturais e linguísticas em um país)
- O** Ocupação e experiências no mercado de trabalho de forma mais geral (p. ex., pessoas em situações de trabalho informal ou precário)
- G** Gênero e sexo
- R** Religião (p. ex., cristianismo, islamismo e suas respectivas denominações)
- E** Escolaridade (p. ex., letramento matemático)
- S** *Status* socioeconômico (p. ex., populações economicamente desfavorecidas)
- S** *Status* social - capital social/exclusão social

Plus refere-se a:

- +** Características pessoais associadas à discriminação (p. ex., idade, incapacidade)
- +** Elementos de relacionamentos (p. ex., pais que fumam, expulsões de escolas)
- +** Relacionamentos que demandam tempo (p. ex., deixar o hospital, outras situações em que uma pessoa pode ficar temporariamente em desvantagem)

Acesso a informações confiáveis, *status* de imigração e orientação sexual são exemplos de outros descritores.

Conforme retomamos no capítulo 4, uma síntese de evidências usa um processo sistemático e transparente para identificar, selecionar, avaliar e sintetizar os achados de todos os estudos sobre uma mesma questão. Uma síntese de evidências tem por objetivo chegar a um entendimento geral do que se sabe sobre uma determinada questão, incluindo como isso pode variar entre os grupos (p. ex., comunidades racializadas vivendo em bairros de baixo nível socioeconômico ou idosos socialmente isolados vivendo em comunidades rurais).

Com a resposta à pandemia de COVID-19, a distribuição de benefícios, prejuízos e custos aconteceu de forma muito diferente entre os países e entre os grupos nos países. Por exemplo, em alguns países de alta renda, os chamados “trabalhadores essenciais” (que não poderiam ficar em casa durante os períodos de *lockdown*) eram geralmente mulheres trabalhando em profissões de baixa renda sem afastamento médico remunerado, de comunidades racializadas sofrendo pelo estigma e discriminação, vivendo em casas pequenas com filhos e avós, onde o isolamento não seria possível, e morando em áreas urbanas com transporte público lotado e hospitais sobrecarregados. Em alguns países de baixa renda, muitos trabalhadores migrantes perderam seus empregos durante os períodos de *lockdown* e não puderam retornar com segurança para suas localidades quando os sistemas de transporte público foram interrompidos simultaneamente. Outros trabalhadores migrantes tiveram que escolher (frequentemente sem ter acesso a informações confiáveis) entre permanecer no trabalho nas cidades ou retornar para suas localidades de origem com base em onde correriam menor risco de contágio e teriam melhor perspectiva de receber cuidados de saúde se ficassem gravemente doentes. A disponibilidade de vacinas em países de baixa renda ficou muito aquém da disponibilidade de vacinas em países de alta renda.

Conforme também retomamos no capítulo 4, o contexto pode moldar como as evidências são vistas pelas comunidades racializadas e pelas mulheres, entre outros (veja a [seção 4.9](#)). Os contextos, bem como os direitos e os saberes distintos dos povos indígenas, também podem moldar como as evidências são vistas pelos povos indígenas (veja a [seção 4.10](#)).



Formulador de políticas governamentais, David Halpern

Conselheiro político de confiança, levando experimentação formal e insights comportamentais para governos, primeiro no Reino Unido e atualmente em diversos países

Para mim, as principais conclusões são: 1) uma expansão vertiginosa para superar o atraso é necessária para outros setores que tenham a intenção de alcançar o setor da saúde em todos os aspectos da produção, compartilhamento e uso de evidências; 2) um mecanismo global é necessário para que os governos encomendem conjuntamente sínteses de evidências – não apenas para evitar a duplicação – e para que um conjunto de produtores de bens públicos globais responda com produtos de evidências de alta qualidade e de forma oportuna; e 3) a “capacidade de absorção” nos governos e órgãos profissionais precisa ser construída. Estou tanto entusiasmado como impaciente com respeito a esses pontos.

No primeiro ponto, precisamos expor a fragilidade de nossa base de evidências em muitas áreas, mas também destacar de uma forma mais positiva o que será possível quando a tivermos construído. A COVID-19 ilustra esses dois lados – um avanço incrível e rápido em alguns domínios, mas também algumas lacunas sérias. Isso nos leva à nossa [recomendação 2](#) – todos devemos prestar atenção quando uma alegação está sendo feita e perguntar sobre a qualidade e a aplicabilidade das evidências em que a alegação se baseia. Saiba demandar melhor!

Passando ao segundo ponto, precisamos trazer à luz as perguntas para as quais os departamentos governamentais deveriam saber as respostas, mas não sabem – ou, dito de outra forma, precisamos identificar as áreas de política e prática que estão “construídas na areia”. Tivemos algum sucesso nessa linha no Reino Unido, com o que chamamos de “áreas de interesse de pesquisa”. Essas questões de interesse dos departamentos governamentais agora ajudam a moldar a agenda de financiamento de pesquisa da Agência de Pesquisa e Inovação do Reino Unido (£8 bilhões por ano). Isso se conecta à nossa [recomendação 5](#) sobre tornar os sistemas de suporte de evidências de governos mais adequados à finalidade. Também precisamos de um mecanismo de coordenação global para responder a essas questões, gerando, sintetizando e compartilhando evidências. Seria uma rede global de *What Work Centres* (aproveitando o que já temos no Reino Unido), mas outros países podem querer usar um nome diferente para a rede. A rede global pode ajudar a abordar a desigual cobertura e qualidade das evidências disponíveis, e a duplicação desnecessária que vemos agora com cada país agindo por conta própria (ou tirando proveito de investimentos de outros). Isso se conecta à nossa [recomendação 24](#), dirigida a financiadores.

O último ponto refere-se à fragilidade das instituições cujos conselhos políticos são vistos como definitivos. A verdade alarmante é que, em grandes áreas de política e prática, estamos tropeçando no escuro. As avaliações robustas são raras. Ao mesmo tempo, os formuladores de políticas tendem ao excesso de confiança. Guias técnicos, como o Livro Magenta do Reino Unido sobre a elaboração de avaliações e o Livro Verde sobre como avaliar políticas, programas e projetos, são um bom ponto de partida. Precisamos de mais equipes e parcerias, consultores científicos e órgãos consultivos no governo para o suporte de evidências adequado à finalidade ([recomendações 6-8](#)), e as correspondentes melhorias nas organizações profissionais ([recomendação 12](#)). A construção da capacidade de avaliação, como a nova Força-Tarefa de Avaliação do Reino Unido, é especialmente importante para a construção de evidências juntamente com a capacidade de utilizá-las. Em algum momento gostaria de ver os conselheiros políticos seniores sendo selecionados, avaliados periodicamente e comparados internacionalmente em referência à capacidade de compreender e usar evidências. O relatório da Comissão de Evidências reúne essas ideias, junto com muitas orientações de como colocá-las em prática.

1.8 Em que consiste o sucesso

O que mudará se o trabalho da Comissão de Evidências tiver o impacto esperado? Seguem abaixo alguns exemplos do que seria considerado “um sucesso”, de forma geral e específica. Os exemplos marcados com um asterisco (*) advêm de experiências reais de comissários e parceiros da COVID-END.

Se... (os atores-chave têm o apoio certo posto em prática)	... então (podem obter impactos mais significativos)	Exemplos
<p>Tomadores de decisão recebem no momento oportuno evidências locais (nacionais ou subnacionais) e sínteses do que foi aprendido em todo o mundo, incluindo como isso varia conforme os grupos e contextos...</p>	<p>...podem responder aos desafios sociais de forma mais eficaz</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Um governo nacional ajusta regularmente sua tomada de decisão sobre <i>lockdown</i> e restrições de viagens com base em modelagem de cocriação (das consequências prováveis de opções de políticas disponíveis) e sua tomada de decisão sobre a distribuição de vacinas com base em atualizações semanais de uma síntese viva de evidências sobre a eficácia da vacina contra as variantes* • Um grupo de cidadãos se baseiam em sínteses de evidências para checar declarações feitas pelo governo e defender a mudança
<p>Intermediários estão muito bem-posicionados e têm as capacidades, oportunidades e motivação certas...</p>	<p>...podem apresentar as evidências certas sobre as questões certas no momento certo em um contexto certo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Uma organização não governamental estabelece uma unidade integrada de suporte de evidências que encomenda análises de dados, sínteses de evidências e <i>insights</i> comportamentais e os integra em notas informativas* • A Secretaria Geral da ONU apoia a concepção, implementação e monitoramento da arquitetura global de evidências necessária para garantir que as evidências estejam no centro dos esforços da ONU para entregar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo o trabalho de comissões globais que ela patrocine
<p>Produtores de evidências são apoiados por processos de priorização e coordenação aprimorados e outros tipos de apoio...</p>	<p>... podem trabalhar em suas respectivas áreas de domínio e desenvolver o trabalho uns dos outros</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Uma unidade de pesquisa mantém um “mapa de evidências” vivo sobre assentamentos humanos (mostrando as prováveis consequências das opções de políticas disponíveis) que informa a preparação de um relatório de comissão nacional, sua implementação, e o monitoramento da implementação e avaliação de seu impacto* • Uma unidade de pesquisa prepara sínteses de evidências oportunas e orientadas para a demanda que informam diretamente à formulação de políticas e fornecem subsídios para outras unidades sobre modelagem, <i>insights</i> comportamentais, avaliações de tecnologias, diretrizes e avaliações que, por sua vez, informam a formulação de políticas de maneiras complementares

1.9 Referências

1. Michie S, van Stralen MM, West R. The behaviour change wheel: A new method for characterising and designing behaviour change interventions. *Implementation Science* 2011; 6(1): 42.
2. Brooks R. Competence is critical for democracy: Let's redefine it. *The New York Times*, 2021; 15 August.
3. Parker I. The poverty lab. *The New Yorker* 2010; 17 May.
4. McKibben B. The answer to climate change is organizing. *The New Yorker* 2021; 1 September.
5. Gawande A. Costa Ricans live longer than us: What's the secret? *The New Yorker* 2021; 30 August.
6. Gladwell M. The engineer's lament. *The New Yorker* 2015; 4 May.
7. Anderson J. A Kenyan ecologist's crusade to save her country's wildlife. *The New Yorker* 2021; 1 February.
8. Grimshaw J, Russell I. Achieving health gain through clinical guidelines: 1. Developing scientifically valid guidelines. *Quality and Safety in Health Care* 1993; 2: 243-248.
9. Gertz G, Zoubek S, Daly J, Hlavaty H. High level commissions and global policymaking: Prospects for accelerating progress toward SDG2. Washington: Duke Sanford World Food Policy Center and Global Economy and Development at Brookings; 2020.
10. The Independent Panel for Pandemic Preparedness and Response. COVID-19: Make it the last pandemic. Geneva: World Health Organization; 2021.
11. Commission on Evidence-Based Policymaking. The promise of evidence-based policymaking. Washington: United States Government Printing Office; 2017.
12. The Royal Society. Data for international health emergencies: Governance, operations and skills. London: The Royal Society; 2021.
13. Cochrane Methods – Equity. PROGRESS-Plus. London: Cochrane; 2021. <https://methods.cochrane.org/equity/projects/evidence-equity/progress-plus> (acesso 27 outubro 2021).

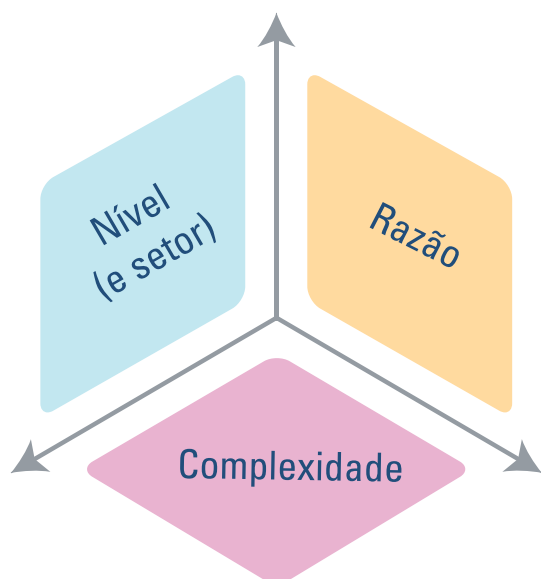


Capítulo 2. Natureza dos desafios sociais

2.1 Formas de olhar os desafios	20
2.2 Exemplo de uma transição na forma de olhar um desafio social	22
2.3 Formas de responder aos desafios	23
2.4 Exemplos de abordagens para priorizar os desafios a serem respondidos	24
2.5 Relatórios de comissões globais por tipo de desafio	25
2.6 Referências	27

Este é o primeiro de três capítulos que discutem o problema central deste relatório: o que está envolvido na sistematização do uso de evidências, por todos os tipos de tomadores de decisão, para responder aos desafios sociais? Tratamos neste capítulo sobre a natureza dos desafios sociais. O [capítulo 3](#) aborda as decisões e os tomadores de decisão, ou a demanda por evidências. O [capítulo 4](#) aborda os estudos, sínteses e diretrizes, ou a oferta de evidências.

2.1 Formas de olhar os desafios



Um desafio pode ser analisado pelo nível em que geralmente é abordado, pela razão de ser designado como um problema digno de atenção,⁽¹⁾ ou pela complexidade do problema subjacente. Adicionais dimensões de um desafio podem incluir o horizonte temporal (p. ex., os efeitos dos serviços de saúde e sociais em experiências e desfechos podem, em geral, ser avaliados durante semanas e meses, enquanto os efeitos da ação climática são modelados durante décadas e séculos) e a complexidade das partes interessadas (p. ex., alguns desafios podem ser discutidos com uma associação relevante e bem-organizada de partes interessadas, enquanto outros exigem engajamento de um grande número de grupos de diferentes tamanhos e recursos, incluindo os grupos da sociedade civil).

Um desafio também pode ser expresso de modo negativo (como um problema) ou positivo (como um objetivo ou ponto forte a ser desenvolvido). São exemplos desse tipo de desafio os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as abordagens baseadas em pontos fortes frequentemente defendidos por povos indígenas.

A designação usada para descrever um desafio pode parecer neutra para alguns e politizada para outros. Por exemplo, palavras como “sustentável” têm sido usadas em países como o Brasil por aqueles que buscam preservar a floresta Amazônica e por aqueles que querem abri-la para exploração de madeira (sob a designação de “manejo florestal sustentável”).

Nível (e setor) em que um desafio é geralmente abordado	Setorial nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Sistemas de saúde não melhorando desfechos de saúde e experiências de cuidado • Escolas lidando com dificuldades das aulas virtuais • Padrões de vida em declínio
	Intersetorial nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Resistência antimicrobiana • Violência baseada no gênero • Níveis crescentes de desigualdade • Falta de confiança nas instituições • Metas não atingidas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
	Coordenação global (ou regional)	<ul style="list-style-type: none"> • Padrões desiguais de vacinação contra a COVID-19 • Mudanças climáticas

Razões para designar um desafio como um problema digno de atenção	Valores	“Esse problema não reflete quem somos enquanto sociedade”
	Passado	“Esse problema está ficando muito pior”
	Outros grupos dentro da jurisdição	“Esse grupo está fazendo muito pior que qualquer outro”
	Outras jurisdições	“Esse país está fazendo muito pior que qualquer outro”
	Outro enquadramento	“Não se trata de um problema de números insuficientes ou distribuição desigual de trabalhadores, mas de incentivos financeiros desalinhados”

Complexidade do problema subjacente	Simple	A causa e o efeito podem ser facilmente identificados e a solução pode envolver uma única ação
	Complicado	As causas podem ser identificadas e a solução pode envolver regras e processos
	Complexo	Algumas causas podem ser identificadas, outras estão ocultas, e algumas podem ser consequências de outras causas, e a solução é multifacetada e pode precisar ser ajustada conforme for implementada
	“Complexidade ao cubo” (ou <i>wicked</i>)*	As causas são ainda mais complexas porque os sintomas podem se tornar causas e porque os ciclos de <i>feedback</i> funcionam, portanto, as soluções são altamente específicas para o contexto, e soluções erradas ou no momento inoportuno podem piorar o problema

* Alguns comissários questionaram o valor de diferenciar graus de complexidade e o uso da designação em inglês “wicked” (perverso ou traiçoeiro) às vezes aplicada a problemas de complexidade significativa. Aqui usamos o termo “complexidade ao cubo” para capturar o maior grau de complexidade e observar que alguns abordam esses problemas como wicked. Um comissário observou que a complexidade frequentemente se manifesta como uma forma de equilibrar escolhas em desfechos entre setores (p. ex., uma intervenção pode melhorar desfechos educacionais e piorar desfechos de saúde) e uma necessidade de um sequenciamento de intervenções apropriado. Um segundo comissário observou que outros têm chamado esse tipo de desafio de “caótico”, e que a natureza caótica desses desafios pode significar que o que foi aprendido com soluções testadas ontem pode não funcionar hoje.(2)



Formuladora de políticas governamentais, Soledad Quiroz Valenzuela




















Conselheira científica governamental, contribuindo com suas experiências nacionais para os esforços regionais e globais para melhorar a qualidade do assessoramento científico governamental

Alguns dos meus colegas comissários estão focados em melhorar o que já existe, mas em muitos países da América Latina ainda não temos os componentes essenciais para o uso das evidências na resposta aos desafios sociais. Alguns governos não contam com conselhos consultivos, por isso precisamos começar por criá-los. A maioria dos governos não tem funcionários treinados em como usar as evidências regularmente em seu trabalho. Não creio que a América Latina esteja sozinha nesse aspecto. Em minha função como vice-presidente para políticas da *International Network for Government Science Advice* - INGSA (Rede Internacional para Conselhos Científicos Governamentais), ouço descrições semelhantes de colegas de outras regiões. Redes como a INGSA podem desempenhar um papel fundamental em mostrar a relevância de um sistema de suporte de evidências que funcione para seu contexto.

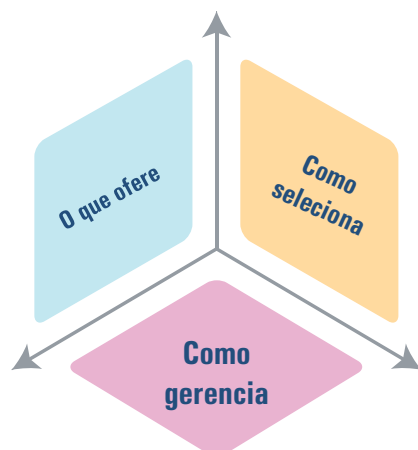


2.2 Exemplo de uma transição na forma de olhar um desafio social

As práticas de pesca não sustentáveis fornecem um exemplo interessante de como a forma de olhar um desafio social pode mudar com o tempo. Uma vez visto como um complicado problema setorial nacional, as práticas de pesca não sustentáveis são cada vez mais entendidas como parte de um problema mais complexo, ou um problema de “complexidade ao cubo”, e tanto como um problema intersetorial nacional como um problema de coordenação global (ou pelo menos regional).(3)

Nível	Domínios onde os desafios precisam ser entendidos					Estrutura de gestão
Gestão de pesca de uma única espécie	<p>Única espécie</p> 					Plano de gestão de pesca
Abordagem ecossistêmica para a gestão de pesca de uma única espécie	<p>Única espécie</p> 					Plano de gestão de pesca
	 Clima	 Ecologia	 Habitat			
Gestão de pesca ampla baseada em ecossistema	<p>Várias espécies</p> 					Plano de gestão de pesca
	 Clima	 Ecologia	 Habitat			
Gestão de todos os oceanos baseada em ecossistema	 Aquicultura	 Conservação	 Desenvolvimento	 Ecoturismo	 Energia	Planos regionais dos oceanos
	 Pesca	 Marinha	 Petróleo e gás	 Santuários	 Outro	

2.3 Formas de responder aos desafios



Os desafios sociais podem ser respondidos de muitas formas. Aqui descrevemos três delas, algumas das quais podem ser combinadas. Por exemplo, uma equipe de profissionais de pesquisa e inovação pode fazer uma parceria com líderes comunitários para coprojetar uma intervenção única para responder a um desafio social. Como alternativa, um grupo de pesquisadores pode usar uma combinação de análise de dados, análise de custo-efetividade e modelagem para identificar qual combinação de intervenções baseadas em evidências terá os maiores impactos em jurisdições com um determinado perfil, como foi feito com as Prioridades de Controle de Doenças 3, uma revisão periódica para analisar o peso das doenças em contextos com poucos recursos.(4)

Formas de responder aos desafios

Descrições

O que está sendo oferecido	Intervenção única	Uma intervenção (p. ex., uma política, programa, serviço ou produto) é selecionada com base na certeza das evidências de que os benefícios superam os prejuízos, e que a intervenção é acessível para seus financiadores e aceitável para seus destinatários
	Pacote (ou conjunto) de intervenções	Um pacote ideal de intervenções é selecionado com base nas intervenções que proporcionarão a maior melhoria nos desfechos dentro de um orçamento fixo
	Combinação sinérgica de intervenções	Uma combinação ideal de intervenções é selecionada com base na probabilidade de que algumas intervenções interagirão com outras de forma que “o todo seja maior que a soma das partes”, ou que atinjam várias metas simultaneamente
Como é selecionada ou desenvolvida	Intervenção baseada em evidências selecionada	Uma intervenção é selecionada dentre intervenções que já funcionaram para o mesmo problema enfrentado no âmbito local
	Nova intervenção desenvolvida	Uma intervenção é projetada por pesquisadores, inovadores e outros
	Intervenção coprojetada	Uma intervenção é desenvolvida em colaboração com seus destinatários e/ou fornecedores, bem como pesquisadores, inovadores e outros
	Ação liderada pela comunidade	Uma intervenção é desenvolvida por representantes da comunidade que reconheceram a necessidade da intervenção e são seus destinatários
Como é gerenciada ao longo do tempo	Gestão de portfólio	Um portfólio ideal é selecionado para atingir objetivos estratégicos, refletir a capacidade de entrega, e equilibrar a implementação de iniciativas de mudança e a manutenção das atividades regulares enquanto otimiza o retorno sobre o investimento
	Pensamento sistêmico (5)	As intervenções são combinadas, adaptadas e substituídas com base em um entendimento de padrões em suas inter-relações e interações dentro de sistemas adaptativos complexos que também estão mudando constantemente de formas imprevisíveis

2.4 Exemplos de abordagens para priorizar os desafios a serem respondidos

Muitas abordagens podem ser usadas para priorizar os desafios sociais. Podem variar pela amplitude dos desafios e o período abrangido, e o quanto podem informar a definição de prioridades. A definição de prioridades pode ser para bens públicos globais relacionados a evidências (aos quais retomamos no capítulo 6) ou para as estratégias usadas por intermediários de evidências (às quais retomamos no capítulo 5 e novamente no capítulo 6). Abaixo destacamos cinco abordagens gerais que podem ser usadas para priorizar ações sobre os desafios sociais. A primeira considera todos os setores possíveis e as outras quatro são provenientes do setor da saúde. Para cada exemplo, sugerimos alguns prós e contras da abordagem.

Foco	Exemplos	Prós	Contras
Desafios sociais amplos a longo prazo	Abordagem do Instituto de Prioridades Globais da Universidade de Oxford para estabelecer uma agenda de pesquisa (6)	Atenção a muito longo prazo, incluindo as diversas gerações futuras, e o risco existencial, como a extinção da espécie humana	Foco nos “cestos” onde as evidências são necessárias, sem focar também nas questões específicas a serem respondidas ou nas formas de evidências para respondê-las dentro de cada cesto
Desafios de médio alcance a curto prazo	Abordagens para alocar recursos, como programa orçamentário e análise marginal, avaliação de tecnologias e avaliação de valor de multicritérios*	Atenção a como os recursos financeiros e humanos podem ser melhor alocados dentro de um setor para obter o melhor custo-benefício	O mesmo para as linhas acima e abaixo, bem como a tendência a ser uma prática ocasional e não processos vivos
Questões específicas de pesquisa para as quais uma nova pesquisa primária é agora necessária	Abordagem da <i>James Lind Alliance</i> para envolver pacientes, cuidadores e profissionais na priorização das 10 principais questões não respondidas (ou incertezas das evidências) sobre um determinado tópico	Prioridades de pesquisa sendo definidas por aqueles que precisam usar as evidências resultantes e checagem se já não há as melhores evidências para cada possível prioridade	Tendência a focar em produtos e serviços, sem focar também em como obter a mistura certa de muitos produtos e serviços diferentes para aqueles que precisam deles
Questões de pesquisa específicas para as quais uma síntese das melhores evidências globais é agora necessária	Ferramenta SPARK para envolver formuladores de políticas governamentais e partes interessadas na priorização de questões para sínteses de evidências sobre arranjos de sistemas de saúde e estratégias de implementação necessários para obter a mistura certa de produtos e serviços para aqueles que precisam deles (8)	O mesmo para a linha acima, bem como o foco em síntese de evidências para complementar a pesquisa primária	Falta de previsão das necessidades futuras, que pode incluir problemas que tendem a se repetir com ciclos políticos e econômicos, e problemas para os quais a preparação será essencial
Decisões específicas em que evidências contextualizadas localmente são necessárias agora, geralmente em prazos muito curtos	A abordagem da COVID-END para priorizar solicitações urgentes de formuladores de políticas nacionais e subnacionais por sínteses rápidas de evidências a serem preparadas em um a dez dias e financiadas por um fundo comum no período de um ano	Uso de indicadores substitutos para a probabilidade de impacto (solicitação de alto nível e interesse de várias jurisdições), checagem se já não há as melhores evidências ou se já não estão sendo sintetizadas, e checagens se o trabalho pode ser concluído no período solicitado e dentro das metas bimestrais de despesa	Potencial para duplicação na produção de novos bens públicos globais e para que tais bens sejam de menor qualidade do que uma síntese viva de evidências preparada por equipes metodologicamente fortes antecipando uma necessidade futura e disponibilizando atualizações facilmente contextualizadas

* Uma alternativa à avaliação de valor de multicritérios é a razão de custo-efetividade incremental com base em anos de vida ajustados pela qualidade, que é uma avaliação de valor de critério único

2.5 Relatórios de comissões globais por tipo de desafio

Os relatórios de comissões globais fornecem um panorama interessante de como os desafios são vistos por “pessoas eminentes” que geralmente ocupam os postos de comissários. Nossa análise dos 70 relatórios de comissões publicados desde janeiro de 2016 verificou que:

- a maioria dos relatórios de comissões (46) abordou os níveis nacional e global;
- apenas três setores foram o foco de mais de sete relatórios de comissões, a saber, saúde, segurança pública e justiça, segurança alimentar e segurança, com 22, 17 e 12 relatórios, respectivamente;
- apenas quatro Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram o foco de mais de seis relatórios de comissões: Saúde e bem-estar (ODS 3), Paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16), Fome zero (ODS 2) e Trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), com 25, 16, 10 e sete relatórios, respectivamente;
- quase metade dos relatórios de comissões (33) classificaram o problema que abordavam como complexo e nenhum usou as designações simples, complicado ou *wicked*;
- a maioria das razões comuns usadas para justificar a designação de um desafio como problema digno de atenção foi os valores (59) e as comparações com o passado (52);
- a maioria dos desafios foi enquadrada de modo positivo como objetivos ou metas (39) em vez de negativo como problemas (31);
- a maioria dos relatórios de comissões (43) propõe um pacote (ou conjunto) de intervenções, embora não com o rigor de um relatório como das Prioridades de Controle de Doenças 3, mas não se refere a como as intervenções seriam desenvolvidas ou como deveriam ser gerenciadas ao longo do tempo.

Observe que um relatório de comissão pode tratar de mais de um setor e ODS, portanto, a soma dos números nem sempre corresponde ao número total de relatórios analisados.

Tipos de desafios		Número de relatórios de comissões
Formas de olhar os desafios		
Nível em que um desafio é geralmente abordado	Nacional e global	47
	Nacional (p. ex., nacional ou subnacional)	17
	Coordenação global	6
Setor abordado	Saúde	23
	Segurança pública e justiça	17
	Segurança alimentar e segurança	12
	Desenvolvimento e crescimento econômico	7
	Recursos naturais	5
	Infraestrutura	4
	Ação climática	4
	Cultura e gênero	3
	Educação	3
	Emprego	2
	Fornecimento de energia	2
	Conservação ambiental	1
	Serviços governamentais	1
	Serviços para crianças e jovens	1
	Serviços comunitários e sociais	1
	Habitação	1
	Recreação	0
	Transporte	0
	Cidadania	0

ODS abordados	3 Saúde e bem-estar	26
	16 Paz, justiça e instituições eficazes	16
	2 Fome zero	10
	8 Trabalho decente e crescimento econômico	7
	6 Água potável e saneamento	5
	10 Redução das desigualdades	5
	12 Consumo e produção responsáveis	5
	4 Educação de qualidade	4
	9 Indústria, inovação e infraestrutura	4
	17 Parcerias para os objetivos	4
	5 Igualdade de gênero	3
	1 Erradicação da pobreza	3
	13 Ação climática	3
	7 Energia acessível e limpa	2
	14 Vida na água	2
	11 Cidades e comunidades sustentáveis	1
15 Vida na terra	1	
Não informado explicitamente	1	
Complexidade do problema subjacente	Complexo	33
	Simples	0
	Complicado	0
	Complexo ao cubo (ou <i>wicked</i>)	0
	Não informado explicitamente	37
Razões para designar um desafio como problema digno de atenção	Valores	60
	Passado	52
	Outros grupos dentro da jurisdição	12
	Outras jurisdições	7
	Outro enquadramento	3
	Não informado explicitamente	1
Enquadramento	Positivo	39
	Negativo	31
Formas de responder aos desafios		
O que está sendo oferecido	Pacote (ou conjunto) de intervenções	43
	Combinação sinérgica de intervenções	20
	Intervenção única	1
	Não informado explicitamente	6
Como é desenvolvida	Intervenção coprojetada	14
	Intervenção baseada em evidências selecionada	4
	Nova intervenção desenvolvida	1
	Ação liderada pela comunidade	1
	Não informado explicitamente	50
Como é gerenciada ao longo do tempo	Pensamento sistêmico	12
	Gestão de portfólio	5
	Não informado explicitamente	53

2.6 Referências

1. Kingdon JW. Agendas, alternatives, and public policies. Boston: Longman; 2011.
2. Snowden D, Boone M. A leader's framework for decision making. *Harvard Business Review* 2007; 85(11): 68-76.
3. National Marine Fisheries Service. Ecosystem-based fisheries management policy. Silver Spring: National Oceanic and Atmospheric Administration; 2016.
4. Jamison D, Nugent R, Gelband H, et al. Disease control priorities: Third edition (nine volumes). Washington: World Bank; 2015-2018.
5. Adam T. Advancing the application of systems thinking in health. *Health Research Policy and Systems* 2014; 12(1): 50.
6. Global Priorities Institute. A research agenda for the Global Priorities Institute. Oxford: University of Oxford; 2020.
7. Seixas BV, Dionne F, Mitton C. Practices of decision making in priority setting and resource allocation: A scoping review and narrative synthesis of existing frameworks. *Health Economics Review* 2021; 11(1): 2.
8. Akl EA, Fadlallah R, Ghandour L, et al. The SPARK Tool to prioritise questions for systematic reviews in health policy and systems research: Development and initial validation. *Health Research Policy and Systems* 2017; 15(1): 77.



Formuladora de políticas governamentais, Fitsum Assefa Adela

Comprometida formuladora de políticas, empenhada em levar uma perspectiva integrada do governo para o planejamento e desenvolvimento de nível ministerial

Como membro do gabinete e participante essencial na equipe macroeconômica do meu país, minha equipe e eu temos a enorme responsabilidade de oferecer as melhores recomendações para planos de desenvolvimento eficazes e projetos de políticas destinadas a responder aos desafios sociais. Isso torna o escritório que lidero um dos principais usuários de evidências, tanto para fornecer uma base para os planos e políticas, quanto para recomendações de políticas alternativas.

Minha participação na Comissão de Evidências, bem como meu envolvimento nos últimos três anos no topo do processo de formulação de políticas, onde nos esforçamos para fazer políticas em um ambiente complexo, proporcionaram a oportunidade ideal de reenfocar a necessidade de sintetizar as muitas formas de evidências pertinentes a uma questão em foco.

Para apoiar o uso de evidências na formulação de políticas e monitorar nossos impactos, minha equipe está desenvolvendo uma nova métrica de monitoramento e avaliação para acompanhar melhor o progresso no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Além disso, estamos trabalhando com as partes interessadas para desenvolver um índice nacional de pobreza multidimensional (IPM) para complementar as medidas de pobreza existentes. Enquanto os IPM globais podem preparar o cenário para comparações globais, os IPM nacionais podem fornecer a sensibilidade necessária para os contextos locais.

Assim, apoio fortemente os *insights* fornecidos no capítulo 3 sobre decisões e tomadores de decisão, particularmente aqueles fornecidos na **seção 3.3** sobre a demanda por evidências entre os formuladores de políticas governamentais e o contexto para o uso das evidências. Também apoio plenamente os *insights* fornecidos sobre o sistema de suporte de evidências na **seção 6.2**, onde a necessidade de se basear em contextos locais (nacionais ou subnacionais) foi enfatizada. Os *insights* sobre a necessidade de bens públicos globais e capacidades distribuídas de forma equitativa na **seção 6.1** também são importantes, dada a falta de equidade global a esse respeito. Este relatório será instrumental para nos guiar no sentido das melhores maneiras de usar as evidências para compreender de forma adequada e responder de forma eficaz os desafios sociais.





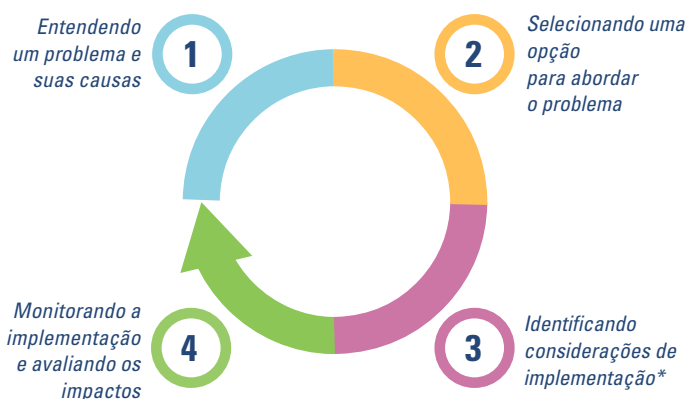
Capítulo 3. Decisões e tomadores de decisão: Demanda por evidências

3.1 Etapas para decidir se uma ação deve ser tomada e como	30
3.2 Quatro tipos de tomadores de decisão e como cada um pode abordar as decisões	31
3.3 Formuladores de políticas governamentais e o contexto para o uso de evidências	32
3.4 Líderes de organizações e o contexto para o uso de evidências	34
3.5 Profissionais e o contexto para o uso de evidências	35
3.6 Cidadãos e o contexto para o uso de evidências	36
3.7 Formas de como as evidências podem ser usadas na tomada de decisão	38
3.8 Relatórios de comissões globais por tipo de tomador de decisão	40
3.9 Referências	41

Este é o segundo de três capítulos que discutem o problema central deste relatório: o que está envolvido na sistematização do uso de evidências, por todos os tipos de tomadores de decisão, para responder aos desafios sociais? Tratamos neste capítulo sobre as decisões e os tomadores de decisão, ou a demanda por evidências. O [capítulo 2](#) aborda a natureza dos desafios sociais. O [capítulo 4](#) aborda os estudos, sínteses e diretrizes, ou a oferta de evidências.

3.1 Etapas para decidir se uma ação deve ser tomada e como

As pessoas podem decidir se e como agir por impulso (muitas vezes como parte de um processo não consciente orientado pelo hábito) ou após reflexão (como parte de um processo consciente e deliberativo que pode incluir encontrar e usar evidências).(1) No caso da decisão após reflexão, a abordagem que considera a tomada de decisão como uma série de etapas pode ajudar a expressar de forma clara as perguntas que podem ser feitas e a natureza das decisões, mesmo que muitas pessoas não sigam nenhuma etapa ou não as sigam na ordem. Apresentamos aqui dois dos quatro tipos de tomadores de decisão que são o foco deste capítulo (formuladores de políticas governamentais e cidadãos, nesse caso agindo como líderes comunitários), e indicamos os tipos de perguntas que podem ser respondidas com evidências, que são o foco do próximo capítulo (veja as [seções 4.2 e 4.3](#)). Para tomadores de decisão como os formuladores de políticas governamentais, a [seção 2.4](#) também pode ajudar na etapa 1.



*ou garantindo que a opção escolhida tenha um impacto máximo a um custo aceitável

Etapas	Perguntas relacionadas	Decisões para um formulador de políticas governamentais	Decisões para um cidadão ou líder comunitário
1	Qual é o tamanho do problema? O problema está piorando ou é maior aqui do que em outros lugares? Como pessoas diferentes descrevem ou vivenciam o problema e suas causas?	Devemos prestar atenção a esse problema, considerando todos os outros que enfrentamos como governo?	Devo prestar atenção a esse problema, considerando todos os outros que as pessoas e a comunidade com que me preocupo enfrentam?
2	Que bem pode resultar dele? O que poderia dar errado? Alguma opção consegue mais com o mesmo investimento? Podemos adaptar algo que funcionou em outro lugar e ainda obter os benefícios? Quais grupos apoiam qual opção?	Devemos tomar alguma ação para responder a esse problema e, se sim, qual opção devemos selecionar?	Devo tomar alguma ação para responder a esse problema e, se sim, qual ação (p. ex., conversar com outras pessoas sobre mudança de comportamento, trabalhar com membros da comunidade sobre soluções locais ou entrar em contato com autoridades eleitas)?
3	O que nos atrapalhará ou ajudará a alcançar e atingir os impactos desejados entre as pessoas certas? Que estratégias devemos usar para alcançar e atingir os impactos desejados entre as pessoas certas?	Devemos tomar medidas adicionais para aumentar a chance de que a opção selecionada faça o que pretendemos que ela faça?	Devo trabalhar com outros membros da comunidade e incentivar as autoridades eleitas a tomar medidas para garantir que a opção selecionada alcance as pessoas e a comunidade com que me importo?
4	A opção escolhida está alcançando quem pode se beneficiar dela? A opção escolhida está alcançando os impactos desejados?	Devemos tomar medidas adicionais para conseguir os números que precisamos para contar uma história de sucesso ou para corrigir nosso curso, se necessário?	[Como acima]... para garantir que tenhamos os números que precisamos para saber se estamos tendo sucesso ou não?

3.2 Quatro tipos de tomadores de decisão e como cada um pode abordar as decisões

A Comissão de Evidências tem como foco quatro tipos de tomadores de decisão. Cada tipo de tomador de decisão pode abordar as decisões de diferentes maneiras. Apresentamos aqui um exemplo de abordagem usada por cada tipo, reconhecendo que essa abordagem pode ser complementada por outras (p. ex., formuladores de políticas governamentais também desempenham um papel no apoio à tomada de decisões por outros, seja financiando ou “construindo” a evidência a ser usada).



Formuladores de políticas governamentais

Precisam ser convencidos de que há um problema premente, uma política viável e um ambiente político favorável



Líderes de organizações

(p. ex., líderes de empresas e organizações não governamentais)

Precisam de um caso de negócios para oferecer bens e serviços



Profissionais

(p. ex., médicos, engenheiros, policiais, assistentes sociais e professores)

Precisam de oportunidade, motivação e capacidade para tomar uma decisão profissional ou trabalhar com clientes individuais para tomar decisões compartilhadas



Cidadãos

(p. ex., pacientes, usuários de serviços, eleitores e líderes comunitários)

Precisam de oportunidade, motivação e capacidade para tomar uma decisão pessoal, agir localmente ou construir um movimento social

As pessoas usam múltiplos “chapéus” e podem vivenciar múltiplos papéis. Por exemplo, um formulador de políticas governamentais também é um cidadão, pode ter estudado para ser médico ou professor, e pode ter liderado uma organização não governamental antes de ser eleito ou nomeado para o governo.

Como veremos no capítulo 4, usar evidências não é tão difícil assim. Dois ensaios clínicos randomizados feitos em Uganda mostraram que crianças em idade escolar (entre 10 e 12 anos) e seus pais podem ser ensinados a avaliar a credibilidade das declarações sobre tratamento de saúde e tomar decisões bem-informadas.(2; 3)

3.3 Formuladores de políticas governamentais e o contexto para o uso de evidências



Os formuladores de políticas governamentais são um dos quatro principais tipos de tomadores de decisão. Também definem o escopo e apoiam a tomada de decisão por líderes de organizações, profissionais e cidadãos, assim como os líderes de organizações podem fazer o mesmo para profissionais e cidadãos, e os profissionais podem fazer para os cidadãos. Líderes cidadãos, como a jovem ativista ambiental sueca Greta Thunberg, também podem de forma similar definir o escopo para a tomada de decisão por formuladores de políticas governamentais, líderes de organizações e outros. Aqui fornecemos o contexto sobre como formuladores de políticas governamentais tomam decisões, usando perguntas que podem suscitar fatores que apoiariam (ou desencorajariam) o uso de evidências. Considerando a variedade de habilidades necessárias para a análise de políticas e sistemas e uma análise política para responder a essas perguntas, alguns intermediários de evidências se concentram exclusivamente nos formuladores de políticas governamentais.

Perguntas	Lista de opções
Que tipos de decisões formuladores de políticas governamentais tomam?	<ul style="list-style-type: none"> • Setorial nacional, intersetorial nacional ou global (p. ex., como um estado-membro do sistema da ONU) • Processo único <i>versus</i> processo em andamento com pontos de reavaliação definidos • Rotina <i>versus ad hoc</i> (p. ex., adicionar um produto ou serviço a um pacote de benefícios existente usando procedimentos estabelecidos <i>versus</i> criar um pacote novo de benefícios) • Produtos e serviços <i>versus</i> arranjos de governança, financeiros e de entrega que determinam se a combinação certa de produtos e serviços chega a quem precisa • Um instrumento de política <i>versus</i> outro (veja exemplos de instrumentos de política de informação/educação, voluntariado, econômica e jurídica na seção 7.1)
Onde e como as decisões são tomadas?	<ul style="list-style-type: none"> • Nível nacional, provincial/estadual ou local do governo • Esferas executiva, legislativa ou judiciária* do governo <ul style="list-style-type: none"> ◦ No caso do executivo: gabinete ou outra entidade intergovernamental, ministro ou secretário (e sua equipe política) e servidores públicos em agências centrais, ministérios ou departamentos, agências governamentais e órgãos reguladores • Decisão pessoal (comando), consulta, consenso ou voto • Restrição de tempo
Que fatores podem influenciar a tomada de decisão?	<ul style="list-style-type: none"> • Precisam de um problema premente, uma política viável e um ambiente político favorável para colocar um problema na agenda de decisões • Tomam decisões dentro de restrições institucionais (p. ex., pontos de veto e legados de políticas anteriores), lidando com a pressão de grupos de interesse (p. ex., apoio ou oposição de quem vai ganhar ou perder muita coisa), considerando “o que é” (p. ex., análise de dados) e “o que deve ser” (valores), e em vista de eventos externos (p. ex., crise econômica)
Quais “estruturas” podem fornecer um caminho para as evidências (e para institucionalizar o suporte de evidências)?**	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade interna de coordenação de suporte de evidências e contribuição de unidades de análise de dados, avaliação, <i>insights</i> comportamentais e outras • Unidades internas de aconselhamento científico governamental • Suporte externo de evidências de grupos consultivos, painéis de avaliação, comissões independentes, conselhos de monitoramento, comitês de revisão e forças-tarefas técnicas • Unidades internas de orçamento e planejamento, monitoramento, auditoria e investigação de reclamações (p. ex., ouvidoria) • Suporte externo de empresas de consultoria em gestão • Suporte externo de unidades de recomendações normativas e assistência técnica do sistema da ONU e outras organizações multilaterais • Suporte externo de produtores de bens públicos globais
Quais “processos” podem fornecer um caminho para as evidências?***	<ul style="list-style-type: none"> • Orçamento, planejamento e monitoramento • Políticas, procedimentos, manuais e outras ferramentas para apoiar fluxos de trabalho • Critérios de contratação, critérios de avaliação de desempenho, critérios de promoção, taxa de rotatividade de pessoal e desenvolvimento profissional para as equipes de políticas, programas, técnicas e de bibliotecários • Engajamento das partes interessadas, do público e da mídia, bem como pesquisas de opinião pública • Debate legislativo e reuniões de comitês • Eleições e plataformas político-partidárias • Programas globais e regionais de ação e estruturas de responsabilização

*A esfera judiciária do governo considera as evidências, conforme concebidas neste relatório, como algo apresentado por testemunhas periciais a ser considerado juntamente com outras evidências testemunhais, bem como evidências físicas (p. ex., impressões digitais e DNA), evidências demonstrativas (p. ex., mapas e fotos) e evidências documentais (p. ex., contratos e registros diários).

**Algumas dessas estruturas e processos estão explicitamente relacionadas a evidências, enquanto outras podem ser consideradas estruturas e processos “regulares” nas quais as evidências podem ser uma contribuição útil.

Muitas sínteses de evidências abordam os fatores que influenciam o uso de evidências no governo e as estratégias que aumentam o uso adequado de evidências no governo, enquanto outras analisam questões semelhantes para a tomada de decisão nos governos e organizações sem os diferenciar explicitamente. Muitas sínteses de evidências que abordam os fatores que influenciam o uso de evidências são de qualidade média e estão concentradas no setor da saúde, embora algumas abordem vários setores.(4; 5) As sínteses de evidências que abordam as estratégias tendem a ser de qualidade mais alta e concentradas no setor da saúde.(6-9) Os estudos contidos nessas sínteses de evidências são difíceis de conduzir por muitas razões, incluindo a dificuldade de identificar os indivíduos envolvidos na tomada de decisão de alto nível nos bastidores, a dificuldade de garantir a segurança na participação devido à confidencialidade e às limitações de tempo com as quais muitos trabalham, a complexidade das forças políticas concorrentes em jogo, e a falta de medidas do uso de evidências que sejam simples, reflitam um entendimento dos ambientes políticos e possam ser aplicadas em escala. Ensaios clínicos randomizados são pouco comuns, com apenas algumas exceções notáveis, como o ensaio SPIRIT,(10) e os experimentos naturais são muito difíceis de avaliar de maneira que as relações causais sejam possíveis. Também há sínteses de evidências de média qualidade abordando questões complementares, como o uso de uma série de estratégias por intermediários de evidências para apoiar o uso de evidências na formulação de políticas no setor da saúde, o apoio de grupos de aconselhamento técnico para a formulação de políticas e tomada de decisão de programas especificamente sobre imunização, e cultura de uso de evidências em diversos setores não relacionados à saúde.(11-14)

Em termos mais operacionais, muitos governos desenvolveram manuais para ajudar a equipe no uso de evidências,(15-17) algumas auditorias de documentos governamentais forneceram uma janela pelo menos para as práticas de citação em muitos departamentos,(18) e algumas ricas descrições do uso de evidências em um único governo ajudaram a esclarecer como isso pode ser “na prática”.(19)



Líder de organização, Asma Al Mannaei

Servidora pública experiente, liderando a melhoria da qualidade e conduzindo a pesquisa e a inovação em um sistema de saúde

Trabalho em um ambiente de ritmo acelerado, onde as decisões devem ser tomadas com base nas melhores evidências disponíveis, de preferência apresentadas em formatos adequados para executivos ocupados. Portanto, as partes do relatório da Comissão de Evidências que são mais importantes para mim são aquelas que poderiam ajudar nossas autoridades a desenvolver os tipos de sistema ultrarrápido de suporte de evidências de que precisamos em Abu Dhabi. Alguns exemplos incluem a **seção 2.4** (exemplos de abordagens para priorizar os desafios a serem respondidos, especialmente a coluna final sobre as abordagens da COVID-END), a **seção 4.7** (produtos vivos de evidências, especialmente sínteses vivas de evidências às quais podemos recorrer continuamente), a **seção 5.3** (estratégias usadas pelos intermediários de evidência, especialmente os serviços de evidência rápida), e a **seção 6.2** (capacidades distribuídas de forma equitativa, especialmente como nossos próprios processos internos podem melhor convergir com as normas e as recomendações, a assistência técnica e os bens públicos globais). Se pudermos criar “triunfos” que atendam melhor às nossas necessidades atuais, tenho esperança de que possamos apresentar a necessidade de trabalhar em múltiplos horizontes temporais. Sem dúvida, podemos antecipar melhor os desafios e ajudar a construir uma base de evidências local, enquanto também examinamos o que foi aprendido nos países do Conselho de Cooperação do Golfo, em nossa região e globalmente.



3.4 Líderes de organizações e o contexto para o uso de evidências



Líderes de organizações incluem líderes de empresas e organizações não governamentais. Tomam decisões por si só e podem definir o escopo e os suportes para a tomada de decisão pelos profissionais que trabalham em suas organizações e pelos cidadãos que atendem. Aqui fornecemos o contexto sobre como líderes de organizações tomam decisões usando perguntas que podem suscitar fatores que apoiariam (ou desencorajariam) o uso de evidências.

Perguntas	Lista de opções
Que tipos de decisões líderes de organizações tomam?	<ul style="list-style-type: none"> Estratégicas, táticas e operacionais No caso de operacionais: programadas (rotina) <i>versus</i> não programadas
Onde e como as decisões são tomadas?	<ul style="list-style-type: none"> Na sede, no escritório nacional ou no escritório local Presidente executivo, ou outro líder de alto nível, gerente, funcionário ou voluntário Decisão pessoal (comando), consulta, consenso ou voto Restrição de tempo
Que fatores podem influenciar a tomada de decisão?	<ul style="list-style-type: none"> Precisam de um caso de negócios para oferecer bens e serviços Tomam decisões dentro das restrições regulatórias e organizacionais e oportunidades de mercado, lidando com a pressão de acionistas ou partes interessadas, considerando “o que é” (p. ex., análise de dados) e “o que deve ser” (p. ex., valores corporativos e metas de vendas), e em vista de eventos externos (p. ex., crise econômica)
Quais “estruturas” podem fornecer um caminho para as evidências (e para institucionalizar o suporte de evidências)?	<ul style="list-style-type: none"> Unidades internas de suporte de evidências, incluindo análise de dados e avaliação (p. ex., testes A/B em que as pressões comerciais encorajam o uso de ensaios clínicos randomizados) Unidades internas de gestão do conhecimento, pesquisa e desenvolvimento (P&D), orçamento e planejamento, <i>marketing</i>, monitoramento, auditoria e gestão de risco Suporte externo de grupos consultivos, empresas de consultoria em gestão, e o setor de serviços financeiros (p. ex., financiamento) e autoridades financeiras (p. ex., precificação de externalidades) Suporte externo de organismos mundiais de normalização técnica
Quais “processos” podem fornecer um caminho para as evidências?	<ul style="list-style-type: none"> Orçamento, planejamento e monitoramento Políticas, procedimentos, manuais e outras ferramentas no local de trabalho para apoiar fluxos de trabalho Critérios de contratação, critérios de avaliação de desempenho, critérios de promoção, taxa de rotatividade de pessoal e desenvolvimento profissional para as equipes Acreditação organizacional Garantia de qualidade Governo, relações com as partes interessadas, relações com o público e a mídia Doações filantrópicas Princípios ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG, na sigla em inglês) Princípios do Pacto Global da ONU e Princípios Orientadores da ONU para Empresas e Direitos Humanos

Sínteses de evidências que abordam os fatores que influenciam o uso de evidências nas organizações e as estratégias que aumentam o uso adequado de evidências nas organizações são mais difíceis de encontrar (do que aquelas centradas nos governos), geralmente com foco no setor da saúde e de qualidade baixa ou média.(20-22) Provavelmente, muitas sínteses de evidências serão necessárias no futuro dada a heterogeneidade dessa categoria, que compreende a gama completa de empresas e organizações não governamentais. O ideal é que essas sínteses sejam realizadas usando uma estrutura comum, como uma proposta no Fórum de Altruísmo Eficaz, para permitir comparações entre tipos de organizações.(23) Um dos comissários nos lembra regularmente que muitas empresas de sucesso – desde a empresa de cartão de crédito Capital One e a rede de supermercados Coles, até a Amazon, o Google e a Netflix – realizam ensaios clínicos randomizados o tempo todo.(24)

3.5 Profissionais e o contexto para o uso de evidências



Profissionais incluem médicos, engenheiros, policiais, assistentes sociais e professores, entre outros. O que geralmente une os membros de algumas profissões é que adquiriram qualificações formais por meio de treinamento especializado, foram admitidos por um órgão regulador e estão sujeitos a sua disciplina, fornecem aconselhamento objetivo e serviços de acordo com o interesse do cliente e do público, e receberam algum grau de direito de monopólio para isso. A adesão em outras profissões pode ser muito menos formalizada. Os países diferem significativamente com relação as categorias de trabalhadores que são considerados profissionais. Aqui fornecemos o contexto sobre como profissionais tomam decisões usando perguntas que podem suscitar fatores que apoiariam (ou desencorajariam) o uso de evidências.

Perguntas	Lista de opções
Que tipos de decisões profissionais tomam?	<ul style="list-style-type: none"> Fornecem aconselhamento ou serviços
Onde e como as decisões são tomadas?	<ul style="list-style-type: none"> Podem decidir se e como agir de maneira independente – por impulso, muitas vezes como parte de um processo aprendido e não consciente, ou após reflexão, como parte de um processo consciente e deliberativo que pode incluir encontrar e usar evidências (1) – <i>versus</i> em um local de trabalho com políticas e procedimentos definidos por terceiros
Que fatores podem influenciar a tomada de decisão?	<ul style="list-style-type: none"> Precisam de capacidade, oportunidade e motivação para tomar uma decisão profissional ou trabalhar com clientes individuais para tomar decisões compartilhadas Existem algumas estruturas específicas para uma profissão, como o “triângulo” da medicina baseada em evidências de contexto clínico (condição do paciente e <i>expertise</i> do médico), valores e preferências do paciente, e evidências
Quais “estruturas” podem fornecer um caminho para as evidências (e para institucionalizar o suporte de evidências)?	<ul style="list-style-type: none"> Unidades no local de trabalho oferecendo apoio na tomada de decisão, gestão do conhecimento, pesquisa e desenvolvimento (P&D), orçamento e planejamento, <i>marketing</i>, monitoramento, auditoria e gestão de risco Suporte externo para o local de trabalho a partir de iniciativas de suporte de evidências (p. ex., a <i>Education Endowment Foundation</i> [Fundação de Dotação para a Educação do Reino Unido] para professores) Suporte externo para o local de trabalho por empresas de consultoria em gestão, setor de serviços financeiros (p. ex., financiamento) e autoridades financeiras (p. ex., precificação de externalidades), e organismos mundiais de normalização técnica
Quais “processos” podem fornecer um caminho para as evidências?	<ul style="list-style-type: none"> Código de conduta profissional Desenvolvimento profissional contínuo Manutenção da formação (p. ex., valor mínimo para o desenvolvimento profissional contínuo em um período definido; avaliação periódica de pares e prática) Outros requisitos regulatórios Oportunidades de pesquisa baseada na prática Processos do local de trabalho, como orçamento, planejamento e monitoramento, bem como políticas, procedimentos, manuais e outras ferramentas para apoiar fluxos de trabalho (veja a lista completa na seção 3.4)

Mais de 1.000 sínteses de evidências discutem a eficácia das estratégias no apoio ao uso de evidências por profissionais de saúde, principalmente médicos, e muitas dessas sínteses são de alta qualidade. Existem *overviews* dessas sínteses, incluindo uma com foco em países de baixa e média renda.(25) Algumas sínteses de evidências discutem os fatores que influenciam o uso de evidências por outros profissionais, como professores e diretores de escolas.(26)

Em termos mais operacionais, alguns governos têm investido em sínteses de evidências, diretrizes e conjunto de ferramentas para apoiar o uso de evidências por profissionais. Por exemplo, o governo do Reino Unido investiu nos *What Works Centres* (centros sobre o que funciona), como os patrocinados pelo *College of Policing* e pela *Education Endowment Foundation*, que apoiam policiais e professores, respectivamente.

3.6 Cidadãos e o contexto para o uso de evidências



Cidadãos incluem todos nós como membros da sociedade. Usamos o termo “cidadão” para manter o foco no indivíduo, e não sugerir o *status* formal de cidadania conforme determinado por um governo. Por exemplo, incluímos indivíduos sem documentos e reconhecemos que os povos indígenas foram, por vezes, forçados a recusar sua condição de indígena para conquistar a cidadania de um país que agora inclui suas terras tradicionais. Termos alternativos como “público” ou “públicos” são geralmente considerados como um grupo, não indivíduos. Já os termos mais específicos são frequentemente específicos do setor, como consumidores (proteção ao consumidor), pais (educação), pacientes e cuidadores (saúde), residentes (habitação), usuários de serviços (serviços infantis, comunitários e sociais), contribuintes (desenvolvimento e crescimento econômico), eleitores (cidadania) e trabalhadores (emprego). Aqui fornecemos o contexto sobre como cidadãos tomam decisões usando perguntas que podem suscitar fatores que apoiariam (ou desencorajariam) o uso de evidências.

Perguntas	Lista de opções
Que tipos de decisões cidadãos tomam?	<ul style="list-style-type: none"> • Tomam decisões sobre o seu bem-estar e o de suas famílias • Gastam seu dinheiro em produtos e serviços • Fazem trabalho voluntário e doam dinheiro para iniciativas • Apoiam políticos encarregados de responder aos desafios sociais • Promovem um interesse público restrito, como buscar um <i>recall</i> de um produto comprado, uma escola melhor para os filhos, e o financiamento público de um medicamento caro sendo pago diretamente por um membro da família • Promovem um amplo interesse público, como melhorar a proteção ao consumidor, a educação e a atenção à saúde
Onde e como as decisões são tomadas?	<ul style="list-style-type: none"> • Podem decidir se e como agir por impulso, muitas vezes como parte de um processo aprendido e não consciente, ou após reflexão, como parte de um processo consciente e deliberativo que pode incluir encontrar e usar evidências (1)
Que fatores podem influenciar a tomada de decisão?	<ul style="list-style-type: none"> • Precisam de oportunidade, motivação e capacidade* para tomar uma decisão pessoal, agir localmente ou construir um movimento social • Motivação e capacidade podem ter a influência da família e amigos, influenciadores das redes sociais, líderes comunitários e outros • Existem algumas estruturas específicas para o cidadão, como a “estrutura de apoio à decisão de Ottawa” (ODSF, na sigla em inglês) para pacientes, que inclui necessidades de decisão e resultados de decisão, e apoio na tomada de decisão para atender essas necessidades e alcançar esses resultados
Quais “estruturas” podem fornecer um caminho para as evidências* ?	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturas regulatórias que protegem os cidadãos de publicidade falsa ou enganosa de produtos que alegam prevenir, diagnosticar, curar, tratar ou mitigar • Requisitos de responsabilidade social, como boletins dos cidadãos, monitoramento da comunidade, auditorias sociais, orçamento participativo e cartas dos cidadãos • Requisitos organizacionais e profissionais para garantir que os cidadãos recebam aconselhamento objetivo e serviços do seu interesse e tenham acesso a um mecanismo independente para comunicar reclamações (p. ex., ouvidoria)

<p>Quais “processos” podem fornecer um caminho para as evidências?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ajuda à decisão • Publicações de acesso aberto • Comunicação de evidências em linguagem simples e voltada para o cidadão • Serviços de checagem de fatos e rastreamento de desinformação • Treinamento de letramento midiático e informacional (incluindo matemático) • Iniciativas para a confiança na ciência • Iniciativas de ciência cidadã • Processos de cocriação e coprodução • Painéis de cidadãos e outros processos deliberativos • Engajamento e consulta pública • Mídia, redes sociais (incluindo algoritmos) e <i>podcasts</i> • Rótulos (chamados “<i>kitemarks</i>” no Reino Unido) que indicam segurança, qualidade ou procedência de produtos e serviços (p. ex., capacetes de bicicleta seguros ou café de comércio justo) • <i>Websites</i> que oferecem resenhas de produtos e serviços (organizados por categoria de produto ou serviço para permitir a “comparação de preços”) • <i>Websites</i> que apoiam o “altruísmo eficaz”** • Movimentos sociais
---	---

**Outras estruturas das ciências do comportamento também podem ser usadas, como a estrutura de atenção, formação de crenças, escolha e determinação (ABCD, do inglês attention, belief formation, choice and determination). (27)*

***Websites como o 80,000 Hours e o GiveWell são pioneiros em facilitar o trabalho voluntário e a doação de dinheiro para iniciativas que usam evidências para tomar decisões sobre o que fazem e como fazem.*

Existem sínteses de evidências que discutem fatores e estratégias que influenciam o uso de evidências por cidadãos, no entanto, muitas são de baixa qualidade e muito específicas em seu foco. Há algumas exceções, como uma revisão de escopo de estratégias de comunicação científica de média qualidade.(28) Abordamos as evidências disponíveis sobre as respostas à desinformação na **seção 4.11**.

A desconfiança nas elites surgiu recentemente como uma grande preocupação. No entanto, muitos intermediários de evidências consideram positivo que os cidadãos estejam menos cerimoniosos com os *experts* e estejam preparados para fazer perguntas difíceis. Alcançar certo grau de confiança em tomadores de decisão, como os formuladores de políticas governamentais, não envolve apenas tomar as decisões “certas”, mas tomar decisões consideradas certas pela maioria dos cidadãos. Um dos benefícios de alguns tipos de evidências, como avaliações que usam um desenho de ensaio clínico randomizado, é que podem ser explicados de maneiras que aumentem a probabilidade de aceitação dos achados por parte dos cidadãos.



Líder de organização, Modupe Adefeso-Olateju





Líder de organização não governamental, pioneira no uso de avaliações conduzidas por cidadãos e parcerias público-privadas para melhorar os resultados educacionais para crianças

É fundamental que capitalizemos esta oportunidade única em uma geração de melhorar o sistema de suporte de evidências para tomadores de decisões educacionais, incluindo formuladores de políticas governamentais, representantes do conselho escolar, diretores de escolas, professores e pais. Abraço totalmente a ideia apresentada na **seção 6.2** sobre esse sistema de suporte de evidências que precisa ser baseado em uma compreensão do contexto local (incluindo restrições de tempo), orientado para a demanda, e focado em contextualizar as evidências para determinada decisão de forma equitativa. Por meio da Comissão de Evidências, aprendi muito sobre como podemos complementar nossas evidências educacionais locais na Nigéria, incluindo as avaliações conduzidas por cidadãos que implementamos, juntamente com outras formas de evidências específicas para a Nigéria, bem como com as melhores evidências regionais e globais. Vejo os recursos de evidências da *Education Endowment Foundation* do Reino Unido e da *What Works Clearinghouse* do Departamento de Educação dos Estados Unidos, e posso identificar imediatamente o valor de serviços similares sendo iniciados na Nigéria e em outros países de baixa e média renda. Repositórios como a Base de Dados de Pesquisa em Educação Africana ESSA precisam ser fortalecidos e apoiados para se tornarem ainda mais úteis. Temos que trabalhar com esse fim.



3.7 Formas de como as evidências podem ser usadas na tomada de decisão

As evidências podem ser usadas pelo menos de quatro formas diferentes,(29) e cada uma delas pode ser ilustrada com um exemplo da pandemia de COVID-19 e de outro setor. A Comissão de Evidências tem como foco principal apoiar as duas primeiras formas de usar as evidências, ao mesmo tempo em que reconhece que processos deliberativos transparentes e outras abordagens podem ser usados para analisar (pelo menos em parte) as duas outras formas.

Formas de como as evidências podem ser usadas	Explicação	Exemplos da pandemia de COVID-19 e de outro setor
 <p>Conceitual ou “de esclarecimento”</p>	<p>As evidências mudam a maneira como pensamos sobre um problema, a(s) opção(ões) de abordá-lo e/ou a(s) consideração(ões) de implementação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dez tipos diferentes de evidências “indiretas”* (bit.ly/3wO9DH5) foram reunidos para apoiar coletivamente a hipótese de que a SARS-CoV-2 é transmitida principalmente por aerossóis em vez de grandes gotículas respiratórias e, portanto, é preciso buscar opções adicionais (como máscaras e sistemas de ventilação) para reduzir a propagação da COVID-19 • Pesquisas do comportamento na última década mostraram que “inadimplências” podem ter efeitos maiores do que os incentivos financeiros na política de pensão e outros tipos de política
 <p>Instrumental</p>	<p>As evidências informam diretamente uma decisão específica sobre um problema, uma opção ou uma consideração de implementação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os achados do ensaio clínico randomizado RECOVERY, juntamente com seis outros ensaios menores analisados em uma síntese de evidências, levaram à prescrição generalizada de dexametasona em pacientes com COVID-19 que precisavam de oxigênio ou ventilação (bit.ly/30IZsgA) e a uma estimativa de um milhão de vidas preservadas em todo o mundo dentro de nove meses (bit.ly/3F9JJAY) • Os achados da síntese de evidências da <i>Educational Endowment Foundation</i> levaram o governo do Reino Unido a redirecionar o financiamento e as atividades de tutoria para ajudar os alunos na recuperação após as interrupções escolares relacionadas à pandemia de COVID-19
 <p>Simbólica</p>	<p>As evidências são citadas seletivamente (ou “escolhidas a dedo”) ou novas pesquisas são seletivamente comissionadas para justificar uma decisão tomada por motivos diferentes dessas evidências**</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A compra e o armazenamento pelo governo dos Estados Unidos de 29 milhões de comprimidos de hidroxicloroquina foram justificados por um único estudo não randomizado envolvendo apenas 26 pacientes hospitalizados (seis dos quais faleceram durante o acompanhamento) e pelo “instinto” do presidente dos Estados Unidos (bit.ly/3DbFtzZ) • Muitos governos e organizações apoiaram o programa de prevenção ao crime <i>Scared Straight</i> com base em avaliações de baixa qualidade (ainda que as sínteses de evidências descritas na seção 4.8 tenham encontrado evidências de danos e nenhuma evidência de benefícios)
 <p>Tática</p>	<p>A falta de evidências é usada para justificar uma ação ou omissão</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A falta de evidências sobre a transmissão da SARS-CoV-2 por aerossóis (em oposição a gotículas mais pesadas) foi usada por organizadores de eventos para argumentar que continuariam realizando eventos lotados em locais fechados sem limitar o número de participantes nem obrigar o uso de máscaras (em vez de seguir o princípio da precaução***) • A falta de evidências sobre programas para a primeira infância foi usada por formuladores de políticas governamentais para justificar decisões de não investir nessa faixa etária (e o Projeto Pré-Escolar Perry descrito na seção 1.6 ajudou a criar as justificativas para a ação)

* As evidências diretas vêm de pesquisas que comparam diretamente as intervenções que são de interesse dos tomadores de decisão, podem ser aplicadas às pessoas que são consideradas como público-alvo, e medem os desfechos que são considerados importantes. As evidências podem ser indiretas porque envolvem tipos de intervenções, pessoas ou desfechos diferentes, mas relacionados, ou porque as intervenções que podem ser escolhidas não foram testadas em comparações diretas (head-to-head) (para mais informações, consulte bit.ly/3CnKGnf). Como discutimos na **seção 4.7**, evidências diretas são consideradas de maior qualidade do que as indiretas.

** Algumas pessoas usam o termo “evidências baseadas em políticas” para contrastar esses usos simbólicos de evidências com a formulação de políticas baseada em evidências (ou informadas por evidências).

*** A Declaração de Wingspread sobre o princípio da precaução (1998) afirma que: “Quando uma atividade suscita ameaças de danos à saúde humana ou ao meio ambiente, devem ser tomadas medidas cautelares mesmo que algumas relações de causa e efeito não sejam estabelecidas cientificamente. Nesse contexto, o proponente de uma atividade [p. ex., o organizador do evento], em vez do público, deve arcar com o ônus da prova”. É a gravidade da ameaça de dano que justifica – na ausência de evidências suficientes – o uso de medidas cautelares que provavelmente terão maior benefício, menor dano e/ou menor custo.

Pode haver muitas razões pelas quais as evidências não são usadas para discutir muitas perguntas que podem ser feitas na tomada de decisão, incluindo:

Ainda não há evidências sobre o tópico (embora isso só possa ser afirmado após buscar nos lugares certos)

Os tomadores de decisão não estão cientes das evidências disponíveis

Os tomadores de decisão não consideram as evidências disponíveis como sendo de alta qualidade ou que sejam relevantes para seu contexto

Os tomadores de decisão tomaram uma decisão por outras razões (p. ex., os formuladores de políticas governamentais podem ter enfrentado restrições institucionais, pressão de grupos de interesse, valores concorrentes dentro do partido governante ou entre seus integrantes).

Retomamos sobre como combinar as formas de evidências com as perguntas relacionadas a evidências na [seção 4.6](#).



Profissional, Julian Elliott

Pesquisador clínico, utilizando tecnologia para a preparação e manutenção eficiente de sínteses de evidências e diretrizes “vivas” para informar a tomada de decisão

Encerro meu trabalho com a Comissão de Evidências ainda mais convencido de que precisamos encontrar maneiras de sistematizar os muitos aspectos da resposta de evidências da COVID-19 que deram certo e abordar as diversas questões que não foram bem-sucedidas. Isso inclui o trabalho incrível que muitos empreenderam para estabelecer projetos vivos de evidências, que agora vemos sendo adotados para além da COVID-19. Também houve um progresso significativo na pesquisa clínica com a implementação bem-sucedida e generalizada de “ensaios de plataforma” e na publicação com a adoção de *preprints*. Observo ainda com consternação a cobertura desigual de questões essenciais, em especial o nível inconcebivelmente baixo de financiamento para estudos de alta qualidade de intervenções não medicamentosas (p. ex., intervenções comportamentais, ambientais, sociais e sistêmicas), a baixa qualidade e a desatualização de sínteses das evidências, e a desoladora quantidade de duplicação supérflua.



3.8 Relatórios de comissões globais por tipo de tomador de decisão

Os relatórios de comissões globais podem se dirigir a, envolver diretamente ou engajar de forma mais geral qualquer um dos quatro tipos de tomadores de decisão que são o foco do relatório da Comissão de Evidências. Os formuladores de políticas governamentais foram o público-alvo mais frequente nos 70 relatórios de comissões publicados desde 2016 analisados. Os comissários também foram descritos com mais frequência como formuladores de políticas governamentais, e esse tipo de tomador de decisão também foi o foco de um engajamento mais amplo dos relatórios de comissões analisados. Os cidadãos foram descritos com menos frequência como público-alvo, comissários e o foco de um engajamento mais amplo. Muitos relatórios de comissões (52) não destacaram nenhum tipo de tomador de decisão como base para descrever seus comissários.



3.9 Referências

1. Kahneman D. Thinking, fast and slow. New York: Farrar, Straus and Giroux; 2011.
2. Nsangi A, Semakula D, Oxman AD, et al. Effects of the Informed Health Choices primary school intervention on the ability of children in Uganda to assess the reliability of claims about treatment effects: A cluster-randomised controlled trial. *The Lancet* 2017; 390(10092): 374-388.
3. Semakula D, Nsangi A, Oxman AD, et al. Effects of the Informed Health Choices podcast on the ability of parents of primary school children in Uganda to assess claims about treatment effects: A randomised controlled trial. *The Lancet* 2017; 390(10092): 389-398.
4. Langer L, Tripney J, Gough D. The science of using science: Researching the use of research evidence in decision-making. London: EPPI-Centre, UCL Institute of Education; 2016.
5. Oliver K, Innvar S, Lorenc T, Woodman J, Thomas J. A systematic review of barriers to and facilitators of the use of evidence by policymakers. *BMC Health Services Research* 2014; 14: 2.
6. Murthy L, Shepperd S, Clarke MJ, et al. Interventions to improve the use of systematic reviews in decision-making by health system managers, policy makers and clinicians. *Cochrane Database of Systematic Reviews* 2012; (9): 1-67.
7. Perrier L, Mrklas K, Lavis JN, Straus SE. Interventions encouraging the use of systematic reviews by health policymakers and managers: A systematic review. *Implementation Science* 2011; 6: 43.
8. Wallace J, Byrne C, Clarke M. Improving the uptake of systematic reviews: A systematic review of intervention effectiveness and relevance. *BMJ Open* 2014; 4(10): e005834.
9. Sarkies MN, Bowles K-A, Skinner EH, Haas R, Lane H, Haines TP. The effectiveness of research implementation strategies for promoting evidence-informed policy and management decisions in healthcare: A systematic review. *Implementation Science* 2017; 12(1): 132.
10. Williamson A, Barker D, Green S, et al. Increasing the capacity of policy agencies to use research findings: A stepped-wedge trial. *Health Research Policy and Systems* 2019; 17(14).
11. Partridge ACR, Mansilla C, Randhawa H, Lavis JN, El-Jardali F, Sewankambo NK. Lessons learned from descriptions and evaluations of knowledge translation platforms supporting evidence-informed policy-making in low- and middle-income countries: A systematic review. *Health Research Policy and Systems* 2020; 18(1): 127.
12. Ricciardi GW, Toumi M, Weil-Olivier C, et al. Comparison of NITAG policies and working processes in selected developed countries. *Vaccine* 2015; 33(1): 3-11.
13. Bell S, Blanchard L, Walls H, Mounier-Jack S, Howard N. Value and effectiveness of national immunization technical advisory groups in low- and middle-income countries: A qualitative study of global and national perspectives. *Health Policy and Planning* 2019; 34(4): 271-281.
14. Tyner E, Lorenc T, Petticrew M, et al. Cultures of evidence among decision makers in non-health sectors: Systematic review of qualitative evidence. *The Lancet* 2013; 382(S3).
15. Government of Kenya. Guidelines for evidence use in policy-making. Nairobi: Government of Kenya, Ministry of Health; 2016.
16. HM Treasury. The green book: Central government guidance on appraisal and evaluation. London: UK Government, HM Treasury; 2018.
17. Sucha V, Sienkiewicz M. Science for policy handbook. Brussels: European Commission Joint Research Centre; 2020.
18. Sense About Science. Transparency of evidence: An assessment of government policy proposals May 2015 to May 2016. London: Sense About Science; 2016.
19. Haskins R, Margolis G. Show me the evidence: Obama's fight for rigor and results in social policy. Washington: Brookings Institution Press; 2014.
20. Tate K, Hewko S, McLane P, et al. Learning to lead: A review and synthesis of literature examining health care managers' use of knowledge. *Journal of Health Services Research & Policy* 2019; 24(1): 57-70.
21. Shafaghat T, Imani-Nasab MH, Bahrami MA, et al. A mapping of facilitators and barriers to evidence-based management in health systems: A scoping review study. *Systematic Reviews* 2021; 10(1): 42.

22. Roshanghalb A, Lettieri E, Aloini D, Cannavacciuolo L, Gitto S, Visintin F. What evidence on evidence-based management in healthcare? *Management Decision* 2018; 56(10): 2069-2084.
23. Moss I. Improving institutional decision-making: Which institutions? – A framework. 2021. <https://forum.effectivealtruism.org/posts/ttpSEgE3by7AAhQ7w/improving-institutional-decision-making-which-institutions-a> (acesso 9 setembro 2021).
24. Leigh A. *Randomistas: How radical researchers changed our world*. Carlton: La Trobe University Press in conjunction with Black Inc.; 2018.
25. Pantoja T, Opiyo N, Lewin S, et al. Implementation strategies for health systems in low-income countries: An overview of systematic reviews. *Cochrane Database of Systematic Reviews* 2017; 9(9).
26. Dagenais C, Lysenko L, Abrami PC, Bernard RM, Ramde J, Janosz M. Use of research-based information by school practitioners and determinants of use: A review of empirical research. *Evidence & Policy: A Journal of Research, Debate and Practice* 2012; 8(3): 285-309.
27. Organisation for Economic Co-operation and Development. *Behavioural insights and organisations: Fostering safety culture*. Paris: OECD; 2020.
28. Fontaine G, Maheu-Cadotte MA, Lavallée A, et al. Communicating science in the digital and social media ecosystem: Scoping review and typology of strategies used by health scientists. *JMIR Public Health and Surveillance* 2019; 5(3): e14447.
29. Weiss CH. The many meanings of research utilization. *Public Administration Review* 1979; 39(5): 426-431.



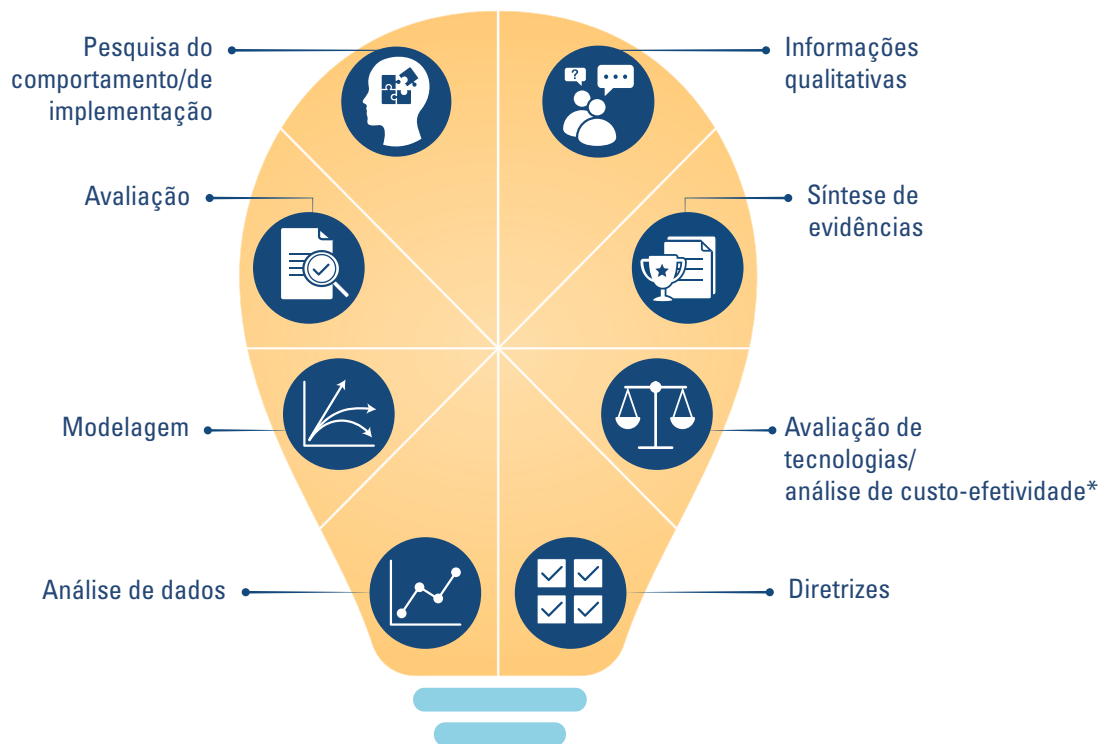
Capítulo 4. Estudos, sínteses e diretrizes: Oferta de evidências

4.1 Formas em que as evidências são encontradas com maior frequência na tomada de decisão	44
4.2 Definições das formas em que as evidências são encontradas com maior frequência	45
4.3 Como combinar perguntas relacionadas à decisão com formas de evidências	47
4.4 Interação de evidências locais e globais	48
4.5 Como distinguir entre evidências de alta e baixa qualidade	50
4.6 Cobertura, qualidade e atualidade das sínteses de evidências	52
4.7 Produtos vivos de evidências	55
4.8 Melhores evidências <i>versus</i> outras coisas (e como obter o melhor de outras coisas)	57
4.9 Contextos que moldam a forma como as evidências são vistas	59
4.10 Direitos e saberes indígenas	60
4.11 Desinformação e infodemia	62
4.12 Fragilidades em um sistema de pesquisa em saúde	65
4.13 Fragilidades em vários sistemas de suporte de evidências da COVID-19	67
4.14 Características de uma ideal infraestrutura nacional de evidências	69
4.15 Relatórios de comissões globais por forma de evidências	72
4.16 Anexo da seção 4.5 – Exemplos de ferramentas de avaliação da qualidade	73
4.17 Referências	75

Este é o terceiro de três capítulos que discutem o problema central deste relatório: o que está envolvido na sistematização do uso de evidências, por todos os tipos de tomadores de decisão, para responder aos desafios sociais? Tratamos neste capítulo sobre os estudos, sínteses e diretrizes, ou na oferta de evidências. O [capítulo 2](#) aborda a natureza dos desafios sociais. O [capítulo 3](#) aborda as decisões e os tomadores de decisão, ou a demanda por evidências.

4.1 Formas em que as evidências são encontradas com maior frequência na tomada de decisão

As evidências são geralmente encontradas na tomada de decisão de oito formas diferentes. Essas formas podem estar inter-relacionadas. Por exemplo, uma avaliação apresentando um ensaio clínico randomizado também pode incorporar evidências baseadas em análises de dados, informações qualitativas e uma análise de custo-efetividade. Da mesma forma, um estudo de caso pode se basear em informações qualitativas sobre experiências e preferências e em evidências quantitativas a partir da análise de dados, modelagem e avaliações.



**Agrupamos a avaliação de tecnologias e a análise de custo-efetividade porque, em geral, são conduzidas para os mesmos tipos de produtos e serviços e pelos mesmos grupos de evidências, e porque uma análise de custo-efetividade é quase sempre um elemento-chave em uma avaliação de tecnologias. Reconhecemos que os produtores de algumas dessas formas de evidências colocam mais ênfase no processo do que no produto de evidências resultante, mas esses formatos de evidências ainda podem ser encontrados por muitos tomadores de decisão que não estiveram envolvidos em nenhum processo relacionado.*

Os “estudos” mencionados no título deste capítulo (p. ex., uma avaliação, um estudo de pesquisa do comportamento, um estudo qualitativo e outras formas de pesquisa “primária”) podem gerar muitas dessas formas de evidências. As “sínteses” do título deste capítulo são, em si mesmas, uma forma de evidências e, às vezes, são chamadas de pesquisa “secundária”. As diretrizes do título deste capítulo também são uma forma de evidências e, como discutimos na [seção 4.4](#), as avaliações de tecnologias também podem incluir recomendações.

Usamos o termo “evidência” como uma forma abreviada de “evidências de pesquisa”, reconhecendo que há muitos outros tipos de evidências (p. ex., evidências que os próprios indivíduos obtêm de suas experiências de vida e evidências consideradas em um tribunal) e que as evidências são um de muitos fatores que podem influenciar uma decisão. Definimos todos esses termos na [seção 4.2](#) e mostramos como cada forma de evidências se relaciona às etapas de um processo de tomada de decisão. Na [seção 4.3](#), descrevemos o inverso – como cada etapa em um processo de tomada de decisão se relaciona às formas de evidências.





4.2 Definições das formas em que as evidências são encontradas com maior frequência

Fornecemos abaixo definições simples de cada forma de evidências. Adaptamos muitas dessas definições a partir de outras, com o objetivo de diferenciar mais claramente as oito formas de evidências ao mesmo tempo em que mostramos como se interconectam. Também observamos como cada forma de evidências se relaciona a qualquer uma das quatro etapas em um processo de tomada de decisão.



Junto com a [seção 4.3](#), que descreve como cada etapa em um processo de tomada de decisão se relaciona às formas de evidências, esta seção se baseia na lista de perguntas de tomada de decisão apresentadas na [seção 3.1](#).

Formas de evidências	Definições	Etapas em que agrega maior valor			
Análise de dados 	Análise sistemática de dados brutos para formular conclusões sobre essas informações	1			4
Modelagem 	Uso de equações matemáticas para simular cenários do mundo real (i.e., o que provavelmente aconteceria se não intervíssemos) e opções (i.e., o que aconteceria se intervíssemos) em um ambiente virtual	1	2		
Avaliação 	Avaliação sistemática da implementação (monitoramento) e impactos (avaliação) de uma iniciativa para fins de aprendizagem ou tomada de decisão				4
Pesquisa do comportamento/de implementação 	Estudo de métodos para promover a adoção sistemática de abordagens eficazes em práticas de rotina nos níveis pessoal, profissional, organizacional e governamental (pesquisa de implementação) Exame sistemático do que as pessoas (cidadãos e profissionais) fazem, o que as leva a fazerem isso, e o que pode sustentar ou mudar o que fazem (pesquisa do comportamento)			3	

<p>Informações qualitativas</p> 	<p>Estudo de dados (normalmente não numéricos) – obtidos a partir de entrevistas, grupos focais, questionários abertos, observação direta, observação participante, registros feitos em ambientes naturais, documentos e artefatos – para entender como indivíduos e grupos veem e vivenciam problemas, opções, considerações de implementação (barreiras, facilitadores e estratégias) e métricas</p>	1	2	3	4
<p>Síntese de evidências</p> 	<p>Processo sistemático para identificar, selecionar, avaliar e sintetizar os achados de todos os estudos que abordaram a mesma questão, a fim de chegar a uma compreensão geral do que é conhecido, incluindo como isso pode variar entre os grupos (p. ex., comunidades racializadas) e contextos (p. ex., bairros de baixo nível socioeconômico)</p>	1	2*	3	4
<p>Avaliação de tecnologias/análise de custo-efetividade</p> 	<p>Avaliação de todos os aspectos relevantes de uma “tecnologia” (p. ex., um produto ou serviço), incluindo segurança, eficácia e implicações econômicas, sociais e éticas (avaliação de tecnologias), geralmente com uma síntese de evidências contribuindo para a avaliação da eficácia</p> <p>Comparação dos desfechos (eficácia) e custos relativos de duas ou mais opções, novamente com uma síntese de evidências geralmente contribuindo para a avaliação da eficácia</p>		2*	3	4
<p>Diretrizes</p> 	<p>Declarações desenvolvidas sistematicamente que recomendam um determinado curso de ação, geralmente para cidadãos e profissionais e, às vezes, para organizações e governos, com uma ou mais sínteses de evidências contribuindo para a avaliação da eficácia, valores, preferências e outros fatores</p>		2		

*Agrega o maior valor nesta etapa, mas pode agregar valor em outras etapas

Observe que sínteses (*briefs*), infográficos, resumos em linguagem simples e outros documentos derivados de qualquer forma de evidências ou combinação de formas de evidências podem ser usados para apresentar informações importantes para um tipo específico de tomador de decisão. Esses “produtos de evidências derivados” podem ser usados em iniciativas de disseminação e implementação, destinados para específicos tomadores de decisão e agregando valor em todas as etapas.

4.3 Como combinar perguntas relacionadas à decisão com formas de evidências

Tendo relacionado as formas de evidência com as etapas de um processo de tomada de decisão na [seção 4.2](#), agora relacionamos cada etapa desse processo com as formas de evidência, com exemplos.

As sínteses de evidências podem ajudar a responder a quase todas essas questões, resumindo o que sabemos e o que não sabemos com base em todos os estudos que abordaram uma questão semelhante. As sínteses são extremamente importantes para questões sobre benefícios e danos, tanto para opções quanto para estratégias de implementação. Na [seção 4.4](#), discutimos por que as sínteses de evidências são o melhor ponto de partida para responder a muitos tipos de perguntas.



Etapas	Perguntas relacionadas	Exemplos de formas úteis de evidências
1	Indicadores – Qual é o tamanho do problema?	Análise de dados
	Comparações – O problema está piorando ou é maior aqui do que em outros lugares?	Análise de dados (p. ex., usando bancos de dados administrativos ou inquéritos comunitários)
	Enquadramento – Como pessoas diferentes descrevem ou vivenciam o problema e suas causas?	Estudos qualitativos (p. ex., usando entrevistas e grupos focais)
2	Benefícios – Que bem pode resultar dele?	Avaliações (p. ex., estudos de eficácia, como ensaios clínicos randomizados)
	Prejuízos – O que poderia dar errado?	Avaliações (p. ex., estudos observacionais)
	Custo-efetividade – Alguma opção consegue mais com o mesmo investimento?	Avaliações de tecnologias/análises de custo-efetividade
	Adaptações – Podemos adaptar algo que funcionou em outro lugar e ainda obter os benefícios?	Avaliações (p. ex., avaliações de processo que examinam como e por que uma opção funcionou)
	Pontos de vista e experiências das partes interessadas – Quais grupos apoiam qual opção?	Estudos qualitativos (p. ex., usando entrevistas e grupos focais para entender o que é importante para os cidadãos)
3	Barreiras e facilitadores – O que (e quem) nos atrapalhará ou ajudará a alcançar e atingir os impactos desejados entre as pessoas certas?	Estudos qualitativos (p. ex., usando entrevistas e grupos focais para entender as barreiras e os facilitadores)
	Benefícios, prejuízos, custo-efetividade, etc. das estratégias de implementação – Que estratégias devemos usar para alcançar e atingir os impactos desejados entre as pessoas certas?	Pesquisa do comportamento/de implementação <i>Veja também “selecionando uma opção”</i>
4	A opção escolhida está alcançando quem pode se beneficiar dela?	Análise de dados
	A opção escolhida está alcançando os impactos desejados em escala suficiente?	Avaliações

4.4 Interação de evidências locais e globais

Os tomadores de decisão precisam de evidências locais (i.e., o que foi aprendido em seu próprio país, estado/província ou cidade) e evidências globais (i.e., o que foi aprendido no mundo, incluindo variações por grupos e contextos). Por “local” queremos dizer nacional e subnacional, e essas evidências podem assumir muitas formas, incluindo análise de dados locais, uma avaliação local e pesquisa de implementação local. As evidências globais geralmente assumem a forma de uma síntese de evidências, que retomamos adiante.

Os tomadores de decisão podem se beneficiar de recomendações que se baseiam em evidências locais e globais. Diretrizes, por definição, fornecem recomendações. Como observamos na introdução, em tempos de crise, em geral, devemos inicialmente contar com recomendações emergentes (p. ex., ainda não sabemos o suficiente, mas lave bem as mãos por enquanto) e então recomendações de substituição (p. ex., agora temos muitas evidências indicando que máscaras reduzem a transmissão). Em todos os momentos, precisamos estar abertos para o que tem sido chamado de “inversões”, ou seja, quando o acúmulo de evidências mostra que abordagens consideradas benéficas acabam não funcionando de fato, ou mesmo causando danos. As avaliações de tecnologias podem fornecer recomendações, ou podem fornecer um tipo de suporte de evidências ao complementar as evidências disponíveis com uma avaliação dos fatores sociais, éticos e legais que também podem influenciar uma decisão local.

A modelagem é geralmente uma forma de evidência local. No entanto, pode oferecer um modo de sintetizar as melhores evidências globais, a exemplo do que é feito em domínios de alto risco, como ações climáticas, reembolso de medicamentos e política macroeconômica. A modelagem também pode fornecer uma forma de suporte de evidências local, com modeladores atuando efetivamente como um tipo de intermediário de evidências. Esse foi o caso de muitos modelos da COVID-19, específicos de cada jurisdição, e que os formuladores de políticas governamentais utilizaram para prever os prováveis impactos futuros (e a maioria das incertezas decorrentes) de opções como o *lockdown*. Quando bem feita, essa modelagem usou estimativas de efeito a partir de sínteses de evidências ou, na sua ausência, obteve sistematicamente a opinião de *experts*.

As evidências locais e globais podem ser informadas ou complementadas por outras formas de análise, como políticas, sistemas e análises políticas. Discutimos esses tipos de análise na [seção 5.4](#).

Posição estratégica	Formas de evidências
Evidências locais (nacionais ou subnacionais) 	 Análise de dados  Modelagem  Avaliação  Pesquisa do comportamento/de implementação  Informações qualitativas
Evidências globais 	 Síntese de evidências
Recomendações locais (nacionais ou subnacionais) ou suporte de evidências informado por evidências locais e globais 	 Avaliações de tecnologias  Diretrizes

Evidências globais



Uma síntese de evidências usa um processo sistemático e transparente para identificar, selecionar, avaliar e sintetizar os achados de todos os estudos sobre uma mesma questão. O objetivo é chegar a uma compreensão geral do que é conhecido, incluindo como isso pode variar por grupos (p. ex., garotas e mulheres jovens) e contextos (p. ex., países de baixa e média renda). Para questões sobre opções, parte do que é conhecido pode ser sobre o que funciona para quem em quais contextos.

Uma síntese de evidências oferece quatro vantagens sobre outras abordagens para resumir as melhores evidências globais, tais como um *expert* conduzindo uma revisão narrativa informal da literatura científica:

- Reduz a probabilidade de ser induzido ao erro ao garantir que todos os estudos relevantes tenham sido incluídos e que seja dado maior peso aos estudos de alta qualidade
- Aumenta a confiança sobre o que pode ser esperado ao aumentar o número de participantes dos estudos incluídos na análise
- Facilita a avaliação do que as evidências globais significam em um contexto específico ao apresentar informações sobre os participantes e contextos sendo estudados e, idealmente, como os achados variaram de acordo com esses fatores
- Simplifica a discussão sobre as evidências disponíveis ao garantir que todos tenham acesso aos mesmos “dados” e ao relatar de forma clara sobre como os dados foram sintetizados.

A primeira dessas vantagens pode ajudar a resolver o que, às vezes, é chamado de crise de replicação ou de reprodutibilidade na ciência – muitos achados de um único estudo não podem ser replicados ou reproduzidos. A crise foi documentada em muitos campos, desde medicina (p. ex., hidroxiquina e ivermectina para o tratamento da COVID-19) até economia e psicologia. Mais preocupante é o fato de que os achados não replicáveis são mais citados do que os replicáveis, mesmo após a falha para replicar ter sido documentada.(1)

As explorações do futuro baseadas em modelos para abordar o problema social das mudanças climáticas, de “complexidade ao cubo”, usando vários tipos de evidências e se baseando em exercícios robustos de intercomparação, fornecem um paradigma alternativo ao tipo de sínteses de evidências descrito acima. Construir com base no melhor de ambas as abordagens pode ser uma forma profícua de avançar. (2)

Evidências locais



As evidências locais (nacionais ou subnacionais) podem esclarecer se há um problema local e suas causas, a viabilidade e a aceitabilidade local de uma opção para resolver um problema, além de fatores locais que podem atrapalhar ou ajudar a alcançar e atingir os impactos desejados entre as pessoas certas. O que “local” significa para os tomadores de decisão poderá variar – para uma pessoa “local” pode ser seu país; para outra, pode ser seu bairro. Discutimos a questão da aplicabilidade local das evidências na [seção 4.5](#).

4.5 Como distinguir entre evidências de alta e baixa qualidade

Nem todas as evidências são de alta qualidade e confiáveis para a tomada de decisão. Existem ferramentas para muitas (mas não todas) formas de evidências a fim de ajudar a julgar se as evidências (de um único estudo ou de um conjunto de evidências) podem ser confiáveis. Como descrevemos aqui, essas ferramentas usam pontuações ou graus para ajudar os usuários a entender quanta confiança podem ter na evidência. Muitos periódicos agora exigem que os autores sigam os padrões de relatórios, como CONSORT para ensaios clínicos randomizados e PRISMA para sínteses de evidências. A maioria dos periódicos não exige que os revisores usem ferramentas específicas para avaliar a qualidade dos estudos ou a força das recomendações. Como resultado, a publicação em um periódico revisado por pares não é um bom indicador de qualidade.

Problema	Resposta
Estudos (e diretrizes) variam em qualidade (ou confiabilidade)	<ul style="list-style-type: none"> Ferramentas de avaliação de qualidade (ou avaliação crítica) foram desenvolvidas para desenhos de estudo específicos (p. ex., ensaio clínico randomizado), para categorias abrangentes de desenhos de estudo (p. ex., estudo observacional, pesquisa qualitativa e síntese de evidências), e para diretrizes – consulte o anexo ao final deste capítulo (seção 4.16) para exemplos (RoB2, ROBINS-I, <i>checklist</i> do JBI, AMSTAR e AGREE II) As ferramentas podem produzir um resumo dos julgamentos (p. ex., baixo risco de viés usando RoB2 ou ROBINS-I), uma pontuação apresentada em intervalos (p. ex., alta qualidade usando AMSTAR), um conjunto de pontuações (p. ex., seis domínios usando AGREE II), ou um conjunto de considerações que podem informar um resumo dos julgamentos (p. ex., <i>checklist</i> do JBI)
Os conjuntos de evidências variam em sua certeza (ou na confiança que se pode ter neles)	<ul style="list-style-type: none"> Ferramentas para avaliar a certeza foram desenvolvidas para um conjunto de evidências abordando a mesma questão (p. ex., o efeito de uma intervenção sobre um desfecho específico ou o significado que os cidadãos atribuem a um fenômeno específico) – consulte a seção 4.16 para dois exemplos (GRADE e GRADE CERQual) As ferramentas podem produzir um resumo dos julgamentos sobre a confiança de que o efeito verdadeiro é similar ao efeito estimado (p. ex., alto grau de certeza com GRADE) ou que o fenômeno de interesse é bem representado por um achado de estudo qualitativo (com GRADE CERQual) Um resumo dos julgamentos sobre a certeza de uma estimativa de efeito é mais útil do que um teste de significância estatística demonstrando que uma intervenção “funciona” ou “não funciona” (o que acontecerá por acaso uma em cada 20 vezes se a significância estatística for definida no nível 0,05)
As recomendações variam quanto à sua força	<ul style="list-style-type: none"> Ferramentas de avaliação da força foram desenvolvidas para recomendações de diretrizes (p. ex., GRADE, além de classificar a certeza de um corpo de evidências, como descrito acima) – veja a seção 4.16 para um exemplo As ferramentas podem produzir um resumo dos julgamentos sobre se a maioria dos tomadores de decisão escolheria prosseguir com uma intervenção (p. ex., forte com GRADE) ou se a maioria precisaria avaliar cuidadosamente os prós e contras de uma intervenção
Algumas fontes de (ou abordagens usadas para gerar) evidências podem ser difíceis de julgar	<ul style="list-style-type: none"> Não existem ferramentas amplamente aceitas para avaliar o grau de confiança em: <ul style="list-style-type: none"> Um <i>expert</i>, embora existam exemplos como o <i>Good Judgment Project</i> (Projeto Bom Julgamento) para previsão (retomamos sobre a opinião de <i>experts</i> depois neste capítulo e, no caso da opinião de <i>experts</i> sobre parâmetros de modelo, na seção 4.16) Modelos usados na geração de algumas formas de evidência (que abordamos na seção 4.7, ao falar sobre modelos de mudanças climáticas, e na seção 4.16) Um algoritmo de inteligência artificial usado na geração de alguns tipos de evidências, embora exemplos como TRIPOD estejam começando a surgir (3)

Distinguir entre evidências de alta e baixa qualidade é particularmente desafiador quando as evidências estão incorporadas em painéis, modelos e outros formatos, e quando há conflitos de interesse em jogo. Retomamos sobre conflitos de interesse nas [seções 4.12, 4.14](#) e [4.16](#). Embora não seja o foco deste relatório, distinguir entre “dados brutos” de alta e baixa qualidade também pode ser um desafio, e organizações como o UNICEF desenvolveram estruturas de qualidade de dados para ajudar nisso (bit.ly/3DQQRrv).

Alguns “balcões únicos”, como o *Social Systems Evidence* e o inventário da Rede de Evidências para Apoiar a Tomada de Decisões na COVID-19 (COVID-END) (descrita na [seção 4.6](#)), usam algumas dessas ferramentas para que os tomadores de decisão e quem os apoia possam focar nas sínteses de evidências de alta qualidade ou entender que estão usando as melhores (se não forem de alta qualidade) sínteses de evidências disponíveis.

A pandemia de COVID-19 exigiu que os tomadores de decisão tomassem decisões difíceis em curtos períodos de tempo, inicialmente com poucas evidências, geralmente indiretas, e, com o tempo, com estudos, conjuntos de evidências e recomendações desenvolvidos por meio de um processo robusto. Para apoiar a tomada de decisão sobre a COVID-19 com base em conjuntos de evidências (em vez de estudos únicos), em seu inventário de sínteses das “melhores” evidências, a COVID-END traçou um perfil das sínteses que eram atualizadas (com base na data de busca por evidências) e de alta qualidade (com base na ferramenta AMSTAR), e avaliou a certeza das evidências (com base na ferramenta GRADE).

Assim como nem todas as evidências são de alta qualidade, nem todas as evidências globais serão aplicáveis em um determinado contexto. Por exemplo, uma síntese de evidências contendo estudos realizados somente em países de alta renda pode ter aplicabilidade limitada a alguns países de baixa renda. Pode haver diferenças importantes nas condições de base, nas realidades e restrições locais, e nos componentes estruturais do sistema local (p. ex., sistema nacional de saúde ou sistema educacional provincial/estadual). Uma ferramenta SUPPORT também pode ajudar as pessoas a pensar sobre a aplicabilidade local dos achados de uma síntese de evidências e considerar como ainda é possível extrair *insights*, mesmo quando os achados não são aplicáveis.⁽⁴⁾

O raciocínio Bayesiano tem atraído cada vez mais atenção como uma forma de redesenhar deliberadamente nossos “mapas mentais” sobre desafios e formas de respondê-los, não substituindo tudo que pensávamos saber por novas informações, mas modificando nosso entendimento para um grau adequado. Tal grau depende de quanta confiança se tinha em seu conhecimento anterior (a probabilidade “anterior” de algo ser verdadeiro) e quanta confiança se deposita no novo conhecimento. Mais confiança pode ser depositada no novo conhecimento se vier de uma síntese de evidências de alta qualidade que inclua estudos conduzidos em contextos semelhantes ao seu.



Intermediária e produtora de evidências, Gillian Leng

Executiva experiente, liderando uma agência de avaliação de tecnologias e diretrizes para apoiar a tomada de decisão no âmbito da atenção à saúde e assistência social para governos, provedores de serviços e pacientes

O Reino Unido tem liderado um trabalho ao longo de muitos anos que visa encorajar a síntese e o uso de evidências – desde o primeiro ensaio clínico randomizado para prevenir o escorbuto em marinheiros, até os mais recentes e inovadores *What Works Centres* para promover o uso de evidências em uma série de áreas políticas. Como parte desse movimento baseado em evidências, nos últimos 20 anos, o *National Institute for Health and Care Excellence* - NICE (Instituto Nacional para a Saúde e Excelência Clínica) transformou o uso de evidências em prática da atenção à saúde, bem como em iniciativas mais amplas de saúde pública e assistência social.

A pandemia de COVID-19 reforçou dramaticamente a necessidade de evidências de alta qualidade para informar políticas e práticas, e também destacou as consequências negativas da mídia social e da desinformação a ela associada. Nesse contexto, o trabalho da Comissão Global de Evidências para Responder aos Desafios Sociais é extremamente importante e deve ser visto como uma leitura essencial para todos os formuladores de políticas em todo o mundo.



4.6 Cobertura, qualidade e atualidade das sínteses de evidências

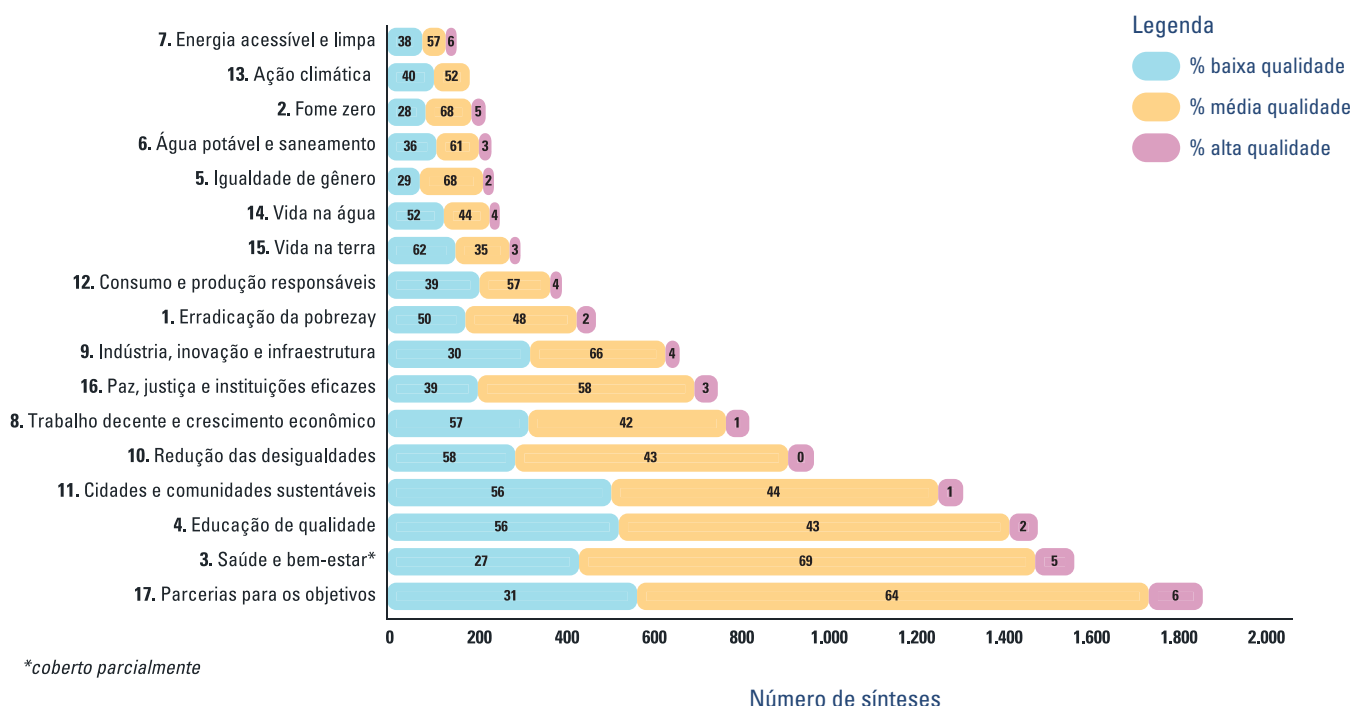
O estoque global de sínteses de evidências enfrenta uma cobertura incompleta de tópicos prioritários, um amplo espectro de qualidade (da síntese) e problemas com a atualidade (da busca por estudos potenciais a serem incluídos na síntese). As análises de dois “balcões únicos” para sínteses de evidências ilustram a magnitude do problema. Um “balcão” tem como foco todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ou ODS, não relacionados à saúde (*Social Systems Evidence*), e o outro se concentra em todas as possíveis respostas à COVID-19 (inventário da COVID-END das melhores sínteses de evidências e a base de dados mais ampla na qual o inventário se baseia).

Sínteses de evidências dos ODS

Com relação às 4.131 sínteses de evidências sobre os ODS – definidas como *overviews* de revisões, revisões de efeitos, e revisões abordando outras questões – incluídas no *Social Systems Evidence* em 12 de agosto de 2021:

- a cobertura foi desigual, com sete ODS abordados por um número relativamente baixo de sínteses de evidências (263 ou menos) em relação ao número de perguntas que podem ser feitas sobre cada ODS (2 – Fome zero, 5 – Igualdade de gênero, 6 – Água potável e saneamento, 7 – Energia acessível e limpa, 13 – Ação climática, 14 – Vida na água, e 15 – Vida na terra);
- a qualidade foi desigual, com sete ODS abordados por um estoque de sínteses de evidências em que pelo menos metade são de baixa qualidade (6 – Água potável e saneamento, 7 – Energia acessível e limpa, 9 – Indústria, inovação e infraestrutura, 12 – Consumo e produção responsáveis, 13 – Ação climática, 14 – Vida na água, e 15 – Vida na terra);
- todos os ODS têm um ano mediano da última busca de cinco ou seis anos atrás (2016 ou 2017);
- somente entre uma em 10 (12%) e uma em cinco (21%) das sínteses de evidências sobre a maioria dos ODS incluíram ao menos um estudo de um país de baixa ou média renda, com uma porcentagem ainda menor (3%) para um ODS (9 – Indústria, inovação e infraestrutura).

O número e a qualidade das sínteses de evidências são apresentados para os ODS no gráfico de barras abaixo.



Deve-se ter as seguintes informações em mente com relação a esse gráfico de barras:

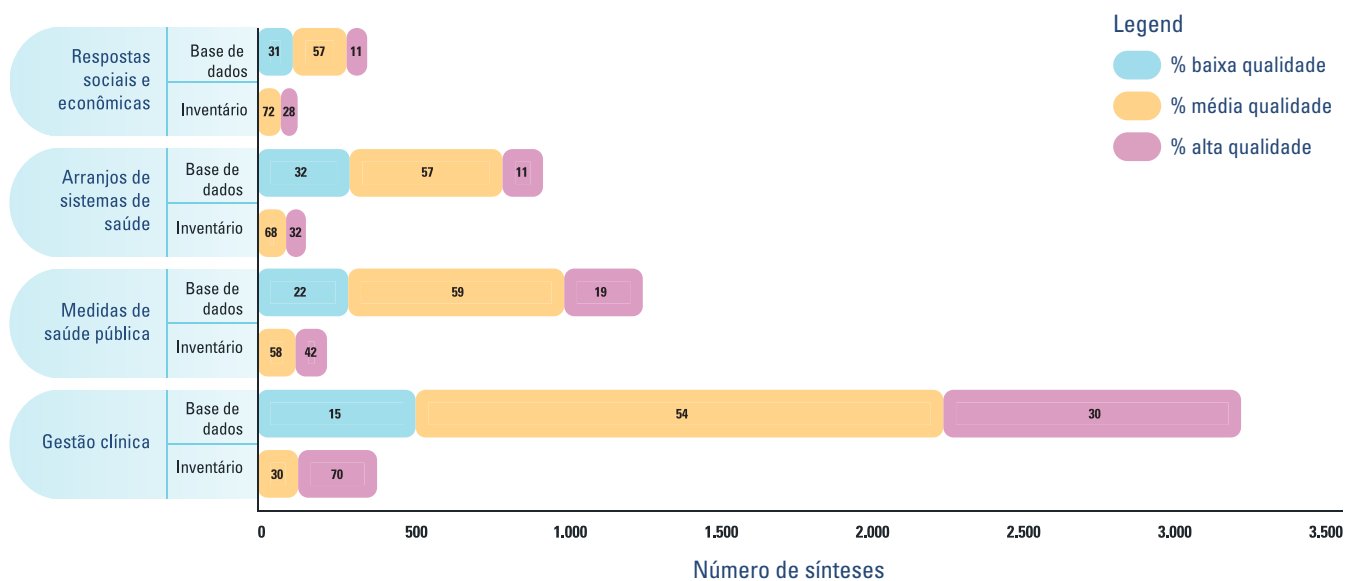
- os números são superiores ao número total de sínteses de evidências porque uma síntese pode tratar de mais de um ODS;
- o número de sínteses de evidências abordando:
 - o ODS3 está significativamente subestimado, com sínteses de evidências relacionadas à saúde incluídas somente quando abordam outro ODS;
 - o ODS17 está significativamente superestimado, com muitas sínteses de evidências abordando outro ODS como sua questão principal e abordando também parcerias como uma questão secundária;
 - os ODS 7, 13, 14 e 15 podem estar subestimados, pois têm sido um foco mais recente para inclusão no *Social Systems Evidence*;
- foram realizadas avaliações de qualidade para 85% das sínteses de evidências incluídas no *Social Systems Evidence*.

Sínteses de evidências da COVID-19

Com relação às 4.256 sínteses de evidências relacionadas à COVID-19 incluídas na base de dados completa da COVID-19, e das 562 melhores sínteses de evidências do inventário da COVID-END, a partir de 1º de agosto de 2021:

- a cobertura foi desigual, com apenas 237 sínteses de evidências abordando respostas econômicas e sociais à COVID-19 (das quais apenas 49 foram incluídas no inventário), enquanto números muito maiores abordaram a gestão clínica (3.128), medidas de saúde pública (1.148) e arranjos de sistemas de saúde (818);
- a qualidade foi desigual, com cerca de um quarto (26%) das sínteses de evidências sobre a COVID-19 sendo de qualidade baixa e mais da metade (56%) sendo de qualidade média;
- três das quatro categorias da resposta à COVID-19 têm uma data mediana da última busca dentro de 4,5 meses após a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar a existência de uma pandemia (11 de março de 2020).

A data mediana de busca muito mais recente para a gestão clínica – 12 meses após a declaração da pandemia e 4,5 meses antes da conclusão da análise – foi motivada pelo grande número de comparações de tratamentos com medicamentos, todos com a mesma data de busca, na plataforma de evidências vivas COVID-NMA. O número e a qualidade das sínteses de evidências são apresentados por categoria abrangente de resposta à COVID-19 no gráfico de barras abaixo.



Deve-se ter as seguintes informações em mente com relação a esse gráfico de barras:

- os números são superiores ao número total de sínteses de evidências porque uma síntese pode tratar de mais de uma categoria da taxonomia da COVID-END;
- as sínteses de evidências precisavam ter uma classificação de qualidade média ou alta para serem consideradas para inclusão no inventário da COVID-END de “melhores sínteses de evidências”.

Esses achados sugerem deficiências similares no estoque de avaliações (mais especificamente de ensaios clínicos randomizados), sínteses de evidências e mapas de evidências (de avaliações e sínteses de evidências) disponíveis para informar a tomada de decisão sobre:


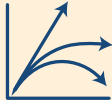


- educação, em que apenas 25% dos ensaios tiveram mais de 1.000 participantes (e apenas 12% dos ensaios conduzidos no período de 1980 a 2016 foram realizados na Ásia, África ou América Central e do Sul); (5)
- saúde, em que apenas 16% das sínteses de evidências incorporaram a avaliação de qualidade nas análises (embora 70% delas conduziram tal avaliação) e, de forma mais geral, a qualidade do relato foi altamente variável; (6)
- o desenvolvimento sustentável em países de baixa e média renda, em que quatro ou menos mapas de evidências relataram desfechos relevantes para oito dos 17 ODS no período de 2010 a 2017, e um quarto dos mapas não abordaram a equidade de nenhuma forma.(7)

Outros exercícios de inventários desse tipo foram enquadrados de forma mais positiva, como aquele que observa que os 740 ensaios clínicos randomizados em serviço social demonstram que essa abordagem de avaliação é, de fato, possível no campo.(8)





4.7 Produtos vivos de evidências

Quatro das formas de evidências que os tomadores de decisão geralmente encontram agora estão disponíveis como produtos “vivos” de evidências, o que significa que são atualizadas regularmente à medida que novos dados são adicionados ou novos estudos são publicados. Muitos desses produtos vivos de evidências começaram como parte da resposta de evidências para a COVID-19. Existem menos em setores que não são de saúde. Apresentamos alguns exemplos abaixo.

Muitos formuladores de políticas governamentais e outros tomadores de decisão esperam essa atualização regular para a COVID-19 e provavelmente começarão a perguntar por que esses produtos não podem ser mantidos para outros desafios sociais de alta prioridade, onde há incerteza significativa e uma alta probabilidade de evidências emergindo para lidar com essa incerteza. O uso crescente de inteligência artificial, entre outras inovações, provavelmente facilitará que produtores de evidências atendam a essas expectativas maiores no futuro. No entanto, os produtores de evidências precisarão tomar medidas para garantir que essas inovações não perpetuem ou aumentem inadvertidamente o risco de discriminação (p. ex., usando raça ou variáveis associadas a raça de formas que prejudiquem determinados grupos). Também precisarão apoiar os tomadores de decisão para interpretar e usar os achados de maneira apropriada, principalmente quando estão sendo feitas inferências causais.

Formas de evidências	Exemplos de produtos vivos de evidências
 <p>Análise de dados</p>	<ul style="list-style-type: none">• O Painel da OMS sobre a COVID-19 fornece um conjunto de análises de dados sobre o rigor das medidas de saúde pública sendo tomadas para lidar com a COVID-19, os relatórios de vigilância da Agência de Segurança de Saúde do Reino Unido (bit.ly/3DeaSlc) fornecem um conjunto de análises de dados sobre a COVID-19 no Reino Unido, e o Rastreador Econômico do <i>Opportunity Insights</i> fornece um conjunto de análises de dados sobre os impactos da COVID-19 nas perspectivas econômicas de pessoas, empresas e comunidades nos EUA• O Rastreador Semanal de Atividade Econômica da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, na sigla em inglês) fornece um conjunto de análises de dados sobre a atividade econômica da maioria dos países da OCDE e do G20
 <p>Modelagem</p>	<ul style="list-style-type: none">• O <i>COVID-19 Forecast Hub</i> europeu apresenta semanalmente uma previsão de casos e mortes por semana para cada 100 mil pessoas – globalmente e por país – com base em um conjunto de modelos, enquanto <i>Institute for Health Metrics and Evaluation</i> em suas Previsões da COVID-19 atualiza a cada duas semanas um modelo de mortes projetadas para a COVID-19, tanto as relatadas como COVID-19 quanto as atribuídas à COVID-19, que poderia ser usado para explorar diversos cenários (p. ex., sobre o uso de máscara e a vacinação) em países específicos• O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas apresenta a cada cinco a sete anos um relatório de avaliação que se baseia na modelagem das mudanças climáticas causadas pelo homem, seus impactos e possíveis opções de respostas, embora estritamente falando, esta seja uma síntese de achados a partir de modelos (que podem ou não ser vivos) informada por um processo robusto de comparações entre modelos (que é realizado por diferentes cientistas para cada relatório de avaliação – veja bit.ly/3wKQy8D para um exemplo)
 <p>Sínteses de evidências</p>	<ul style="list-style-type: none">• A síntese viva de evidências nº 6 da COVID-END fornece atualizações a cada duas semanas sobre a eficácia da vacina da COVID-19 contra variantes, e a COVID-NMA atualiza semanalmente as sínteses de evidências sobre todos os tratamentos com medicamentos para a COVID-19 (e, posteriormente, incluiu terapias preventivas e vacinas)• Com base em modelagem e estudos empíricos, o <i>Global Carbon Project</i> atualiza anualmente as estimativas dos cinco principais componentes do orçamento global de carbono (emissões antropogênicas de dióxido de carbono e sua redistribuição entre a atmosfera, o oceano e a biosfera terrestre em um clima em transformação) e as incertezas associadas
 <p>Diretrizes</p>	<ul style="list-style-type: none">• A Diretriz viva da OMS sobre medicamentos para prevenir a COVID-19 fornece atualizações a cada um a quatro meses sobre os tratamentos com medicamentos para a COVID-19, e a Força-Tarefa Nacional para Evidências Clínicas sobre a COVID-19 atualiza semanalmente as diretrizes baseadas em evidências para profissionais da saúde australianos• A <i>Education Endowment Foundation</i> do Reino Unido mantém uma recomendação viva para escolas como parte de seu conjunto de ferramentas de ensino e aprendizagem, por exemplo, abordando intervenções do assistente de ensino

Uma análise temática de uma lista de discussões entre a Comunidade da COVID-END identificou pontos de vista diferentes sobre:

-  O que é entendido pelo termo síntese “viva” de evidências (p. ex., o espectro do *status* “vivo” pode ser mais bem entendido usando uma escala do que uma designação de sim/não e um limite mínimo deve ser definido para a frequência de atualizações)
-  Quando se deve iniciar ou quando uma síntese existente deve se tornar “viva” (p. ex., novas evidências estão se tornando rapidamente disponíveis, e essas evidências provavelmente abordam importantes áreas de incerteza entre os tomadores de decisão a respeito de um tópico que consideram de alta prioridade)
-  Quando as atualizações podem ser interrompidas (p. ex., é improvável que as evidências mudem as interpretações sobre o que sabemos, e a prioridade concedida ao tópico é rebaixada)
-  Onde e como pode ser mais bem divulgada (p. ex., os periódicos podem acomodar um processo em que uma síntese inicial revisada por pares é atualizada regularmente, sem a demora de uma revisão por pares adicional, e os tomadores de decisão podem confiar em compromissos para fornecer atualizações em momentos definidos)

Essas questões provavelmente serão o foco de intensos debates nos próximos anos. Mais detalhes sobre a fundamentação para as sínteses vivas de evidências e as questões envolvidas em mantê-las podem ser encontrados em uma breve nota elaborada em coautoria por um de nossos comissários.(9)

Na [seção 4.13](#), descrevemos algumas das principais características das sínteses vivas de evidências mantidas como parte da resposta de evidências para a COVID-19.



Produtor de evidências, Jan Minx




Acadêmico orientado para o impacto, levando abordagens inovadoras de sínteses de evidências para aconselhamento político nacional e avaliações científicas globais sobre a mudança climática e sustentabilidade

Estou trabalhando na *interface* entre duas formas de evidências: 1) sínteses de evidências, que buscam aprender com o passado e são amplamente usadas no setor da saúde; e 2) modelagem, que visa prever o futuro e é amplamente utilizada no campo das mudanças climáticas. Apoio fortemente a [recomendação 19](#) – precisamos aprender com os grupos de evidências em outros setores. Como observamos nessa recomendação, a Cochrane foi pioneira em muitas abordagens para sintetizar estudos sobre o que funciona na saúde, incluindo sínteses vivas de evidências, e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) foi pioneiro em muitas abordagens para modelar as mudanças climáticas causadas pelo homem a longo prazo. A Cochrane e o IPCC podem aprender entre si e com os outros, e outros podem aprender com eles.

4.8 Melhores evidências *versus* outras coisas (e como obter o melhor de outras coisas)

Muitos indivíduos e grupos apresentam o que chamam de evidências para responder aos desafios sociais. As “melhores evidências” em um determinado contexto nacional (ou subnacional) – na forma de evidências nacionais (ou subnacionais) extraídas dos melhores estudos disponíveis (i.e., o que foi aprendido naquele contexto) e evidências globais extraídas das melhores sínteses de evidências disponíveis (i.e., o que foi aprendido no mundo, incluindo variações por grupos e contextos) – precisam ser diferenciadas de “outras coisas”, que são por vezes apresentadas como evidências, como um estudo único, opinião de *experts*, um painel de *experts*, um grupo de interesse de pesquisa, uma anedota “disfarçada de estudo de caso”, um *white paper*, e um monitoramento de jurisdições. Cada uma dessas outras coisas traz consigo um risco (coluna 2 abaixo). Ao mesmo tempo, há maneiras de obter mais valor delas (colunas 3 e 4 abaixo).

Não consideramos aqui “outras coisas” além das geralmente apresentadas como evidências de pesquisa, como experiências vividas pelas pessoas (que discutimos na [seção 2.3](#) no contexto de intervenções cocriadas) ou saberes indígenas (que discutimos na [seção 4.10](#) como parte de uma discussão mais abrangente sobre os povos indígenas).





Se apresentadas como...	... traz consigo o risco de...	... então...	... ou melhor ainda...
Estudo único <i>(incluindo preprints)</i> 	“Correr atrás de bolhas de sabão”*, ou dar atenção a cada estudo que é ativamente promovido pelos autores, seu departamento de relações públicas ou outros (como aconteceu com o estudo com alto risco de viés sobre a hidroxiquina, discutido na seção 3.7 , e o estudo agora retratado** sobre uma relação entre as vacinas e o autismo)	Solicite uma avaliação crítica do estudo usando critérios de qualidade amplamente aceitos (para entender o risco de viés) e reconheça que um achado estatisticamente significativo (no nível de 0,05) pode ser encontrado por acaso em um em cada 20 estudos	Inclua o estudo em uma síntese “viva” de evidências para que possa ser entendido juntamente com outros estudos abordando a mesma questão (ou considere o estudo como um dos muitos tipos de evidências nacionais ou subnacionais a serem colocadas ao lado das melhores evidências globais)
Opinião de <i>experts</i> 	Tomada de decisão baseada em “quem não chora não mama”/“eminência” (em vez de informada por evidências), ou dar atenção a quem comanda a maior atenção em virtude da persistência, reputação ou outros fatores (como aconteceu com os programas de televisão de grande audiência sobre o programa de prevenção ao crime <i>Scared Straight</i> , mesmo após sínteses de evidências*** terem encontrado evidências de danos e nenhuma de benefícios)	Solicite ao <i>expert</i> compartilhar as evidências (de preferência, as sínteses de evidências) nas quais sua opinião se baseia, bem como os métodos usados para identificar, avaliar, selecionar e sintetizar as evidências	Incentive o <i>expert</i> a trabalhar com o que as sínteses de evidências específicas significam para uma jurisdição específica, ou em maneiras desafiadoras de pensar com diferentes formas de evidências**** (ou pergunte quais evidências o convenceriam de que estaria errado)
Painel de <i>experts</i> 	GOBSATT (do inglês <i>good old boys sitting around the table</i>), ou seja, “um grupo de velhos amigos sentados ao redor da mesa” dando opiniões pessoais	Solicite aos membros do painel para compartilhar as evidências (de preferência, as sínteses de evidências) nas quais suas contribuições e recomendações se baseiam, bem como os métodos usados para identificar, avaliar, selecionar e sintetizar as evidências	Inclua <i>experts</i> em métodos ao painel (ou secretaria), circule previamente as melhores evidências locais (nacionais ou subnacionais) e globais, apoie uma robusta deliberação e torne explícito quais recomendações são baseadas em qual força de evidência

*Usamos o termo “correr atrás de bolhas de sabão” como uma metáfora para compartilhar e comentar sobre cada novo estudo que chama a atenção de alguém.

** www.nature.com/articles/nm0310-248b

*** onlinelibrary.wiley.com/doi/10.4073/csr.2013.5

**** Esses desafios têm sido chamados de “equipe vermelha” nas forças armadas.

<p>Monitoramento de jurisdições</p> 	<p>“Pensamento coletivo” ou pessoas em muitas jurisdições contando com pessoas em uma jurisdição que estão dispostas a compartilhar experiências e inovações, mas que ainda não as avaliaram</p>	<p>Solicite ou procure evidências de apoio disponíveis ou planos para gerá-las</p>	
<p>Grupo de interesse de pesquisa****</p> 	<p>Pesquisadores que defendem ações com base em valores e preferências pessoais ou interesses profissionais</p>	<p>Pergunte aos grupos por que seus valores e preferências deveriam contar mais do que os cidadãos que todos servimos</p>	<p>Incentive-os a basear seus pedidos em sínteses de evidências de alta qualidade</p>
<p>“Estudo de caso”</p> 	<p>Experiências anedóticas que recebem um nome que implica uma abordagem rigorosa que o sustenta</p>	<p>Pergunte ao autor quais critérios foram usados para selecionar o caso, que combinação de abordagens de coleta de dados foi usada, e quais abordagens analíticas e outras foram usadas para garantir o rigor</p>	
<p>White paper</p> 	<p>Por convicção aceitar a afirmação implícita ou explícita de que as evidências foram usadas para chegar a uma declaração de preferências políticas</p>	<p>Solicite aos líderes do governo ou conselheiros para compartilhar as evidências usadas como base para suas contribuições e recomendações, bem como os métodos usados para identificar, avaliar, selecionar e sintetizar as evidências</p>	

****Observe que os grupos de interesse social também podem invocar evidências na defesa de ações baseadas em seus valores e preferências, caso em que a mesma resposta na coluna 4 pode ser adequada.


4.9 Contextos que moldam a forma como as evidências são vistas


Contextos históricos, sociais e culturais podem moldar como as evidências são vistas, por exemplo, por comunidades racializadas (o R em PROGRESS-Plus, que apresentamos na [seção 1.7](#)) e por mulheres (o G em PROGRESS-Plus), entre outros. Alguns contextos se relacionam diretamente a esforços anteriores para gerar evidências, enquanto outros se relacionam aos esforços anteriores para retratar grupos específicos como “diferentes”, o que pode, então, se manifestar como esses grupos sendo céticos sobre quaisquer evidências que supostamente sejam a favor ou sobre eles. Esses contextos precisam ser compreendidos se quisermos produzir e comunicar evidências de maneiras que venham a ser colocadas em prática.(10; 11)


Conforme retomamos na [seção 4.10](#), os contextos, bem como os direitos e os saberes distintos dos povos indígenas, também podem moldar como as evidências são vistas pelos povos indígenas. O contexto também pode moldar se e como a desinformação prospera, que é o foco da [seção 4.11](#).

Exemplos de contextos:	Possíveis implicações de como as evidências são produzidas e comunicadas
------------------------	--

Diretamente relacionado aos esforços anteriores para gerar evidências nos Estados Unidos

 Foi negado tratamento eficaz a homens negros com sífilis para que a progressão da sífilis não tratada pudesse ser monitorada (bit.ly/3DeaH9x)


 Os ensaios de tratamento para doenças cardíacas não incluíam mulheres, mesmo com achados considerados aplicáveis a elas (bit.ly/3olxgTH)


 Testes padronizados de alunos foram feitos de maneiras que prejudicaram os estudantes negros, especialmente aqueles de famílias de baixa renda (bit.ly/3wDICGk)

Dar mais atenção ao que é (e não é) examinado, por quem é examinado (p. ex., equipes de pesquisa compostas por pessoas oriundas de diferentes contextos), como é examinado (p. ex., abordagens mais participativas que são fundamentadas na ética e orientadas pela equidade), e por que é examinado (p. ex., para identificar potencialidades a serem desenvolvidas)

Relacionado a esforços anteriores para retratar grupos específicos como “diferentes” nos países para onde acabaram de se mudar

 Foram usadas falsas representações de imigrantes chineses como sujos e doentes para justificar a aplicação particularmente estrita de normas sanitárias em sua comunidade em São Francisco (bit.ly/3qzeJFV)

 Mensagens implícitas sobre negros, na Grã-Bretanha da era Thatcher, como sendo uma fonte “externa” dos problemas do país apareceram em livros e filmes e foram aceitas como verdade por alguns públicos (bit.ly/3naBa2n)


 A cobertura da mídia retratou certas populações, como os imigrantes muçulmanos na Europa e presos iraquianos após a invasão dos Estados Unidos ao Iraque, como já “perdidas” (para o desemprego, a fome e a prisão) e não dignas de proteção social (bit.ly/3wGrKyE)

Dar mais atenção a como as evidências são retratadas em vários meios de comunicação e aproveitar esses *insights* para tentar prever como os grupos responderão às evidências para ou sobre eles, ou para entender por que estão respondendo da maneira que estão

4.10 Direitos e saberes indígenas

Como parte de uma mudança mais ampla para reconhecer e garantir os direitos dos povos indígenas, muitos formuladores de políticas governamentais, pesquisadores e outros estão começando a aceitar que os povos indígenas devem ter controle sobre os processos de coleta de dados, e que devem ter total controle sobre como essas evidências são usadas. Com base nos princípios de dados das Primeiras Nações de propriedade, controle, acesso e posse (às vezes chamado de princípios [OCAP](#), na sigla em inglês) o Grupo Internacional de Interesse da Soberania de Dados Indígenas desenvolveu os Princípios CARE para Governança de Dados Indígenas (CARE sendo um acrônimo, em inglês, para benefício coletivo, autoridade para controlar, responsabilidade e ética). Esses princípios foram elaborados para complementar os princípios orientadores FAIR para gestão e administração de dados científicos (FAIR sendo um acrônimo, em inglês, para localizável, acessível, interoperável e reutilizável). O objetivo é que os administradores e usuários dos dados indígenas sejam “FAIR” e “CARE”. Esses direitos relacionados a evidências devem ser compreendidos como parte de um conjunto muito mais amplo de direitos estabelecidos por meio da [Declaração da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas](#).

Saberes indígenas é um termo que reflete a diversidade e a complexidade das abordagens indígenas ao aprendizado e ao ensino. A diversidade decorre dos diversos povos ou nações indígenas que desenvolveram seus próprios saberes, que evoluíram ao longo dos séculos antes do início da colonização de suas terras e desde então. A complexidade decorre de muitos fatores, incluindo as muitas fontes de conhecimento. Embora haja semelhanças entre as formas indígenas de conhecimento (p. ex., uma visão holística dos indivíduos como seres interconectados com as pessoas ao seu entorno e com a terra), o melhor é nunca generalizar. Esta tabela foi desenvolvida sob a orientação do comissário Daniel Iberê Alves da Silva (parte do povo M’byá Guarani), cuja biografia consta no [anexo 8.2](#), como um ponto de entrada para discussões sobre os saberes indígenas. Mais discussões devem ser sempre conduzidas por povos indígenas, como esta foi.

Domínios	Detalhes
 <p>Fontes dos saberes indígenas</p>	<ul style="list-style-type: none">• O saber vem das relações do indivíduo com o mundo, que tem tanto uma dimensão material como uma inseparável dimensão espiritual• As fontes do saber incluem plantas, animais, outros humanos e elementos da terra (como montanhas e rios), bem como sonhos, espíritos e outras manifestações do mundo espiritual• O mundo das águas, por exemplo, inclui lagos e rios e os espíritos que os habitam. De maneira mais geral, o território físico onde uma cultura dos povos indígenas nasceu e se desenvolveu ao longo dos séculos é habitado por muitas “coisas” que possuem espírito, tornando-os “seres” (e isso torna a realocação forçada particularmente prejudicial)• O ambiente físico pode servir como um estímulo ou como inspiração para a dimensão espiritual ajudar a moldar o curso de ação (p. ex., observar o fluxo do rio pode fazer com que uma abordagem para resolver um problema chegue ao observador)• O aprendizado vem de fazer junto com alguém que detém o conhecimento sobre o “segredo” de como fazê-lo
<p>Características dos saberes indígenas</p>	<ul style="list-style-type: none">• O saber indígena é holístico e conectado com a história, a cultura e o território de cada povo (p. ex., suas histórias de criação e como se relacionam com outros “seres”)• O “saber” se manifesta nas experiências ou no “ser” dos indivíduos (p. ex., ritos de passagem são processos em que a experiência de descoberta da natureza das coisas é “vivida” pelos indivíduos)• O saber é compartilhado dentro e entre os povos indígenas e com outros, e é refinado ao longo do tempo (p. ex., uma canoa é feita de maneira diferente hoje do que era há dois séculos)• O saber pode ser adquirido pelo uso dos próprios sentidos (no sentido tradicional dos sentidos físicos, mas também por meio de roupas, dietas, desenhos e canções) e pela fala (o que pode ser dito) e contemplação (o que não pode ser dito)
<p>Como as “coisas” são classificadas nos saberes indígenas</p>	<ul style="list-style-type: none">• As categorias são percebidas de maneira distinta por indivíduos diferentes e por povos indígenas diversos em relação à cultura, à história ou ao território (p. ex., uma planta pode ser classificada de uma forma por um povo indígena com base em seu uso para a cura, e por outro com base em sua associação com a morte)• As categorias podem mudar com o tempo (p. ex., algumas plantas já foram pessoas) e podem ser entendidas em termos de seu “espírito” intrínseco

Como os saberes indígenas são passados adiante

- O saber indígena pode ser transmitido oralmente (palavras faladas, mas também cantos, gestos e silêncio), pelo “modo de ser” (aprender fazendo e contemplando) e pela “memória das coisas” (história narrativa)
 - Um detentor de histórias pode combinar a memória das coisas com cânticos para apresentar o canto certo – entre centenas deles – para a ocasião adequada e no momento oportuno
- Os detentores do saber protegem e compartilham o conhecimento em um território específico (p. ex., o valor medicinal de uma planta local) e o fazem de forma a enfatizar o propósito comum (sobre o ganho individual), o propósito beneficente (sobre poder ou dominação) e o propósito ético (sobre o acúmulo de conhecimento)
- O aprendizado também pode vir de “seres” da floresta (como os animais e rios)

Relações dos saberes indígenas com as visões de mundo indígenas

- Cada povo indígena tem sua própria visão de mundo, embora os povos indígenas também compartilhem visões que os unem
- As visões de mundo podem ser esquecidas, apagadas, rejeitadas e emprestadas, bem como construídas para resistência cultural dos povos indígenas de hoje
- As visões de mundo e os saberes estão intrinsecamente interligados; os povos indígenas interpretam seus “mundos” a partir de seus diversos saberes e formas de conhecimento

Relações dos saberes indígenas com os saberes científicos

- O conhecimento de cada povo está em seu próprio território físico e espiritual, e esse conhecimento geralmente foi obtido dos povos indígenas sem o devido reconhecimento
- Os cientistas precisam aprender a reconhecer, coexistir com e respeitar o conhecimento indígena em toda a sua complexidade e diversidade
- Os formuladores de políticas governamentais e outros tomadores de decisão precisam reconhecer que a ciência, às vezes, é utilizada indevidamente para promover a violação dos territórios indígenas, incluindo o desmatamento e outras atividades que ameaçam o futuro dos povos indígenas

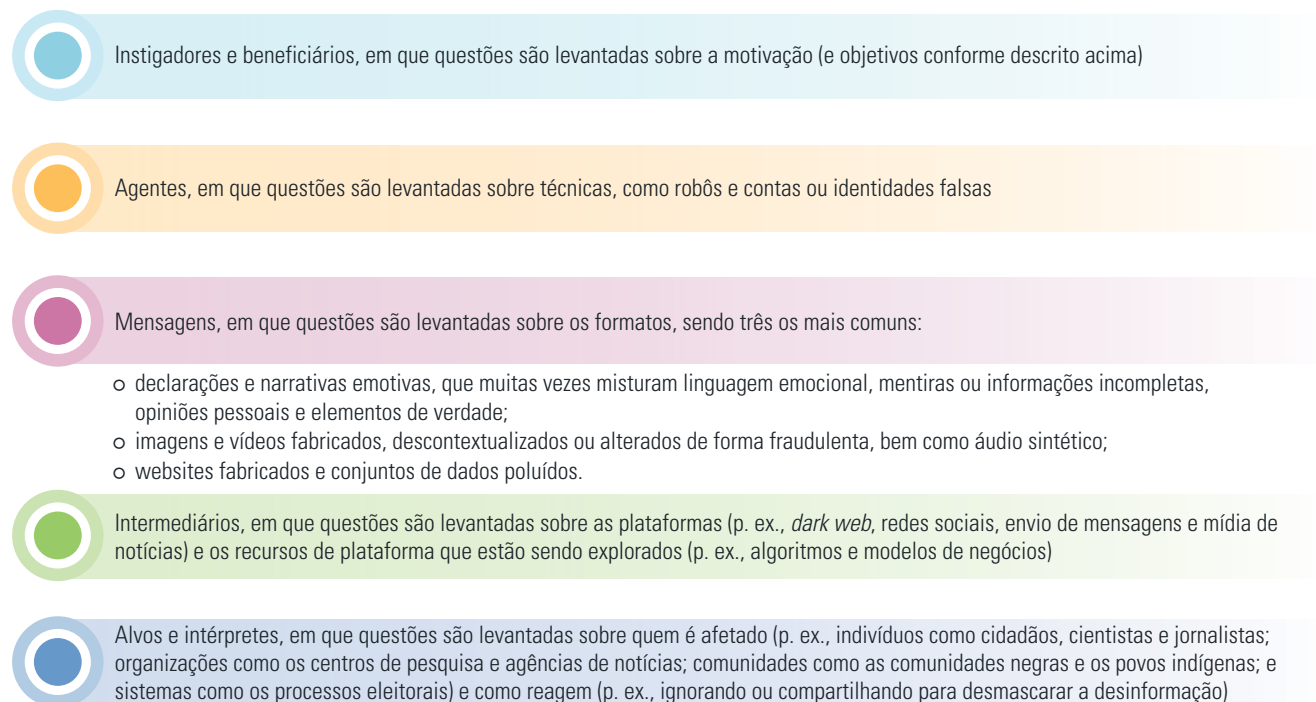
4.11 Desinformação e infodemia

Desinformação é uma informação falsa disseminada, independentemente da intenção de enganar. Notícia falsa é a disseminação intencional de desinformação. Por exemplo, um oponente político ou governo estrangeiro pode criar uma campanha de notícias falsas para alcançar um objetivo específico, como uma vantagem eleitoral, ou para enfraquecer a confiança nas instituições democráticas, na mídia independente e no conhecimento científico. Grupos organizados podem buscar outros objetivos, como ganhar dinheiro ou promover uma ideologia. Como a intenção pode ser muito difícil de provar, usamos aqui o termo desinformação. Embora a desinformação exista há séculos, a Internet transformou sua escala, seus propagadores e consequências, bem como as possíveis respostas a ela.

Durante a pandemia de COVID-19, as pessoas começaram a usar o termo “infodemia” (ou pandemia de desinformação) para marcar o paralelo entre a rápida disseminação do vírus e a rápida disseminação da desinformação sobre a COVID-19 e as medidas para prevenir, gerenciar e mitigar os seus impactos econômicos e sociais. Os esforços de desinformação existentes relacionados às vacinas foram, em geral, redirecionados às vacinas contra a COVID-19 assim que foram disponibilizadas, e muitos novos esforços antivacina surgiram.

Em 2020, a Comissão de Banda Larga para o Desenvolvimento Sustentável – patrocinada pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (a UNESCO) – publicou um relatório sobre a luta contra a desinformação digital sem desrespeitar a liberdade de expressão.⁽¹²⁾

O relatório descreve cinco estágios no ciclo da desinformação:



O relatório distingue desinformação de paródia e sátira, que podem tanto enganar quem não consegue identificá-las quanto contrapor desinformação destacando seus elementos absurdos.

O relatório da Comissão de Banda Larga para o Desenvolvimento Sustentável também apresenta possíveis respostas à desinformação e observa exemplos de interseções com direitos de liberdade de expressão. O relatório da UNESCO observa a possível complementaridade dessas respostas e a necessidade de garantir o alinhamento de todas as respostas usadas.

Monitoramento e checagem de fatos

- Inclui monitoramento e exposição de desinformações (p. ex., alegações desmascaradas) e checagem de fatos sobre novas alegações
- Julgamento de profissionais treinados, empregados por organizações independentes, mesmo quando ajudados pela automação, pode mitigar o risco de violação dos direitos de liberdade de expressão

Rotulagem de credibilidade

- Inclui ferramentas de verificação de conteúdo, indicadores de conteúdo da *web*, sinalização (apontando para fontes de evidências confiáveis) e rotulagem de credibilidade do *website*

Educacional

- Inclui o desenvolvimento de mídia cidadã e letramento informacional (p. ex., habilidades de pensamento crítico e verificação digital), bem como letramento informacional de jornalistas

Curatorial

- Inclui direcionar os usuários a fontes oficiais de evidências confiáveis e pode ser usado por meios de comunicação, redes sociais, mensagens e plataformas de pesquisa
- Pode ser usado indevidamente como forma de censura privada

Técnica e algorítmica

- Abrange um espectro desde a aprendizagem humana ao aprendizado de máquina e outras abordagens de inteligência artificial para identificar desinformação, fornecer mais contexto e limitar a disseminação
- A automação dos processos de recurso pode infringir os direitos de liberdade de expressão

Campanhas contra a desinformação

- Inclui unidades especializadas para desenvolver contranarrativas a fim de desafiar a desinformação e mobilizar comunidades virtuais para disseminar evidências de alta qualidade

Normativa

- Inclui condenações públicas de atos de desinformação e recomendações para responder a esses atos, geralmente por líderes políticos e sociais

Econômica

- Inclui proibições de publicidade, desmonetização de conteúdo específico (p. ex., conteúdo sobre a COVID-19) e outras abordagens para eliminar os incentivos à desinformação

Legislativa e outras políticas

- Inclui criminalizar atos de desinformação, direcionar empresas de comunicação da Internet para retirar conteúdo, e fornecer suporte material para fontes de informações confiáveis
- Pode ter seu uso indevidamente voltado para enfraquecer o jornalismo legítimo e infringir os direitos de liberdade de expressão

Investigativa

(que pode informar respostas legislativas e outras)

- Examina os instigadores, o grau e os meios de disseminação, o dinheiro envolvido e as comunidades afetadas

O relatório não aborda as evidências que fundamentam essas respostas, embora muitas dessas sínteses de evidências existam. Por exemplo, uma síntese mais antiga de qualidade média (classificação AMSTAR 7/11 e data de busca de 2017) descobriu que corrigir a desinformação (i.e., tipo 1 de resposta) tem influência moderada na crença na desinformação (com maiores efeitos na saúde do que no *marketing* ou na política), as refutações são mais eficazes do que as advertências, e os apelos à coerência são mais eficazes do que a checagem de fatos e os apelos à credibilidade.(13) Nosso objetivo aqui não é fornecer o atual estado do conhecimento sobre essas respostas, nem explorar a psicologia da desinformação que pode fundamentá-las, mas observar que as sínteses de evidências sobre as respostas à desinformação existem e as sínteses vivas de evidências são necessárias. Essas sínteses poderiam fornecer uma compreensão crescente do que é conhecido, incluindo como isso pode variar conforme os grupos (p. ex., entre quem é mais suscetível à desinformação ou possui sistemas de crenças particulares) e contextos (p. ex., sociedades polarizadas).

Como discutido na introdução, se pudermos continuar construindo capacidade, oportunidade e motivação para usar evidências (nesse caso, para lidar com a desinformação sobre os desafios sociais), ao mesmo tempo em que exercemos nosso discernimento, humildade e empatia, a combinação nos será muito útil. Mesmo quando podemos contar com testes rigorosos e sistemas de autocorreção confiáveis que, em geral, operam no setor da saúde, podemos fazer melhor. Como Ross Douthat observa em suas memórias sobre viver com a doença de Lyme, precisamos de mais pessoas e instituições com uma visão de mundo que: 1) “aceite as principais conquistas da ciência moderna, trate fontes de informação populistas pelo menos de forma tão cética quanto trata as fontes do *establishment* e se recuse a beber... Ki-Suco” e 2) “reconheça que o *establishment* falha de todas as formas, que há muito mais experiências que se enquadram nas atuais linhas acadêmico-burocráticas...”(14) A maioria de nós já se beneficiou imensamente de campos como a medicina, que combinam testes rigorosos e sistemas de autocorreção bastante confiáveis. Mas algumas pessoas – como Ross Douthat – não. Ross declarou: “tenho a mente mais aberta sobre o universo do que há sete anos, e sou muito mais cético sobre qualquer coisa que reivindique o manto do consenso. Mas estou tentando não deixar que essa mistura de mente aberta e ceticismo decaia em uma forma paranoica de pensamento coletivo”.(14)

4.12 Fragilidades em um sistema de pesquisa em saúde

Antes do início da pandemia de COVID-19, um grupo de pesquisadores documentou a fragilidade no sistema de pesquisa em saúde. Fizeram um apelo para uma reorganização do sistema, incluindo as estruturas (p. ex., colaborações globais como a Cochrane) e incentivos (p. ex., de universidades, financiadores e periódicos) que o sustentam, a fim de melhor atender às necessidades dos tomadores de decisão. (15-17) Estavam particularmente preocupados com três das formas de evidências com as quais os tomadores de decisão mais se deparam, ou seja, a pesquisa primária (e especificamente a avaliação, em especial, os ensaios clínicos randomizados), as sínteses de evidências e as diretrizes (e, em menor grau, as avaliações de tecnologias).

Embora algumas das fragilidades tenham se tornado mais aparentes por meio da resposta de evidências à COVID-19, a resposta à pandemia também gerou exemplos notáveis de esforços para lidar com muitas dessas fragilidades. Embora os pesquisadores tenham se concentrado originalmente nos desafios da saúde e em formas selecionadas de evidências, muitos dos *insights* também se aplicam a outros desafios sociais e a outras formas de evidências. Nesse sentido, um exercício semelhante precisará ser realizado para os desafios sociais e formas de evidências que são bem diferentes dos descritos aqui. Por exemplo, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) ajudou muito na coordenação global em sua área de foco, e no incentivo a novas abordagens de modelagem em horizontes de longo prazo. No entanto, o IPCC também pode se beneficiar da complementação dessas abordagens com avaliações *post hoc* das opções de resposta às mudanças climáticas.

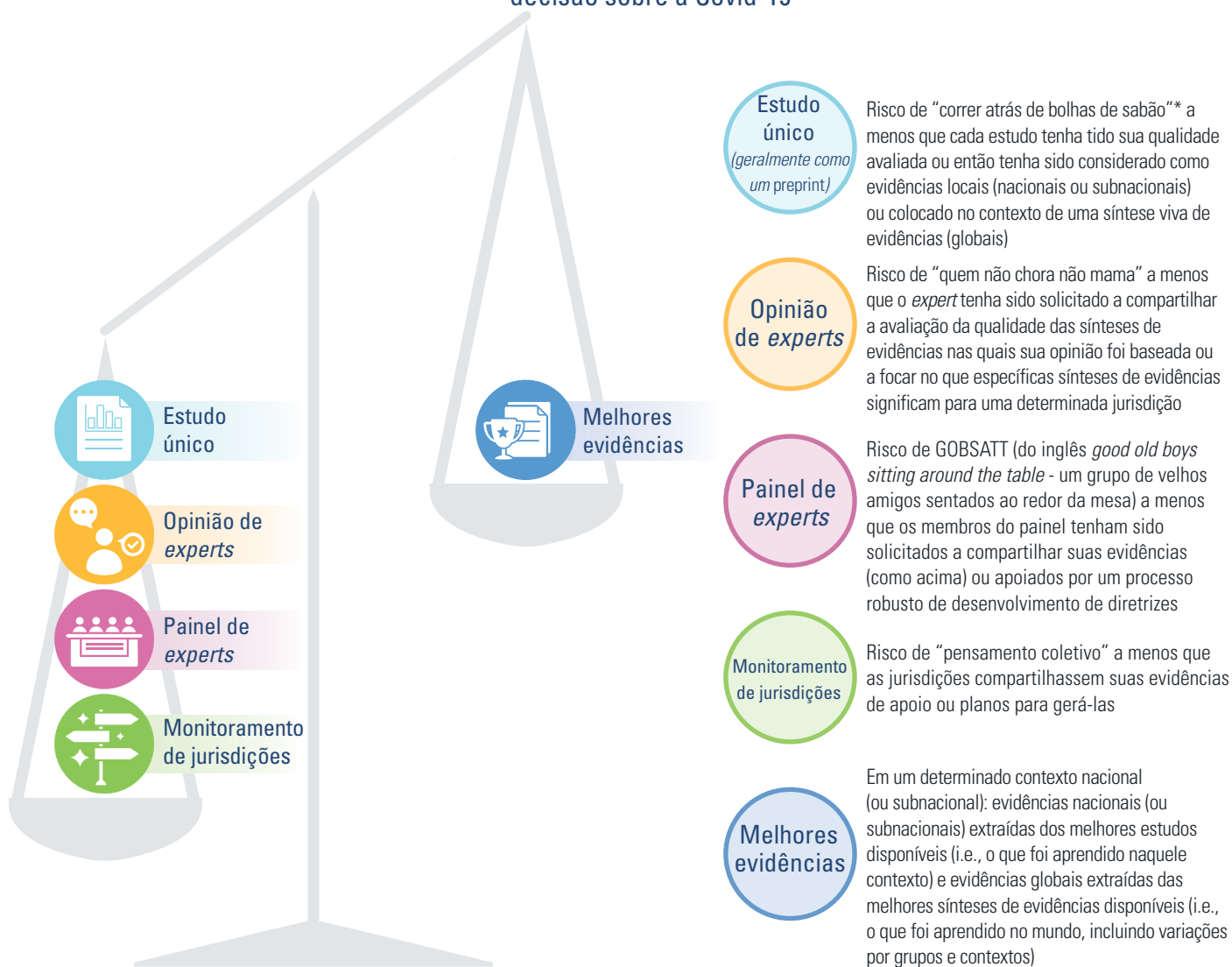
Fragilidades pré-COVID no sistema de pesquisa em saúde	Exemplos de fragilidades que se tornaram mais aparentes com a resposta de evidências à COVID-19	Exemplos de esforços para resolver as fragilidades por meio da resposta de evidências à COVID-19
<p>Falta de coordenação global das comunidades de evidências, com cada uma abordando idealmente um desafio globalmente priorizado usando métodos sistemáticos e transparentes e uma gama completa de fontes de dados (p. ex., registros de estudos, agências reguladoras e bancos de dados administrativos)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Muitos tópicos priorizados pelo painel de monitoramento do horizonte da COVID-END nunca foram abordados por uma ou mais das “melhores” sínteses de evidências Baixa relação sinal/ruído: quase 11 mil sínteses de evidências sobre a COVID-19 foram reduzidas a cerca de 600 “melhores” sínteses de evidências no inventário da COVID-END (em 7 de novembro de 2021) com base em quatro critérios: abordagem de uma questão única relevante para a decisão, atualidade da busca por evidências, qualidade da síntese e disponibilidade de um perfil de evidências GRADE 	<ul style="list-style-type: none"> A COVID-END envolveu 55 grupos líderes de sínteses de evidências, desenvolvimento de diretrizes e avaliação de tecnologias, bem como parceiros cidadãos e intermediários de evidências, nos esforços para reduzir a duplicação e melhorar a coordenação O PROSPERO (Registro Prospectivo Internacional de Revisões Sistemáticas) encorajou aqueles que registram um protocolo para uma síntese de evidências da COVID-19 a pesquisar por protocolos já registrados e escolher um novo tópico se a duplicação for provável (embora 138 equipes tenham continuado com um tópico já registrado por uma das 57 outras equipes, incluindo 14 discutindo a hidroxicloroquina e sete discutindo o tocilizumabe) A GloPID-R (<i>Global Research Collaboration for Infectious Disease Preparedness</i>) envolveu organizações líderes de financiamento de pesquisa na coordenação de seu financiamento rápido de pesquisas primárias sobre a COVID-19
<p>Falta de foco das comunidades de evidências na manutenção de sínteses vivas de evidências que examinam todas as intervenções que abordam um desafio priorizado (p. ex., uma metanálise em rede em vez de apenas comparações por pares)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Apenas 13% das sínteses de evidências da COVID-19 se identificaram como uma síntese viva de evidências (em comparação com 52% no inventário da COVID-END em que o <i>status</i> “vivo” foi um critério usado para identificar as “melhores” sínteses de evidências) e mais de dois terços abordaram a gestão clínica (em vez de medidas de saúde pública, arranjos de sistemas de saúde e respostas econômicas e sociais) Apenas 21% das sínteses vivas de evidências da COVID-19 tiveram uma atualização (após a primeira publicação), 8% tiveram duas e 13% tiveram duas ou mais, enquanto o tempo médio e mediano entre as buscas por sínteses com atualizações foi de 49 e 31 dias, respectivamente Muitas sínteses de evidências da COVID-19 abordaram tratamentos com um único medicamento, portanto, o inventário da COVID-END passou a contar principalmente com a COVID-NMA e outros que analisam todos os tratamentos com medicamentos (e a incluir apenas sínteses de estudos prognósticos que incluem todos os fatores prognósticos disponíveis) 	<ul style="list-style-type: none"> Quatro comunidades de evidências mantiveram metanálises vivas de alta qualidade de todos os tratamentos com medicamentos, com uma (COVID-NMA) apoiando atualizações semanais de avaliações de risco de viés e avaliações GRADE da certeza

<p>Falta de foco das comunidades de evidências em identificar danos decorrentes de intervenções, bem como benefícios (e mais geralmente incluindo uma grande gama de desenhos de estudo e tipos de dados)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Estudos e sínteses existentes no momento dificultaram a compreensão do que fazer com relatos sobre coágulos sanguíneos em receptores de selecionadas vacinas 	<ul style="list-style-type: none"> Uma equipe da COVID-END conduziu uma revisão sistemática para uma avaliação da causalidade da trombocitopenia trombótica que está temporariamente relacionada à administração da vacina
<p>Falta de compartilhamento de dados individuais de participantes e seu uso para examinar como os achados variam por tipo de participante, ambiente ou outros fatores e, portanto, como as intervenções podem ser mais bem personalizadas ou contextualizadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> Muitos relatórios documentaram a falta de compartilhamento de dados individuais de participantes (p. ex., uma revisão de 140 estudos feitos no início da pandemia descobriu que os dados foram compartilhados de apenas um estudo – veja bit.ly/31WQUxM) 	<ul style="list-style-type: none"> O <i>COVID-19 Knowledge Accelerator</i> avançou com os métodos necessários para compartilhar expressões computáveis de evidências e orientações entre plataformas, e o Vivli estendeu sua plataforma para permitir o compartilhamento de dados de ensaios relacionados à COVID-19
<p>Falta de inclusão em comunidades de evidências de representantes de todos os grupos relevantes de evidências (p. ex., pesquisadores conduzindo estudos primários, como ensaios, sintetizadores de evidências e desenvolvedores de diretrizes), todos os tipos relevantes de tomadores de decisão e todos os tipos relevantes de intermediários de evidências</p>	<ul style="list-style-type: none"> Muitos relatórios descreveram como os cidadãos estavam menos envolvidos na pesquisa sobre a COVID-19 do que em outros tipos de pesquisa antes da pandemia, bem como sobre resumos em linguagem simples de sínteses de evidências que não estavam disponíveis no início da pandemia bit.ly/3kwCHhr) 	<ul style="list-style-type: none"> A Força-Tarefa Nacional para Evidências Clínicas sobre a COVID-19 envolveu muitos profissionais da saúde (e suas associações) e pacientes em suas diretrizes vivas, e trabalhou em parceria com comunidades de evidências mantendo metanálises em redes vivas Muitos grupos se envolveram em modelagem para ajudar a escolher entre as opções disponíveis (p. ex., <i>lockdowns</i>) com base nas evidências disponíveis e na opinião de <i>experts</i> e, em alguns casos, no contexto fornecido pelos tomadores de decisão Muitos grupos prepararam sínteses rápidas contextualizadas a pedido dos tomadores de decisão (com parceiros cidadãos no caso de muitas sínteses rápidas da COVID-END)
<p>Falta de uso de uma gama de novas abordagens por parte das comunidades de evidências para se tornarem mais eficientes e oportunas em seu trabalho (p. ex., aprendizado de máquina e contribuições de crowdsourcing para seu trabalho)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Mais de 18 mil estudos foram transferidos para apenas um servidor de <i>preprint</i> (medRxiv) em julho de 2021, reduzindo drasticamente o tempo de publicação (embora tenha riscos incertos devido à falta de revisão por pares) Muitos casos de uso para abordagens de aprendizado de máquina em respostas à COVID-19 foram identificados em uma revisão de escopo de média qualidade de 183 relatórios (bit.ly/3D7bTeV), mas não foram amplamente usados no início da pandemia 	<ul style="list-style-type: none"> A L*VE (<i>Living Overview of Evidence</i>) usou o aprendizado de máquina para manter um repositório de estudos primários e sínteses de evidências, e o <i>EPPI-Centre</i> (Centro de Coordenação e Informação de Evidência para Políticas e Práticas) usou o aprendizado de máquina para manter um mapa vivo de evidências
<p>Falta de relatos sobre as lacunas, a qualidade e a transparência dos estudos primários (incluindo conflitos de interesse) como parte de um ciclo de <i>feedback</i> destinado a apoiar o aprendizado e a melhoria – para mais detalhes, veja a caixa 1 neste artigo: (17)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Os resultados de muitos estudos primários foram disponibilizados por meio de comunicados à imprensa, em vez de relatórios de pesquisa completos que podem passar por avaliação crítica Muitos relatórios observaram que os estudos primários tinham risco de viés de intermediário a alto (p. ex., 81% dos 713 artigos incluíam dados originais do paciente de um conjunto de 10.516 artigos sobre a COVID-19 – veja bit.ly/3Hii90X) e foram retratados por má conduta científica A COVID-END preparou relatórios sobre a falta de atualidade das sínteses de evidências (91% e 61% na base de dados completa e inventário das “melhores” sínteses de evidências, respectivamente, basearam-se em pesquisas concluídas mais de 180 dias antes), qualidade média ou baixa (75% e 55%, respectivamente) e falta de um perfil de evidências (81% e 42%, respectivamente), bem como a maior probabilidade de as sínteses rápidas de evidências serem de baixa qualidade do que as sínteses completas (43% em comparação a 13%) 	<ul style="list-style-type: none"> O RECOVERY (recoverytrial.net) e o ensaio Solidariedade da OMS de terapêutica para a COVID-19 forneceram plataformas para ensaios ultrarrápidos, de alta qualidade e em vários países, de tratamentos com medicamentos para a COVID-19 A <i>COVID-19 Evidence Alerts</i> traçou o perfil de estudos primários com classificação de qualidade

4.13 Fragilidades em vários sistemas de suporte de evidências da COVID-19

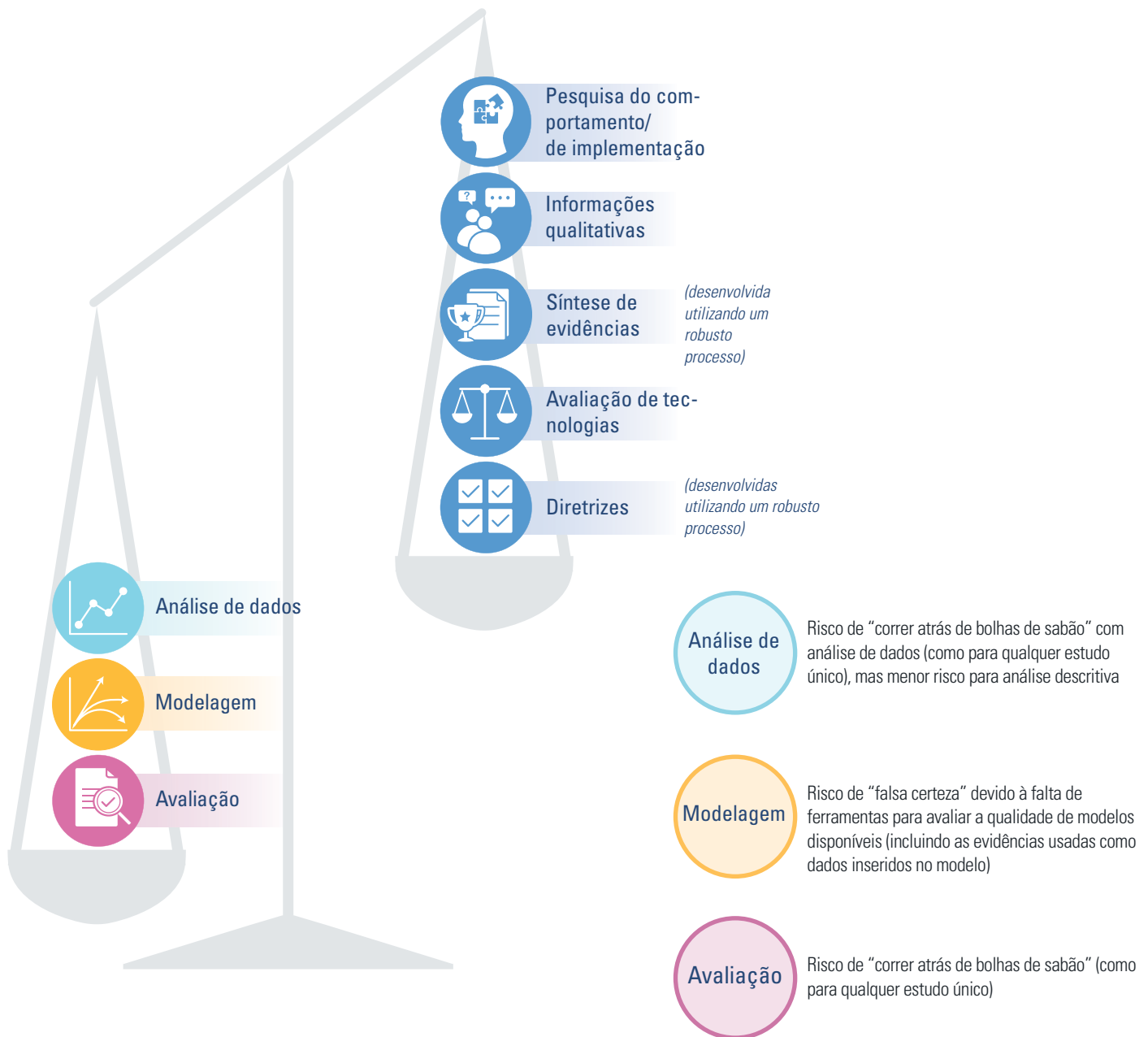
A pandemia de COVID-19 tem sido uma crise global marcada pela necessidade de tomada de decisão rápida por autoridades governamentais de alto nível em várias “ondas”, por incertezas significativas e uma base de evidências em rápida evolução (e muitas vezes indireta). Em diversas jurisdições, as evidências pareceram desempenhar um papel mais visível na formulação de políticas governamentais durante a pandemia de COVID-19 do que desempenharam em muitas décadas. Entretanto, a desinformação aumentou e os cidadãos e outras partes interessadas tiveram dificuldade em entender por que as evidências mudavam com o tempo. “Outras coisas” normalmente tiveram maior visibilidade do que as melhores evidências, e algumas formas de evidências, muitas vezes, tiveram maior visibilidade do que outras. Abordamos a desinformação na [seção 4.11](#) e fornecemos mais contexto para os termos usados aqui nas [seções 4.8](#) (“outras coisas” que não as melhores evidências), [4.2](#) (formas de evidência) e [4.5](#) (distinguindo entre evidências de alta e baixa qualidade).

“Outras coisas” que não as melhores evidências encontradas com maior frequência pelos tomadores de decisão sobre a Covid-19



*Como visto na [seção 4.8](#), usamos o termo “correr atrás de bolhas de sabão” como uma metáfora para compartilhar e comentar sobre cada novo estudo que chama a atenção de alguém.

Formas de evidências encontradas com maior frequência pelos tomadores de decisão sobre a Covid-19



Os líderes em qualquer jurisdição podem usar o relatório da Comissão de Evidências para sistematizar e ampliar para além da saúde os aspectos da resposta de evidências da COVID-19 que foram bem-sucedidos e abordar os muitos aspectos que não obtiveram êxito. Como parte da sistematização do que foi bem-sucedido, esses líderes precisarão fazer a transição do foco na velocidade e maior qualidade possível (“rápido e eficaz o suficiente”) da era COVID-19 para obter um equilíbrio entre velocidade, qualidade (p. ex., espera por evidências que estão prestes a aparecer) e sustentabilidade (p. ex., horário de trabalho normal e outros trabalhos não suspensos).

4.14 Características de uma ideal infraestrutura nacional de evidências

Todo país tem uma infraestrutura nacional de evidências que inclui muitos processos e estruturas relacionadas a evidências. Dentro dessa infraestrutura, distinguimos o sistema de suporte de evidências, o sistema de implementação de evidências e o sistema de pesquisa. Nos esforços futuros para o uso de evidências para responder aos desafios sociais, será fundamental dar muito mais atenção ao sistema de suporte de evidências e uma atenção contínua ao sistema de implementação de evidências.



A evidência é algo que os tomadores de decisão podem usar, enquanto a pesquisa é algo que os pesquisadores fazem. Quando os tomadores de decisão fazem uma pergunta, especialmente os formuladores de políticas governamentais e os líderes de organizações, precisam ser apoiados em tempo oportuno para usar as evidências que já existem. Os tomadores de decisão, especialmente os profissionais e os cidadãos, precisam ser apoiados para implementar as mudanças que evidências robustas demonstram ser necessárias. Enquanto isso, é preciso viabilizar que os pesquisadores possam criar produtos e serviços novos, desenvolver novas maneiras de pensar e criticar o *status quo*. Também precisam ser encorajados a interagir mais ativamente com os tomadores de decisão para garantir relevância e aplicabilidade, usar a tecnologia de forma mais eficaz para tornar os processos de pesquisa mais eficientes, relatar seus achados de maneira mais transparente e sem “distorção” e criar versões das evidências que produzem para que possam ser acessadas, compreendidas e colocadas em prática pelos tomadores de decisão. As evidências emergindo de suas pesquisas que estão prontas para ampla divulgação podem, então, ser incluídas nos sistemas de suporte de evidências e de implementação de evidências.

	Facilitador	Complemento
<p>Sistema de suporte de evidências</p> <p>Baseado em uma compreensão de um contexto nacional (ou subnacional) (incluindo restrições de tempo), orientado para a demanda, e focado em contextualizar as evidências para uma determinada decisão de maneira equitativa.</p> <p>Exemplos de infraestrutura:</p> <ul style="list-style-type: none"> escritório de coordenação de suporte de evidências (para todo o governo, com ou sem escritórios adicionais em departamentos ou ministérios estratégicos) unidades de evidências com <i>expertise</i> em cada uma das oito formas de evidências (p. ex., unidade de <i>insights</i> comportamentais) processos para obter e priorizar as necessidades de evidências, encontrar e apresentar evidências que atendem a essas necessidades dentro dos limites de tempo estabelecidos (e construir outras evidências como parte das avaliações contínuas), construir capacidade para o uso de evidências (p. ex., <i>workshops</i> e manuais sobre o uso de evidências), uso imediato de evidências (p. ex., <i>checklist</i> de apoio à tomada de decisão no âmbito ministerial) e uso de evidências em documentos (p. ex., métricas para uso de evidências) <p><i>Embora essa infraestrutura seja mais relevante para formuladores de políticas governamentais e líderes de grandes organizações, é possível adaptar tipos semelhantes de infraestrutura para líderes de organizações menores, bem como profissionais e cidadãos</i></p>	<p>Facilitado por:</p> <ul style="list-style-type: none"> intermediários de evidências nacionais bens públicos globais relacionados a evidências (p. ex., padrões globais e publicações de acesso aberto de sínteses de evidências) da Cochrane, Campbell e outros assistência técnica da ONU e de outras organizações multilaterais, incluindo seus escritórios nacionais, regionais e globais 	<p>Complementado por:</p> <ul style="list-style-type: none"> iniciativas de previsão para antever as necessidades de evidências futuras centros de inovação para inventar novos produtos e serviços, avaliá-los e escalar aqueles que podem agregar valor por meio de mercados ou contratos públicos

	Facilitador	Complemento
<p>Sistema de implementação de evidências*</p> <p>Baseado em uma compreensão dos processos relacionados a evidências, orientado por uma combinação de considerações sobre demanda e oferta, e focado em ciclos de sínteses de evidências, desenvolvimento de recomendações e sua disseminação para tomadores de decisão, apoio ativo de sua implementação, avaliação dos impactos, e incorporação das lições aprendidas no próximo ciclo (18)</p> <p>Exemplos de infraestrutura:</p> <ul style="list-style-type: none"> • unidades de sínteses de evidências e diretrizes • unidades de implementação de evidências para priorizar o que implementar, identificar barreiras e facilitadores para a implementação, e desenvolver estratégias que abordem as barreiras e potencializem os facilitadores • processos para integrar evidências em fluxos de trabalho existentes (p. ex., registros eletrônicos de clientes, sistemas de suporte digital para a tomada de decisão, portais <i>online</i> e iniciativas de melhoria da qualidade) e para compartilhá-las entre todos os fluxos de trabalho <p><i>Embora essa infraestrutura seja mais relevante para profissionais e cidadãos, é possível adaptar tipos semelhantes de infraestrutura para formuladores de políticas governamentais e líderes de organizações</i></p>	<p>Similar ao apresentado acima</p>	<p>Complementado por formuladores de políticas governamentais e líderes de organizações usando os mecanismos disponíveis para apoiar a implementação (p. ex., adicionando produtos e serviços recomendados a um pacote de benefícios, e exigindo relatórios públicos de um indicador que identifica a adesão a uma ação recomendada)</p>
<p>Sistema de pesquisa</p> <p>Baseado em uma compreensão das perspectivas disciplinares e dos métodos de pesquisa, movido por considerações do lado da oferta, como curiosidade, e focado na realização de pesquisas que podem ou não ter como objetivo contribuir com as evidências adotadas nos sistemas de suporte de evidências e de implementação de evidências (19)</p> <p>Exemplos de infraestrutura:</p> <ul style="list-style-type: none"> • unidades e departamentos em universidades • processos para recompensar atividades (p. ex., financiamentos para revisão por pares e publicações), que poderiam ser expandidos para atividades com maior probabilidade de alcançar impactos (p. ex., engajamento com e responsividade para tomadores de decisão) <p><i>Essa infraestrutura é mais relevante para pesquisadores</i></p>	<p>Facilitado por bens públicos globais relacionados à pesquisa (p. ex., iniciativas de ciência aberta)</p>	<p>Complementado por formuladores de políticas governamentais e líderes de organizações usando os mecanismos disponíveis para recompensar algumas atividades (p. ex., exercícios de avaliação de instituições, como a Estrutura de Excelência em Pesquisa [REF, na sigla em inglês] do Reino Unido)</p>

*Usamos o termo “sistema de implementação de evidências” para distingui-lo do sistema de suporte de evidências. Algumas descrições recentes do que entendemos por um sistema de implementação de evidências o chamariam de “ecossistema de evidências”.(18) Evitamos esse termo tanto porque confunde quem está acostumado com o significado literal de um ecossistema como porque não capta o foco desse sistema na implementação. Se fôssemos usar o termo “ecossistema de evidências”, provavelmente o aplicaríamos a uma combinação do sistema de suporte de evidências e do sistema de implementação de evidências.

Com base na primeira linha acima, um sistema de suporte de evidências teria, de preferência, as seguintes características:

- apoio à tomada de decisão por formuladores de políticas governamentais, bem como por líderes de organizações, profissionais e cidadãos, com as melhores evidências e das seguintes maneiras:
 - o informada por uma boa compreensão do contexto – incluindo onde e como as decisões são tomadas, as restrições de tempo sob as quais as decisões são tomadas, e os arranjos de sistemas existentes que determinam se os produtos e serviços certos chegam a quem precisa deles – e das capacidades, oportunidades e motivação para usar evidências na tomada de decisão;
 - o responsiva às necessidades relacionadas à decisão, às restrições de tempo e às preferências por formatos de produtos e processos;
 - o refletindo um compromisso de combinar as melhores evidências à pergunta feita e trabalhar com o que as evidências significam para uma determinada decisão (i.e., contextualizar as evidências), incluindo como isso pode variar por grupos e contextos (i.e., usar a lente da equidade para as evidências e para como são vistas);
 - o entregue com discernimento, humildade e empatia, além da atenção adequada para identificar e gerenciar conflitos de interesse.
- viabilizada de maneiras sistemáticas e transparentes tanto por quem está dentro do governo quanto por meio de parcerias estratégicas com intermediários e produtores de evidências de fora do governo, como intermediários de evidências nacionais e fornecedores de bens públicos globais e assistência técnica;
- complementada por quem opera em duas partes do que a ONU chama de “quinteto da mudança”, ou seja, previsão estratégica e inovações.(20)

As outras três partes do quinteto da mudança – análise de dados, pesquisa do comportamento/de implementação e avaliação (“orientação para desempenho e resultados”) – são abordadas nas nossas oito formas de evidências.

Alguns governos optaram por aprovar a legislação que formaliza aspectos do sistema de suporte de evidências. Nos Estados Unidos, a Comissão Bipartite de formulação de políticas baseada em evidências (21) desenvolveu recomendações que informaram a Lei de Evidências. Os memorandos de acompanhamento do presidente e do Gabinete de Orçamento do Congresso ajudaram a apoiar a implementação dessa lei. Esses esforços compartilham com a Comissão de Evidências um foco em todos os tipos de desafios sociais, mas divergem no foco em apenas um tipo de tomador de decisão (os formuladores de políticas governamentais, nesse caso, no governo federal dos Estados Unidos), em apenas duas formas de evidências (análise de dados e avaliação), e na criação de novas evidências e não também em fazer melhor uso do estoque de evidências existentes (como por meio de sínteses de evidências). Algumas partes do sistema da ONU optaram por aprovar resoluções sobre o fortalecimento dos sistemas de suporte de evidências. Na região do Mediterrâneo Oriental, o comitê regional da OMS aprovou uma resolução desse tipo para o setor da saúde.(22)

4.15 Relatórios de comissões globais por forma de evidências

Apenas um de 70 relatórios de comissões globais publicados desde janeiro de 2016, ao descrever seus comissários, destacou a *expertise* em alguma das oito formas de evidências com as quais os tomadores de decisão normalmente se deparam.

Quando os relatórios de comissões relataram explicitamente em sua seção de métodos que se basearam em alguma dessas formas de evidências em seu próprio trabalho, a modelagem foi a forma mais frequente (13 relatórios), seguida pela síntese de evidências (6) e pela avaliação de tecnologias/análise de custo-efetividade (5). Complementando essa análise das seções de métodos, um análise das listas de referência verificou que:

- 64 dos 70 relatórios tinham uma lista de referência;
- apenas 32 desses 64 relatórios tinham ao menos uma citação de uma síntese de evidências;
- apenas 3% das citações (526 de 17.605) pareciam ser sínteses de evidências com base em seus títulos;
- o número médio e mediano de citações de sínteses de evidências foi 8,2 e um por relatório, respectivamente.

Também analisamos a lista de citações para o Relatório Global de Desenvolvimento Sustentável de 2019, que foi preparado por um grupo independente de cientistas nomeados pelo Secretário-geral da ONU

e que, portanto, poderia se esperar que fosse uma exceção positiva. (23) No entanto, nesse relatório, apenas 1,8% das citações (17 de 941) pareciam ser sínteses de evidências com base em seus títulos. Quando as sínteses de evidências foram citadas, não estava claro se a qualidade e a atualidade da busca influenciaram a seleção. Por exemplo, três das sínteses de evidências citadas abordaram o tópico específico de recrutamento e retenção de profissionais da saúde, apesar de haver centenas de sínteses disponíveis sobre esse tópico por meio da base de dados *Health Systems Evidence*. Focamos nas sínteses de evidências porque – como observado na [seção 4.2](#) – usam um processo sistemático para identificar, selecionar, avaliar e sintetizar os achados de todos os estudos que abordaram a mesma questão, a fim de chegar a uma compreensão geral do que é conhecido, incluindo como isso pode variar entre os grupos e contextos.

No máximo um dos relatórios tornou uma dessas formas de evidências o foco explícito de suas recomendações. Conforme retomamos na [seção 7.1](#), muitos relatórios fizeram recomendações gerais sobre coleta e compartilhamento de dados, mas não fizeram recomendações específicas sobre como aproveitar a análise de dados para apoiar a tomada de decisão.

Formas de evidências		Número de relatórios de comissões
Base para descrever a <i>expertise</i> dos comissários (não incluindo sua biografia individual)	Avaliação de tecnologias/análise de custo-efetividade	1
	Todas as outras formas de evidências	0
	Não especificado	69
Fonte de evidências utilizada	Modelagem	13
	Síntese de evidências	6
	Avaliação de tecnologias/análise de custo-efetividade	5
	Análise de dados	3
	Avaliação	2
	Diretrizes	2
	Pesquisa do comportamento/de implementação	1
	Informações qualitativas	1
	Não especificado	49
Foco das recomendações	Modelagem	1
	Avaliação	1
	Informações qualitativas	1
	Avaliação de tecnologias/análise de custo-efetividade	1
	Diretrizes	1
	Todas as outras formas de evidências	0
	Não especificado	66



4.16 Anexo da seção 4.5 – Exemplos de ferramentas de avaliação da qualidade



Forma de evidências	Exemplos de ferramentas de avaliação de qualidade
Tipos de evidências para as quais existem ferramentas de avaliação de qualidade	
Análise de dados	<p>ROBINS-I (riskofbias.info) para estudos observacionais, como os que analisam associações entre fatores selecionados (incluindo intervenções) e desfechos selecionados, em que há um risco de viés de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • confusão (onde a relação observada entre um fator e um desfecho difere da relação verdadeira por causa de um ou mais fatores adicionais que não são levados em conta) • seleção dos participantes para o estudo • classificação de intervenção(ões) • desvios da intervenção pretendida • dados ausentes • medição dos desfechos • seleção do resultado relatado
Avaliação	<p>Risk of Bias (RoB) 2 (riskofbias.info) para ensaios clínicos randomizados, em que o risco de confusão é menor, mas há risco de viés de algumas (embora menos) das mesmas fontes acima:</p> <ul style="list-style-type: none"> • processo de randomização • desvios das intervenções pretendidas • dados (de desfechos) ausentes • medição dos desfechos • seleção do resultado relatado
Pesquisa do comportamento/ de implementação	Veja outras linhas para os tipos relevantes de estudos ou sínteses
Pesquisa qualitativa	<p>Checklist de avaliação crítica do JBI (<i>Joanna Briggs Institute</i>) para pesquisa qualitativa (bit.ly/31Lsib1), em que considerações muito diferentes são levadas em conta, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • congruência entre a metodologia de pesquisa e a pergunta de pesquisa, métodos de coleta de dados, representação e análise de dados, e interpretação dos resultados, bem como entre a perspectiva filosófica indicada e a metodologia • reflexividade por parte do pesquisador, como declarações localizando o pesquisador cultural e teoricamente, e discutindo a influência do pesquisador na pesquisa e vice-versa • representação dos participantes do estudo e suas vozes • fluxo de conclusões da análise e interpretação dos dados
Síntese de evidências	<p>Veja acima para os tipos relevantes de estudos considerados na síntese de evidências</p> <p>AMSTAR (amstar.ca) (do inglês <i>A Measurement Tool to Assess systematic Reviews</i> - uma ferramenta de medição para avaliar revisões sistemáticas) para a qualidade da síntese de evidências, em que o risco de viés pode surgir da:</p> <ul style="list-style-type: none"> • identificação de todos os estudos potencialmente relevantes por meio de uma busca abrangente da literatura publicada e cinzenta sem restrições de idioma • seleção de todos os estudos que abordam a pergunta de pesquisa usando critérios explícitos sobre os desenhos de estudo e sobre os participantes, intervenções/fatores, comparações e desfechos, e com pelo menos dois revisores aplicando os critérios • avaliação da qualidade e extração de dados de todos os estudos incluídos • síntese dos achados de todos os estudos incluídos <p>Observe que há duas versões da AMSTAR: 1) a versão original que pode ser aplicada em todos os tipos de sínteses, embora com alguns critérios removidos do numerador e do denominador; 2) uma segunda versão da AMSTAR que é mais especificamente relevante para sínteses de ensaios clínicos randomizados</p> <p>Gradação das Recomendações de Avaliação e Desenvolvimento (GRADE, na sigla em inglês) (bit.ly/3C9pMrx) para a certeza das evidências para os desfechos de uma intervenção, com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • certeza rebaixada devido ao risco de viés (com evidências de ensaios clínicos randomizados começando como de “confiança alta” e evidências de estudos observacionais começando como de qualidade baixa e depois sendo ajustada com base no RoB2 ou ROBINS-I), imprecisão (p. ex., um ou dois estudos pequenos), inconsistência (p. ex., dois estudos mostrando achados muito diferentes), evidências indiretas (p. ex., medidas substitutas utilizadas ou cenários atípicos estudados) e viés de publicação (p. ex., mais comum com estudos observacionais devido à falta de registros de estudos ou com estudos financiados pela indústria devido ao incentivo comercial para publicar estudos positivos) • certeza elevada para grande magnitude de efeito, gradiente de dose-resposta e quando toda a confusão residual diminuiria a magnitude do efeito <p>Abordagem para Avaliar a Confiança em Achados de Sínteses de Evidências Qualitativas (GRADE-CERQual; cerqual.org) para a certeza das evidências para a representação qualitativa de um fenômeno de interesse, com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • certeza rebaixada devido a preocupações sobre limitações metodológicas (porque os problemas na forma como os estudos foram desenhados ou relatados foram identificados usando uma ferramenta de avaliação crítica, como a do JBI acima), relevância (porque o contexto em que os estudos primários foram conduzidos é substancialmente diferente do contexto da pergunta de síntese), coerência (porque alguns dos dados contradizem os achados ou são ambíguos) e adequação (porque os dados não são suficientemente informativos ou provêm apenas de um pequeno número de estudos ou participantes)



Avaliação de tecnologias/ análise de custo-efetividade

Checklist da *International Network of Agencies for Health Technology Assessment* (INAHTA) (bit.ly/2YJVMVK) para a qualidade das avaliações de tecnologias, com duas das 14 questões discutindo a abordagem para sintetizar as evidências (com *prompts* semelhantes à AMSTAR) e outra questão discutindo se a avaliação foi contextualizada por meio de uma análise de custo-efetividade (com dados de custo locais – nacionais ou subnacionais), e consideração das implicações legais, éticas e sociais locais

Checklist de Drummond de análises de custo-efetividade (bit.ly/3FbnB8R), e para avaliações econômicas de forma mais geral, com questões sobre o desenho do estudo, coleta de dados, e análise e interpretação dos resultados

Checklist da Philips para análises de custo-efetividade que incluem um componente de modelagem analítica de decisão (bit.ly/3FcWBGc) com questões sobre a estrutura do modelo (p. ex., fundamentação explícita, suposições justificadas e horizonte temporal adequado), os dados usados (p. ex., probabilidades de base dos estudos observacionais, efeitos de tratamento de ensaios clínicos randomizados, e avaliações de quatro tipos de incertezas: a estrutura do modelo, as etapas metodológicas seguidas, a heterogeneidade na população estudada, e os parâmetros usados) e a consistência (interna e externa) – há ainda a ferramenta complementar TRUST para avaliar incertezas nos modelos analíticos de decisão (bit.ly/3quFSKp)



Diretrizes

Ferramenta AGREE II (bit.ly/30qyFAb) para avaliar o desenvolvimento, relato e avaliação (ou avaliação da qualidade) das diretrizes, que usa 23 itens agrupados em seis domínios, cada um sendo pontuado de forma independente:

- escopo e propósito descritos
- envolvimento das partes interessadas (cidadão/paciente e profissional)
- rigor de desenvolvimento (com sínteses de evidências usadas como entrada de dados, um processo robusto de desenvolvimento das recomendações, e recomendações vinculadas às evidências de apoio)
- clareza na apresentação
- aplicabilidade
- independência editorial (em relação ao financiador e aos conflitos de interesse dos membros do painel)

Graduação das Recomendações de Avaliação e Desenvolvimento (GRADE, na sigla em inglês) (bit.ly/3C9pMrx) para avaliar a força das recomendações, que usa quatro considerações principais:

- equilíbrio entre os desfechos desejáveis e indesejáveis (escolhas), levando em consideração as melhores estimativas da magnitude dos efeitos nos desfechos desejáveis e indesejáveis, e a importância desses desfechos (valores típicos estimados e preferências)
- confiança na magnitude das estimativas dos efeitos das intervenções sobre desfechos importantes (veja GRADE na linha anterior)
- confiança nos valores e preferências e uso de recursos de variabilidade

Tipos de evidências para as quais ainda não existem ferramentas de avaliação de qualidade



Modelagem

Ainda não existe uma ferramenta amplamente aceita para a maioria dos tipos de modelos; no entanto, há algumas perguntas gerais que podem ser feitas sobre modelos (muito semelhantes às listadas como parte do *checklist* da Philips acima), como:

- estrutura do modelo (p. ex., fundamentação explícita, suposições justificadas e horizonte temporal adequado)
- dados usados (p. ex., probabilidades de base dos estudos observacionais, efeitos de intervenção de uma variedade de fontes*, e avaliações de quatro tipos de incerteza: a estrutura do modelo, as etapas metodológicas seguidas, a heterogeneidade na população estudada, e os parâmetros usados)
- consistência (interna e externa)
- disponibilidade do *software* ou ferramenta para que possa ser avaliado por outros

*Um dos desafios com a COVID-19 era que os desenhos de estudo geralmente usados para obter os efeitos da intervenção, como os ensaios clínicos randomizados, eram ética ou logisticamente difíceis e/ou demoravam muito para serem concluídos; então, outros desenhos de estudo precisavam ser usados e era necessário buscar a opinião de *experts* (e existem abordagens que permitem fazer isso de forma sistemática e transparente, como a SHELF – veja bit.ly/30nteC4)

Abordagens usadas com alguns tipos de evidências para as quais ainda não existem ferramentas de avaliação de qualidade



Inteligência artificial

Ainda não existe uma ferramenta amplamente aceita

4.17 Referências

1. Serra-Garcia M, Gneezy U. Nonreplicable publications are cited more than replicable ones. *Science Advances* 2021; 7(21).
2. Minx JC, Haddaway NR, Ebi KL. Planetary health as a laboratory for enhanced evidence synthesis. *Lancet Planet Health* 2019; 3(11): e443-445.
3. Yusuf M, Atal I, Li J, et al. Reporting quality of studies using machine learning models for medical diagnosis: A systematic review. *BMJ Open* 2020; 10(e034568).
4. Lavis J, Oxman A, Souza N, Lewin S, Gruen R, Fretheim A. SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP). 9. Assessing the applicability of the findings of a systematic review. *Health Research Policy and Systems* 2009; 7(S9).
5. Connolly P, Keenan C, Urbanska K. The trials of evidence-based practice in education: A systematic review of randomised controlled trials in education research 1980-2016. *Educational Research* 2018; 60(3): 276-291.
6. Page M, Shamseer L, Altman D, Tetzlaff J, Sampson M, Tricco AC. Epidemiology and reporting characteristics of systematic reviews of biomedical research: A cross-sectional study. *PLoS Medicine* 2016; 13(5): e1002028.
7. Phillips D, Coffey C, Tsoli S, Stevenson J, Waddington H, Evers J. A map of evidence maps relating to sustainable development in low- and middle-income countries: Evidence gap map report. London: CEDIL Pre-Inception Paper; 2017.
8. Thyer B. A bibliography of randomized controlled experiments in social work (1949-2013): Solvitur Ambulando. *Research on Social Work Practice* 2015; 25(7): 753-793.
9. Mavergames C, Elliott J. Living systematic reviews: Towards real-time evidence for health-care decision-making. London: BMJ Best Practice. <https://bestpractice.bmj.com/info/toolkit/discuss-ebm/living-systematic-reviews-towards-real-time-evidence-for-health-care-decision-making/>(acesso 7 novembro 2021).
10. Kirkland D. No small matters: Reimagining the use of research evidence from a racial justice perspective. New York: William T. Grant Foundation; 2019.
11. Vadehra E. We need to reimagine the modern think tank. 2021. https://ssir.org/articles/entry/we_need_to_reimagine_the_modern_think_tank# (acesso 12 novembro 2021).
12. Broadband Commission for Sustainable Development. Balancing act: Countering digital disinformation while respecting freedom of expression. Geneva and Paris: International Telecommunication Union and United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization; 2020.
13. Walter N, Murphy S. How to unring the bell: A meta-analytic approach to correction of misinformation. *Communication Monographs* 2018; 85(3): 423-441.
14. Douthat R. How I became extremely open-minded. *New York Times* 2021; 6 November 2021.
15. Boutron I, Créquit P, Williams H, Meerpohl J, Craig JC, Ravaud P. Future of evidence ecosystem series: 1. Introduction: Evidence synthesis ecosystem needs dramatic change. *Journal of Clinical Epidemiology* 2020; 123: 135-142.
16. Créquit P, Boutron I, Meerpohl J, Williams HC, Craig J, Ravaud P. Future of evidence ecosystem series: 2. Current opportunities and need for better tools and methods. *Journal of Clinical Epidemiology* 2020; 123: 143-152.
17. Ravaud P, Créquit P, Williams HC, Meerpohl J, Craig JC, Boutron I. Future of evidence ecosystem series: 3. From an evidence synthesis ecosystem to an evidence ecosystem. *Journal of Clinical Epidemiology* 2020; 123: 153-161.
18. Vandvik P, Brandt L. Future of evidence ecosystem series: Evidence ecosystems and learning health systems - Why bother? *Journal of Clinical Epidemiology* 2020; 123: 166-170.
19. Pang T, Sadana R, Hanney S, Bhutta ZA, Hyder AA, Simon J. Knowledge for better health: A conceptual framework and foundation for health research systems. *Bulletin of the World Health Organization* 2003; 81(11): 815-20.
20. United Nations. UN 2.0: Quintet of change. New York: United Nations; 2021.
21. Commission on Evidence-Based Policymaking. The promise of evidence-based policymaking. Washington: United States Government Printing Office; 2017.
22. World Health Organization Regional Office for the Eastern Mediterranean. Resolution on developing national institutional capacity for evidence-informed policy-making for health. Cairo: World Health Organization; 2019.
23. Independent Group of Scientists appointed by the Secretary-General. Global sustainable development report 2019: The future is now – Science for achieving sustainable development. New York: United Nations; 2019.



Capítulo 5. Papel dos intermediários de evidências

5.1 Tipos de intermediários de evidências	78
5.2 Características dos intermediários de evidências	80
5.3 Estratégias usadas pelos intermediários de evidências	81
5.4 Condições que podem ajudar e atrapalhar os intermediários de evidências	83
5.5 Uso de síntese de evidências pelas entidades do sistema da ONU em seu trabalho	86
5.6 Referências	88

Este é o primeiro de dois capítulos que discutem como podemos sistematizar o uso de evidências, por todos os tipos de tomadores de decisão, para responder aos desafios. Tratamos neste capítulo sobre os intermediários de evidências. O [capítulo 6](#) aborda os bens públicos globais e as capacidades distribuídas de maneira equitativa.

5.1 Tipos de intermediários de evidências

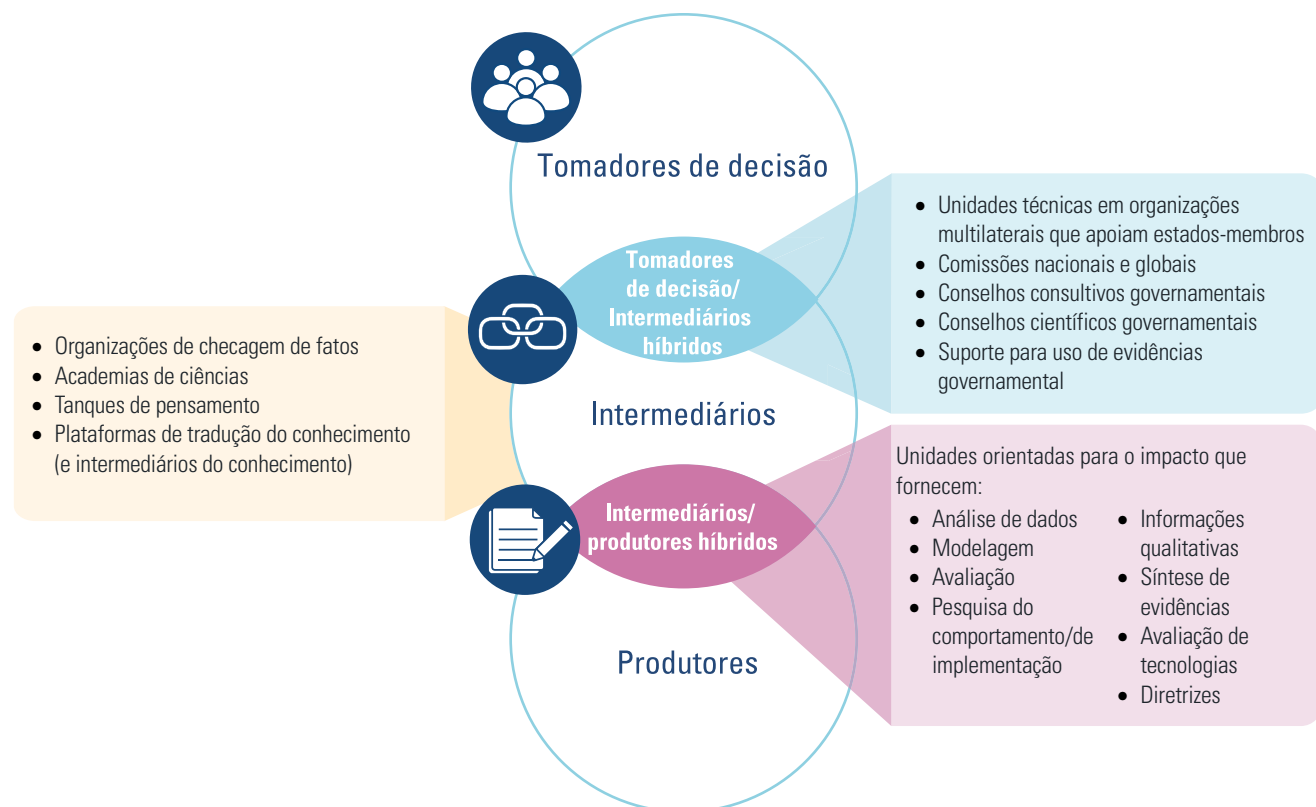
Como o termo sugere, intermediários de evidências são entidades (ou indivíduos) que trabalham “na intersecção” entre tomadores de decisão e produtores de evidências. Apoiam os tomadores de decisão com as melhores evidências e apoiam os produtores de evidências com *insights* e oportunidades para causar um impacto com as evidências. Há muitos tipos de intermediários de evidências e incluímos aqueles que tendem a concentrar uma energia significativa especificamente no uso de evidências para apoiar a tomada de decisão. Alguns desses intermediários de evidência podem usar outras designações para se descreverem, como intermediários (*brokers*) do conhecimento.

Podemos distinguir entre:

- intermediários que usam evidências em seu próprio trabalho (ou seja, estão envolvidos na tomada de decisão) e apoiam diretamente a tomada de decisão por parte dos formuladores de políticas governamentais, líderes de organizações, profissionais e/ou cidadãos;
- intermediários que usam evidências para apoiar diretamente a tomada de decisão;
- intermediários que podem produzir conhecimento generalizável (p. ex., para publicação em periódicos científicos revisados por pares) e usar evidências para apoiar diretamente a tomada de decisão.

Para o primeiro e o segundo tipos abrangentes de intermediários de evidências, incluímos algumas entidades que não necessariamente priorizam evidências da maneira proposta por este relatório, como uma força motivadora em seu trabalho. Em vez disso, podem se basear em crenças, valores e interesses. Fomos amplamente inclusivos porque esperamos que muitas dessas entidades reconsiderem a prioridade que atribuem às evidências em seu trabalho após a leitura deste relatório. Na [seção 5.2](#), apresentamos alguns dos alinhamentos e fontes de financiamento que podem influenciar as escolhas sobre as forças que motivam o trabalho dos intermediários. Anteriormente, nas [seções 3.3 a 3.6](#), apresentamos uma série de outros processos que podem ser (mas geralmente não são) os alvos do trabalho dos intermediários (p. ex., orçamento e planejamento para formuladores de políticas governamentais e líderes de organizações, desenvolvimento profissional contínuo para profissionais, e mídia tradicional e social para cidadãos).

Para o terceiro tipo abrangente de intermediários de evidências, alguns realmente funcionam como intermediários para outros grupos de evidências. Por exemplo, os grupos de avaliação de tecnologias e diretrizes podem se basear em sínteses de evidências produzidas por outros na preparação de um relatório ou recomendações para os tomadores de decisão.



Tipos abrangentes	Foco (ou tipo) específico	Exemplos de entidades nacionais e redes globais (ou regionais)*
<p>Tomadores de decisão/intermediários híbridos</p> 	<p>Unidades técnicas em organizações multilaterais que apoiam estados-membros</p> <p>Comissões nacionais e globais</p> <p>Conselhos consultivos governamentais**</p> <p>Conselhos científicos governamentais</p> <p>Suporte para uso de evidências governamental</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ONU e seus departamentos (p. ex., Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais), fundos (p. ex., Escritório de Pesquisa do UNICEF-Innocenti), programas (e.g., os Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD), e agências especializadas (e.g., a Divisão de Ciência da OMS e pesquisas e publicações do Banco Mundial) • Diretorias da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, na sigla em inglês) • Comissões permanentes nacionais (p. ex., a Comissão de Produtividade da Austrália) e comissões <i>ad hoc</i> (e.g., as comissões reais da Nova Zelândia) • Para comissões globais, veja a seção 8.1 • Conselhos consultivos de <i>experts</i> do governo chinês • Nenhuma rede global ou regional identificada • Conselheiro Científico Chefe Governamental (Reino Unido) • <i>International Network for Government Science Advice</i> • Departamento de serviços de pesquisa do parlamento de Uganda • <i>African Parliamentarians' Network on Development Evaluation</i>
<p>Intermediários</p> 	<p>Organizações de checagem de fatos</p> <p>Academias de ciências</p> <p>Tanques de pensamento</p> <p>Plataformas de tradução do conhecimento (e intermediários do conhecimento)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>WebQoof</i> (Índia) • <i>International Fact-Checking Network</i> e <i>Africa Check</i> • <i>National Academies of Sciences, Engineering and Medicine</i> • <i>International Science Council</i> • Corporação RAND (Estados Unidos) • <i>Global Solutions Initiative</i> • <i>Knowledge to Policy Center</i> (Líbano) • <i>Evidence-Informed Policy Networks</i> - EVIPNet (Rede de Políticas Informadas por Evidências) e <i>Africa Evidence Network</i>
<p>Intermediários/produtores híbridos</p> 	<p>Unidades de análise de dados orientadas para o impacto</p> <p>Unidades de modelagem orientadas para o impacto</p> <p>Unidades de avaliação orientadas para o impacto</p> <p>Unidades de pesquisa do comportamento/de implementação orientadas para o impacto</p> <p>Unidades de informações qualitativas orientadas para o impacto</p> <p>Unidades de síntese de evidências orientadas para o impacto</p> <p>Unidades de avaliação de tecnologias</p> <p>Unidades de diretrizes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Pulse Lab Jakarta</i> (Indonésia) • <i>United Nations Global Pulse</i>, que inclui quatro desses laboratórios • Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas • <i>Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab</i> (J-PAL) (Estados Unidos, com escritórios em outros países) • <i>International Initiative for Impact Evaluation</i> (3ie) e <i>Centers for Learning on Evaluation and Results</i> (CLEAR) • <i>Behavioural Insights Team</i> (Reino Unido, com escritórios em outros países) • <i>United Nations Behavioural Science Group</i> • <i>Cochrane Qualitative and Implementation Methods Group</i> • <i>Africa Centre for Evidence</i> (ACE) (África do Sul) e <i>EPPI-Centre</i> (Reino Unido) • <i>Evidence Synthesis International</i> (ESI) e <i>Global Evidence Synthesis Initiative</i> (GESI)*** bem como a <i>What Works Network</i> (Reino Unido) • <i>Canadian Agency for Drugs and Technologies in Health</i> (CADTH) • <i>International Network of Agencies for Health Technology Assessment</i> (INAHTA) e <i>Red de Evaluación de Tecnologías en Salud de las Américas</i> (RedETSA) • <i>National Institute for Health and Care Excellence</i> (NICE) (Reino Unido) • <i>Guidelines International Network</i> (GIN)

*Algumas redes se concentram mais em apoiar a produção de evidências do que em apoiar as funções de intermediários de evidências.

**Também chamados de grupos consultivos, painéis de avaliação, conselhos de monitoramento, comitês de revisão e forças-tarefas técnicas, entre outros nomes.

***Existem muitas outras redes globais temáticas, como CAMARADES e SYRCLC com foco em estudos de animais, a Cochrane e o JBI (Joanna Briggs Institute) na saúde, a Collaboration for Environmental Evidence no meio ambiente, e a Colaboração Campbell com foco em vários tópicos não relacionados à saúde.

5.2 Características dos intermediários de evidências

Os intermediários de evidências podem ser descritos com base em muitas características. Apresentamos aqui dez dessas características. Um intermediário de evidências pode ser grande e diversificado em seu foco estratégico, bem como fortemente comprometido com sua independência possibilitada por dotações e com o uso de evidências para moldar as agendas sociais por longos períodos de tempo. Outra entidade pode ser pequena e especializada em um desafio específico, além de dependente de contratos de serviço com fabricantes de produtos (p. ex., empresas farmacêuticas) para apoiar a tomada de decisão dos cidadãos.

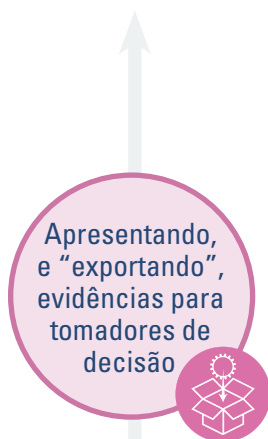
Se for possível prever com consistência que uma conclusão de um intermediário de evidências envolverá uma solução liderada pelo governo ou baseada no mercado ou envolverá uma política ou programa que beneficiará (ou um produto ou serviço oferecido por) um grupo alinhado com ou que financia a entidade, então, há uma boa chance de a entidade ser motivada mais por valores ou interesses privados, respectivamente, do que por evidências.

Características	Exemplos
Desafios em foco	<ul style="list-style-type: none"> • Setorial nacional (p. ex., educação) • Intersetorial nacional (p. ex., política econômica e social) • Coordenação global (p. ex., relações internacionais)
Tomadores de decisão visados	<ul style="list-style-type: none"> • Formuladores de políticas governamentais (p. ex., para influenciar a regulamentação da esfera executiva e a votação legislativa) • Líderes de organizações (p. ex., para influenciar estratégias e operações organizacionais) • Profissionais (p. ex., para influenciar práticas profissionais) • Cidadãos (p. ex., para influenciar a opinião pública e a votação)
Forças motivadoras	<ul style="list-style-type: none"> • Evidências • Outras ideias sobre “o que é”, como as crenças • Valores ou ideias sobre “o que deve ser” • Interesses (públicos ou privados)
Alinhamentos que podem influenciar as forças motivadoras	<ul style="list-style-type: none"> • Partidos políticos • Empresas ou sindicatos • Grupos profissionais • Movimentos sociais • Não aplicável (independente)
Fontes de financiamento que podem influenciar as forças motivadoras	<ul style="list-style-type: none"> • Dotações • Fundações • Governos • Corporações • Indivíduos
Fluxos de receita	<ul style="list-style-type: none"> • Contratos de serviço (p. ex., 12 produtos de evidências por ano) • Taxas de licenciamento e assinatura • Vendas e eventos
Horizontes temporais	<ul style="list-style-type: none"> • Curto prazo (p. ex., resposta às necessidades urgentes de evidências) • Médio prazo (p. ex., preparação para a próxima eleição ou lugar de retiro quando o partido político perde a eleição e os compromissos políticos terminam) • Longo prazo (p. ex., realização de uma iniciativa programática com duração de uma década para moldar o pensamento sobre uma prioridade política emergente)
Definidores de agenda	<ul style="list-style-type: none"> • Financiadores • Líderes de entidades • Equipe individual
Estratégias enfatizadas	<ul style="list-style-type: none"> • Produção e suporte de evidências, que é o foco da seção 5.3 • Consultoria • <i>Advocacy</i>
Localizações	<ul style="list-style-type: none"> • Organizações multilaterais (p. ex., agências especializadas da ONU; OCDE) • Governos • Organizações não governamentais independentes e entidades com fins lucrativos • Universidades

5.3 Estratégias usadas pelos intermediários de evidências

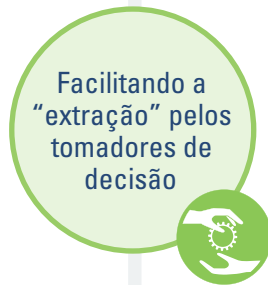


Estratégias	Exemplos
<p>Melhorando o clima para o uso de evidências</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Compartilhar exemplos de desfechos e impactos alcançados usando as melhores evidências e de oportunidades perdidas por não usar as melhores evidências • Demonstrar como distinguir entre evidências de alta e baixa qualidade (veja a seção 4.5), como distinguir entre as melhores evidências de “outras coisas” (seção 4.8) e como obter o melhor de “outras coisas” (seção 4.8) • “Auditar” a tomada de decisão e as estruturas consultivas, os processos e os produtos, bem como as iniciativas que os influenciam, para identificar oportunidades de sistematizar o uso de evidências (p. ex., [1]) • Comparar um sistema de suporte de evidências local (nacional ou subnacional) a um sistema de suporte de evidências em condições ótimas de funcionamento, ou comparar um sistema de implementação de evidências local a um sistema de implementação de evidências em condições ótimas de funcionamento, usando <i>prompts</i> (listas de opções) como essa lista de estratégias que pode ser usada por intermediários de evidências
<p>Priorizando e coproduzindo evidências</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Envolver-se em atividades de escuta (p. ex., resposta rápida) e previsão (p. ex., monitoramento do horizonte) para identificar problemas emergentes, dar sentido a eles, priorizar os que requerem suporte de evidências, e comissionar ou realizar o suporte de evidências • Coproduzir – com os tomadores de decisão – novas evidências locais (nacionais ou subnacionais) específicas para a jurisdição em foco (análise de dados, modelagem, avaliações, pesquisa do comportamento/de implementação, informações qualitativas), sintetizar as melhores evidências globais (síntese de evidências), e traduzir evidências globais e locais em suporte de evidências local específico para a jurisdição (avaliações de tecnologias e diretrizes, bem como modelagem se realizada com essa intenção) • Codesenvolver e manter produtos vivos de evidências (análise de dados, modelagem, sínteses de evidências e diretrizes)



Apresentando, e “exportando”, evidências para tomadores de decisão

- Apresentar evidências de forma a torná-las compreensíveis para os tomadores de decisão (e comunicar e disseminá-las para quem pode usá-las)
 - p. ex., tornar a análise de dados mais compreensível usando abordagens de visualização de dados (como gráfico de barras/pizza, diagramas de caixa, gráficos de dispersão e redes)
 - p. ex., tornar as sínteses de evidências mais compreensíveis usando resumos em linguagem simples traduzidos para vários idiomas
- Usar evidências para combater informações falsas e desinformação *online*, na checagem de fatos e em outros esforços para conter alegações não baseadas em evidências
- Integrar diferentes formas de evidências em tipos inovadores de produtos de evidências (e.g., análise de dados para esclarecer um problema e suas causas, síntese de evidências para descrever os prováveis benefícios e prejuízos de uma opção para resolver um problema, e ciências do comportamento para desenvolver um plano de implementação)
- Identificar se os profissionais e cidadãos já estão engajados nos principais processos de implementação de evidências descritos na **seção 4.14**
 - p. ex., estão se comportando de maneira consistente com as recomendações baseadas em evidências?
 - p. ex., se não, estão avaliando a capacidade, a oportunidade e a motivação para fazê-lo?
 - p. ex., estão criando estratégias de implementação baseadas no que foi aprendido nessa avaliação?
 - p. ex., estão implementando e avaliando as estratégias e incorporando as lições aprendidas no ciclo seguinte?
- Incorporar evidências em ferramentas de apoio à decisão já usadas pelos tomadores de decisão (p. ex., notas informativas para formuladores de políticas governamentais; painéis para líderes de organizações; e sistemas de suporte de evidências usados por profissionais como médicos, que são cada vez mais alimentados por inteligência artificial) ou em documentos relacionados à decisão que poderiam ser usados por tomadores de decisão (p. ex., legislação modelo)



Facilitando a “extração” pelos tomadores de decisão

- Manter balcões únicos de evidências otimizados para as necessidades dos tomadores de decisão (e.g., a *Education Endowment Foundation* [Reino Unido] e a *What Works Clearinghouse* [Estados Unidos] para educadores; e a plataforma internacional *Evidence Aid* para provedores de ajuda humanitária)
- Manter um serviço de evidência rápida que pode responder com as melhores evidências disponíveis às solicitações dos tomadores de decisão por evidências em prazos curtos (p. ex., um a 30 dias úteis)
- Construir capacidades entre os tomadores de decisão para adquirir, avaliar, adaptar e aplicar evidências



Trocando com tomadores de decisão

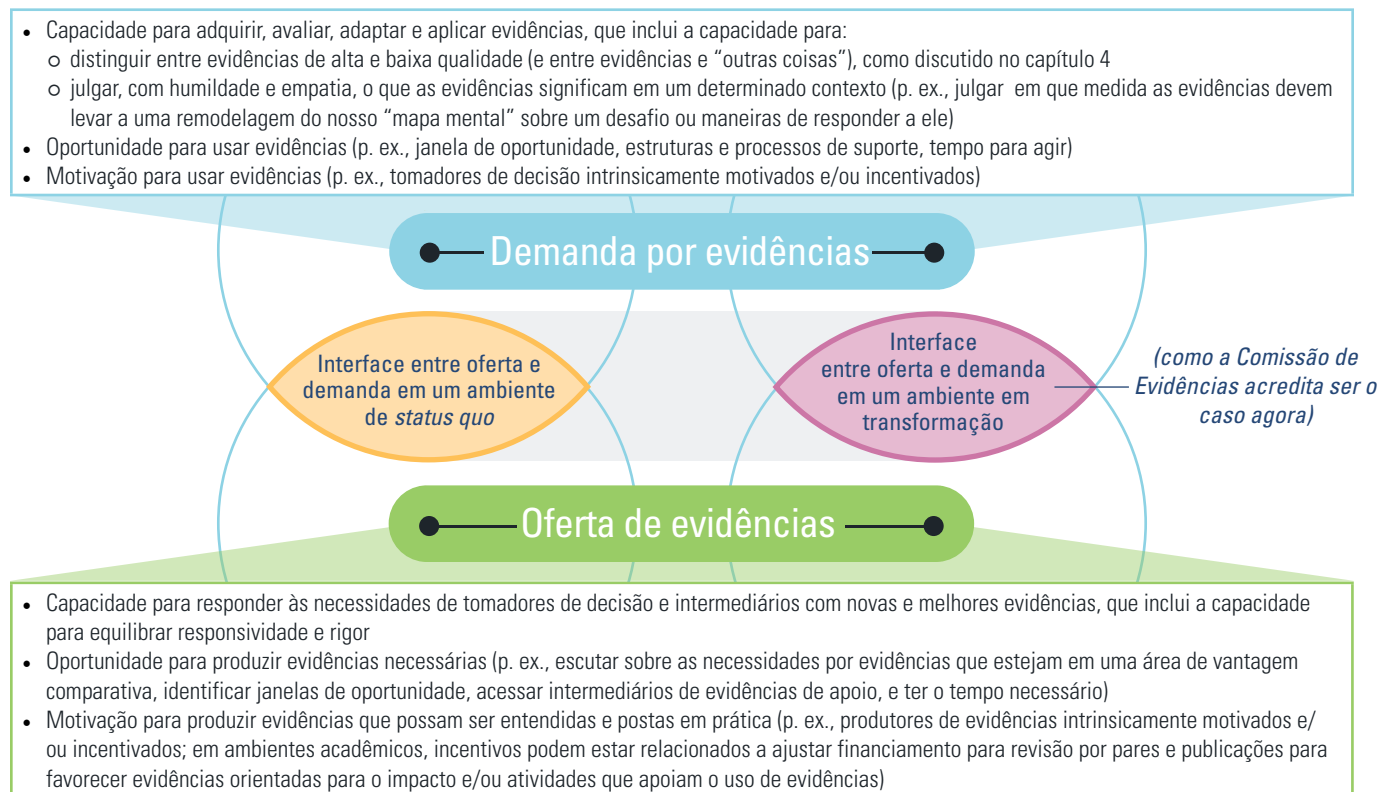
- Convocar diálogos deliberativos para trabalhar – com base nas melhores evidências e em todos os outros fatores que podem influenciar a tomada de decisão – em um problema e suas causas, opções para resolvê-lo, principais considerações de implementação, e as próximas etapas para diferentes constituintes (e.g., diálogos com as partes interessadas e painéis de cidadãos que são informados por resumos de evidências e resumos de cidadãos difundidos previamente)

5.4 Condições que podem ajudar e atrapalhar os intermediários de evidências

Algumas das condições que podem ajudar e atrapalhar os intermediários de evidências estão dentro de sua esfera de controle (p. ex., aspectos do trabalho na interface entre a demanda por evidências pelos tomadores de decisão e sua produção pelos pesquisadores), enquanto outras estão dentro apenas de sua esfera de influência. A estrutura simples das ciências do comportamento de capacidade, oportunidade e motivação pode ser usada para identificar as condições que podem ajudar os intermediários de evidências.(2) A ausência de cada condição geralmente atrapalha os intermediários de evidências.

A capacidade pode parecer o caminho mais fácil; no entanto, os tipos de capacidade relacionados à síntese de evidências abordados no capítulo 4 (p. ex., distinguir entre evidências de alta e baixa qualidade) são notavelmente escassos. Muitas universidades não exigem o desenvolvimento dessa capacidade, de modo que ter um título de doutor ou outro nível avançado não garante que se tenha essas habilidades necessárias.

O discernimento, a humildade e a empatia também podem estar em falta.(3) O discernimento sobre o que as evidências significam em determinado contexto pode assumir a forma do raciocínio Bayesiano (conforme descrito na [seção 4.7](#)). De preferência, esses julgamentos (ou seja, o discernimento) são atenuados com humildade (p. ex., pode ser preciso reduzir nossa certeza sobre “o que funciona” e como fazê-lo chegar a quem precisa, considerando a nossa análise do contexto local – nacional ou subnacional) e empatia (p. ex., também pode ser preciso reduzir nossa certeza considerando como os grupos que buscam equidade veem “nossas” evidências e como descrevem seus próprios saberes). No final desta seção, descrevemos – para o caso particular de quem apoia os formuladores de políticas governamentais – os tipos adicionais de capacidades necessárias para fazer julgamentos políticos com humildade e empatia.



Em um ambiente de *status quo*

- Capacidade para responder às necessidades de tomadores de decisão com as melhores evidências, que inclui a capacidade para:
 - o identificar uma necessidade por evidências
 - o coincidir a(s) forma(s) de evidências pertinente(s) para a necessidade
 - o adquirir (ou apoiar a produção) e avaliar as evidências
 - o apresentar e comunicar as evidências para os tomadores de decisão
 - o convocar diálogos deliberativos e outros processos para apoiar julgamentos sobre o que as evidências significam em um contexto particular
- Oportunidade para apoiar o uso de evidências (p. ex., escutar sobre as necessidades por evidências e janelas de oportunidade, acessar estruturas e processos de suporte, e ter o tempo para agir)
- Motivação para apoiar o uso de evidências (p. ex., intermediários intrinsecamente motivados e/ou incentivados; em ambientes acadêmicos, incentivos podem estar relacionados a financiamento para revisão por pares e publicações sendo ajustadas para dar peso para as evidências orientadas para o impacto e/ou atividades que apoiam o uso de evidências)

Em um ambiente em transformação

- Capacidade para justificar um maior uso de evidências e otimizar estruturas, processos e incentivos de suporte, que inclui a capacidade para:
 - o realizar os tipos de compartilhamento de exemplos, demonstrações, auditorias internas e comparações externas, descritos na [seção 5.3](#), para justificar o uso de evidências
 - o delinear e implementar (ou ajustar) estruturas, processos e incentivos relacionados a priorizar e coproduzir (incluindo para produtos vivos de evidências), apresentar e “exportar”, “facilitar a extração”, e trocar
 - o implementar rotina de conexões para estruturas, processos e incentivos complementares (p. ex., nos sistemas de inovação e melhoria)
- Oportunidade para institucionalizar o uso de evidências e um sistema de suporte de evidências em condições ótimas de funcionamento (p. ex., janela de oportunidade e tempo para agir)
- Motivação para institucionalizar o uso de evidências e um sistema de suporte de evidências em condições ótimas de funcionamento, que provavelmente se baseará na motivação intrínseca em vez da incentivo

Além da capacidade relacionada à síntese de evidências, aqueles que apoiam os formuladores de políticas governamentais precisam de quatro outros tipos de capacidade para informar seus julgamentos sobre o que as evidências significam em determinado contexto.

Análise de política

esclarecer um problema da política e suas causas, definir opções para resolver o problema e identificar considerações de implementação (que abordamos na [seção 4.4](#))

Análise de sistemas

entender quem pode tomar quais tipos de decisões sobre o desafio (arranjos de governança), como o dinheiro circula para responder ao desafio (arranjos financeiros), e como os esforços para responder ao desafio (p. ex., programas, serviços e produtos) alcançam e beneficiam quem precisa deles (arranjos de entrega), no momento presente; e entender quais desses arranjos de sistema podem precisar mudar

Análise política

identificar se existe um problema premente, uma política viável e um ambiente político favorável (i.e., uma janela de oportunidade) para agir agora; e identificar o que seria necessário para abrir uma janela de oportunidade se agora não seria o momento

Engajamento das partes interessadas

entender como muitos dos que estarão envolvidos ou que serão afetados por alguma decisão veem um problema de política e suas causas, as opções para responder ao problema, as principais considerações de implementação, e o que consideram ser as próximas etapas para diferentes constituintes; idealmente, esse engajamento é informado por sínteses de evidências e pela análise de políticas e sistemas, e uma análise política, como descrito acima, mas também está aberto a outras formas de saber e pensar, e tem o apoio de robustas políticas e procedimentos de conflito de interesse.

Existem estruturas para ajudar na análise de sistemas, como a taxonomia da base de dados *Health Systems Evidence* e a taxonomia da *Social Systems Evidence*, e para ajudar na análise política, como a estrutura “Definindo agendas e desenvolvendo e implementando políticas”.



Intermediária de evidências, Kerry Albright

Servidora pública internacional e eterna curiosa, levando entusiasmo sobre a tomada de decisão informada por evidência, pensamento sistêmico, e ajuda para a compreensão do valor da evidência para o desenvolvimento internacional

Quero celebrar os muitos sucessos que tivemos coletivamente com o uso de evidências para responder aos desafios sociais – tanto antes como durante a pandemia de COVID-19 – e encorajar todos nós a redobrar os esforços agora para institucionalizar o que está alcançando êxito e melhorar em outras áreas. Percorremos um longo caminho nos últimos, digamos, cinco anos em diferentes partes do sistema da ONU, e ainda temos um longo caminho à frente no sentido de apoiar o uso de evidências por formuladores de políticas governamentais e outros tomadores de decisão nos estados-membros, usar evidências nas recomendações normativas e assistência técnica da ONU, e aproveitar ao máximo as parcerias com produtores de bens públicos globais, que são o assunto de muitas seções nos capítulos 5 e 6.

Em termos de oferta de evidências, é preciso reconhecer dois pontos. Primeiro, há uma tensão para os pesquisadores entre promover estudos únicos (geralmente seus próprios estudos, com estudos de caso de impacto geralmente sendo vinculados ao aumento do financiamento universitário) e promover conjuntos de evidências, incluindo o trabalho de “concorrentes”. Conforme abordamos nas [recomendações 22 e 23](#), precisamos revisitar os incentivos criados por instituições acadêmicas e periódicos para garantir que, no futuro, apoiemos um enfoque em conjuntos de evidências e ciência aberta. Em segundo lugar, há uma tensão para os intermediários de evidência entre distinguir formas discretas de evidências e encontrar uma linguagem que possa captar abordagens mais holísticas. No UNICEF, estamos cada vez mais usando uma definição de pesquisa de implementação que aborda a geração e o uso de evidências, o que está sendo coliderado por tomadores de decisão e integrado em todas as etapas da tomada de decisão (não apenas a etapa 3 na [seção 4.2](#)), incluindo contribuir para a programação adaptativa e incorporar os tipos de análises de sistemas e políticas complementares descritos na [seção 5.4](#), e ainda o que pode ser chamado de análise contextual mais ampla. Essa análise contextual inclui análises da cultura, relações e diferenciais de poder e pode recorrer a ferramentas como análise de situação, análise de rede social e análise de poder.

5.5 Uso de síntese de evidências pelas entidades do sistema da ONU em seu trabalho

O sistema da ONU compreende várias entidades e trabalha com diversas entidades afiliadas. Essas entidades são importantes intermediários de evidências em que os estados-membros e outras partes do sistema da ONU se apoiam para a tomada de decisão informada por evidências. Pelas razões descritas na [seção 4.4](#), parece lógico que as sínteses das melhores evidências globais (isto é, as sínteses de evidências) sejam o ponto de partida para entender o que é conhecido ou não, e então, se possível, sejam combinadas com as evidências locais (p. ex., análises de dados nacionais ou subnacionais) pelos estados-membros.

Um relatório de 2021 analisou três entidades da ONU (o Escritório de Pesquisa do UNICEF-Innocenti, o Grupo do Banco Mundial, e o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas – DESA, na sigla em inglês) e três entidades afiliadas da ONU, incluindo uma ONG internacional (*Sustainable Development Solutions Network* - SDSN [Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável]), um centro de pesquisa (*Center for Sustainable Development* - CSD [Centro para Desenvolvimento Sustentável]) e uma rede de pesquisa (*Evidence for Governance and Politics* - EGAP [Evidências para Governança e Política]). A análise encontrou oportunidades significativas de melhoria em como as entidades do sistema da ONU usam sínteses de evidências em seu trabalho técnico:(4)

- as sínteses de evidências representam uma porcentagem baixa (0,5% a 17%) das citações em documentos importantes, sendo que 27 dos 78 documentos não citam nenhuma síntese de evidências;
- os esforços de construção de capacidades raramente focaram na síntese de evidências;
- há poucas diretrizes ou políticas para apoiar a síntese de evidências ou processos robustos de desenvolvimento de diretrizes;
- o UNICEF-Innocenti foi, em geral, a única exceção positiva entre essas entidades de apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Intermediário	Sínteses de evidências como uma porcentagem de todas as citações em documentos importantes	Esforços de construção de capacidades relacionadas à síntese de evidências	Diretrizes ou políticas relacionadas a sínteses de evidências para fazer recomendações e justificar decisões
---------------	--	--	--



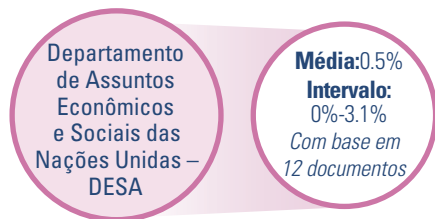
O UNICEF-Innocenti tem uma série de oito partes sobre a realização de sínteses de evidências, mantém uma página na *web* sobre mapas de lacunas de evidências, e apoia a construção de capacidades sobre métodos como a síntese de evidências, entre outras atividades

O procedimento do UNICEF para a garantia de qualidade em pesquisa sugere a condução de uma síntese de evidências sobre novos tópicos de pesquisa para evitar a duplicação e permitir a colaboração com colaboradores internos e externos



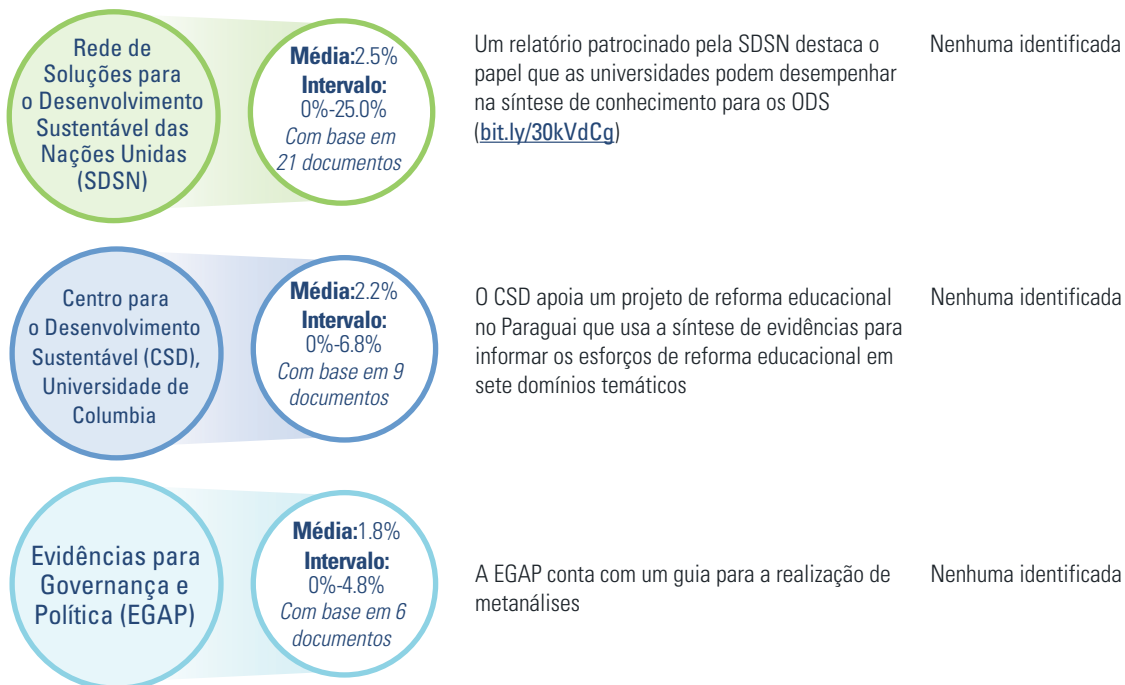
O Grupo de Avaliação Independente do Banco Mundial tem um documento de trabalho (*working paper*) sobre mapas de lacunas de evidências

As Políticas Operacionais para a Redução da Pobreza do Banco Mundial afirmam que uma avaliação da pobreza para um estado-membro incluirá uma síntese das evidências sobre a avaliação da situação de pobreza e sobre os sistemas de monitoramento e avaliação da pobreza (bit.ly/3D7XvTE)



Postagens do *blog* do Banco Mundial delineiam os principais componentes das avaliações de impacto para facilitar a inclusão em sínteses de evidências (bit.ly/3w0ZEBu) e estratégias para melhorar a robustez e a utilidade das sínteses de evidências (bit.ly/31LvYJR)

O documento de metodologia do Relatório Global de Desenvolvimento Sustentável (GSDR, na sigla em inglês) afirma que os estados-membros e as entidades do sistema da ONU desejam que o GSDR sintetize evidências relevantes para a política (bit.ly/3C68Y4Z)



Análises similares foram realizadas anteriormente.

Um estudo realizado em 2007 por uma entidade da ONU – a Organização Mundial da Saúde (OMS) – descobriu que sínteses de evidências e processos robustos de desenvolvimento de diretrizes raramente eram usados no desenvolvimento de recomendações, apesar de as próprias diretrizes da OMS de 2003 apoiarem uma mudança quanto à dependência na opinião de *experts* e processos informais de grupos. (5) A OMS respondeu imediatamente, estabelecendo um comitê de revisão das diretrizes para apoiar a equipe no desenvolvimento de diretrizes baseadas em evidências e de uma mudança mais ampla de cultura e comportamento em toda a instituição. (6)

Um estudo de 2009 conduzido por duas entidades da ONU – a OMS e o Banco Mundial – descobriu que: 1) somente duas de oito publicações citaram sínteses de evidências; 2) somente cinco de 14 recomendações da OMS e duas de sete recomendações do Banco Mundial estavam consistentes com a direção e a natureza das alegações de efeito das sínteses de evidências; e 3) 10 de 14 recomendações da OMS e cinco de sete recomendações do Banco Mundial estavam consistentes apenas com a direção das alegações de efeito. (7)

5.6 Referências

1. Sense About Science. Transparency of evidence: An assessment of government policy proposals May 2015 to May 2016. London: Sense About Science; 2016.
2. Michie S, van Stralen MM, West R. The behaviour change wheel: A new method for characterising and designing behaviour change interventions. *Implementation Science* 2011; 6(1): 42.
3. Brooks R. Competence is critical for democracy: Let's redefine it. *The New York Times*, 2021; 15 August.
4. Sharma K. Evidence needs for the Sustainable Development Goals: Thesis report. Hamilton: McMaster University; 2021.
5. Oxman AD, Lavis JN, Fretheim A. Use of evidence in WHO recommendations. *The Lancet* 2007; 369(9576): 1883-1889.
6. The Lancet. WHO signals strong commitment to evidence. *The Lancet* 2007; 369(9574): 1669.
7. Hoffman SJ, Lavis JN, Bennett S. The use of research evidence in two international organizations' recommendations about health systems. *Healthcare Policy* 2009; 5(1): 66-86.



Capítulo 6. Necessidade de bens públicos globais e capacidades distribuídas de maneira equitativa

6.1 Bens públicos globais necessários para apoiar o uso de evidências	90
6.2 Capacidades distribuídas de maneira equitativa necessárias para apoiar o uso de evidências	93
6.3 Referências	96

Este é o segundo de dois capítulos que discutem como podemos sistematizar o uso de evidências, por todos os tipos de tomadores de decisão, para responder aos desafios. Tratamos neste capítulo sobre os bens públicos globais e as capacidades distribuídas de maneira equitativa. O [capítulo 5](#) aborda os intermediários de evidências.

6.1 Bens públicos globais necessários para apoiar o uso de evidências

Um paradoxo fortemente sentido por aqueles que apoiam o uso de evidências para responder aos desafios sociais é que há lacunas significativas nos bens públicos globais com os quais os intermediários de evidências contam e grande desperdício decorrente de como esses bens são produzidos e como ocorre o apoio ao seu uso.

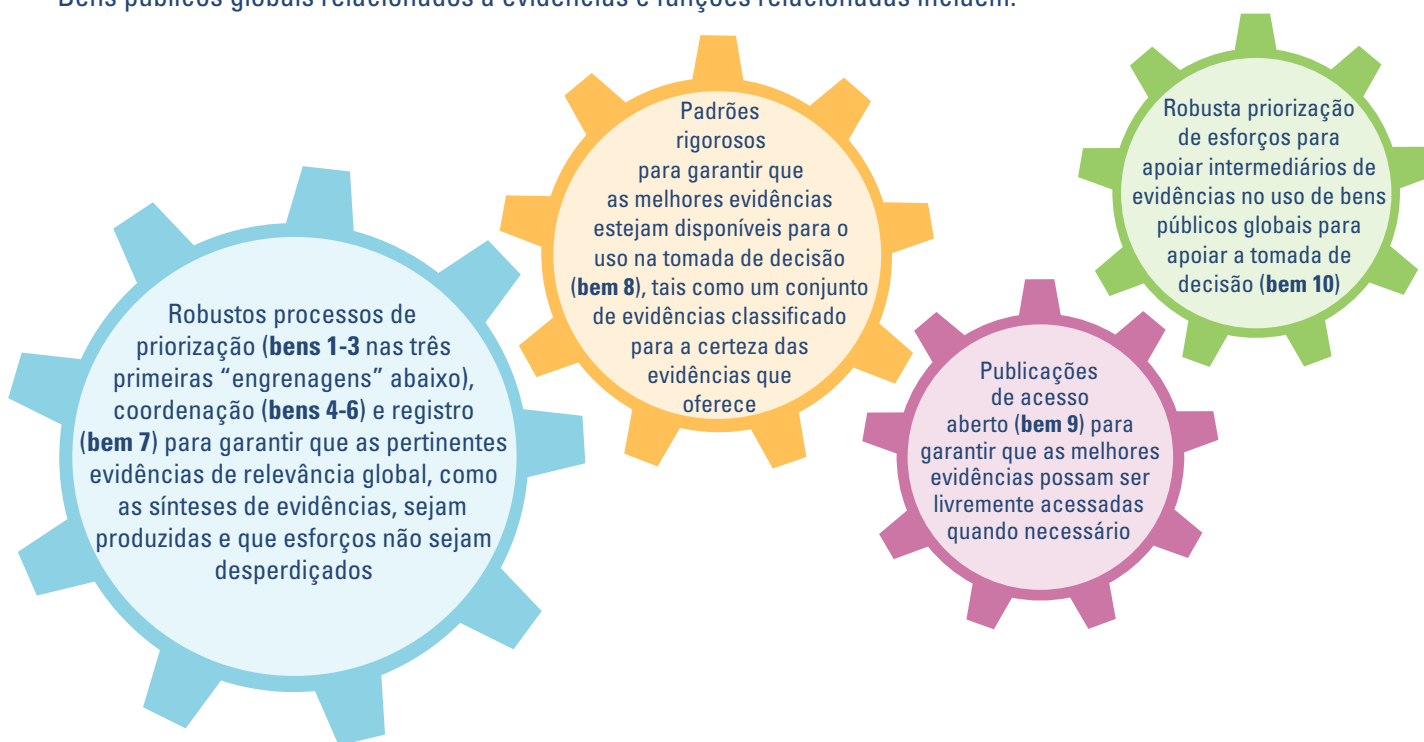
Um bem público global é:

- não rival – uma pessoa “consumindo” o bem não reduz sua disponibilidade para outros;
- não excludente – não se pode negar o acesso a ninguém.

Ler uma síntese de evidências da Cochrane ou da Campbell – com as informações dos resultados sobre o que é conhecido, com base em todos os estudos submetidos à avaliação crítica que abordaram a mesma questão, incluindo como isso pode variar por grupos e contextos – não torna a síntese de modo algum menos acessível a outros. Qualquer pessoa pode acessar o PROSPERO para verificar se há registro de protocolo para uma síntese de evidências sobre um tema específico e, em caso negativo, registrar um protocolo para preencher essa lacuna.

Alguns líderes do desenvolvimento internacional fizeram uma apelo à expansão da noção de bem público global para incluir funções públicas globais (p. ex., coordenação transnacional) que apoiam o tipo de ações coletivas internacionais necessárias para responder aos desafios sociais supranacionais.(1) Essa definição mais ampla inclui a convocação global para apoiar a priorização e outros processos que sustentam a produção eficiente de bens públicos globais. Adotamos essa definição mais ampla.

Bens públicos globais relacionados a evidências e funções relacionadas incluem:



Ainda assim, fornecedores de bens públicos globais como a Cochrane e a Campbell não receberam suporte em uma escala adequada, deixando muitas lacunas na base de evidências globais. A plataforma de registro de sínteses PROSPERO não dispunha dos recursos para fazer o acompanhamento das 138 equipes que registraram um tópico sobre a COVID-19 já registrado por uma de outras 57 equipes, especialmente as 14 equipes discutindo a hidroxiquina e as sete discutindo o tocilizumabe. Como resultado, um total de 138 sínteses das melhores evidências globais sobre a COVID-19 foi duplicado no período de setembro de 2020 a agosto de 2021. E, uma vez que apenas uma pequena fração dos protocolos chega a ser registrada, o desperdício na resposta de evidências da COVID-19 está significativamente subestimado.

São necessários pelo menos 10 tipos de bens públicos globais e funções relacionadas para apoiar o uso de evidências para responder aos desafios sociais, os quais estão listados abaixo, junto com exemplos retirados do setor da saúde e, quando possível, de outros setores. É extremamente importante que organizações internacionais como o Banco Mundial, o UNICEF, a OMS e outros financiadores invistam nesses bens públicos globais e funções relacionadas dentro de suas agências e com parceiros externos centrais. Também é essencial que os formuladores de políticas governamentais nacionais e outros financiadores invistam em esforços locais (nacionais ou subnacionais) para adaptar esses bens públicos globais ao seu contexto e complementá-los com as melhores evidências locais. Sem esse investimento, o custo da “clandestinidade” continuará a representar lacunas e desperdícios significativos.

1

Harmonização dos requisitos de evidências para avaliação regulatória e outras avaliações globais (para agilizar as necessidades de evidências)

- Conselho Internacional para Harmonização de Requisitos Técnicos para Produtos Farmacêuticos para Uso Humano (ICH, na sigla em inglês) para evidências necessárias para garantir a segurança, a eficácia e a alta qualidade dos medicamentos prescritos
- Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) para as evidências necessárias para os relatórios de avaliação periódica sobre mudanças climáticas causadas pelo homem, seus impactos e possíveis opções de resposta

2

Escuta e previsão (para antecipar e dar sentido às questões emergentes para as quais as evidências globais podem ser necessárias)

- Painel de monitoramento do horizonte da Rede de Evidências para apoiar a Tomada de decisão na COVID-19 (COVID-END) para questões emergentes envolvendo medidas de saúde pública, gestão clínica, arranjos de sistemas de saúde e respostas sociais e econômicas relacionadas à COVID-19, bem como a *international HealthTechScan* (i-HTS) para questões emergentes relacionadas a tecnologias de saúde

3

Priorização de evidências globais necessárias (para garantir que as necessidades de evidências urgentes sejam reconhecidas)

- *James Lind Alliance* para pacientes, cuidadores e médicos priorizarem as 10 principais questões não respondidas ou incertezas nas evidências
- Uma aplicação da mesma abordagem para estudantes, pais e professores priorizarem as 10 principais questões não respondidas no campo de inglês como idioma adicional (2)

4

Coordenação de sínteses das melhores evidências globais (para preencher lacunas, evitando duplicação, como com as engrenagens 5 e 6)

- Revisões Cochrane sobre a COVID-19 para a produção e revisão editorial de um conjunto de sínteses rápidas abordando questões priorizadas sobre a COVID-19

5

Coordenação de outros tipos de evidências que são mais bem produzidas globalmente ou, ao menos, regionalmente

- Coalizão para Promoção de Inovações em prol da Preparação para Epidemias (CEPI, na sigla em inglês) para o desenvolvimento de vacinas e Iniciativa de Programação Conjunta sobre Resistência Antimicrobiana (JPIAMR, na sigla em inglês) para uma abordagem *One Health* (Saúde Única) para resistência antimicrobiana

6

Coordenação de produtos vivos de evidências de relevância global que podem ser usados ou adaptados localmente

- COVID-NMA para metanálises vivas de tratamentos com medicamentos, profilaxia e vacinas para a COVID-19 (que obteve algum sucesso no compartilhamento de dados com outros grupos tentando algo similar)

**7**

Registro de planos para produzir ou sintetizar evidências (para evitar a duplicação na produção de evidências e minimizar o viés de relato)

- Plataforma Internacional para Registros de Ensaios Clínicos (ICTRP, na sigla em inglês) para o registro prospectivo de um tipo de avaliação de saúde (ensaios clínicos randomizados) e PROSPERO para o registro prospectivo de sínteses de evidências em saúde
- PROCEED (em desenvolvimento pela *Collaboration for Environmental Evidence*) para o registro prospectivo de sínteses de evidências ambientais

**9**

Ciência aberta, incluindo publicações, dados, amostras físicas e *software* de acesso aberto (para garantir acesso às evidências)

- Publicações de acesso aberto, como as apoiadas pela *Public Library of Science* (PLOS), pela *Empirical Software Engineering* (que incentiva a submissão de um pacote de replicação) e pela *Open Library of Humanities*
- Plataforma de dados abertos, como a Vivli
- *Software* de acesso aberto, como o *Open Source Framework* ([osf.io](https://www.osf.io))

**8**

Definição e suporte de padrões (para garantir a qualidade das evidências)

- Padrões PRISMA e AGREE *Enterprise* para o relato transparente das sínteses de evidências e diretrizes em saúde, respectivamente, bem como a Cochrane para o desenvolvimento de métodos, construção de capacidades e processos editoriais rigorosos para sínteses de evidências em saúde
- Colaboração Campbell e *Collaboration for Environmental Evidence* para o desenvolvimento de métodos, construção de capacidades e processos editoriais rigorosos para sínteses de evidências em outros setores

**10**

Coordenação de esforços para apoiar intermediários de evidências no uso de bens públicos globais para apoiar a tomada de decisão local (nacional ou subnacional) (para garantir a qualidade e a oportunidade do suporte de evidências)

- “Resumos em linguagem simples” da Cochrane, que são traduzidos para vários idiomas (como um exemplo de coordenação de esforços para apresentar evidências de maneiras que possam ser usadas ou adaptadas localmente)
- *What Works Clearinghouse* para educadores dos Estados Unidos e *Evidence Aid* para provedores de ajuda humanitária (como exemplos de balcões únicos otimizados para as necessidades dos tomadores de decisão)
- *Evidence-Informed Policy Networks* (EVIPNet) para grupos que apoiam o uso de evidências pelos formuladores de políticas de saúde com um serviço de evidência rápida, desenvolvendo a capacidade de encontrar e usar evidências e promovendo diálogos deliberativos

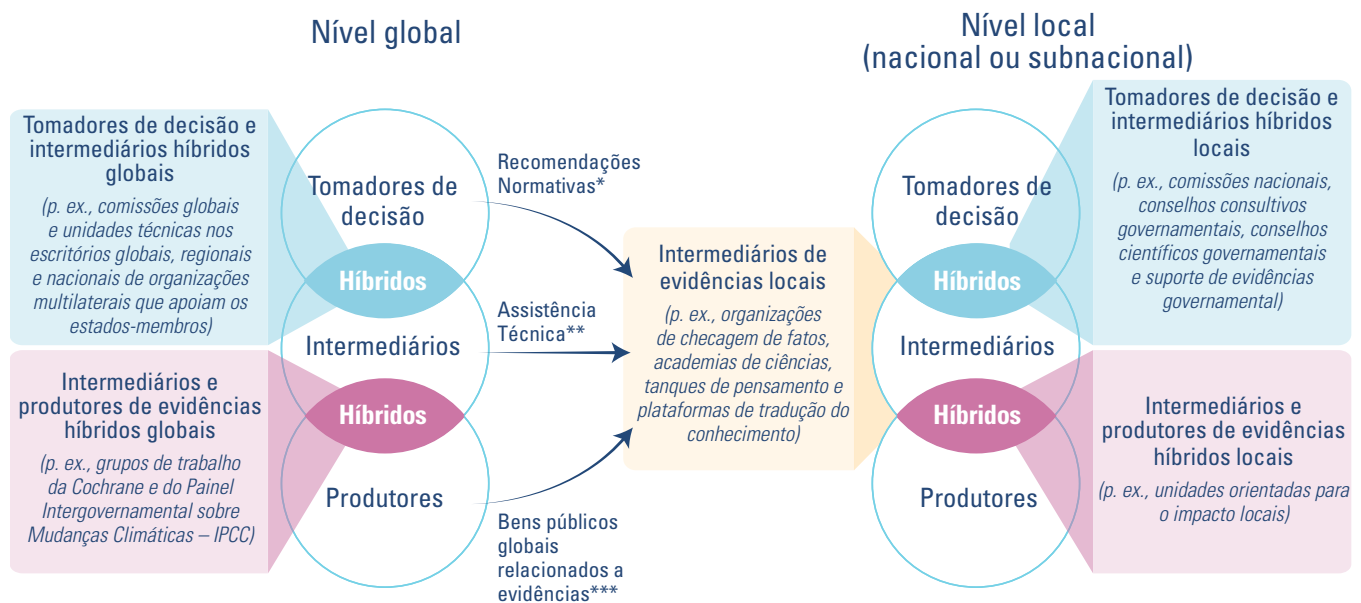
O “quinteto da mudança”, destinado a apoiar a transformação da ONU de 2021 a 2025, inclui explicitamente a análise de dados e a pesquisa do comportamento / de implementação, e implicitamente, a avaliação (sob a “orientação de desempenho e resultados”). Embora nada mencione sobre as outras formas de evidências necessárias, também inclui explicitamente a previsão estratégica e a inovação (e a transformação digital), que são dois complementos poderosos para as evidências e que também têm componentes de bens públicos globais, dependendo de como são operacionalizados.

6.2 Capacidades distribuídas de maneira equitativa necessárias para apoiar o uso de evidências

As capacidades necessárias para apoiar o uso de evidências devem ser distribuídas em quatro dimensões:

- verticalmente em todos os níveis (global e local, sendo que local pode significar jurisdições de âmbito nacional, estadual ou provincial, e municipal, bem como grandes organizações), com capacidades concentradas globalmente onde envolvem bens públicos globais relacionados a evidências (p. ex., síntese das melhores evidências globais) ou há fortes argumentos sobre economias de escala;
- funcionalmente em todos os domínios (tomadores de decisão que usam evidências, intermediários de evidências que apoiam o uso de evidências e produtores das oito formas de evidências), com capacidades concentradas onde houver vantagens comparativas;
- horizontalmente entre jurisdições locais, com capacidades para usar e apoiar o uso de evidências distribuídas de maneira equitativa em todas as jurisdições (independentemente de serem países de alta, baixa ou média renda);
- substancialmente nos desafios sociais (ou Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como 2 - Fome zero, 4 - Educação de qualidade e 6 - Água potável e saneamento).

Ilustramos abaixo a primeira e a segunda dessas dimensões.



*p. ex., resoluções da Assembleia da ONU e diretrizes da agência da ONU

**p. ex., capacidade para responder às questões com as melhores evidências

***p. ex., sínteses de evidências da Cochrane e modelagem do IPCC

Expandimos abaixo esses dois tipos de dimensões e, para isso, utilizamos a **seção 6.1** (sobre bens públicos globais) para informar a distribuição vertical de capacidades, e a **seção 5.4** (sobre capacidade, oportunidade e motivação em diferentes domínios) para informar a distribuição funcional de capacidades. Veja mais detalhes sobre as estratégias que podem ser usadas pelos intermediários de evidências na **seção 5.3**.

Nível e domínio	Capacidades necessárias
<p>Tomadores de decisão e intermediários híbridos globais</p> <p><i>(p. ex., comissões globais e unidades técnicas nos escritórios globais, regionais e nacionais de organizações multilaterais que apoiam os estados-membros)</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir, avaliar, adaptar e aplicar evidências em seus próprios esforços para responder aos desafios sociais, bem como garantir que a equipe tenha: <ul style="list-style-type: none"> ○ Capacidade para distinguir entre evidências de alta e de baixa qualidade e de julgar, com humildade e empatia, o que as evidências significam em um contexto particular ○ Oportunidade para usar as evidências (p. ex., estruturas e processos de suporte) ○ Motivação para usar as evidências (p. ex., contratar pessoas intrinsecamente motivadas ou incentivá-las) • Responder às necessidades dos tomadores de decisão com as melhores evidências (nesse caso, para públicos-alvo de comissões e em estados-membros), uma função com requisitos de capacidade, oportunidade e motivação (COM) distintos (veja “Interface entre oferta e demanda em um ambiente de <i>status quo</i>” na seção 5.4) • Construir as justificativas para maior uso de evidências e otimizar estruturas, processos e incentivos de suporte, tendo também requisitos de COM distintos (veja “Interface entre oferta e demanda em um ambiente em transformação” na seção 5.4) • Como parte da otimização acima, garantir financiamento e promover o uso de bens públicos globais essenciais: <ul style="list-style-type: none"> ○ Harmonização dos requisitos de evidências para avaliação regulatória e outras avaliações globais ○ Escuta e previsão ○ Priorização de evidências globais necessárias ○ Ciência aberta (p. ex., publicações, dados, amostras físicas e <i>software</i>) ○ Esforços coordenados para apoiar intermediários de evidências no uso de bens públicos globais para apoiar a tomada de decisão local (nacional ou subnacional) (p. ex., balcões únicos de evidência e EVIPNet) • Também como parte da otimização acima, trabalhar com produtores de evidências globais para garantir o financiamento e promover importantes bens públicos globais adicionais
<p>Intermediários e produtores de evidências híbridos globais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar e garantir a produção oportuna e de alta qualidade de: <ul style="list-style-type: none"> ○ Sínteses das melhores evidências globais ○ Outros tipos de evidência globais, ou pelo menos regionais, mais bem produzidas ○ Produtos vivos de evidências de relevância global que podem ser usados ou adaptados localmente • Registrar planos para produzir ou sintetizar evidências • Definir padrões para a produção de evidências e apoiar seu uso, o que inclui requisitos de COM distintos (veja “Oferta de evidências” na seção 5.4)
<p>Tomadores de decisão e intermediários híbridos locais</p> <p><i>(p. ex., comissões nacionais, conselhos consultivos governamentais, conselhos científicos governamentais e suporte de evidências governamental)</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Similar aos tomadores de decisão e intermediários híbridos globais <ul style="list-style-type: none"> ○ Adquirir, avaliar, adaptar e aplicar evidências em seus próprios esforços para responder aos desafios sociais ○ Responder às necessidades dos tomadores de decisão locais com as melhores evidências ○ Construir as justificativas para maior uso de evidências e otimizar estruturas, processos e incentivos de suporte ○ Como parte da otimização acima: <ul style="list-style-type: none"> ○ Contribuir para o financiamento, promover o uso e usar os bens públicos globais (p. ex., sínteses das melhores evidências globais, outros tipos de evidência globais mais bem produzidas, produtos vivos de evidências de relevância global e balcões únicos de evidências) ○ Complementar esses bens públicos globais com financiamento, promoção e uso de trabalho local quando apropriado, como: <ul style="list-style-type: none"> ○ Escuta e previsão ○ Priorização de evidências locais necessárias ○ Coprodução de evidências locais (p. ex., análise de dados, modelagem, avaliações, pesquisa do comportamento / de implementação e informações qualitativas) ○ Integração de diferentes formas de evidências em tipos inovadores de produtos de evidências

<p>Intermediários de evidências locais (p. ex., organizações nacionais de checagem de fatos, academias de ciências, tanques de pensamento e plataformas de tradução do conhecimento)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Responder às necessidades dos tomadores de decisão locais com as melhores evidências, o que inclui requisitos de COM distintos (veja “Interface entre oferta e demanda em um ambiente de <i>status quo</i>” na seção 5.4 e, no caso de quem apoia os formuladores de políticas, a seção 5.4, bem como detalhes adicionais na seção 5.3) • Construir as justificativas para maior uso de evidências locais e otimizar estruturas, processos e incentivos de suporte local, tendo também requisitos de COM distintos (veja “Interface entre oferta e demanda em um ambiente em transformação” na seção 5.4)
<p>Intermediários e produtores de evidências híbridos locais (p. ex., unidades orientadas para o impacto nacionais)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Responder às necessidades dos tomadores de decisão e intermediários locais por novas e melhores evidências locais (p. ex., análise de dados, modelagem, avaliação, pesquisa do comportamento / de implementação, informações qualitativas, síntese de evidências, avaliação de tecnologias e diretrizes), o que também inclui requisitos de COM distintos (veja “Oferta de evidências” na seção 5.4)

Em relação à terceira e à quarta dimensões – jurisdições locais e desafios sociais (ou Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS) – considere o caso da organização não governamental da Nigéria focada no ODS4 – Educação de qualidade. Essa organização pode ser tanto um “tomador de decisão” quanto um intermediário que apoia o uso de evidências pelos formuladores de políticas governamentais, líderes de escolas, professores e pais. Idealmente, a organização teria a capacidade, oportunidade e motivação para:

- adquirir, avaliar, adaptar e aplicar evidências em seus próprios esforços para apoiar a educação de qualidade;
- responder às necessidades dos tomadores de decisão da Nigéria com as melhores evidências;
- construir as justificativas para maior uso de evidências locais e otimizar estruturas, processos e incentivos de suporte.

Para os dois primeiros pontos, a organização pode:

- manter-se a par das necessidades de evidências por meio de seu próprio processo de solicitação de “serviço de evidência rápida” e por meio da aproximação a uma iniciativa nigeriana de suporte para a escuta e a previsão, bem como a priorização de evidências locais necessárias, no setor da educação;
- começar qualquer resposta pela busca das melhores evidências em balcões únicos com foco na educação (p. ex., a [Education Endowment Foundation](#) no Reino Unido e [What Works Clearinghouse](#) nos Estados Unidos) e pelo julgamento sobre o que significam para a Nigéria;
- liderar a coprodução de um tipo de evidência local (p. ex., avaliações de pais e professores que podem contribuir para a análises de dados e avaliações específicas da Nigéria);
- formar parceria com outros grupos locais de evidências aplicadas que estão coproduzindo evidências específicas da Nigéria (p. ex., análise de dados, modelagem, avaliações, pesquisa do comportamento / de implementação e informações qualitativas);
- contribuir com uma ou duas sínteses das evidências globais por meio do envolvimento contínuo em um grupo de revisão da Campbell;
- conduzir a integração dessas diferentes formas de evidências em tipos inovadores de produtos de evidências e ampliar os produtos que uma avaliação sugere como sendo os mais valorizados e usados por tomadores de decisão.

Para o terceiro item (“construir justificativas para maior uso de evidências locais...”), a organização pode começar descrevendo o atual “sistema” de suporte à tomada de decisões educacionais. Para um exemplo abrangente de um sistema de suporte de evidências específicas para uma jurisdição cobrindo um amplo conjunto de desafios sociais, veja o ecossistema de evidências para políticas sociais da *Alliance for Useful Evidence* do Reino Unido (de 2015).

6.3 Referências

1. Yamey G, Ogbuoji O, Kennedy McDade K. We need a consensus on the definition of ‘global public goods for health’. Washington: Brookings Institution Press; 2018. <https://www.brookings.edu/blog/future-development/2018/11/20/we-need-a-consensus-on-the-definition-of-global-public-goods-for-health/> (acesso 28 outubro 2021).
2. Chalmers H, Faitaki F, Murphy V. Setting research priorities for English as an additional language: What do stakeholders want from EAL research? 2021. <https://ealpsp.wordpress.com/2021/09/08/setting-research-priorities-for-english-as-an-additional-language-what-do-stakeholders-want-from-eal-research/> (acesso 30 novembro 2021).



Cidadã, Maureen Smith — Líder cidadã, promovendo o engajamento significativo de pacientes e cidadãos na condução de pesquisas e seu uso na tomada de decisão



Cidadã, Hadiqa Bashir — Jovem líder, atuando em defesa dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero em ambientes dominados por homens

Como duas dos três “cidadãos” contribuindo para a Comissão de Evidências, concluímos que precisamos estabelecer expectativas mais altas sobre como os cidadãos estão envolvidos na produção, compartilhamento e uso de evidências para responder aos desafios sociais. Nosso companheiro comissário cidadão, Daniel Iberê Alves da Silva, trouxe sua experiência como jovem líder indígena para a criação da [seção 4.10](#) (direitos e saberes indígenas). Precisamos garantir que os povos indígenas controlem seus dados e que honremos a diversidade e a complexidade das abordagens indígenas de aprendizagem e ensino. Aqui, enquanto uma de nós (Maureen) se baseia em suas experiências como uma “parceira paciente” de longa data na pesquisa e, mais recentemente, como líder do engajamento cidadão da COVID-END nas sínteses de evidências da COVID-19, a outra (Hadiqa) se baseia em suas experiências de levar evidências para seu trabalho de *advocacy* no Paquistão.

A comunicação de evidências aos cidadãos tem sido particularmente desafiadora durante a pandemia de COVID-19 por muitas razões:

- muitas decisões foram tomadas e diversas recomendações foram emitidas – sobre medidas de saúde pública, gestão clínica, arranjos de sistemas de saúde, e respostas econômicas e sociais – e, então, ajustadas ao longo do tempo conforme a pandemia evoluía e as evidências se acumulavam, muitas vezes sem explicar adequadamente por que as decisões e as recomendações haviam mudado;
- foram geradas muitas formas de evidências e houve problemas significativos com a quantidade de “ruído” criada pelos altos volumes de evidências e sua qualidade irregular, o que, muitas vezes, resultou em cidadãos questionando em quais evidências confiar para sua tomada de decisão;
- frequentemente, cidadãos e líderes cidadãos de diferentes grupos e contextos não estavam envolvidos na produção e no compartilhamento das evidências, e as evidências resultantes não “falavam com” muitos cidadãos;
- diversas plataformas de notícias e redes sociais – ativa ou passivamente – permitiram esforços de desinformação (tal como discutido na [seção 4.11](#)).

Consideramos necessário elevar o nível da nossa ação relacionada ao envolvimento dos cidadãos na produção, compartilhamento e uso de evidências para responder aos desafios sociais. A chave para alcançar esse objetivo e promover uma cultura de evidências para toda a sociedade é a conscientização sobre (e o acesso a) evidências em termos que sejam compreensíveis e relevantes para os cidadãos, bem como a capacidade de determinar o que caracteriza uma evidência confiável. Com a COVID-END, mostramos que um grupo diversificado de cidadãos pode ser significativamente envolvido na preparação de sínteses rápidas de evidências em prazos que variam de um a 10 dias, na atualização regular de diretrizes vivas em uma base semanal ou mensal, e na preparação de resumos em linguagem simples das sínteses de evidência e diretrizes. Com o tempo, esses produtos de evidências podem se tornar produtos de evidências dos cidadãos tanto quanto são produtos de evidências dos pesquisadores. Vimos que os líderes cidadãos são intermediários importantes e devem estar ativamente envolvidos no compartilhamento de evidências em suas comunidades. Ademais, fomos lembrados de que os cidadãos também são tomadores de decisão e suas necessidades de evidências devem ser atendidas, assim como as necessidades dos formuladores de políticas governamentais são atendidas.

O envolvimento significativo dos cidadãos deve apoiar os esforços para responder a todos os desafios sociais. A pandemia acentuou uma série de “pandemias ocultas”, como a violência baseada no gênero, níveis crescentes de desconfiança no governo, desigualdades raciais e sociais, e muito mais. Se quisermos chegar à raiz desses desafios sociais, precisamos criar espaço para um engajamento significativo dos cidadãos e uma liderança nos processos de criação de evidências, bem como nas iniciativas de mudança de políticas.

É revelador que a análise da Comissão de Evidências sobre as comissões globais tenha encontrado um envolvimento tão limitado dos cidadãos em todos os aspectos de seus trabalhos. Os cidadãos foram descritos com menos frequência como público-alvo, comissários e o foco de um engajamento mais amplo. Os cidadãos precisam estar envolvidos de forma equitativa no processo de traçar caminhos para o uso de evidências para responder aos desafios sociais.



Capítulo 7. Recomendações

7.1	<i>Insights</i> de uma análise de recomendações de comissões globais	98
7.2	Recomendações da Comissão de Evidências	101
7.3	Anexo da seção 7.1 – Achados detalhados da análise de recomendações de comissões globais	110
7.4	Referências	114

Este capítulo chega ao cerne do trabalho dos nossos 25 comissários: o que é preciso fazer melhor ou de forma diferente para sistematizar o uso de evidências, por todos os tipos de tomadores de decisão, para responder aos desafios sociais? O capítulo inicia com a pergunta sobre o que podemos aprender com as muitas comissões globais que nos precederam e conclui com as recomendações para o caminho a seguir.

7.1 Insights de uma análise de recomendações de comissões globais

Uma análise temática das recomendações de 48 comissões globais desde de 1º de janeiro de 2016 ajudou a:

- entender a lacuna entre onde estamos e onde precisamos estar no uso de evidências para responder aos desafios sociais, pelo menos do ponto de vista dos membros de alto nível das comissões globais;
- melhorar a estrutura das recomendações da Comissão de Evidências e identificar novas ideias que ajudariam a preencher essa lacuna;
- identificar as recomendações da Comissão de Evidências que estão alinhadas com as recomendações de outras comissões globais.

Os principais achados são apresentados de forma resumida no infográfico a seguir e, então, desenvolvidos abaixo e na [seção 7.3](#).



1.460 recomendações foram feitas, muitas delas abordaram os “mecanismos de alavancagem” necessários para provocar mudanças

- Esses mecanismos de alavancagem incluem uma estrutura estratégica aprovada por uma cúpula global – acompanhada por um programa de ação -, medidas voluntárias como as diretrizes, abordagens de monitoramento e melhoria, mecanismos de planejamento e financiamento, assistência técnica e financeira, novos pontos focais dentro ou envolvendo instituições existentes, e tratados juridicamente vinculativos



242 recomendações abordaram a oferta de evidências (*Capítulo 4*)

- A maioria dessas recomendações preconizou o aumento da coleta e compartilhamento de dados, que são um fundamento para (mas não o mesmo que) a análise de dados como uma forma de evidências
- Quando outras formas de evidências foram abordadas, as recomendações apresentaram uma tendência a propor o aumento do fluxo de novas evidências, como novas avaliações, mas não a melhoria da relação sinal / ruído no fluxo de tais evidências, com melhor uso dos estoques de evidências existentes, ou a combinação de diversas formas de evidências



94 recomendações descreveram o contexto em que funcionários de governos, líderes de organizações, profissionais e cidadãos tomam decisões (*Capítulo 3*)

- Apenas ocasionalmente algumas dessas recomendações se referiram a como alguns desses tomadores de decisão poderiam ou deveriam usar as evidências para responder aos desafios sociais



50 recomendações abordaram os intermediários de evidências (*Capítulo 5*)

- Geralmente, essas recomendações preconizaram que o Sistema da ONU aproveitasse melhor o seu papel normativo (p. ex., diretrizes) e o seu papel consultivo (p. ex., assistência técnica aos estados-membros)
- Raramente as evidências foram apresentadas de forma explícita como uma base necessária para o desempenho desses papéis



28 recomendações abordaram os bens públicos globais e as capacidades distribuídas (*Capítulo 6*)

- Algumas comissões globais propuseram um fortalecimento do papel desempenhado pelo Banco Mundial no apoio aos bens públicos globais
- Praticamente não houve menção aos bens públicos relacionados a evidências ou uma adequada divisão do trabalho entre os níveis (p. ex., no Sistema da ONU) em que a capacidade para o uso de evidências é necessária



10 recomendações se referiram a como entendemos a natureza dos desafios sociais e abordagens para responder a esses desafios (*Capítulo 2*)

- Essas poucas recomendações abordaram maneiras de estruturar um desafio social para que haja mais possibilidades de gerar ações, e maneiras de responder aos desafios sociais para que as ações tenham maior probabilidade de causar impactos

Entre janeiro de 2016 e setembro de 2021, 48 comissões globais publicaram 70 relatórios (sendo um deles um relatório provisório) e fizeram 1.460 recomendações, para uma média de 30 recomendações por comissão e 21 recomendações por relatório. A lista completa dos relatórios pode ser encontrada no [apêndice 8.1](#).

As recomendações de comissões globais alinhadas com o foco do relatório da Comissão de Evidências, geralmente, abordaram a oferta de evidências (i.e., 242 recomendações dialogaram com o capítulo 4). A maioria dessas recomendações preconizou o aumento da coleta e compartilhamento de dados, que são um fundamento para a análise de dados como uma forma de evidências, porém:

- pouca atenção foi dada ao problema da parcimônia no que é coletado, à qualidade dos dados e da análise de dados, e à oportunidade no compartilhamento;
- parece presumir que uma robusta análise de dados será realizada e depois apresentada de formas que possa informar a tomada de decisão e apoiar a responsabilização, inclusive com atenção a considerações de equidade;
- não fica claro quais tipos de perguntas a análise de dados pode responder melhor ou as formas de evidências que podem responder outros tipos de perguntas necessárias para a tomada de decisão.

Quando outras formas de evidências foram abordadas, as recomendações apresentaram uma tendência a propor o aumento do fluxo de novas evidências, como novas avaliações, e não a melhoria da relação sinal/ruído no fluxo de tais evidências, com o melhor uso dos estoques de evidências existentes, ou a combinação de diversas formas de evidências. Algumas comissões globais recomendaram avaliações, incluindo cinco que propuseram explicitamente a avaliação do que funciona, e algumas que propuseram a avaliação de impactos em vários domínios (p. ex., impactos de saúde, econômicos e ambientais) e horizontes temporais. Poucas comissões globais recomendaram pesquisas do comportamento / de implementação, apesar de, por vezes, proporem campanhas e outras estratégias para mudar comportamentos que se beneficiariam de tais pesquisas. Um número ainda menor de comissões globais recomendou outras formas de evidências, como a modelagem, informações qualitativas, sínteses de evidências e diretrizes, para responder aos desafios sociais em que se concentraram.

O segundo grupo mais comum de recomendações das comissões globais descreveu o contexto em que funcionários de governos, líderes de organizações, profissionais e cidadãos tomam decisões (94 recomendações dialogaram com o capítulo 3). Apenas ocasionalmente algumas dessas recomendações se referiram a como alguns desses tomadores de decisão poderiam ou deveriam usar as evidências para responder aos desafios sociais.

A maior parte dessas 94 recomendações propôs que os formuladores de políticas governamentais usassem instrumentos de política específicos ou estruturas e processos específicos para responder a um desafio social. Uma parcela menor propôs que líderes de organizações – em especial os líderes de empresas – usassem abordagens específicas para responder a um desafio social, que os profissionais abordassem os desafios sociais independentemente de seu papel nos governos e organizações, e que os cidadãos desempenhassem um papel mais ativo na resposta aos desafios sociais.

O terceiro grupo mais comum de recomendações das comissões globais abordou os intermediários de evidências (50 recomendações dialogaram com o capítulo 5). Geralmente, essas recomendações preconizaram que o Sistema da ONU aproveitasse melhor o seu papel normativo (p. ex., diretrizes) e o seu papel consultivo (p. ex., assistência técnica aos estados-membros), e que o Sistema da ONU e outros “intermediários” usassem tipos específicos de estratégias para apoiar os formuladores de políticas governamentais e outros tomadores de decisão na resposta aos desafios sociais. Raramente as evidências foram apresentadas de forma explícita como uma base necessária para o desempenho desses papéis e estratégias.

Os bens públicos globais e as capacidades distribuídas foram ainda com menos frequência objeto das recomendações das comissões globais (28 recomendações dialogaram com o capítulo 6). Algumas comissões globais recomendaram o fortalecimento do papel desempenhado pelo Banco Mundial no apoio aos bens públicos globais e também um suporte para os bens públicos globais como a Internet. No entanto, praticamente não houve menção aos bens públicos relacionados a evidências ou uma adequada divisão do trabalho entre os níveis em que a capacidade para o uso de evidências é necessária (p. ex., o que o Sistema da ONU, seus escritórios regionais e seus escritórios nos países podem fazer melhor).

Aperfeiçoar a forma como entendemos a natureza dos desafios sociais e as abordagens para responder a esses desafios foi o foco menos frequente das recomendações das comissões globais (10 recomendações dialogaram com o capítulo 2). Essas poucas recomendações se referiram a maneiras de estruturar um desafio social para que haja mais possibilidades de gerar ações, e maneiras de responder aos desafios sociais para que as ações tenham maior probabilidade de causar impactos. Também se referiram à previsão e às inovações como sendo domínios que podem complementar as evidências na resposta aos desafios sociais.

Os achados mais detalhados da nossa análise temática das recomendações de comissões globais são apresentados no anexo no final deste capítulo ([seção 7.3](#)). Os achados começam com os mecanismos de alavancagem necessários para provocar mudanças – uma série de medidas e mecanismos que poderiam ser considerados na elaboração de recomendações como as da Comissão de Evidências. Apenas alguns desses mecanismos foram objeto de sínteses de evidências sobre sua eficácia. Os demais achados estão organizados pelo enfoque de cada capítulo deste relatório.

Algumas observações adicionais da nossa análise dos relatórios de comissões globais incluem:

- um relatório usou uma linguagem que poderia ser facilmente adaptada (como fizemos em nossas recomendações) como uma próxima etapa necessária para apoiar o uso de evidências: o Secretário-Geral da ONU deve estabelecer expectativas claras para todas as partes do Sistema da ONU sobre o uso de evidências, exigir que as agências e entidades relevantes da ONU esboquem planos institucionais sobre como desenvolverão capacidades internas e intensificarão seu engajamento no uso de evidências, e trabalhar para melhorar o acesso dos estados-membros a um suporte técnico previsível que seja baseado em evidências e que fortaleça sistemas de suporte de evidências nacionais (Painel de alto nível sobre deslocamento interno);
- outro relatório usou uma linguagem que poderia ser facilmente adaptada (como fizemos) sobre apoiar o uso de evidências com cautela: os financiadores devem alinhar seu apoio às estratégias dos países para seus sistemas de suporte de evidências nacionais, e evitar o financiamento de uma infinidade de iniciativas verticais ou de pequena escala (Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS);
- um relatório usou evidências para se referir a evidências judiciais, não evidências de pesquisa (Painel de alto nível de *experts* jurídicos sobre liberdade de imprensa);
- um relatório abordou a equidade, enfatizando a importância de levar em consideração as relações e hierarquias transversais (intersectoriais) (Painel de alto nível de *experts* sobre segurança alimentar e nutrição);
- um relatório propôs utilizar conhecimento indígena e local no desenvolvimento de estratégias baseadas na comunidade (Painel de alto nível sobre responsabilidade financeira internacional, transparência e integridade para alcançar a agenda 2030);
- um relatório específico para a COVID-19 foi uma oportunidade perdida para propor a incorporação de muitas formas de evidências, bem como um sistema de suporte de evidências, em todos os aspectos da nova arquitetura global proposta para preparação e resposta à pandemia (Painel independente para preparação e resposta à pandemia);
- muitos relatórios incluíram recomendações que recorreram às cores associadas à sua área de foco (p. ex., laços verdes para o meio ambiente, fundos azuis para água, e listas vermelhas para espécies ameaçadas) ou para sinalizar ações desejadas (p. ex., parar de fazer coisas em uma lista vermelha);
- alguns relatórios usaram formatos para suas recomendações que foram úteis na elaboração das recomendações da Comissão de Evidências (Painel de alto nível sobre o deslocamento interno; Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos ODS).

7.2 Recomendações da Comissão de Evidências

Os capítulos anteriores fornecem o contexto, os problemas, as possíveis soluções e o vocabulário compartilhado que fundamentam as recomendações a seguir. Esses capítulos podem ser usados por muitas pessoas, não apenas por aquelas em posição para agir. No entanto, aqui focamos nas pessoas mais bem posicionadas para fazer as mudanças necessárias a fim de garantir que as evidências sejam consistentemente usadas para responder aos desafios sociais. Isso inclui principalmente:

- organizações multilaterais como o sistema da ONU, bancos multilaterais de desenvolvimento, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, na sigla em inglês), o G20, e outros;
- formuladores de políticas governamentais nacionais e subnacionais;
- líderes de organizações, profissionais e cidadãos;
- intermediários de evidências, incluindo aqueles que, atualmente, não são intermediários de evidências (como os jornalistas, em sua maioria);
- produtores de evidências, em particular, unidades orientadas para o impacto envolvidas na produção e no apoio ao uso de análises de dados, modelagem, avaliação, pesquisa do comportamento/de implementação, informações qualitativas, sínteses de evidências, avaliação de tecnologias/análise de custo-efetividade e diretrizes.

Aqui, fornecemos uma visão geral das 24 recomendações da Comissão de Evidências organizadas em um infográfico, e depois segue discussão sobre as recomendações no quadro abaixo. As oito recomendações mais importantes – 1, 3, 4, 5, 13, 14, 15 e 24 – estão destacadas em negrito. Sua importância decorre de como fornecem o enquadramento [1, 4, 13], as estruturas e processos [5, 14, 15], as responsabilidades [3] ou o financiamento [24] dos quais tantas outras ações podem resultar. Vale lembrar que usamos a palavra “evidência” nessas recomendações (como no restante do relatório) no sentido de evidências de pesquisa e, mais especificamente, todas as oito formas de evidências descritas no capítulo 4 (análise de dados, modelagem, avaliação, pesquisa do comportamento/de implementação, informações qualitativas, sínteses de evidências, avaliação de tecnologias/análise de custo-efetividade e diretrizes). Usamos “melhores evidências” – em um determinado contexto nacional (ou subnacional) – para evidências nacionais (ou subnacionais) extraídas dos melhores estudos disponíveis (i.e., o que foi aprendido naquele contexto) e evidências globais extraídas das melhores síntese de evidências disponíveis (i.e., o que foi aprendido no mundo, incluindo variações por grupos e contextos).



Todos os que podem agir

Duas recomendações: a primeira é um **chamado para a ação** [1] e a segunda é uma proposta de novo padrão para responder – solicitar evidências – a qualquer momento em que uma alegação for feita (p. ex., esta intervenção funcional) [2]



Organizações multilaterais

Duas recomendações: uma convocando uma **resolução das organizações multilaterais** [3] e a outra um **relatório de referência** [4]



Formuladores de políticas governamentais

Sete recomendações:

- quatro com apelo a **sistemas de suporte de evidências** nacionais (e subnacionais) que sejam adequados à finalidade (e infraestruturas de evidências mais amplas) [5], equipe de suporte de evidências e parcerias [6], conselheiros científicos [7] e órgãos consultivos [8]
- uma para a construção de uma base de evidências mais diversificada [9]
- duas relacionadas à ciência aberta (*open science*) [10] e à inteligência artificial [11]



Intermediários de evidências

Três recomendações:

- uma dirigida a **intermediários de evidências dedicados** [14], e outra dirigida a **plataformas de notícias e redes sociais** [15]
- uma com apelo, de maneira mais geral, para que haja uma correspondência oportuna e responsiva entre as melhores evidências e a pergunta feita [16]



Produtores de evidências

Sete recomendações:

- cinco abordando sua participação em: 1) preencher lacunas e aderir a padrões [17]; 2) responder, referenciar ou trabalhar com outros [18]; 3) aprender com grupos de evidências em outros setores [19]; 4) estar preparado para atuar em emergências globais [20]; e 5) tornar as evidências compreensíveis [21]
- uma dirigida especificamente a instituições acadêmicas [22] e outra dirigida a periódicos [23]



Líderes de organizações, profissionais e cidadãos

Duas recomendações:

- uma convocando todas as relevantes associações organizacionais, entidades profissionais e grupos da sociedade civil orientados para o impacto a contribuir significativamente com seu sistema de suporte de evidências nacional (ou subnacional) [12]
- uma convocando os cidadãos a considerarem as muitas formas de usar as melhores **evidências na vida cotidiana**, e oferecerem apoio aos políticos (e outros) que viabilizam tais iniciativas [13]



Financiadores

Uma recomendação para **gastos “mais inteligentes” e preferencialmente para o apoio a evidências**, em especial no que diz respeito aos sistemas de suporte de evidências nacionais (e subnacionais) e às infraestruturas de evidências mais amplas [24]

A Comissão de Evidências oferece as 24 recomendações a seguir. No intuito de facilitar a identificação das oito recomendações mais importantes – **1, 3, 4, 5, 13, 14, 15 e 24** – estas são precedidas por um círculo colorido que contém o número da recomendação e estão inseridas em uma caixa de texto com uma borda externa da mesma cor. Para cada recomendação, listamos as seções relacionadas do relatório que fornecem o contexto, os conceitos ou o vocabulário que a fundamentam (na ordem em que são apresentadas). Sempre que relevante, listamos também os relatórios globais que estão alinhados com uma recomendação da Comissão de Evidências. Em geral, os relatórios de comissões globais estão alinhados apenas com parte de uma recomendação ou sua fundamentação (p. ex., estar atento à equidade, investir em formas selecionadas de evidências, como avaliação, e envolver os tomadores de decisão), enquanto os relatórios de outras entidades globais tendem a estar mais plenamente alinhados.



Todos os tomadores de decisão, intermediários de evidências e produtores de evidências orientados para o impacto

1

Chamado para a ação — Os tomadores de decisão, intermediários de evidências e produtores de evidências orientados para o impacto devem reconhecer a dimensão e a natureza do problema. As evidências – em todas as oito formas abordadas neste relatório – não estão sendo sistematicamente usadas pelos formuladores de políticas governamentais, líderes de organizações, profissionais e cidadãos para responder aos desafios sociais de maneira equitativa. Em vez disso, os tomadores de decisão recorrem com demasiada frequência a sistemas de *feedback* informais, ineficazes e, por vezes, prejudiciais. O resultado são decisões fracas que levam a falhas na melhoria de vidas, danos evitáveis para os cidadãos e desperdício de recursos.

A coorte de tomadores de decisão que estiveram envolvidos na tomada de decisão da COVID-19, especialmente os formuladores de políticas governamentais de alto nível, agora tem experiência direta com a utilização de muitas formas de evidência e de estratégias que apoiam seu uso. Esses tomadores de decisão também têm experiência direta com os desafios que podem surgir e fazer com que as evidências sejam ignoradas ou mal utilizadas. Ademais, é possível que tenham tomado conhecimento dos suportes de evidências disponíveis para seus pares em outros países, como as sínteses de evidências vivas, e estejam questionando por que não estão disponíveis ou sendo usados em seu próprio país. Essa coorte está muito bem posicionada para sistematizar o que foi bem-sucedido antes e durante a pandemia, e para construir ou melhorar o sistema de suporte de evidências de seu respectivo país de forma a resolver o que não obteve êxito.

Seções relacionadas: [4.13](#) Fragilidades em vários sistemas de suporte de evidências da COVID-19 | [6.2](#) Capacidades distribuídas de maneira equitativa necessárias para apoiar o uso de evidências | [4.1](#) Formas em que as evidências são encontradas com maior frequência na tomada de decisão | [4.7](#) Produtos vivos de evidências

2

Novo padrão para pedir evidências — Todos os tomadores de decisão devem prestar atenção quando uma alegação está sendo feita e perguntar sobre a qualidade e a aplicabilidade das evidências em que a alegação se baseia. *Experts* e outros que fazem alegações (p. ex., essa intervenção funciona) podem estar confiando em suas experiências pessoais ou em um subconjunto das evidências disponíveis. Podem estar demasiado confiantes no que pensam saber. Em vez de se basearem em *experts* como única fonte de evidências, os tomadores de decisão podem procurar fontes das melhores evidências, como os “balcões únicos” contendo sínteses de evidências que foram organizadas usando uma taxonomia adequada, e que foram classificadas para qualidade, atualidade e outros fatores relevantes para a decisão. Os *experts* podem ser envolvidos em outras funções, como trabalhar com o que sínteses de evidências específicas significam para uma jurisdição específica, ou em maneiras desafiadoras de pensar com diferentes formas de evidências.

Seções relacionadas: [4.5](#) Como distinguir entre evidências de alta e baixa qualidade | [4.8](#) Melhores evidências *versus* outras coisas (e como obter o melhor de outras coisas) | [4.11](#) Desinformação e infodemia



Organizações multilaterais

3

Resolução das organizações multilaterais — A ONU, o G20 e outras organizações multilaterais devem endossar uma resolução na qual, juntamente com seus estados-membros, se comprometam a ampliar sua concepção de evidências, e a apoiar os bens públicos globais relacionados a evidências e a distribuição equitativa das capacidades para produzir, compartilhar e usar evidências. O “quinteto da mudança”, destinado a apoiar a transformação da ONU de 2021 a 2025, inclui explicitamente a análise de dados e a pesquisa do comportamento/de implementação, implicitamente, a avaliação (sob a “orientação de desempenho e resultados”), e não se pronuncia sobre as outras formas de evidência necessárias.(1) A ONU e outras organizações multilaterais (incluindo as comissões globais que patrocinam) continuam confiando em um modelo de “o *expert* sabe o que é melhor”. A renovação do Conselho Consultivo Científico do Secretário-Geral da ONU oferece uma oportunidade para uma melhor atuação.(2) Muito pode ser aprendido com as organizações que foram pioneiras em abordagens mais sistemáticas e transparentes para o uso de evidências, como o Comitê de Revisão das Diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) (que desenvolve recomendações normativas) e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU.

Seções relacionadas: [4.2](#) Definições das formas em que as evidências são encontradas com maior frequência | [6.1](#) Bens públicos globais necessários para apoiar o uso de evidências | [6.2](#) Capacidades distribuídas de maneira equitativa necessárias para apoiar o uso de evidências | [5.5](#) Uso de sínteses de evidências pelas entidades do sistema da ONU em seu trabalho | [7.1](#) *Insights* de uma análise de recomendações de comissões globais | **Relatório alinhado:** (3)

4

Relatório de referência — O Banco Mundial deve dedicar um próximo Relatório de Desenvolvimento Mundial para fornecer a concepção da arquitetura de evidências necessária em nível global, regional e nacional, incluindo os investimentos essenciais em bens públicos globais relacionados a evidências e em capacidades equitativamente distribuídas para produzir, compartilhar e usar evidências. Os passos do Banco Mundial no sentido de ser o “banco do conhecimento” têm sido demasiado hesitantes. Seu trabalho até o momento enfatiza algumas formas de evidências (p. ex., análise de dados) e, em grande parte, ignora outras (p. ex., síntese de evidências). Um relatório de referência pode estabelecer uma linguagem comum sobre as evidências e o uso delas que todos – tomadores de decisão, intermediários de evidências e produtores orientados para o impacto – podem usar. Pode ainda expor os muitos passos envolvidos na melhoria, incluindo o papel do Banco Mundial, de suas parcerias globais e de outras agências da ONU, em apoiar bens públicos globais relacionados a evidências, como as sínteses de evidências.

Seções relacionadas: [6.1](#) Bens públicos globais necessários para apoiar o uso de evidências | [6.2](#) Capacidades distribuídas de maneira equitativa necessárias para apoiar o uso de evidências | [1.6](#) Linha do tempo dos principais desenvolvimentos no uso de evidências para responder aos desafios sociais | **Relatório alinhado:** (4)



5

Sistemas de suporte de evidências nacionais (e subnacionais) — Todos os governos nacionais (e subnacionais) devem rever o seu sistema de suporte de evidências existente (e infraestrutura de evidências mais ampla), preencher as lacunas, tanto internamente quanto através de parcerias, e informar publicamente sobre os seus progressos. Por exemplo, muitos governos não dispõem de um departamento de coordenação de suporte de evidências, uma unidade de *insights* comportamentais, um manual de uso de evidências e métricas relacionadas, bem como de outros componentes de um sistema ideal de suporte de evidências (conforme descrito na [seção 4.14](#)). Os governos também podem rever suas estruturas e processos “regulares” (p. ex., orçamento, planejamento, monitoramento e auditoria) para formalizar as “maneiras” de obter evidências. Sem o sistema adequado de suporte de evidências, a equipe não terá capacidade, oportunidade nem motivação para utilizar as evidências na elaboração de políticas governamentais.

Alguns governos podem optar por formalizar seus efeitos na legislação, como fizeram os Estados Unidos com a *Foundations for Evidence-Based Policymaking Act* (lei de bases para a legislação baseada em evidências). Muitos governos podem, inclusive, apoiar o uso de evidências no trabalho diário de líderes de organizações e profissionais, e na vida cotidiana dos cidadãos, além de respeitar explicitamente os direitos e saberes indígenas em seus esforços.

Seções relacionadas: [4.14](#) Características de uma ideal infraestrutura nacional de evidências | [3.3](#) Formuladores de políticas governamentais e o contexto para o uso de evidências | [4.10](#) Direitos e saberes indígenas | **Relatório alinhado:** (3)

6

Equipes, parcerias e outros recursos — Os formuladores de políticas governamentais devem garantir que as esferas executivas e legislativas do governo tenham acesso a equipes, parcerias e outros recursos necessários para o suporte de evidências. Equipes de políticas, programas, técnicas e de bibliotecários, envolvidas no apoio aos formuladores de políticas governamentais (i.e., os funcionários que fornecem a “capacidade de absorção” para evidências no governo) precisam se manter a par dos desenvolvimentos no uso de evidências. Precisam ter parcerias (que podem incluir arranjos de assistência técnica) com produtores e intermediários de evidências especializados que complementem suas capacidades internas, além dos outros recursos necessários para aplicar essas capacidades (p. ex., acesso a documentos *online*).

Seções relacionadas: [3.3](#) Formuladores de políticas governamentais e o contexto para o uso de evidências | [5.3](#) Estratégias usadas pelos intermediários de evidências | [6.2](#) Capacidades distribuídas de maneira equitativa necessárias para apoiar o uso de evidências | **Relatórios alinhados:** (3-5)

7

Conselheiros científicos — Os formuladores de políticas governamentais devem selecionar seus conselheiros científicos com base em sua capacidade para encontrar, contextualizar e comunicar diversas formas de evidências, e manter um sistema de suporte de evidências de alto desempenho. Muitos conselheiros científicos são, ao invés, selecionados com base em suas contribuições científicas passadas ou suas relações com funcionários seniores do governo. Assim como ocorre com funcionários da equipe política e outros, os conselheiros científicos têm de se manter a par dos muitos desenvolvimentos no uso de evidências. Tais evidências incluem as oito formas de evidências discutidas neste relatório, evidências de todas as áreas da saúde, ciências naturais e sociais, bem como evidências de todos os setores. Muitas dessas formas de evidências estão agora disponíveis como produtos vivos de evidências.

Seções relacionadas: [3.3](#) Formuladores de políticas governamentais e o contexto para o uso de evidências | [4.14](#) Características de uma ideal infraestrutura nacional de evidências | [4.2](#) Definições das formas em que as evidências são encontradas com maior frequência | [4.7](#) Produtos vivos de evidências

8

Conselhos consultivos — Os formuladores de políticas governamentais devem manter os conselhos consultivos comprometidos com os padrões mais elevados no uso de evidências. Muitos conselhos consultivos não usam uma combinação das melhores evidências locais (p. ex., análise de dados de nível nacional ou subnacional) e sínteses das melhores evidências globais, nem combinam a forma correta de evidência com a questão relacionada à decisão certa. Geralmente não usam processos deliberativos robustos, incluindo dar voz aos indivíduos que podem levar uma perspectiva de equidade para interpretar o que as evidências significam para determinados grupos. Também não costumam distinguir entre as suas recomendações que são baseadas nas melhores evidências e as que não são.

Seções relacionadas: [4.4](#) Interação de evidências locais e globais | [4.3](#) Como combinar perguntas relacionadas à decisão com formas de evidências | [1.7](#) Considerações de equidade | [4.5](#) Como distinguir entre evidências de alta e baixa qualidade

9

Construindo uma base de evidências mais diversificada — Os formuladores de políticas governamentais devem complementar o seu suporte geral para a coleta e compartilhamento de dados com o suporte específico para uma base de evidências mais diversificada que possa informar a tomada de decisão de maneira equitativa. Os relatórios das comissões globais anunciam consistentemente o valor do “*big data*”. Em grande parte, não mencionam o que constitui uma análise de dados robusta, os tipos de perguntas que a análise de dados pode responder, e as muitas outras formas de evidências necessárias para responder questões que a análise de dados não pode responder. Também não se pronunciam em grande medida sobre a necessidade de fazer um melhor uso do estoque de evidências existentes em todas as suas formas, de construir uma base de evidências diversificada por meio de todos os investimentos propostos, e de melhorar a relação sinal/ruído no compartilhamento das evidências existentes e das novas evidências.

Seções relacionadas: [7.1](#) *Insights* de uma análise de recomendações de comissões globais | [4.3](#) Como combinar perguntas relacionadas à decisão com formas de evidências | [4.5](#) Como distinguir entre evidências de alta e baixa qualidade | [1.7](#) Considerações de equidade | **Relatórios alinhados:** (4; 6-13)

10

Ciência aberta — Os formuladores de políticas governamentais devem incentivar a ciência aberta como instrumento central para viabilizar o uso de evidências na tomada de decisão. O compartilhamento de dados anônimos, amostras físicas e *software* (como o usado na modelagem) — ao mesmo tempo em que garante padrões adequados para assegurar a privacidade dos dados — possibilita muitos tipos de análise de dados e diversas avaliações. Enfrentar os fatores que levam os pesquisadores com financiamento público a colocar bens públicos globais, como sínteses de evidências, atrás do “acesso pago” (*paywall*) das editoras, ajudará os tomadores de decisão e intermediários de evidências, bem como outros produtores de evidências, a acessar as evidências de que precisam.

Seção relacionada: [6.1](#) Bens públicos globais necessários para apoiar o uso de evidências | **Relatório alinhado:** (14)

11

Inteligência artificial — Os formuladores de políticas governamentais devem garantir que os regimes regulatórios e os esquemas de validação em andamento para inteligência artificial otimizem os benefícios da inteligência artificial para os sistemas de suporte de evidências e minimizem seus danos. O aprendizado de máquina e outras abordagens criaram novas oportunidades substanciais em análise de dados, síntese de evidências e outras formas de evidências, mas também têm um potencial significativo para causar danos. Por exemplo, essas abordagens podem perpetuar ou aumentar inadvertidamente o risco de discriminação. Os formuladores de políticas também podem trabalhar com os pesquisadores para garantir que esses métodos analíticos sejam relatados de forma transparente, replicados criteriosamente, interpretados e usados de forma adequada. Em particular, a capacidade de fazer inferências causais é geralmente superestimada, levando a interpretações e usos inadequados na tomada de decisão.

Seção relacionada: [4.7](#) Produtos vivos de evidências | **Relatório alinhado:** (15)



Líderes de organizações, profissionais e cidadãos

12

Contribuições de associações organizacionais, entidades profissionais e grupos da sociedade civil — Todas as relevantes associações organizacionais, entidades profissionais e grupos da sociedade civil orientados para o impacto devem rever suas contribuições para o seu sistema de suporte de evidências nacional (ou subnacional) (e infraestrutura de evidências mais ampla), preencher as lacunas tanto internamente como através de parcerias, e informar seus membros sobre seus progressos. A maioria das organizações e praticamente todos os profissionais e cidadãos precisam ser capazes de contar com um sistema de suporte de evidências que atenda às suas necessidades, ao mesmo tempo em que lide com conflitos de interesse e evite “distorção”. As associações organizacionais (como aquelas que representam e apoiam conselhos escolares) e as entidades profissionais (como aquelas que representam e apoiam assistentes sociais) podem se tornar partes essenciais de um sistema de suporte de evidências nacional (e subnacional). Os grupos da sociedade civil podem responsabilizar todos esses grupos pela forma como apoiam o uso de evidências para responder aos desafios sociais.

Seções relacionadas: [3.4](#) Líderes de organizações e o contexto para o uso de evidências | [3.5](#) Profissionais e o contexto para o uso de evidências | [3.6](#) Cidadãos e o contexto para o uso de evidências | [4.14](#) Características de uma ideal infraestrutura nacional de evidências | **Relatórios alinhados:** (11; 16; 17)

13

Evidências na vida cotidiana — Os cidadãos devem considerar tomar decisão sobre o seu bem-estar e o de suas famílias com base nas melhores evidências; gastar seu dinheiro em produtos e serviços que são apoiados pelas melhores evidências; fazer trabalho voluntário e doar dinheiro para iniciativas que usam evidências para tomar decisões sobre o que fazem e como o fazem; e apoiar políticos que se comprometam a usar as melhores evidências para responder aos desafios sociais e que se empenhem (juntamente com outros) para apoiar o uso de evidências na vida cotidiana. Os formuladores de políticas governamentais, entre outros, precisam garantir que os cidadãos tenham acesso às melhores evidências, às declarações comprovadas por evidências e aos recursos e *websites* com base em evidências que sejam simples de usar para fazer escolhas informadas em todos os momentos, não apenas durante crises globais. Além disso, precisam ajudar a construir o letramento midiático e informacional dos cidadãos, fornecer a transparência necessária para que as pessoas saibam quando as decisões, os serviços e as iniciativas se baseiam nas melhores evidências e, de maneira mais geral, criar uma cultura em que as evidências sejam compreendidas, valorizadas e usadas.

Seções relacionadas: [3.6](#) Cidadãos e o contexto para o uso de evidências | [4.11](#) Desinformação e infodemia | Relatórios alinhados: (3; 5; 10; 16; 18; 19)



Intermediários de evidências

14

Intermediários de evidências dedicados — Os intermediários de evidências dedicados devem dar um passo adiante para preencher as lacunas deixadas pelo governo, dar continuidade se a rotatividade da equipe no governo for frequente e potencializar fortes conexões com redes globais. Os intermediários de evidências trabalham “na interseção” entre tomadores de decisão e produtores de evidências, apoiando os tomadores com as melhores evidências e os produtores com *insights* e oportunidades para causar um impacto com as evidências. Assim como acontece com os conselheiros científicos governamentais, os intermediários precisam ser capazes de encontrar e comunicar diversas formas de evidências e manter (pelo menos uma parte de) um sistema de suporte de evidências de alto desempenho. A COVID-19 demonstrou – em alguns países e em alguns momentos – o valor da parceria de intermediários com líderes comunitários para engajar aqueles que podem não ter sido bem representados no passado por evidências que foram geradas, compartilhadas ou usadas de forma inadequada.

Seções relacionadas: [5.1](#) Tipos de intermediários de evidências | [5.3](#) Estratégias usadas pelos intermediários de evidências | [4.2](#) Definições das formas em que as evidências são encontradas com maior frequência | [4.14](#) Características de uma ideal infraestrutura nacional de evidências | [1.7](#) Considerações de equidade | Relatórios alinhados: (8; 20)

15

Plataformas de notícias e redes sociais — As plataformas de notícias e redes sociais devem construir relacionamentos com intermediários de evidências dedicados que possam ajudar a potencializar as fontes de melhores evidências, e com produtores de evidências que possam ajudar a comunicar as evidências de forma eficaz, bem como garantir que seus algoritmos apresentem as melhores evidências e combatam a desinformação. Os jornalistas e os verificadores de fatos precisam se familiarizar com as sínteses de evidências e usá-las para fazer perguntas específicas sobre qualquer evidência que lhes seja apresentada e quaisquer “outras coisas” que possam ser oferecidas como um substituto para as melhores evidências. A familiaridade com as sínteses de evidências inclui: a importância de contextualizar e situar novos estudos em um conjunto de evidências mais amplo; a fundamentação para preferir sínteses de estudos de alta qualidade a estudos únicos, pequenos e mal executados; o conceito de incerteza científica; a natureza evolutiva das evidências e como isso se relaciona com as recomendações emergentes e de substituição; a importância e o papel do viés e do conflito de interesse; e a importância de relatar de modo a evitar “distorção”.

Seções relacionadas: [5.1](#) Tipos de intermediários de evidências | [4.4](#) Interação de evidências locais e globais | [4.8](#) Melhores evidências *versus* outras coisas (e como obter o melhor de outras coisas) | [4.11](#) Desinformação e infodemia | Relatórios alinhados: (21; 22)

16

Relação oportuna e responsiva entre as melhores evidências e a pergunta colocada — Todos os intermediários de evidências devem – de forma oportuna e responsiva – apoiar o uso das melhores evidências para responder à pergunta que está sendo feita (ou que deve ser feita de acordo com a área de interesse do tomador de decisão). Algumas formas de evidências podem ajudar a responder uma pergunta sobre um problema (p. ex., análise de dados); outras podem ajudar a responder uma pergunta sobre opções para resolver um problema ou sobre uma estratégia de implementação (p. ex., avaliação de benefícios, danos e custos). As sínteses das melhores evidências globais precisam ser complementadas com as melhores evidências locais, bem como por outras formas de análise (p. ex., análise de políticas e sistemas e uma análise política) que podem ajudar a compreender os fatores contextuais que influenciam se e como as evidências são usadas. Serão necessários novos produtos de evidências inovadores para traçar o perfil de uma combinação de melhores evidências.

Seções relacionadas: [4.3](#) Como combinar perguntas relacionadas à decisão com formas de evidências | [4.4](#) Interação de evidências locais e globais



17

Preenchendo lacunas e aderindo a padrões — Os grupos de evidências devem antecipar e preencher lacunas, e aderir aos padrões para suas respectivas formas de evidências. Há muitos tópicos prioritários sem síntese de evidências disponível, e diversos tópicos com excesso de sínteses de evidências disponíveis. Muitas sínteses de evidências são de baixa qualidade e estão desatualizadas. Isso vale para a COVID-19, mesmo quase dois anos após o início da pandemia global.

Seções relacionadas: [4.6](#) Cobertura, qualidade e atualidade das sínteses de evidências | [4.5](#) Como distinguir entre evidências de alta e baixa qualidade | Relatórios alinhados: (3; 23)

18

Respondendo, referenciando ou trabalhando com outros — Os grupos de evidências devem aproveitar suas vantagens comparativas, colaborar com grupos que tenham vantagens comparativas complementares, e ajudar a construir um sistema de suporte de evidências melhor em seu país e uma melhor arquitetura global de evidências. Os grupos de evidências podem responder aos tipos de perguntas que melhor correspondam às formas de evidências que produzem. Podem referenciar outras questões a outros grupos. Também podem adotar uma orientação de impacto coletivo e trabalhar em colaboração com outros grupos para produzir produtos de evidências mais integrativos. Esses produtos de evidências podem combinar evidências nas muitas formas descritas neste relatório, evidências de todas as áreas da saúde, ciências naturais e sociais, bem como evidências de todos os setores. Os grupos de evidências podem levar discernimento, humildade e empatia para tudo o que fazem, e encorajar aqueles que compartilham e usam evidências a fazer o mesmo.

Seções relacionadas: [4.3](#) Como combinar perguntas relacionadas à decisão com formas de evidências | [4.14](#) Características de uma ideal infraestrutura nacional de evidências | [6.1](#) Bens públicos globais necessários para apoiar o uso de evidências | [6.2](#) Capacidades distribuídas de maneira equitativa necessárias para apoiar o uso de evidências | Relatório alinhado: (3)

19

Aprendendo com grupos de evidências de outros setores — Os grupos de evidências devem estar abertos para adaptar inovações de outros setores. A Cochrane foi pioneira em muitas abordagens para sintetizar estudos sobre o que funciona na saúde, incluindo sínteses vivas de evidências. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) foi pioneiro em muitas abordagens para modelar as mudanças climáticas causadas pelo homem a longo prazo. A Cochrane e o IPCC podem aprender um com o outro, e outros podem aprender com ambos.

Seções relacionadas: [4.4](#) Interação de evidências locais e globais | [4.7](#) Produtos vivos de evidências

20

Preparando para atuar em emergências globais — Os grupos de evidências devem garantir que tenham a agilidade necessária para atuar em novos tópicos quando surgirem emergências globais. Muitas comissões globais sobre a COVID-19 defendem a pesquisa exploratória (*foundational research*) sobre vacinas, diagnósticos e tratamentos terapêuticos. Não estão se pronunciando sobre a necessidade de fazer isso para as muitas formas de evidências que determinarão se esses produtos chegarão às pessoas que precisam deles. Os grupos de evidências focados nessas questões mais amplas retornarão, inevitavelmente, às suas áreas de foco existentes, mas precisarão estar preparados para voltar a se concentrar em uma pandemia ou outra emergência global. As comissões globais também ainda não se pronunciaram sobre a necessidade de ter os protocolos para ensaios clínicos randomizados e outros desenhos de estudo, bem como sistemas de suporte de evidências nacionais e uma arquitetura global de evidências mais ampla, “prontos para o uso” ou já em uso.

Seções relacionadas: [7.1](#) Insights de uma análise de recomendações de comissões globais | [4.14](#) Características de uma ideal infraestrutura nacional de evidências

21

Tornando as evidências compreensíveis — Os grupos de evidências devem preparar “produtos derivados” que comuniquem o que sabemos (e com que certeza sabemos) de maneiras que façam sentido para os seus públicos-alvo. Como os padrões de qualidade não existem para modelagem da maneira como existem para outras formas de evidências, os modeladores precisam compartilhar publicamente detalhes suficientes sobre seu modelo para que outros possam avaliá-lo (p. ex., estrutura do modelo, dados usados, consistência e seu *software* ou ferramenta). As considerações de comunicação incluem as necessidades informacionais dos tomadores de decisão, os formatos que facilitam a compreensão das mensagens principais e o aprofundamento se houver interesse (às vezes chamado de entrada gradativa), a redação em linguagem simples e a tradução para outros idiomas.

Seções relacionadas: [4.5](#) Como distinguir entre evidências de alta e baixa qualidade | [5.3](#) Estratégias usadas pelos intermediários de evidências | Relatório alinhado: (24)

22

Responsabilidades das instituições acadêmicas — As instituições acadêmicas, e seus financiadores públicos, devem incentivar os membros do corpo docente a contribuir para o seu sistema de suporte de evidências nacional (ou subnacional) e para os bens públicos globais relacionados a evidências. Os incentivos existentes tendem a recompensar apenas financiamentos para revisão por pares e publicações, bem como valorizar os primeiros a publicar sobre um tópico, em vez de contribuir para estudos mais definitivos. Alguns países estão usando exercícios periódicos de avaliação institucional para destinar maior atenção ao impacto das evidências (p. ex., a Estrutura de Excelência em Pesquisa [REF, na sigla em inglês] do Reino Unido). Incentivos adicionais podem recompensar o trabalho necessário para atingir impacto (p. ex., engajamento com e responsividade para tomadores de decisão) e para apoiar as melhores evidências (p. ex., priorizando a qualidade no lugar da quantidade de publicações e comunicando *insights* a partir de conjuntos de evidências em vez de seus próprios estudos únicos). O interesse na visibilidade para financiadores e filantropos incentiva o foco em comunicados à imprensa e entrevistas na mídia para estudos únicos em vez de melhores evidências que estejam prontas para ampla divulgação.

Seções relacionadas: [5.4](#) Condições que podem ajudar e atrapalhar os intermediários de evidências | [4.14](#) Características de uma ideal infraestrutura nacional de evidências | [6.1](#) Bens públicos globais necessários para apoiar o uso de evidências | [4.5](#) Como distinguir entre evidências de alta e baixa qualidade | [4.8](#) Melhores evidências *versus* outras coisas (e como obter o melhor de outras coisas)

23

Responsabilidades dos periódicos — Os editores de periódicos devem melhorar a forma como apoiam o uso das melhores evidências. Os periódicos podem exigir dos revisores o uso de recomendações para relatar e *checklists* de avaliação crítica, a inserção de estudos únicos no contexto de sínteses de evidências, e o compartilhamento de dados de estudo anônimos. Podem também se comprometer a publicar relatórios de pesquisa não positivos e estudos de replicação, evitando “distorção”, e agindo rapidamente quando informados sobre má conduta científica. Os periódicos precisam encontrar uma maneira oportuna de publicar atualizações para os produtos vivos de evidência. Também precisam garantir que as demoras na publicação nunca impeçam o compartilhamento público de evidências que sejam urgentes para a tomada de decisão (e, reciprocamente, que o compartilhamento público não impeça a publicação posterior em um periódico).

Seções relacionadas: [5.4](#) Condições que podem ajudar e atrapalhar os intermediários de evidências | [4.5](#) Como distinguir entre evidências de alta e baixa qualidade | [4.4](#) Interação de evidências locais e globais | [6.1](#) Bens públicos globais necessários para apoiar o uso de evidências



Financiadores

24

Financiamento — Governos, fundações e outros financiadores devem gastar de maneira “mais inteligente” e preferencialmente em apoio a evidências. Podem comprometer-se a garantir que 1% do financiamento seja atribuído a infraestruturas de evidências nacionais (e subnacionais) (com uma quota razoável para o sistema de suporte de evidências e o sistema de implementação de evidências, conforme descrito na [seção 4.14](#)), e podem monitorar a adesão aos padrões. Podem assegurar que 10% desse financiamento seja atribuído a bens públicos globais relacionados a evidências, se essa responsabilidade não tiver sido assumida por organizações multilaterais, como o Banco Mundial e outras agências da ONU. Os governos de países de alta renda e os financiadores globais podem dedicar 1% do seu financiamento para o desenvolvimento internacional às capacidades distribuídas equitativamente para o uso de evidências.

Seções relacionadas: [4.14](#) Características de uma ideal infraestrutura nacional de evidências | [6.1](#) Bens públicos globais necessários para apoiar o uso de evidências | [6.2](#) Capacidades distribuídas de maneira equitativa necessárias para apoiar o uso de evidências | Relatório alinhado: (3)

Como observou Nick Hart do Centro de Políticas Bipartites (BPC, na sigla em inglês) (ao participar de uma série de *podcasts* sobre a Comissão dos Estados Unidos sobre a formulação de políticas baseada em evidências, e a Lei de Evidências e memorandos executivos subsequentes), deve haver apoio bipartite para a construção e o uso de evidências, mesmo que frequentemente não haja acordo bipartite sobre o que as evidências dizem e o que significam para um contexto específico.(25)

Agora é o momento de agir. Os tomadores de decisão em todo o mundo – formuladores de políticas governamentais, líderes de organizações, profissionais e cidadãos – precisam das melhores evidências para responder aos desafios sociais. Para garantir que os tomadores de decisão tenham o que precisam, não devemos apenas nos preparar para a próxima emergência global e depois ver esses preparativos serem desmontados com o passar dos anos e passarmos a outros desafios. O mundo precisa de uma infraestrutura ágil, metodologicamente forte e imparcial que faça interseção com aqueles que levam conhecimento de conteúdo específico para um dado desafio social. Precisamos de bens públicos globais e capacidades distribuídas de forma equitativa para produzir, compartilhar e usar as melhores evidências. Precisamos de capacidade, oportunidade e motivação, por um lado, e discernimento, humildade e empatia, por outro.



Formulador de políticas governamentais, Andrew Leigh

Político experiente, levando formação econômica e jurídica para a elaboração e o debate de políticas públicas

A participação na preparação deste relatório e nas discussões entre os comissários mudou meu pensamento sobre o que posso fazer pessoalmente, o que os países como o meu precisam fazer e o que gostaria que as organizações multilaterais fizessem.

Particularmente, a **seção 4.8** – melhores evidências *versus* outras coisas – é a minha seção favorita. Oferece muitos conselhos sensatos sobre como obter mais das “outras coisas” que representantes eleitos como eu recebem regularmente, tais como um *preprint* de um estudo único, um *expert* com uma opinião, um painel de *experts* oferecendo recomendações, e um monitoramento de jurisdições. Há alguns anos, escrevi um livro sobre ensaios randomizados. Agora, depois de trabalhar neste relatório, estou ainda mais entusiasmado com a necessidade de avaliações de políticas randomizadas. Um dos pontos fortes dos ensaios é que podem ser explicados facilmente para os cidadãos. Podem nos ajudar a contornar as preocupações dos cidadãos sobre a “tecnocracia”, uma vez que pessoas comuns sentem que estão sendo enganadas por processos de tomada de decisão que não entendem. A confiança no governo não se resume a tomar as decisões certas; trata-se de tomar decisões que os cidadãos percebem como corretas.

A avaliação não é uma questão de elite. As evidências são para todos. Nosso relatório oferece sugestões a indivíduos, governos e organizações não governamentais. Se uma pessoa está analisando as evidências sobre como parar de fumar ou perder peso, deve examinar as sínteses de evidências, não estudos únicos. Se um jornalista escreve sobre saúde, o acesso regular à Cochrane o levará a encontrar evidências que apresentam a essência de milhares de tópicos. Para os veículos de comunicação que reportam questões sobre política social, a Colaboração Campbell oferece o mesmo serviço. Nosso relatório propõe que os governos possam fazer um melhor uso das evidências em suas decisões e construam a base de evidências por meio de avaliações rigorosas. As organizações internacionais devem recorrer mais às evidências e o Banco Mundial precisa preparar um relatório de referência sobre o uso das melhores práticas de evidências.

As organizações internacionais diferem consideravelmente na forma como utilizam as evidências. Os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas usam uma abordagem altamente rigorosa para selecionar e classificar as evidências sobre o aquecimento global e suas consequências. Outras organizações mundiais são menos sistemáticas no uso de evidências, frequentemente se baseando em estudos únicos, citando apenas a opinião de *experts* quando existe um corpo substancial de literatura revisada por pares, ou extrapolando evidências entre contextos muito diferentes. Não se trata de organizações internacionais intencionalmente desvirtuando a ciência – essas organizações estão empenhadas em melhorar e *experts* externos podem ajudá-las a fazer isso avaliando relatórios à luz das políticas publicadas de cada organização sobre como usar evidências. Conforme descrito na **seção 5.5**, a identificação e exposição de pontos a serem trabalhados teve um impacto tremendamente positivo no uso de evidências pela Organização Mundial da Saúde, a partir de 2007. Outras partes do sistema da ONU precisam seguir o exemplo da OMS.

Entre as organizações filantrópicas, há um reconhecimento crescente de que a avaliação de alta qualidade pode criar um ciclo virtuoso: permitindo que programas ineficazes sejam progressivamente substituídos e programas eficazes sejam expandidos. O movimento do altruísmo eficaz em franco crescimento está exigindo que as instituições de caridade produzam evidências rigorosas de seu impacto. Por exemplo, o *GiveWell.org* estima que duas de suas instituições de caridade mais bem conceituadas – a *Against Malaria Foundation* e o *Malaria Consortium* – salvam, cada uma, uma vida para cada US\$4.500 adicionais que gastam em seus programas. Esse é um poderoso incentivo para os doadores apoiarem essas instituições de caridade. Mais evidências do impacto direto de outras instituições de caridade poderiam ajudar a impulsionar uma corrida filantrópica para o topo.





7.3 Anexo da seção 7.1 – Achados detalhados da análise de recomendações de comissões globais



Domínio	Principais achados
<p>Mecanismos de alavancagem para provocar mudanças</p>	<p>Muitas comissões globais preconizaram medidas e mecanismos amplos e necessários para estimular a mudança, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estrutura estratégica aprovada por uma cúpula global – para estabelecer um vocabulário compartilhado e objetivos e fazer escolhas estratégicas sobre as prioridades de curto e longo prazo – acompanhada por um programa de ação e estrutura de responsabilização (ou uma Assembleia Especial da ONU), bem como planos regionais de implementação endossados por uma cúpula regional • Medidas voluntárias, como um código de prática, padrões, diretrizes, procedimentos, conjuntos de ferramentas e “diálogos sobre políticas” • Abordagens de monitoramento e melhoria, como indicadores, <i>benchmarks</i> (parâmetros de referência), metas, análises das despesas funcionais, avaliações independentes e perfis de alto desempenho • Mecanismos de planejamento, como orçamento multissetorial e planejamento de programas • Assistência técnica e financeira, e arranjos de parcerias, que podem ser rapidamente implantados quando se abrem janelas de oportunidade ou surgem crises • Mecanismos de financiamento, como o financiamento para implementação ou expansão, o financiamento condicionado a atividades ou desfechos (i.e., incentivos), uma parcela relativa maior dos compromissos de financiamento existentes, e um mecanismo centralizado para doações individuais • Novos pontos focais dentro ou envolvendo instituições existentes, como um representante especial da ONU (e possivelmente representantes regionais e enviados nacionais), um comitê intergovernamental da ONU ou uma força-tarefa interagências, um órgão de alto nível, e um observatório global, bem como grupos complementares como uma “aliança de campeões” • Tratados juridicamente vinculativos, como as convenções de estrutura • Elementos extraídos de uma estratégia mais ampla: <ul style="list-style-type: none"> ○ para apoiar a ação do país, como uma estrutura, conjunto de ferramentas de implementação, seleção e construção de uma dinâmica nos países, criação de compromissos e planos nacionais, potencialização de instituições especializadas, compartilhamento de melhores práticas e acompanhamento do progresso ○ para a ação climática, como objetivos globais claros, um mecanismo para assumir e ratificar compromissos nacionais, e uma forte estrutura de implementação ○ para a preparação e resposta a pandemias, como uma estrutura, mecanismo de governança, engajamento de instituições existentes, capacidade “sempre ativa”, agrupamento global, e a rápida articulação e expansão ○ para a coordenação interinstitucional e “nivelamento”, como o Secretário-Geral da ONU, líderes de agências da ONU e presidentes e acionistas de bancos multilaterais de desenvolvimento, alinhando as ações normativas, consultivas e de investimento de suas instituições ○ para impulsionar a autoridade institucional existente, como o Fundo Monetário Internacional, dando mais atenção a questões específicas em suas atividades de vigilância, conforme o Artigo IV
<p>Capítulo 2: Natureza dos desafios sociais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Algumas comissões globais propuseram o enquadramento de um desafio social de formas que haja mais possibilidades de gerar ações <ul style="list-style-type: none"> ○ e.g., estruturar como um problema de sistemas adaptativos complexos (Painel de alto nível para uma economia sustentável do oceano) ○ e.g., reformular os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como sendo para e sobre as crianças, além das emissões de gases de efeito estufa como uma ameaça ao futuro das crianças (Comissão OMS-UNICEF-Lancet sobre um futuro para as crianças do mundo) ○ e.g., conceituar a saúde dos adolescentes de forma mais abrangente para que ocupem uma posição central nas agendas existentes e emergentes, bem como defender a idade das “segundas chances” e a oportunidade de “dividendos triplos” (Comissão Lancet sobre saúde e bem-estar do adolescente) ○ e.g., enquadrar o desafio em termos sistêmicos e de sistemas para mostrar a conexão inerente e origens sistêmicas, para justificar plataformas para trabalho colaborativo, e para chamar a atenção para ações de trabalho duplo e triplo (Comissão Lancet sobre a sindemia global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas) • Algumas comissões globais recomendaram formas de responder a desafios sociais para que as ações sejam mais propensas a gerar impactos <ul style="list-style-type: none"> ○ e.g., abordar o desafio com um pacote essencial e integrado de intervenções (Comissão Guttmacher-Lancet sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos para todos) ○ e.g., planejar e sequenciar investimentos para aumentar os benefícios das interligações entre os setores (Painel de alto nível sobre a água) ○ e.g., investir em grandes compras, boas compras e compras promissoras, conforme determinado pelas melhores evidências (Painel consultivo global de evidências em educação) ○ e.g., enquadrar como um problema de sistemas adaptativos complexos que requer uma combinação de abordagens descendente (<i>top-down</i>) e ascendente (<i>bottom-up</i>) que pode acomodar ciclos de <i>feedback</i> e apoiar a adaptação e a aprendizagem (Painel de alto nível para uma economia sustentável do oceano) • Algumas comissões globais também recomendaram previsão e inovações como domínios que podem complementar as evidências na resposta aos desafios sociais.





Capítulo 3: Decisões e tomadores de decisão: Demanda por evidências

- Muitas recomendações de comissões globais propuseram que os **formuladores de políticas governamentais** usassem instrumentos de política específicos para responder a um desafio social, embora geralmente não tivessem se pronunciado sobre como os formuladores de políticas poderiam ou deveriam usar evidências na seleção ou aplicação desses instrumentos de política
 - e.g., instrumentos de informação e educação, como relatórios públicos sobre o progresso e os impactos na saúde e no meio ambiente (Comissão global do oceano) e na equidade (p. ex., Comissão global de adaptação), bem como educação para construir vários tipos de letramento (p. ex., Painel de alto nível de *experts* sobre segurança alimentar e nutrição) e plataformas digitais para fornecer a educação ou campanhas (Comissão independente de alto nível da OMS sobre doenças não transmissíveis);
 - e.g., instrumentos voluntários, como estruturas (*frameworks*), diretrizes (p. ex., Força-tarefa global sobre controle do cólera), conjuntos de ferramentas, parcerias com instituições especializadas e redes
 - e.g., instrumentos econômicos, como despesas públicas, contratos, precificação de externalidades e contabilidade de custos reais (Aliança da alimentação e uso da terra)
 - e.g., instrumentos legais, como regulamentos para abordar padrões (Comissão global sobre a economia e o clima), contratos públicos (Comissão global sobre governança da Internet) e divulgações de conflitos de interesse e outros fatores (Painel de alto nível sobre acesso a medicamentos)
- Muitas recomendações de comissões globais propuseram que os formuladores de políticas governamentais usassem estruturas e processos específicos, embora, mais uma vez, não tivessem geralmente se pronunciado sobre como os formuladores de políticas poderiam ou deveriam usar evidências na seleção ou aplicação desses instrumentos de política
 - e.g., mecanismos de tomada de decisão intersetoriais (Comissão global para ação urgente sobre eficiência energética) e iniciativas de apoio à coerência política (Comissão global sobre o futuro do trabalho)
 - e.g., processos participativos de formulação de políticas (Comissão 3-D sobre determinantes de saúde, dados e tomada de decisão)
 - e.g., auditorias independentes e ouvidorias (*ombudsman*) (Comissão Lancet sobre a síndrome global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas)
 - e.g., planos nacionais
- Um número menor de comissões globais propôs que **líderes de organizações** – especialmente os líderes de empresas – usassem abordagens específicas para responder a um desafio social e, quando o fizeram, mais uma vez essas comissões não se pronunciaram sobre como os líderes poderiam ou deveriam usar evidências na seleção ou aplicação dessas abordagens
 - e.g., compromisso com princípios como os princípios do Pacto Global da ONU e Princípios Orientadores da ONU para Empresas e Direitos Humanos (Comissão de desenvolvimento sustentável e empresarial) e os princípios ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG, na sigla em inglês) expandidos (Painel global de alto nível sobre água e paz)
 - e.g., uso de ferramentas financeiras inovadoras, como precificação de externalidades (i.e., precificação que reflete externalidades ambientais e sociais), ferramentas de financiamento combinado para apoiar os investimentos dos ODS (i.e., recompensar a realização de impactos ambientais e sociais juntamente com retornos financeiros), dívida vinculada à sustentabilidade (i.e., precificação condicionada ao cumprimento de metas de sustentabilidade), e pagamento pela proteção ambiental (pagamentos por serviços que protegem e gerenciam a natureza) (Comissão de desenvolvimento sustentável e empresarial), bem como parcerias público-privadas para reduzir o risco de investimento (Painel de alto nível sobre deslocamento interno)
 - e.g., aproveitar os mecanismos internos, como autoauditorias, estabelecer metas de contratação e oferecer incentivos aos gerentes por meio de avaliações de desempenho e compensação vinculada às metas (Painel de alto nível sobre o empoderamento econômico das mulheres)
- Uma comissão global se referiu a uma expectativa de que os líderes de organizações vão “apoiar a ciência sólida e fazer uso dos resultados na definição de metas baseadas na ciência em seus roteiros setoriais” (Comissão de desenvolvimento sustentável e empresarial)
- Poucas comissões globais recomendaram que os **profissionais** respondessem aos desafios sociais independentemente de seu papel nos governos e organizações, embora uma comissão tenha recomendado aos profissionais promoverem abordagens baseadas em evidências (Comissão global de políticas sobre drogas)
- Poucas comissões globais recomendaram que os **cidadãos** desempenhassem um papel mais ativo na resposta aos desafios sociais
 - e.g., manterem-se informados sobre seus direitos e prerrogativas, comunicar suas necessidades e preferências aos prestadores de serviços, e ter letramento em saúde e dados (Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos ODS)
 - e.g., encorajar os cidadãos que agem como formadores de opinião a desempenharem seu papel com responsabilidade e responsabilizar os tomadores de decisão (Comissão global de políticas sobre drogas)
 - e.g., desenvolver a capacidade de se envolver na formulação de políticas (Painel global de alto nível sobre água e paz)
- Algumas comissões globais observaram os papéis que outras pessoas podem desempenhar no apoio aos cidadãos, incluindo jornalistas (Painel de alto nível sobre deslocamento interno) e profissionais como professores, policiais, trabalhadores comunitários e profissionais de saúde (Comissão Lancet sobre saúde e bem-estar do adolescente)
- Uma comissão global recomendou que os cidadãos “pressionassem por uma maior responsabilidade social por meio de boletins dos cidadãos, monitoramento da comunidade, auditorias sociais, orçamento participativo, cartas dos cidadãos e comitês de saúde” (Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos ODS)



Capítulo 4: Estudos, sínteses e diretrizes: Oferta de evidências

- Muitas recomendações das comissões globais preconizaram o aumento da coleta e compartilhamento de dados, que são um fundamento para a **análise de dados** como uma forma de evidências, porém:
 - pouca atenção foi dada ao problema da parcimônia no que é coletado, à qualidade dos dados e da análise de dados, e à oportunidade no compartilhamento (com uma exceção na Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos ODS)
 - parece presumir que uma robusta análise de dados será realizada e depois apresentada de formas que possa informar a tomada de decisão e apoiar a responsabilização, inclusive com atenção a considerações de equidade
 - não fica claro quais tipos de perguntas a análise de dados pode responder melhor ou as formas de evidências que podem responder outros tipos de perguntas necessárias para a tomada de decisão
- Algumas dessas recomendações das comissões globais preconizaram ações específicas relacionadas ao aumento da coleta e compartilhamento de dados e ao equilíbrio dos benefícios e danos do uso de inteligência artificial (embora não necessariamente no contexto da análise de dados)
 - e.g., harmonizar métricas, estabelecer sistemas de monitoramento e compartilhar dados de acesso aberto (Comissão global de adaptação)
 - e.g., estabelecer uma plataforma global de compartilhamento de dados (Comissão global do oceano e Global Zero) e um observatório global que possa apoiar comparações entre países (Painel de alto nível de *experts* sobre segurança alimentar e nutrição e Comissão UCL–Lancet sobre migração e saúde)
 - e.g., regulamentar a inteligência artificial (Comissão global sobre o futuro do trabalho) e garantir que seja projetada de forma a permitir que as ações sejam explicadas e que os humanos sejam responsáveis por essas ações (Painel de alto nível sobre cooperação digital)
- Quando outras formas de evidências foram abordadas, as recomendações apresentaram uma tendência a propor o aumento do fluxo de **novas evidências**, como novas avaliações (Painel independente de alto nível do G20 sobre o financiamento de bens comuns globais para preparação e resposta à pandemia), mas não
 - a melhoria da relação sinal/ruído no fluxo de tais evidências
 - o melhor uso dos estoques de evidências existentes
 - a combinação de diversas formas de evidências
- Algumas comissões globais recomendaram **avaliações**
 - e.g., avaliar o que funciona (Comissão de educação; Comissão global de adaptação; Comissão OMS-UNICEF-Lancet sobre um futuro para as crianças do mundo; Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos ODS; Comissão Lancet sobre saúde e bem-estar do adolescente; e Comissão Lancet sobre mulheres e doenças cardiovasculares)
 - e.g., avaliar impactos em vários domínios (p. ex., impactos de saúde, econômicos e ambientais) e horizontes temporais (Comissão 3-D sobre determinantes de saúde, dados e tomada de decisão)
 - e.g., pré-aprovar desenhos de ensaios em preparação para emergências sanitárias (Comissão sobre uma estrutura de risco de saúde global para o futuro) e ter capacidade regional para ensaios (Painel independente para preparação e resposta à pandemia)
 - e.g., avaliar produtos como vacinas, diagnósticos e tratamentos terapêuticos (Força-tarefa de crises de saúde global), embora não as estratégias de arranjos de sistemas e de implementação que podem levar os produtos certos às pessoas que precisam deles
- Poucas comissões globais recomendaram **pesquisa do comportamento / de implementação**
 - e.g., impulsionar *insights* comportamentais e economia comportamental (Comissão global para ação urgente sobre eficiência energética; Comissão global sobre a economia e o clima)
 - e.g., usar campanhas e outras estratégias para mudar comportamentos, como rotulagem de alimentos (*Champions 12.3*), embora sem menção explícita sobre a necessidade de pesquisas do comportamento / de implementação
- Um número ainda menor de comissões globais recomendou outras formas de evidências, como:
 - **modelagem** (*Champions 12.3* e Comissão Lancet sobre a síndrome global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas)
 - **informações qualitativas**, nesse caso pesquisa em ciências sociais para apoiar o engajamento da comunidade (Força-tarefa de crises de saúde global)
 - **sínteses de evidências**, nesse caso sobre grandes compras, boas compras e evidências promissoras, mas limitadas (Painel consultivo global de evidências em educação)
 - **diretrizes**, nesse caso diretrizes baseadas em evidências sobre a “programação” (*scheduling*) de drogas (ilícitas) (Comissão global de políticas sobre drogas)
- Uma comissão global recomendou o uso de muitas formas de evidências (Painel de alto nível de *experts* sobre segurança alimentar e nutrição), enquanto outra recomendou a publicação obrigatória de protocolos e achados de estudos, e o compartilhamento obrigatório de dados individuais anônimos de pacientes (Painel de alto nível sobre acesso a medicamentos)



Capítulo 5: Papel dos intermediários de evidências

- Muitas comissões globais recomendaram que o **Sistema da ONU**, incluindo seus escritórios regionais e nacionais, aproveitasse melhor o seu papel normativo (p. ex., diretrizes) e o seu papel consultivo (p. ex., assistência técnica aos estados-membros), embora raramente as evidências foram apresentadas de forma explícita como uma base necessária para o desempenho desses papéis (p. ex., Comissão OMS-UNICEF-Lancet sobre um futuro para as crianças do mundo)
- Algumas comissões globais recomendaram um maior apoio a **outros tipos de intermediários de evidências**, como os serviços de extensão agrícola que apoiam os agricultores (*Champions 12.3*)
- Algumas comissões globais recomendaram tipos de **estratégias** que podem ser utilizadas por intermediários de evidências, embora as evidências raramente tenham sido explicitadas como o foco de tais estratégias
 - e.g., compartilhar exemplos de desfechos e impactos alcançados, como por meio de educação por pares (Comissão global de adaptação), mentoria (Painel de alto nível de *experts* sobre segurança alimentar e nutrição; Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos ODS) e comunidades de interesse (Comissão global sobre a estabilidade do ciberespaço)
 - e.g., auditar estruturas, processos e resultados para identificar oportunidades de melhoria (Painel de alto nível para uma economia sustentável do oceano)
 - e.g., apresentar informações de maneira compreensível, com apoio adicional a grupos que são frequentemente marginalizados, desfavorecidos e sujeitos à discriminação (Comissão Guttmacher-Lancet sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos para todos)
 - e.g., combater informações falsas e desinformações *online*, por meio de checagem de fatos e de outros esforços para conter alegações que não são baseadas em fatos (Comissão UCL–Lancet sobre migração e saúde)
 - e.g., manter plataformas para compartilhar conhecimento (Painel de alto nível sobre deslocamento interno)
 - e.g., manter *help desks* para responder rapidamente às solicitações (Painel de alto nível sobre cooperação digital)
 - e.g., construir capacidade entre tomadores de decisão (Painel global de alto nível sobre água e paz), incluindo letramento matemático e outros tipos de letramento (Painel independente para preparação e resposta à pandemia)
 - e.g., convocar diálogos nacionais (Comissão global de adaptação; Painel de alto nível sobre a água)
- Uma comissão global recomendou separar o fornecimento de aconselhamento de insumos (p. ex., sementes) para fortalecer o incentivo, para recomendar abordagens que reduzam os custos de insumos e promovam outros objetivos (Aliança da alimentação e uso da terra)
- Outra comissão global recomendou a responsabilização dos líderes por seus compromissos de impacto coletivo, o que será necessário para os intermediários de evidências que trabalham como parte de um sistema de suporte de evidências de alto desempenho (Painel de alto nível para uma economia sustentável do oceano)



Capítulo 6: Necessidade de bens públicos globais e capacidades distribuídas de maneira equitativa

- Algumas comissões globais recomendaram que instituições específicas desempenhassem um papel fundamental com relação aos **bens públicos globais** (p. ex., Banco Mundial, OMS e a Organização Internacional para Padronização, ou ISO), embora nenhuma dessas comissões tenham abordado os bens públicos globais relacionados a evidências
 - e.g., estabelecer um novo mandato e compromisso de financiamento para o Banco Mundial, visando promover bens públicos globais relacionados ao desenvolvimento (Painel de alto nível sobre o futuro dos bancos multilaterais de desenvolvimento)
 - e.g., articular o papel da OMS com bens públicos globais para apoiar a preparação e a resposta à pandemia (Painel independente para preparação e resposta à pandemia)
 - e.g., incentivar a ISO desenvolver e adotar um padrão internacional (Painel de alto nível sobre a água)
- Algumas comissões globais recomendaram bens públicos globais que poderiam ser relevantes para bens relacionados a evidências:
 - e.g., Internet (Comissão global sobre governança da Internet)
 - e.g., educação primária e secundária, infraestrutura de comunicação, novas medidas de qualidade e um repositório global de tais medidas (Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos ODS)
- Outras comissões globais recomendaram medidas que podem ser consideradas bens públicos globais – mesmo que não o tenham feito de forma explícita – e que podem ser relevantes para bens relacionados a evidências:
 - e.g., convergir processos e padrões regulatórios (Comissão sobre uma estrutura de risco de saúde global para o futuro)
 - e.g., harmonizar padrões (Comissão global para ação urgente sobre eficiência energética)
 - e.g., padrões voluntários (Aliança da alimentação e uso da terra)
 - e.g., plataformas comuns de aprendizagem digital com certificação de conteúdo apropriado para currículos e mercados de trabalho, bem como sistemas comuns de acreditação de competências que suportem portabilidade (Comissão de Educação)
 - e.g., plataformas digitais para triagem de fatores de risco (Comissão Lancet sobre mulheres e doenças cardiovasculares)
- Algumas comissões globais recomendaram **capacidades distribuídas**, embora nenhuma abordasse uma divisão de trabalho apropriada (p. ex., o que o Sistema da ONU, seus escritórios regionais e seus escritórios nos países podem cada um deles fazer melhor)
 - e.g., beneficiar-se da Internet – padrões abertos, pontos de acesso público, dispositivos acessíveis, acomodações para refugiados e pessoas com incapacidades, e métricas de acesso, bem como capacidades distribuídas para governar, desenvolver e usar a Internet com segurança (Comissão global sobre governança da Internet)
 - e.g., implementar o Regulamento Sanitário Internacional – autoavaliações, avaliações externas periódicas, discussão pública dessas avaliações na Assembleia Mundial da Saúde, uma abordagem de custo para suportes de implementação, e uma transição para um enfoque mais amplo sobre o fortalecimento de sistemas de saúde à medida que as capacidades amadurecem (Força-tarefa de crises de saúde global)
- Outras comissões globais recomendaram um órgão central para apoiar a construção de capacidades (Comissão global sobre a estabilidade do ciberespaço) e para pensar em termos de caminhos de aprendizagem e aprendizagem ao longo da vida (Comissão de alto nível sobre emprego em saúde e crescimento econômico)

7.4 Referências

1. United Nations. UN 2.0: Quintet of change. New York: United Nations; 2021.
2. United Nations. Our common agenda: Report of the Secretary-General. New York: United Nations; 2021.
3. World Health Organization. Together on the road to evidence-informed decision-making for health in the post-pandemic era: A call to action. Geneva: World Health Organization; 2021.
4. The Independent Panel for Pandemic Preparedness and Response. COVID-19: Make it the last pandemic. Geneva: World Health Organization; 2021.
5. Global High-Level Panel on Water and Peace. A matter of survival. Geneva: Swiss Agency for Development and Cooperation; 2017.
6. 3-D Commission. Data, social determinants, and better decision-making for health: The report of the 3-D Commission. Boston: 3-D Commission; 2021.
7. Bapna M, Brandon C, Chan C, et al. Adapt now: A global call for leadership on climate resilience. Rotterdam: Global Commission on Adaptation; 2019.
8. Clark H, Marie Coll-Seck A, Banerjee A, et al. A future for the world's children? A WHO-UNICEF-Lancet Commission. *The Lancet* 2020; 395: 605–658.
9. High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: Food and Agriculture Organization; 2017.
10. Kruk ME, Gage AD, Arsenault C, et al. High-quality health systems in the Sustainable Development Goals era: Time for a revolution. *The Lancet Global Health* 2018; 6(11): 1196-1252.
11. Patton GC, Sawyer SM, Santelli JS, et al. Our future: A Lancet Commission on adolescent health and wellbeing. *The Lancet* 2016; 287: 2423-2478.
12. The Education Commission. The learning generation: Investing in education for a changing world. New York: The International Commission on Financing Global Education Opportunity; 2016.
13. Vogel B, Acevedo M, Appelman Y, et al. The Lancet women and cardiovascular disease commission: Reducing the global burden by 2030. *The Lancet* 2021; 397(10292): 2385-2438.
14. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. UNESCO recommendation on open science. Paris: UNESCO; 2021.
15. High Level Panel on Digital Interdependence. The age of digital interdependence. New York: United Nations; 2019.
16. Global Commission on Drug Policy. The world drug perception problem: Countering prejudices about people who use drugs. Geneva: Global Commission on Drug Policy; 2017.
17. Oppenheim J, Boyd O, Campbell G, et al. Better business, better world. London: Business and Sustainable Development Commission; 2017.
18. Global Commission on Internet Governance. One internet. Waterloo: Centre for International Governance Innovation; 2016.
19. World Bank. Global education evidence advisory panel. Washington: World Bank; 2021. <https://www.worldbank.org/en/topic/teachingandlearning/brief/global-education-evidence-advisory-panel> (acesso 28 outubro 2021).
20. Lipinski B. SDG target 12.3 on food loss and waste: 2021 Progress report. Washington: Champions 12.3; 2021.
21. Abubakar I, Aldridge RW, Devakumar D, et al. The UCL–Lancet Commission on Migration and Health: The health of a world on the move. *The Lancet* 2018; 392(10164): 2606-2654.
22. High Level Panel on Internal Displacement. Shining a light on internal displacement: A vision for the future. Geneva: United Nations; 2021.
23. High Level Panel on Access to Medicines. Promoting innovation and access to health technologies. New York: United Nations; 2016.
24. Starrs AM, Ezeh AC, Barker G, et al. Accelerate progress – Sexual and reproductive health and rights for all: Report of the Gutmacher–Lancet commission. *The Lancet* 2018; 391(10140): 2642-2692.
25. Hart N. Podcast episode: Nick Hart on the Foundations for Evidence-based Policymaking Act. 2021. <https://open.spotify.com/episode/27U5WaYXFy3bZkrWfbMyRD?si=3vJVlQFzSEayJ0ulaf4ucA&nd=1> (acesso 30 novembro 2021).



Capítulo 8. Apêndices

8.1 Métodos usados para informar deliberações e recomendações de comissários	116
8.2 Biografias dos comissários	118
8.3 Secretaria	124
8.4 Financiadores	125
8.5 Afiliações e interesses dos comissários e da secretaria	126
8.6 Conselheiros e outros agradecimentos	129
8.7 Linha do tempo	130
8.8 Anexo do apêndice 8.1 – Lista de relatórios de comissões globais	131
8.9 Anexo do apêndice 8.5 – Política de conflito de interesse	134
8.10 Referências	137

Conforme indicado na Introdução, os apêndices complementam as principais seções na introdução. Também complementam diversos outros capítulos. O primeiro apêndice (8.1) descreve os métodos usados para informar as deliberações e recomendações dos comissários. Quatro apêndices (8.2, 8.3, 8.5 e 8.6) fornecem informações adicionais sobre os comissários, a secretaria e os conselheiros que moldaram o relatório e o seu conteúdo. Um apêndice (8.4) descreve o financiamento para a Comissão de Evidências. O apêndice final (8.7) fornece uma versão mais detalhada da linha do tempo primeiramente apresentada na [seção 1.6](#).

8.1 Métodos usados para informar deliberações e recomendações de comissários

Um dos cinco critérios desejáveis para as comissões globais (veja a [seção 1.1](#) para a lista completa) é que a comissão seja habilitada pelo uso de métodos sistemáticos e transparentes para revisar as evidências (p. ex., análise de dados e sínteses de evidências) que informaram as deliberações sobre as seções (p. ex., infográficos, tabelas e caixas de texto) e recomendações.

Usamos três tipos principais de métodos para informar as deliberações e recomendações dos comissários:

- análises de sínteses de evidências existentes sobre os muitos tópicos abordados pela Comissão de Evidências (a busca pelas sínteses foi conduzida por Kaelan Moat e foi particularmente importante para as [seções 3.3 a 3.6 e 4.11](#)) ou, na sua ausência, estudos únicos ou relatórios e artigos de referência (a busca em questão foi conduzida por John Lavis e Kaelan Moat e foi particularmente importante para as [seções 1.1, 1.6, 1.7, 2.1, 2.3, 2.4, 3.1, 3.7, 4.2, 4.5, 4.7, 4.8, 4.9, 4.12, 4.13, 5.1 a 5.4, 6.1 e 6.2](#));
- análises de comissões globais abordando os desafios sociais que publicaram relatórios a partir de 1º de janeiro de 2016 ou que estão em andamento (essas análises foram conduzidas por Kartik Sharma e apoiadas por Hannah Gillis e resultaram nas [seções 1.1, 2.5, 3.8 e 4.15](#), bem como informaram análises por John Lavis e resultaram nas [seções 7.1 e 7.3](#));
- análises de dois blocos únicos para sínteses de evidências (que foram conduzidas por James McKinlay e Cristian Mansilla e resultaram na [seção 4.5](#)).

A seleção de exemplos apresentados em todo o relatório foi baseada nas ricas experiências dos comissários e da equipe da secretaria.

A busca por sínteses de evidências existentes se concentrou primeiro nos blocos únicos mais apropriados para sínteses de evidências e, em seguida, em bases de dados bibliográficos mais gerais e no Google. Quando não foi possível encontrar sínteses de evidências relevantes, a busca por estudos únicos, relatórios e artigos de referência se concentrou em bases de dados bibliográficos gerais e no Google. Os relatórios de referência foram aqueles produzidos por:

- órgãos permanentes de produção de relatórios globais que publicaram relatórios pontuais especificamente centrados no uso de evidências para responder aos desafios sociais, como o Relatório de Desenvolvimento Mundial 2021, que abordou a análise de dados (pelo menos em parte);
- comissões nacionais e subnacionais que se concentraram especificamente no uso de evidências para responder aos desafios sociais, como a Comissão sobre Formulação de Políticas baseadas em Evidências da era Obama (e, mais recentemente, o memorando presidencial e o memorando do Escritório de Gestão e Orçamento da era Biden).(1)

As sínteses de evidências adicionais e os estudos únicos, bem como os relatórios e artigos de referência, foram identificados pelos comissários e pela equipe da secretaria. Uma busca dirigida para definições das formas em que as evidências são encontradas com maior frequência resultou na [seção 4.2](#); uma análise temática de uma lista de discussão sobre produtos vivos de evidência informou a [seção 4.7](#); uma estreita colaboração com um comissário indígena (Daniel Iberê Alves da Silva) resultou na [seção 4.10](#); a função de observador-participante de muitos funcionários da secretaria informou a [seção 4.13](#); e uma análise concluída recentemente por um membro da equipe da secretaria (Kartik Sharma) resultou na [seção 5.5](#).

A busca por comissões globais (ou organizações que se reúnem, atuam como a secretaria e/ou financiam comissões) envolveu uma combinação de informantes-chave (incluindo comissários, outros indivíduos com conhecimentos, parceiros e membros do grupo de trabalho de *advocacy* da Rede de Evidências para Apoiar a Tomada de Decisões na COVID-19 - COVID-END), buscas no Google, buscas da literatura e revisões de *websites*. A partir dessa “população” de comissões, incluímos deliberadamente comissões na amostra usando três critérios de inclusão:

- escopo global (p. ex., não regional, nacional ou subnacional), e observe que excluímos painéis de diretrizes, processos Delphi modificados e processos de negociação de tratados;
- relatório mais recente publicado em ou após 1º de janeiro de 2016 (i.e., o início da era dos ODS);
- recomendações que podem ser postas em prática pelos principais atores sociais (p. ex., não apenas recomendações de e para pesquisadores ou financiadores de pesquisas).

Para as 73 Comissões Lancet concluídas, excluímos 16 com base na falta de escopo global, 20 com base na data de publicação do relatório e 26 com base na falta de relação com pelo menos um ODS não relacionado à saúde. Também identificamos três Comissões Lancet em andamento por meio do relatório da Comissão Reforma para a Resiliência. Mantivemos uma lista de “quase falhas” (relatórios que atendem parcialmente, mas não atendem totalmente aos nossos critérios de inclusão). Podemos ter perdido comissões globais que usavam o termo “pessoas eminentes” em seus títulos porque esse termo não fazia parte da nossa busca original.

Extraímos e analisamos dados sobre as 54 comissões globais (48 concluídas, uma que publicou um relatório, mas ainda não o relatório final, e cinco em andamento) e seus 70 relatórios para preparar quatro seções e informar uma seção:

- comissões por atributos desejáveis das comissões ([seção 1.1](#));
- relatórios de comissões por tipo de desafio ([seção 2.5](#));
- relatórios de comissões por tipo de tomador de decisão ([seção 3.8](#));
- relatórios de comissões por tipo de evidência ([seção 4.15](#));
- recomendações ([seção 7.1](#)).

Para a última seção, realizamos uma análise temática a fim de identificar as recomendações das comissões concluídas que poderiam ser endossadas ou desenvolvidas, e para identificar as recomendações provisórias das comissões ativas (ou sinais sobre as recomendações prováveis) que poderiam ser endossadas ou desenvolvidas e/ou coformuladas a partir de consulta com essas comissões. Para todas essas seções, focamos no que foi relatado (que pode ser menos do que realmente foi feito). Os detalhes adicionais sobre as regras de contagem de recomendações estão disponíveis mediante solicitação. Não realizamos entrevistas nem revisões de *websites*. Há uma lista das comissões globais e de seus relatórios em um anexo ([8.8](#)) no final desses apêndices.

Foram usadas duas abordagens para obter a opinião dos comissários na elaboração das recomendações:

- análise temática das recomendações de todos os relatórios das comissões globais desde 1º de janeiro de 2016, identificando recomendações que tratam de questões semelhantes às da Comissão de Evidências (que foram o foco da [seção 7.1](#));
- “lista corrente” de recomendações potenciais que surgiram após interações por chamadas e e-mails dos comissários, conselheiros e outros.

Foram propostos vários formatos aos comissários, que poderiam ser selecionados individualmente ou em combinação:

- recomendações (ou chamado para a ação), cada uma direcionada a uma ou mais categorias específicas de atores, descrevendo a ação ou ações que precisam ser tomadas, e especificando uma linha do tempo no qual as ações devem ser tomadas (i.e., usando uma abordagem de “roteiro”);
- esboço de resolução para a consideração da ONU, do G20 ou de outra organização multilateral;
- legislação modelo que poderia ser adaptada por formuladores de políticas governamentais (como o *Foundations for Evidence-Based Policymaking Act*, de 2018, ou o *Evidence Act*, nos Estados Unidos);
- acordo ou carta que os governos, associações e outros apoiadores podem assinar.

Tendo optado por um formato de recomendações, os comissários participaram de várias rodadas de *feedback* sobre o esboço das recomendações:

- breves discussões por chamadas nos meses de setembro, outubro e novembro com os comissários;
- três rodadas de levantamentos *online*, a primeira das quais orientou uma mudança na forma de elaborar cada recomendação, passando de uma única frase para a combinação de um breve “título” e um conjunto de pontos que elaboram o título.

8.2 Biografias dos comissários

Amanda Katili Niode é uma talentosa conselheira política e líder de organização não governamental, atuando como diretora do *The Climate Reality Project* (Projeto Realidade Climática) na Indonésia, parte de uma organização global fundada pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, para integrar a crise climática e as ações que podem ser tomadas para enfrentá-la. Amanda é certificada como uma *coach* executiva e mentora sobre clima e sustentabilidade, trabalhando em parceria com indivíduos, organizações e corporações para promover políticas e ações ambientais. No passado, Amanda atuou como Assistente Especial da Indonésia para o Ministro do Meio Ambiente e o Chefe da Equipe de *Experts* do Enviado Especial do Presidente para Mudanças Climáticas. Por seu trabalho na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento convidou Amanda a se tornar uma “Promotora dos ODS” na Indonésia. Desempenha ainda outras funções – colunista semanal sobre questões ambientais; e cofundadora e presidente da Fundação Omar Niode, uma organização sem fins lucrativos que entrega refeições caseiras para profissionais de saúde e trabalhadores voluntários que lutam contra a pandemia da COVID-19 na Indonésia. PhD pela Escola de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Universidade de Michigan e formada pela Escola de Ciências Naturais e Tecnologia do Instituto de Tecnologia de Bandung.

Andrew Leigh é um experiente formulador de políticas governamentais, atuando como Ministro Assistente da Oposição (*Shadow*) do Tesouro e Caridade, e Membro Federal para Fenner na Austrália. Especialista em política econômica, tendo trabalhado como professor de economia na Universidade Nacional Australiana antes de ser eleito para o governo em 2010. Andrew é membro da Academia Australiana de Ciências Sociais e no passado foi agraciado com o “Prêmio Jovem Economista”, concedido a cada dois anos pela Sociedade de Economia da Austrália ao melhor economista com menos de 40 anos. Também é apresentador de um *podcast* e escreveu mais de meia dúzia de livros. Seus títulos mais recentes incluem: *Randomistas: How Radical Researchers Changed Our World* (2018); *Innovation + Equality: How to Create a Future That Is More Star Trek Than Terminator* (com Joshua Gans) (2019); *eReconnected: A Community Builder’s Handbook* (com Nick Terrell) (2020). PhD em políticas públicas por Harvard e formado em Artes e Direito com louvor pela Universidade de Sydney.

Antaryami Dash é um experiente líder de organização não governamental, liderando o portfólio temático de saúde e nutrição da *Save the Children* (Salvem as Crianças), na Índia, e copresidindo o Grupo de Trabalho Técnico de Nutrição dessa organização. Antes disso, Antaryami trabalhou com o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e sistemas de saúde governamentais, levando suas habilidades e *expertise* para lidar com questões relacionadas à gestão comunitária da desnutrição aguda, nutrição em situações de emergência, vigilância nutricional, fortalecimento dos sistemas de saúde, análise de dados e pesquisa. Sua pesquisa em políticas públicas de economia e nutrição abrangeu áreas como: avaliação do custo da dieta na Índia e buscando soluções para minimizar a lacuna de acesso a uma dieta nutritiva; avaliação da co-cobertura no âmbito familiar de intervenções nutricionais específicas e relacionadas à nutrição; redução da desnutrição infantil por meio da melhoria das dietas domiciliares usando uma abordagem de desvio positivo; e avaliação da eficácia e da abrangência da campanha de vitamina A e desparasitação. Antaryami orientou os participantes do curso da *Save the Children* sobre “Nutrindo os mais jovens e mobilizando recursos para as famílias para uma melhor nutrição”. Formado em medicina homeopática e cirurgia, mestre em saúde pública, especialista em administração de saúde e, atualmente, buscando seu PhD em saúde pública pelo Instituto Tata de Ciências Sociais.

Asma Al Mannaie é uma qualificada servidora pública, conduzindo esforços para reformular e melhorar o setor de saúde no Emirado de Abu Dhabi como diretora executiva de pesquisa e inovação no departamento de saúde do governo. Atualmente, Asma preside vários comitês nos Emirados Árabes Unidos, como o Comitê de Pesquisa e Tecnologia em Saúde de Abu Dhabi, e atua como membro do conselho do Centro Nacional de Reabilitação. Anteriormente, trabalhou como diretora de estratégia e qualidade de saúde do referido departamento, liderando a transformação na qualidade e segurança do cuidado ao paciente. Asma estabeleceu a premiada estrutura “Muashir” – um programa inovador e abrangente de monitoramento e melhoria de qualidade (o primeiro desse tipo no Oriente Médio e Norte da África), que classifica o desempenho dos prestadores de serviços de saúde com base nas melhores práticas internacionais de qualidade. Ademais, liderou e gerenciou o primeiro centro de inovação em tecnologia de saúde da região, um sistema que facilita a introdução e incubação de novos medicamentos, tecnologias e tratamentos revolucionários em Abu Dhabi e nos Emirados Árabes Unidos. Mestre em saúde pública pela Universidade Johns Hopkins, com diploma de pesquisa clínica pela Escola de Pesquisa Clínica de Viena, e formada em medicina pela Universidade dos Emirados Árabes Unidos. Especialista em educação executiva em liderança e gestão avançada pela Escola de Governo John F. Kennedy de Harvard.

Daniel Iberê Alves da Silva é um indígena do Povo M'byá Guarani, no Brasil, e líder cidadão comprometido em compartilhar saberes indígenas. Iberê é conselheiro do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Rio Branco, no Acre, e membro da Câmara Temática de Comunidades Tradicionais/Culturas Indígenas. Foi conselheiro fundador do Conselho Indígena do Distrito Federal do Brasil (2017). Sua pesquisa explora a sociologia política, governança e pensamento social, particularmente no que se refere à Amazônia e aos impactos sobre os povos indígenas. Exerceu diversas funções nas seguintes organizações: a Usina de Artes João Donato (uma antiga usina de beneficiamento de castanha que hoje é uma escola de artes onde são oferecidas oficinas de música, artes cênicas e cinema); o Instituto Dom Moacyr Grechi no Centro de Educação Profissional e Tecnológica Roberval Cardoso; o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec, que visa expandir e democratizar a educação pública de nível médio), coordenado pelo Instituto Federal do Acre; entre outros. Doutorando em antropologia social pela Universidade de Brasília. Mestre em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com ênfase em política, desenvolvimento e sociedade; formado em ciências sociais, com especialização em ciências políticas, pela Universidade Federal do Acre.

David Halpern é um conselheiro político governamental de confiança, atuando como presidente executivo da *Behavioural Insights Team* (Equipe de *Insights* Comportamentais), no Reino Unido. Lidera a equipe desde o seu início, em 2010, levando *insights* comportamentais e ciência da implementação para os governos do Reino Unido e de outros países. Antes disso, David foi o primeiro diretor de pesquisa do Instituto de Governo e, entre 2001 e 2007, foi o analista-chefe da Unidade de Estratégia do Primeiro Ministro do Reino Unido. Foi também nomeado Conselheiro Nacional da rede *What Works Centres* ("centros sobre o que funciona" do Reino Unido) em julho de 2013. Atualmente, apoia a *What Works* e lidera os esforços para melhorar o uso de evidências em todo o governo. Antes de fazer parte do governo, David ocupou cargos em Cambridge, Oxford e Harvard. Também escreveu vários livros e artigos em áreas relacionadas aos *insights* comportamentais e bem-estar, incluindo *Social Capital* (2005), *The Hidden Wealth of Nations* (2010) e *Online Harms and Manipulation* (2019), e foi coautor do relatório *MINDSPACE*. Em 2015, David escreveu um livro sobre a *Behavioural Insights Team*, intitulado *Inside the Nudge Unit: How Small Changes Can Make a Big Difference*.

Donna-Mae Knights ocupa o cargo de coordenadora de políticas do Ministério de Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Artes, envolvida na condução da formulação de políticas para o Governo de Trinidad e Tobago nos últimos sete anos, em áreas incluindo cultura e desenvolvimento comunitário sustentável. É servidora pública de carreira com 27 anos de experiência nas áreas de política social, planejamento e pesquisa, bem como na concepção e implementação de estratégias de erradicação da pobreza baseadas na comunidade. A Dra. Knights esteve de licença em 2005 e concluiu seu mestrado em desenvolvimento internacional sustentável pela Universidade Brandeis, seguido pelo doutorado em serviço social pela Universidade de Washington, em St. Louis. Sua tese enfocou a eficácia coletiva e a prevenção ao crime com base na comunidade, analisando o funcionamento de estruturas comunitárias informais e seu impacto na vida social e na regulamentação informal das comunidades.

Fitsum Assefa Adela é formuladora de políticas governamentais e atua como ministra responsável pela Comissão de Planejamento e Desenvolvimento da República Democrática Federal da Etiópia. Estando à frente do principal escritório de planejamento e formulação de políticas de desenvolvimento do país, e sendo membro central da equipe de política macroeconômica em sua condição de comissária, Fitsum leva uma abordagem integrada do governo para sua liderança em políticas, planos e programas econômicos, incluindo a elaboração e a implementação da reforma econômica interna da Etiópia e seu plano de desenvolvimento de 10 anos. Fitsum também atua como representante do governo em colaboração com o Conselho Consultivo Econômico Independente e, desde 2018, como membro do conselho do Banco Comercial da Etiópia. Antes de entrar para a política, foi professora por mais de uma década na Universidade de Hawassa, na Etiópia, onde realizou vários estudos interdisciplinares de impacto centrados no meio ambiente e desenvolvimento, na adoção de tecnologias, e na análise da pobreza com foco em fatores institucionais. PhD em filosofia e economia agrícola pela Universidade de Giessen, na Alemanha, mestra em estudos do desenvolvimento e formada em contabilidade pela Universidade de Addis Ababa, na Etiópia.

Gillian Leng é presidente executiva do NICE (o Instituto Nacional para a Saúde e Excelência Clínica do Reino Unido), que fornece recomendações, aconselhamento e informação para profissionais da saúde, saúde pública e assistência social no Reino Unido. No início de sua carreira como médica, Gillian ficou impressionada com as variações na prática clínica, e isso se transformou em sua paixão por usar evidências para melhorar o cuidado. Sua carreira englobou pesquisa, síntese de evidências, gestão e atenção à saúde. Seu objetivo tem sido transformar o NICE com novos métodos e processos para colocar a organização na vanguarda da avaliação de novos medicamentos, dispositivos e diagnósticos, além de fornecer dinâmicas diretrizes vivas. Gillian formou-se em medicina em Leeds, trabalhou em ensaios clínicos e pesquisa epidemiológica em Edimburgo, e foi consultora de saúde pública em Londres. Já foi editora da Colaboração Cochrane e agora preside a GIN (Rede Internacional de Diretrizes).

Gonzalo Hernández Licona é um célebre economista, atuando como diretor da *Multidimensional Poverty Peer Network* (MPPN-OPHI - a Rede de Parceiros sobre Pobreza Multidimensional), onde coordena 61 países e 19 instituições internacionais no avanço e troca de experiências sobre a implementação de indicadores multidimensionais de pobreza. Com base no México, Gonzalo leva para seu trabalho junto ao UNICEF a *expertise* em avaliações conduzidas pelo país. É pesquisador sênior na Iniciativa Internacional para Avaliação de Impacto (3ie), pesquisador associado da *Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI, a Iniciativa de Desenvolvimento Humano e de Pobreza da Oxford), e membro do Conselho de Administração no *El Colegio de México*. Foi secretário executivo do Conselho Nacional para a Avaliação de Política de Desenvolvimento Social do México (CONEVAL) entre 2005 e 2019, onde coordenou a avaliação das políticas sociais e a medição da pobreza nos níveis nacional, estadual e municipal. Suas funções anteriores incluíram diretor-geral de monitoramento e avaliação no Ministério do Desenvolvimento Social e professor em tempo integral no Instituto Tecnológico Autônomo do México (ITAM), onde ainda trabalha em regime parcial. Também integrou o grupo independente de 15 cientistas que elaboraram o Relatório Global de Desenvolvimento Sustentável de 2019, para a ONU. Gonzalo é PhD em economia pela Universidade de Oxford e mestre em economia pela Universidade de Essex, formado pelo Instituto Tecnológico Autônomo do México (ITAM).

Hadiqa Bashir é uma confiante jovem feminista, visionária e líder cidadã. Nasceu em uma sociedade patriarcal em Saidu Sharif, Vale do Swat, na província de Khyber Pakhtunkhwa do Cinturão Tribal do Paquistão, o que a motivou a trabalhar contra o casamento precoce e forçado nas regiões tribais do Paquistão. Fundou o *Girls United for Human Rights* (Meninas Unidas pelos Direitos Humanos) com o objetivo de proteger e promover os direitos das meninas, trabalhando para sensibilizar sua comunidade sobre os efeitos negativos do casamento infantil sobre a saúde física e mental das crianças. Hadiqa faz parte do conselho de diretores voluntários da *Eve Alliance* e já foi voluntária na *Society for Women's Rights* (Sociedade para os Direitos das Mulheres) e no *Khwendo Jirga*, um grupo de defesa das mulheres no Paquistão que apoia a igualdade de gênero. Foi reconhecida como uma Jovem Líder da *Women Deliver*, venceu o prêmio *With and For Girls* (2018-19), foi finalista do Prêmio da Juventude da Commonwealth (2017), indicada duas vezes ao Prêmio Internacional da Paz para as Crianças (2016 e 2017), vencedora do Prêmio *Asian Girls Rights* (2016), vencedora do Prêmio Humanitário Internacional Muhammad Ali (2015), recebeu um prêmio honorífico concedido pelo Presidente do Senado da República Islâmica do Paquistão, e é uma Embaixadora das Meninas Asiáticas.

Howard White é um líder de pesquisa, atuando como presidente executivo da Colaboração Campbell, uma rede internacional de pesquisa em ciências sociais que produz sínteses de evidências relevantes para a tomada de decisão. Dedicou sua carreira no apoio ao uso de avaliações robustas e, antes disso, atuou como presidente executivo fundador da Iniciativa Internacional para Avaliação de Impacto (3ie), bem como liderou o programa de avaliação de impacto do Grupo de Avaliação Independente do Banco Mundial. Howard aconselhou agências governamentais em muitos países, em diversos setores, em todo o mundo. Recebeu prêmios dos governos de Benin e Uganda por seus serviços no campo da avaliação. Como acadêmico, prefere o trabalho com relevância política e, trabalhando no campo da política, acredita no rigor acadêmico como base para a política e a prática. Howard começou sua carreira como um pesquisador acadêmico no Instituto de Estudos Sociais de Haia e no Instituto de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Sussex.

Jan Minx é um acadêmico orientado para o impacto, atuando como professor de mudanças climáticas e políticas públicas no Centro Internacional Priestley para o Clima da Universidade de Leeds. Com base na Alemanha, também chefia o grupo de trabalho Ciência da Sustentabilidade Aplicada do Instituto de Pesquisa Mercator sobre Bens Comuns Globais e Mudança Climática, um tanque de pensamento científico que combina análises econômicas e sociais para orientar políticas públicas. Jan contribuiu substancialmente para o recente trabalho do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) como autor principal coordenador do Sexto Relatório de Avaliação do IPCC, onde colidira a área sobre tendências e determinantes das emissões no grupo de trabalho Mitigação das Mudanças Climáticas. Também teve um papel importante durante o quinto ciclo de avaliação, onde coordenou o processo de relatório como chefe da Unidade de Suporte Técnico. Sua pesquisa abrange políticas climáticas, ambientais e de sustentabilidade. Metodologicamente, o foco principal de seu trabalho é a síntese de evidências, explorando como a inteligência artificial pode ajudar a expandir os métodos de síntese de evidências para grandes conjuntos de evidências e aplicá-los no contexto de avaliações ambientais globais, onde a modelagem é a abordagem metodológica dominante, bem como o desenvolvimento de novos métodos de síntese de evidências para promover o aconselhamento científico de políticas e avaliações ambientais globais. PhD em economia e gestão ambiental pela Universidade de York, formado em economia e ciências políticas pela Universidade de Colônia.

Jinglin He é uma líder de organização não governamental, atuando como diretora do *The Red Leaf Groups*, professora adjunta do Instituto de Ciência de Dados de Saúde da Universidade de Lanzhou e consultora do Centro de Pesquisa sobre o Envelhecimento da Sociedade da Universidade de Tsinghua. Antes, atuou como consultora em tempo integral do *United Nations Population Fund* (Fundo de População da ONU), foi gerente executiva do Conselho do *Lions Club* da China, e também oficial sênior de programa e coordenadora regional do UNICEF, do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS e da Organização Mundial da Saúde. No início de sua carreira, foi professora e pesquisadora da Escola de Saúde Pública da Universidade de Pequim. Jinglin traz *expertise* em saúde pública e desenvolvimento social (especificamente nas áreas de desenvolvimento de políticas, *advocacy* e cooperação intersetorial) e em empoderamento (em áreas como doenças transmissíveis, segurança no trânsito, envelhecimento ativo, igualdade de gênero, incapacidade e direitos, juventude, e habilidades de vida). Formada, mestra e PhD em saúde pública pela Universidade de Pequim.

Julia Belluz é uma respeitada jornalista, atuando como correspondente sênior de saúde da Vox. Cobrindo temas sobre medicina, ciência e saúde pública global em plataformas e meios de comunicação, Julia é uma intermediária de evidências especializada em jornalismo de saúde e política social. Antes de ingressar na Vox, foi bolsista do programa *Knight* de Jornalismo Científico no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts). Seus escritos constam em uma série de publicações internacionais, incluindo *BMJ*, *Chicago Tribune*, *The Economist* e a revista *Intelligent Life/The Economist*, *The Globe and Mail*, *LA Times*, *Macleans*, *National Post*, *ProPublica*, *Slate*, e *The Times of London*. Em 2015, contribuiu com um capítulo para o livro *To Save Humanity: What Matters Most for a Healthy Future*. Julia recebeu vários prêmios de jornalismo, incluindo o Prêmio Balles de Pensamento Crítico de 2016, o Prêmio de Jornalismo da Sociedade Americana de Nutrição de 2017 e três prêmios da *Canadian National Magazine* (em 2007 e 2013). Foi finalista do Prêmio de Comunicações das Academias Nacionais de Ciências, Engenharia e Medicina de 2019. Além da atuação como jornalista, ministra palestras regularmente em universidades e conferências em todo o mundo. Mestre pela Escola de Economia de Londres.

Julian Elliott é um dos principais pesquisadores clínicos do mundo que utiliza a tecnologia para a síntese de evidências. Presidente do *Australian Living Evidence Consortium* (Consórcio de Evidências Vivas da Austrália), com base na Cochrane Austrália, dentro da Escola de Saúde Pública e Medicina Preventiva da Universidade Monash; e até recentemente diretor executivo da Força-Tarefa Nacional de Evidências Clínicas da COVID-19 (*National COVID-19 Clinical Evidence Taskforce*) na Austrália. Renomado produtor de evidências, tendo desenvolvido o modelo de “evidências vivas” – revisões sistemáticas e diretrizes de alta qualidade que são atualizadas assim que novas evidências são disponibilizadas. Esse modelo melhora drasticamente a atualidade das evidências de alta qualidade e agora está sendo adotado em todo o mundo, inclusive pela Organização Mundial da Saúde e outros grupos importantes de diretrizes. Julian está ativamente envolvido no desenvolvimento de novas tecnologias para melhorar a tradução do conhecimento. É cofundador e CEO da Covidence, uma empresa de tecnologia sem fins lucrativos que fornece a plataforma de *software* mais amplamente utilizada para sínteses de evidências no mundo. Em 2017, recebeu o Prêmio por Excelência em Saúde e Pesquisa Médica do Ministro da Saúde da Austrália. Médico infectologista no Hospital Alfred em Melbourne, Austrália, trabalhou anteriormente para o Ministério da Saúde do Camboja, e foi consultor da OMS, do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS, e do Banco Mundial.

Kenichi Tsukahara é um líder de engenharia, atuando como diretor do Centro de Pesquisa de Redução de Risco de Desastres e professor no departamento de engenharia civil da Universidade de Kyushu, no Japão. Ocupou vários cargos de nível sênior no Ministério de Terras, Infraestrutura e Transporte do governo japonês. Conta com mais de três décadas de experiência internacional, tendo atuado como consultor sênior da Agência de Cooperação Internacional do Japão, diretor-geral adjunto da Secretaria do Fórum da Água da Ásia-Pacífico, encarregado de estratégia e política no Banco Asiático de Desenvolvimento, e primeiro secretário de cooperação econômica da Embaixada do Japão na Indonésia. Kenichi é membro do Conselho Científico do Japão, líder do grupo de desastres relacionados à água do Comitê de Gestão de Riscos de Desastres da Federação Mundial de Organizações de Engenharia, e engenheiro civil sênior da Sociedade Japonesa de Engenheiros Cívicos – Associação Internacional de Ciência Regional. PhD pelo Departamento de Ciência Regional da Universidade da Pensilvânia, formado em engenharia civil pela Universidade de Kyushu.

Kerry Albright é servidora pública internacional, atuando como diretora adjunta *ad interim* e chefe, Facilitação de Pesquisa e Gestão do Conhecimento, no centro de pesquisa dedicado do UNICEF, o Escritório de Pesquisa do UNICEF-Innocenti, em Florença, Itália. Em sua função de intermediária de evidências, supervisiona a garantia da qualidade da pesquisa e a definição de padrões de geração de evidências éticas para os mais de 190 escritórios do UNICEF e 15 mil funcionários em todo o mundo. Também supervisiona as atividades do UNICEF-Innocenti em governança de pesquisa, síntese de evidências e gestão de conhecimento, construção de capacidade de pesquisa, captação e impacto de pesquisa, e pesquisa em ciências do comportamento e pesquisa de implementação. O foco do trabalho de Kerry está em fortalecer uma cultura de evidências e aprendizagem em todo o UNICEF e trabalhar com parceiros externos para o apoio de uma comunidade global de prática em torno de evidências para crianças. Antes de ingressar no UNICEF, em 2015, exerceu várias funções no Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (atual *Foreign, Commonwealth and Development Office*), onde foi chefe da Unidade de Evidências para Ação e também cofundou a iniciativa *Global Open Data for Agriculture and Nutrition* (GODAN - Dados Abertos Globais para Agricultura e Nutrição).

Larry Hedges é um estatístico aplicado, atuando como Professor de Estatística membro do Conselho de Administração da Universidade do Noroeste, em Chicago, Estados Unidos. Chefe do Departamento de Estatística, indicado como professor do Instituto de Pesquisa Política, da Escola de Educação e Política Social no Departamento de Psicologia, e na Escola de Medicina de Weinberg. Larry é membro eleito da Academia Nacional de Educação, e convidado da Academia Americana de Artes e Ciências, da Associação Americana de Estatística, da Associação Americana de Psicologia, e da Associação Americana de Pesquisa Educacional. Cofundador da Society for Research on Educational Effectiveness (Sociedade para a Pesquisa em Eficácia Educacional), foi homenageado com a criação da *Hedges Lecture* (palestra anual), em 2016. Larry é conhecido por levar a síntese de evidências para a política e prática educacional. Recebeu o Prêmio Yidan de Pesquisa em Educação em 2018. Antes da Universidade do Noroeste, foi Professor Benemérito Stella M. Rowley na Universidade de Chicago. PhD pela Universidade de Stanford em 1980.

Maureen Smith é líder cidadã comprometida com a medicina baseada em evidências e o engajamento do paciente/cidadão na pesquisa. Seu compromisso decorre de sua vivência com o sistema de saúde após o diagnóstico de uma doença rara na infância. Maureen é presidente da Rede Cochrane dos Consumidores e está envolvida em vários projetos Cochrane e comitês consultivos globais. No Canadá, é presidente do Grupo de Trabalho Parceiro do Paciente da Unidade SUPPORT (sigla em inglês para Suporte para pesquisa e ensaios orientados para a pessoa e o paciente), da Estratégia para Pesquisa Orientada ao Paciente (SPOR, na sigla em inglês) de Ontário, e faz parte da diretoria. Também é membro da Aliança de Evidências da SPOR. Maureen é paciente-membro do Comitê de Avaliação de Medicamentos de Ontário, desde 2014, e do Comitê Consultivo de Tecnologia em Saúde de Ontário nos últimos quatro anos. Mais recentemente, tornou-se líder da parceria com os cidadãos para a Rede de Evidências para Apoiar a Tomada de Decisões na COVID-19 (COVID-END). Ademais, trouxe a perspectiva do consumidor como um co-investigador para a iniciativa global do mapa vivo de recomendações da e-COVID-19. Antes, Maureen atuou na Organização Canadense para Doenças Raras (*Canadian Organization for Rare Disorders*) e na Internacional de Doenças Raras (*Rare Disease International*).

Modupe Adefeso-Olateju é uma reconhecida líder de organização não governamental e *expert* em políticas, especializada em parcerias público-privadas e avaliações conduzidas por cidadãos em educação, atuando como diretora-presidente do *The Education Partnership Centre*, uma organização pioneira da parceria na educacional da Nigéria. Aconselha formuladores de políticas, corporações e tanques de pensamento internacionais, e lidera fluxos de trabalho em uma série de iniciativas de apoio ao setor educacional financiadas por organizações multilaterais e financiadores corporativos. Mo é membro da equipe que está elaborando os planos estratégicos de médio e longo prazo da Nigéria. Compõe os conselhos do Fundo Malala, *Slum2School Africa* e Fundação Desvendando a África, e é membro do conselho consultivo da Rede PAL - a rede de ação cidadã para a aprendizagem (*People's Action for Learning [PAL] Network*). Oferece consultoria técnica sobre como expandir a inovação em educação para o projeto Milhões Aprendendo do Centro para a Educação Universal da Instituição Brookings e para os Laboratórios de Aprendizagem do Fórum Global de Escolas. PhD em educação e desenvolvimento internacional pelo Instituto de Educação da UCL (*University College London*), como bolsista do Centenário; e professora do Instituto Ásia Global da Universidade de Hong Kong.

Neil Vora é médico da *Conservation International*, onde lidera os esforços na interface entre conservação – abordando as causas subjacentes da emergência de patógenos, como o desmatamento – e a prevenção à pandemia. Anteriormente, trabalhou nos Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC, na sigla em inglês) dos Estados Unidos, onde ingressou pela primeira vez em 2012 como oficial do Serviço de Inteligência Epidemiológica. Enquanto estava no CDC, Neil foi enviado à Libéria e à República Democrática do Congo para ajudar nas respostas aos dois maiores surtos de ebola já registrados, e à Geórgia para liderar uma investigação sobre um vírus recém-descoberto relacionado ao vírus da varíola. Em 2020 e 2021, liderou o programa de rastreamento de contatos de COVID-19 na cidade de Nova York, composto por mais de 3 mil funcionários. Atualmente, é editor associado do periódico *Emerging Infectious Diseases*, do CDC, e professor adjunto de medicina interna na Universidade de Columbia. Neil ainda presta cuidados a pacientes em uma clínica pública para tratamento da tuberculose na cidade de Nova York.

Petrarca Karetji é o chefe do Laboratório *Pulse* em Jacarta, que compõe a rede *Global Pulse* das Nações Unidas. O *Pulse Lab Jakarta* foi estabelecido como um laboratório de inovação de *big data* e agora está despontando como um acelerador de parceria analítica para desenvolvimento e ação humanitária. Petra tem mais de 25 anos de experiência profissional, desempenhando uma série de funções no setor de desenvolvimento internacional, que incluem a liderança da equipe da Iniciativa do Setor do Conhecimento (KSI, na sigla em inglês) na Indonésia para a RTI International, um instituto de pesquisa independente, sem fins lucrativos, dedicado à melhoria da condição humana; consultor sênior de parcerias para o Departamento de Relações Exteriores e Comércio da Austrália; diretor de Pobreza, Descentralização e Desenvolvimento Rural na Agência Australiana para o Desenvolvimento Internacional (AusAID); diretor da *Eastern Indonesia Knowledge Exchange / BaKTI* (Intercâmbio de Conhecimento do Leste da Indonésia) e líder da equipe do escritório *Multidonor Support* (Suporte de Multidoadores) para o Leste da Indonésia no âmbito do Banco Mundial; e diretor da *Austraining Nusantara*. Formado em educação e mestre em estudos do desenvolvimento pela Universidade Cristã Satya Wacana.

Soledad Quiroz Valenzuela é conselheira científica governamental em política ambiental, atuando como secretária executiva do Comitê Científico Chileno sobre Mudanças Climáticas. Recentemente, Soledad foi indicada para o cargo de vice-presidente de política da Rede Internacional para Conselhos Científicos Governamentais (INGSA, na sigla em inglês) e atua no comitê de direção do capítulo da América Latina e Caribe da INGSA. É professora e pesquisadora em ciência e política de tecnologia, aconselhamento científico e diplomacia científica. Participa da Rede de Diplomacia Científica para a América Latina e o Caribe (*DiploCientífica*). PhD em bioquímica e biologia molecular pela Universidade Estadual do Michigan, e mestra em política pública e gestão pela Universidade Carnegie Mellon.

Steven Kern é o diretor adjunto em ciências quantitativas da Fundação Bill e Melinda Gates, com sede em Seattle, Washington, Estados Unidos. Lidera uma equipe que desempenha um papel crucial de intermediário de evidências, fornecendo análises quantitativas – incluindo análises de dados e outras formas de evidências – para apoiar as equipes de base para projetos terapêuticos. Antes de ingressar na fundação, foi chefe-geral de modelagem em farmacologia na *Novartis Pharma AG* (com sede na Basileia, Suíça), onde liderou uma equipe que forneceu apoio ao desenvolvimento de medicamentos baseado em modelos para projetos terapêuticos em muitas áreas de doenças e em todos os estágios do desenvolvimento de medicamentos. Antes disso, foi professor associado de farmacologia, anestesiologia e bioengenharia na Universidade de Utah, em Salt Lake City, onde atuou como co-investigador da Unidade de Pesquisa em Farmacologia Pediátrica financiada pelos Institutos Nacionais de Saúde (NIH, na sigla em inglês). Steven desenhou, conduziu e atuou como investigador principal em estudos de farmacologia clínica que abrangem a população desde bebês prematuros até adultos idosos. Formado em engenharia mecânica pela Universidade Cornell, mestre em bioengenharia pela Universidade Estadual da Pensilvânia e doutor em bioengenharia pela Universidade de Utah. Publicou mais de 60 artigos nas áreas de modelagem farmacocinética e farmacodinâmica, aplicando princípios da engenharia de sistemas de controle à distribuição de medicamentos e farmacologia clínica.

8.3 Secretaria

John N. Lavis



Coliderança,
Secretaria da Comissão de
Evidências

Jeremy Grimshaw



Coliderança,
Secretaria da Comissão de
Evidências

Jenn Thornhill Verma



Liderança Executiva,
Secretaria da Comissão
de Evidências

A secretaria incluiu duas colideranças científicas (John Lavis e Jeremy Grimshaw) e uma liderança executiva (Jenn Verma), além de muitos funcionários em tempo integral e contratados do *McMaster Health Forum* (a menos que indicado de outra forma). Os membros da secretaria desempenharam muitas funções no decorrer das atividades da comissão, incluindo as seguintes funções específicas para o relatório final.

- **John Lavis** atuou como redator principal do relatório e liderou a elaboração e revisão do texto (incluindo texto em imagens) e recomendações;
- **Jenn Thornhill Verma** liderou o processo criativo para tornar o visual do relatório o mais envolvente possível. Além disso, liderou grande parte do envolvimento com comissários, conselheiros e financiadores;
- **Jeremy Grimshaw** (do *Ottawa Hospital Research Institute*) - ajudou a moldar o relatório e forneceu *feedback* sobre os primeiros esboços das principais seções;
- **Kaelan Moat** liderou muitas das revisões de evidências que foram utilizadas na elaboração do texto;
- **Kartik Sharma** liderou muitas das análises utilizadas na elaboração das seções relacionadas às comissões globais;
- **Hannah Gillis** contribuiu com muitas das análises utilizadas na elaboração das seções relacionadas às comissões globais;
- **David Tovey** (um conselheiro sênior da COVID-END) forneceu uma síntese dos artigos que formaram o fundamento da [seção 4.12](#) (fragilidades em um sistema de pesquisa em saúde) e forneceu *feedback* sobre outras seções selecionadas;
- **Jorge Barreto** (da Fiocruz Brasília) apoiou o engajamento do nosso comissário brasileiro;
- **Ileana Ciurea** foi responsável pela gestão geral do projeto e coordenou o envolvimento de funcionários essenciais do *McMaster Health Forum*, incluindo:
 - **Brittany Dinallo**, que ofereceu assessoria de *marketing*;
 - **Cristian Mansilla**, que realizou as análises do conteúdo da base de dados da COVID-END, utilizadas na elaboração de seções selecionadas, e ajudou nas verificações da tradução do relatório para o espanhol;
 - **François-Pierre Gauvin**, que contribuiu com os aspectos do relatório relacionados aos cidadãos, além de supervisionar a tradução do relatório para o francês;
 - **James McKinlay**, que realizou as análises do conteúdo da *Social Systems Evidence*, utilizadas na [seção 4.5](#);
 - **Julie Baird**, que ofereceu apoio operacional;
 - **Kerry Waddell**, que ajudou na gestão das citações;
 - **Paul Ciurea**, que ajudou a garantir a consistência entre as versões do conteúdo em *Word* e em *InDesign*;
 - **Saif Alam**, que ajudou com a entrada de dados de citação;
 - **Sarah Holden**, que ajudou nos primeiros trabalhos de desenho gráfico;
 - **Steve Lott**, que ofereceu suporte de comunicação.
- **Christy Groves** liderou o desenho gráfico dos infográficos e outros recursos visuais e do relatório completo;
- **Amy Zierler** liderou o processo inicial de edição do relatório;
- **Sue Johnston** liderou o processo final de edição de cópia.

A biografia e as informações de contato de muitos membros da secretaria do *McMaster Health Forum* podem ser encontradas no *website* do Fórum.


A secretaria se beneficiou significativamente das contribuições do grupo de trabalho de *advocacy* da COVID-END e também das contribuições recebidas em sua posição de copatrocinadora (juntamente com a OMS) do evento *Cochrane Convenes*, realizado em outubro de 2021.

8.4 Financiadores

The commissioners and secretariat gratefully acknowledge the following funders:

 Institutos Americanos de Pesquisa (AIR, na sigla em inglês)




 Institutos Canadenses de Pesquisa em Saúde (CIHR, na sigla em inglês), por meio de uma doação ao *McMaster Health Forum* em nome da Rede de Evidências para Apoiar a Tomada de Decisões na COVID-19 (COVID-END)



 Fundação CMA



 Excelência em Saúde Canadá (HEC, na sigla em inglês)



 Conselho de Pesquisa em Saúde (HRB, na sigla em inglês)



 Michael Smith para Pesquisa em Saúde British Columbia



8.5 Afiliações e interesses dos comissários e da secretaria

A Comissão de Evidências não fez recomendações específicas que pudessem beneficiar (ou prejudicar) financeiramente ou mesmo afetar, de alguma forma, os interesses pecuniários ou não pecuniários de uma organização. No entanto, a Comissão de Evidências forneceu diversos exemplos de organizações, entre muitas outras, que poderiam se beneficiar financeiramente se determinadas recomendações fossem seguidas. Apresentamos a seguir exemplos das organizações com as quais um ou mais comissários ou membros da equipe da secretaria (ou seus cônjuges) têm afiliações ou tiveram afiliações nos últimos cinco anos, agrupadas pela existência e natureza de quaisquer considerações financeiras. Os detalhes adicionais sobre nossa abordagem ao conflito de interesse são fornecidos em um anexo [\(8.9\)](#) no final dos apêndices.

- Funcionário:
 - *Australian Living Evidence Consortium, Monash University* (Julian Elliott);
 - *Alfred Health* (Julian Elliott);
 - *Behavioural Insights Team* (David Halpern)
 - *Bill and Melinda Gates Foundation* (Steven Kern);
 - *Campbell Collaboration* (Howard White);
 - *Centers for Disease Control and Prevention* (Neil Vora);
 - *Conservation International* (Neil Vora)
 - *Girls United for Human Rights* (Hadiqa Bashir);
 - Governo de Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos (Asma Al Mannaei);
 - Governo da Etiópia (Fitsum Assefa Adela);
 - Governo de Trinidad e Tobago (Donna-Mae Knights);
 - Governo do Reino Unido, Gabinete (David Halpern);
 - *Kyushu University* (Kenichi Tsukahara);
 - *McMaster University*, que abriga o *McMaster Health Forum*, atuando como secretaria para a COVID-END e a Comissão de Evidências (John Lavis e Jenn Verma);
 - *National Council for the Evaluation of Social Development Policy of Mexico*, ou CONEVAL (Gonzalo Hernández Licona);
 - *National COVID-19 Clinical Evidence Taskforce* (Julian Elliott);
 - *National Institute for Health and Care Excellence* (NICE) (Gillian Leng);
 - *Northwestern University* (Larry Hedges);
 - *Omar Niode Foundation* (Amanda Katili Niode);
 - *Ottawa Hospital Research Institute* (Jeremy Grimshaw);
 - Parlamento Australiano (Andrew Leigh);
 - *President's Special Envoy for Climate Change* (Amanda Katili Niode);
 - *Pulse Lab Jakarta, UN Global Pulse Initiative, administrada na Indonésia pelo United Nations Development Programme* (Petarca Karetji);
 - *RTI International* (Petarca Karetji);
 - *Save the Children* (Antaryami Dash);
 - *Scientific Committee on Climate Change, Chile* (Soledad Quiroz Valenzuela);
 - *The Climate Reality Project* (Amanda Katili Niode);
 - *The Education Partnership (TEP) Centre* (Modupe Adefeso-Olateju);
 - *The Red Leaf Groups* (Jinglin He);
 - UNICEF (Antaryami Dash e Kerry Albright);
 - *United Nations Development Programme* (Petarca Karetji);
 - *Universidade of Leeds* (Jan Minx);
 - *University of Ottawa* (Jeremy Grimshaw);
 - *University of Oxford*, sede da *Multidimensional Poverty Peer Network* (Gonzalo Hernández Licona);
 - *Universidad Santo Tomás* (Soledad Quiroz Valenzuela);
 - *Vox Media* (Julia Belluz).
- Participação societária em uma empresa com fins lucrativos:
 - *Australia 200 ETF* (membro da família de Andrew Leigh);

- *Vanguard Ethically Conscious International Shares Index ETF* (membro da família de Andrew Leigh).
- Participação societária em uma entidade constituída sem fins lucrativos:
 - *Behavioural Insights Team* (David Halpern)
 - *Covidence* (Julian Elliott).
- Direitos de propriedade intelectual (p. ex., licenças e patentes) e *royalties*:
 - *Black Inc. Books – royalties* do livro (Andrew Leigh);
 - *MIT Press – royalties* do livro (Andrew Leigh);
 - *Penguin Random House – royalties* do livro (David Halpern);
 - *Polity – royalties* do livro (David Halpern);
 - *Yale Press – royalties* do livro (Andrew Leigh).
- Contratos ou bolsas para projetos realizados:
 - *American Institutes for Research* (Larry Hedges).
- Membro do conselho (ou conselho consultivo) recebendo um adiantamento, honorários ou outra remuneração por seus serviços:
 - *American Institutes for Research* (Larry Hedges);
 - *Campbell Collaboration* (Jeremy Grimshaw).
- Consultor ou conselheiro de longo prazo e/ou em tempo integral recebendo taxas, honorários ou outra remuneração por seus serviços:
 - *United Nations Population Fund* (Jinglin He).
- Consultor ou conselheiro de curto prazo e/ou prazo limitado recebendo taxas, honorários ou outra remuneração por seus serviços (incluindo o reembolso de despesas de viagem):
 - *3ie* (Gonzalo Hernández Licona);
 - *Inter-American Development Bank* (Gonzalo Hernández Licona);
 - *Oxford Poverty and Human Development Initiative* (Gonzalo Hernández Licona);
 - UNICEF (Gonzalo Hernández Licona);
 - *World Health Organization*, sede da secretaria da EVIPNet (John Lavis);
 - *World Bank* (Gonzalo Hernández Licona).
- Taxas, honorários ou outra remuneração por ministrar uma palestra ou pela autoria em um relatório:
 - Não aplicável.
- Participação em reuniões (p. ex., comparecimento, viagem ou refeições) com despesas pagas:
 - *Bill and Melinda Gates Foundation* (Howard White);
 - *Guidelines International Network* (GIN) (Gillian Leng);
 - *William and Flora Hewlett Foundation* (Kerry Albright).
- Voluntário (incluindo membro do conselho) sem receber remuneração por seus serviços:
 - *Cochrane* (Jeremy Grimshaw, John Lavis, Julian Elliott);
 - *Intergovernmental Panel on Climate Change* (Jan Minx).
- Relacionamento com organizações com vínculos financeiros ou outras afiliações (p. ex., sociedade profissional):
 - *Academy of the Social Sciences* na Austrália (Andrew Leigh);
 - *Academy of Social Sciences* no Reino Unido (David Halpern);
 - *Bill and Melinda Gates Foundation* (Steven Kern);
 - *Campbell Climate Solutions Coordinating Group* (Jan Minx);
 - *Campbell do Sul da Ásia* (Howard White);
 - *Campbell do Reino Unido e Irlanda* (Howard White);
 - *Canadian Task Force on Preventive Health Care* (membro da família de Jeremy Grimshaw);
 - *Cochrane Group on Effective Practice and Organisational Change* (Gillian Leng, Jeremy Grimshaw);
 - *Evidence Synthesis International* (Jeremy Grimshaw);

- *Heywood Foundation* (David Halpern);
 - *International Centre for Evaluation and Development* (Howard White);
 - *International Network for Government Science Advice* (INGSA) (Soledad Quiroz Valenzuela);
 - *Royal Society of Medicine* (Sociedade Real de Medicina) (Gillian Leng);
 - *Society for Research on Educational Effectiveness* (Larry Hedges).
-
- Relacionamento com organizações que defendem posições políticas ou no setor de atuação:
 - *Bill and Melinda Gates Foundation* (Steven Kern);
 - *Canadian Organization for Rare Disorders* (Maureen Smith);
 - *Conservation International* (Neil Vora);
 - Governo do Reino Unido, Negócios, Energia e Estratégia Industrial (Gillian Leng);
 - *People's Action for Learning Network* (Modupe Adefeso-Olateju);
 - *The Awakening*, um programa de *IPHC World Missions* (Hadiqa Bashir).

8.6 Conselheiros e outros agradecimentos

Os comissários e a secretaria agradecem os vários conselheiros que contribuíram para a elaboração do relatório, fornecendo *feedback* sobre as seções e ideias de caminhos para influenciar:

- Parceiros da COVID-END (veja a [seção 1.5](#) bem como a [webpage COVID-END partners](#))
- representantes dos financiadores (veja a [seção 8.4](#));
- coorganizadores de uma série de eventos onde as seções e/ou as recomendações da Comissão de Evidências em elaboração foram discutidas, incluindo:
 - “*Cochrane Convenes*”, coorganizado pela Cochrane, COVID-END e pela Organização Mundial da Saúde (OMS);
 - *Engaging Evidence 2021*, coorganizado pelos centros da Cochrane, GIN, GRADE e JBI na Austrália e na Nova Zelândia;
 - *Webinar Bat-Sheva de Rothschild* sobre repensar o caminho desde as evidências à tomada de decisão, coorganizado pelo IS-PEC e pela unidade de Evidências para Políticas e Impacto da OMS;
 - Cúpula Global de Evidências para Políticas, organizada pela Rede de Políticas Informadas por Evidências da OMS;
 - *Evidence for Policymakers 2021*, coorganizado pela Sociedade Fortalecendo e Transferindo Evidências para Políticas e a Universidade de Leiden.

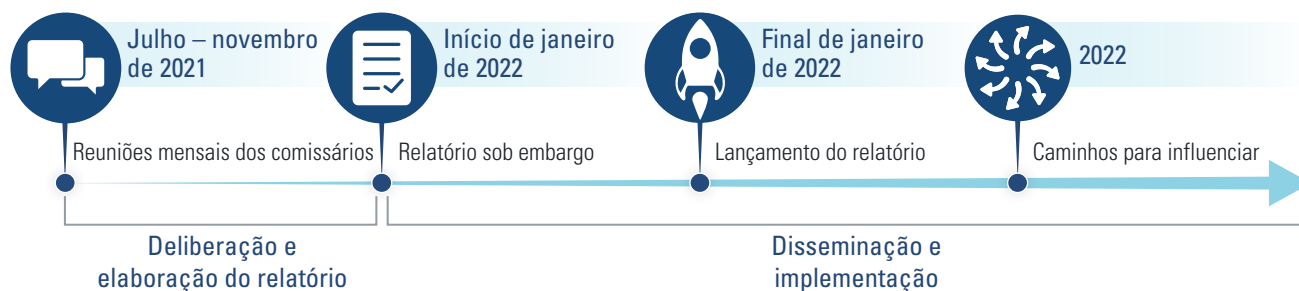
Os comissários e a secretaria também agradecem as seis organizações que apoiaram financeiramente as traduções do relatório da Comissão de Evidências:

<p>Para o árabe, o Centro Conhecimento para Política da Universidade Americana de Beirute, com supervisão de Fadi El-Jardali;</p> 	<p>Para o chinês, o Instituto de Ciência de Dados de Saúde da Universidade de Lanzhou, com supervisão de Yaolong Chen, Xuan Yu e Qi Wang</p> 	<p>Para o francês, o <i>McMaster Health Forum</i>, com supervisão de François-Pierre Gauvin</p> 
<p>Para o português, a Fiocruz Brasília, com supervisão de Jorge Barreto e Kássia Fernandes</p> 	<p>Para o russo, a Academia Médica Russa de Educação Profissional Continuada, onde se localiza a Cochrane Rússia, com supervisão de Liliya Eugenevna Ziganshina, Ekaterina Yudina, e Dilyara Nurkhametova</p> 	<p>Para o espanhol, a Unidade para Evidências e Deliberação para a Tomada de Decisão da Faculdade de Medicina da Universidade de Antioquia (UdeA), com a supervisão de Daniel F. Patiño-Lugo.</p> 

Também agradecemos Hari Patel e seus colaboradores da *Akshari Solutions* por preparar o layout do relatório final em inglês e em seis outros idiomas.

8.7 Linha do tempo

Resumo da linha do tempo



O período de atividade da Comissão de Evidências foi de julho a dezembro de 2021, com pontos de contato opcionais e ocasionais até 2022.

	Marco	Data
Deliberação e elaboração do relatório	Reunião inaugural para: <ul style="list-style-type: none"> estabelecer termos de referência e formalizar o plano de trabalho priorizar tópicos para análises e sínteses de evidências deliberar sobre a primeira rodada de seções (infográficos, tabelas e caixas de texto) e ideias para caminhos para influenciar (conselheiros e eventos) 	Julho de 2021
	Deliberar sobre a segunda rodada de seções	Agosto de 2021
	Deliberar sobre a terceira rodada de seções e sobre o esboço de recomendações	Setembro de 2021
	[Opcional] Comparecer ao <i>Cochrane Convenes</i> e outros eventos para reunir <i>feedback</i> das partes interessadas sobre as principais mensagens	Outubro de 2021
	Deliberar sobre a quarta rodada de seções e sobre as recomendações	Outubro de 2021
	Revisar a penúltima versão do relatório final e finalizar as recomendações	Novembro de 2021
	[Opcional] Comparecer à Cúpula Global de Evidências para Políticas e outros eventos para reunir <i>feedback</i> das partes interessadas sobre as principais mensagens	Novembro de 2021
Publicação	Finalizar o relatório em inglês	Dezembro de 2021
	Publicação do relatório final em sete idiomas (árabe, chinês, inglês, francês, português, russo e espanhol)	Final de janeiro de 2022
Disseminação e implementação	Buscar caminhos para influenciar, como: <ul style="list-style-type: none"> traçar o perfil das principais mensagens durante as reuniões globais (p. ex., G7, G20 e Assembleia Mundial da Saúde) estabelecer contato com grupos que estejam bem posicionados para identificar e apoiar a realização de marcos futuros 	Janeiro – dezembro de 2022
	Relatório sobre os progressos realizados após um e três anos	Janeiro de 2023 e janeiro de 2025



8.8 Anexo da seção 8.1 – Lista de relatórios de comissões globais

Nome da comissão (e relatórios, se houver mais de um)	Ano de publicação	Data de publicação prevista	Número de recomendações
Comissão 3-D: Determinantes de saúde, dados e tomada de decisão (2)	2021		10
Comissão de desenvolvimento sustentável e empresarial			
• Empresas melhores, mundo melhor: O relatório da Comissão de desenvolvimento sustentável e empresarial (3)	2017		9
• Finanças melhores, mundo melhor: Documento de consulta da Força de Trabalho Finanças Mistas (4)	2018		6
• Melhores finanças, melhores alimentos: Investir na nova economia alimentar e de uso da terra (5)	2020		7
• Infra 3.0: Melhores finanças, melhor infraestrutura (6)	2019		4
<i>Champions 12.3</i> (7)	2020		6
Comissão sobre uma estrutura de risco de saúde global para o futuro (8)	2016		26
Comissão da educação (9)	2016*		38
Aliança da alimentação e uso da terra (10)	2019		44
Painel independente de alto nível do G20 sobre o financiamento dos bens comuns globais para preparação e resposta à pandemia (11)	2021		19
Comissão global para a política pós-pandêmica (12)		ne**	0
Comissão global para ação urgente sobre eficiência energética (13)	2020		10
Comissão global de adaptação			
• Adaptação agora: Um apelo global por liderança na resiliência climática (14)	2019		26
• Construindo melhor com base na COVID-19: Acelerando ação sobre adaptação climática (15)	2020		15
Comissão global de políticas sobre drogas			
• Aplicação das leis de drogas: Novo foco nas elites do crime organizado (16)	2020		5
• Classificação de substâncias psicoativas: quando a ciência foi deixada de lado (17)	2019		3
• Regulamentação: o controle responsável das drogas (18)	2018		6
• O problema mundial da percepção da droga: combater preconceitos sobre as pessoas que usam drogas (19)	2017		6
• Avançando a reforma da política de drogas: uma nova abordagem para a descriminalização (20)	2016		5
• Política sobre drogas e governo municipal (21)	2021		4
• Política sobre drogas e privação de liberdade (22)	2019		4
• Política sobre drogas e agenda de desenvolvimento sustentável (23)	2018		1
Comissão global sobre governança da Internet (24)	2016		65
Comissão global sobre a economia e o clima			
• O Imperativo da Infraestrutura Sustentável (25)	2016		12
• Destravando a história de crescimento inclusivo do século 21: acelerando a ação climática em tempos de urgência (26)	2018		72
Comissão global sobre o futuro do trabalho (27)	2019		12
Comissão global sobre a estabilidade do ciberespaço (28)	2019		6
Comissão global para acabar com a pobreza energética (29)	2020		14
Painel consultivo global de evidências em educação (30)	2020*	ne**	10
Força-tarefa de crises de saúde global (31)	2017		48
Painel global de alto nível sobre água e paz (32)	2017		40

Comissão global do oceano (33)	2016		14
Força-tarefa global sobre controle do cólera (34)	2017		17
Global zero (35)	2017		49
Comissão de alto nível sobre emprego em saúde e crescimento econômico (36)	2016		20
Painel de alto nível para uma economia sustentável do oceano (37)	2020		35
Painel de alto nível de <i>experts</i> sobre segurança alimentar e nutrição			
• Promovendo o engajamento e o emprego dos jovens na agricultura e nos sistemas alimentares (38)	2021		40
• Segurança alimentar e nutrição: construindo uma narrativa global para 2030 (39)	2020		62
• Agroecologia e outras abordagens inovadoras para a sustentabilidade da agricultura e dos sistemas alimentares que melhoram a segurança alimentar e nutricional (40)	2019		31
• Parcerias multilaterais (<i>multistakeholder</i>) para financiar e melhorar a segurança alimentar e nutricional no âmbito da Agenda 2030 (41)	2018		23
• Nutrição e sistemas alimentares (42)	2017		37
• Silvicultura sustentável para a segurança alimentar e nutrição (43; 44)	2017		37
• Desenvolvimento agrícola sustentável para a segurança alimentar e nutrição: quais os papéis para a pecuária? (44)	2016		48
Painel de alto nível de <i>experts</i> jurídicos sobre liberdade de imprensa			
• Aconselhamento sobre a promoção de investigações mais eficazes sobre abusos contra jornalistas (45)	2020		7
• Relatório sobre o fornecimento de refúgio seguro aos jornalistas em risco (46)	2020		9
• Uma preocupação urgente: protegendo e promovendo a liberdade de imprensa por meio do fortalecimento do apoio consular a jornalistas em risco (47)	2020		5
• Relatório sobre o uso de sanções específicas para proteger os jornalistas (48)	2020		11
Painel de alto nível sobre o acesso a medicamentos (49)	2017		24
Painel de alto nível sobre a interdependência digital (50)	2019		11
Painel de alto nível sobre financiamento humanitário (51)	2016		15
Painel de alto nível sobre o deslocamento interno (52)	2021		78
Painel de alto nível sobre a responsabilidade financeira internacional, transparência e integridade para alcançar a Agenda 2030 (53)	2021		34
Painel de alto nível sobre o futuro dos bancos multilaterais de desenvolvimento (54)	2016		10
Painel de alto nível sobre a água (55)	2018		31
Painel de alto nível sobre o empoderamento econômico das mulheres			
• Um apelo à ação em prol da igualdade de gênero e do empoderamento econômico das mulheres (56)	2016		23
• Ação para uma mudança transformacional no empoderamento econômico das mulheres (57)	2017		28
Painel independente para a preparação e resposta à pandemia (58)	2021		28
Comissão internacional sobre o futuro da alimentação e da agricultura (59)	2019*	ne**	28
Comissão internacional sobre o futuro da educação (60)	2020*	2021/11	9
Comissão Lancet (OMS-UNICEF-Lancet): um futuro para as crianças do mundo? (61)	2020		10
Comissão Lancet (Guttmacher-Lancet): Acelerar o progresso – saúde e direitos sexuais e reprodutivos para todos (62)	2018		12
Comissão Lancet: COVID-19		2021	0
Comissão Lancet (EAT-Lancet): Alimentação no antropoceno – Dietas saudáveis de sistemas alimentares sustentáveis (63)	2018		5
Comissão Lancet (Lancet-Financial Times): Governando futuros de saúde 2030 – Crescendo em um mundo digital (64)		2021	0
Comissão Lancet: Sistemas de saúde de alta qualidade na era dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Tempo para uma revolução (65)	2018		13

Comissão Lancet (Lancet-Chatham House): Melhorando a saúde da população após a COVID-19 (66)		2022	0
Comissão Lancet (UCL– Lancet): Migração e saúde - A saúde de um mundo em movimento (67)	2018		16
Comissão Lancet: Doenças crônicas não transmissíveis e trauma associados à pobreza - colmatando lacunas na cobertura universal de saúde para o bilhão mais pobre (68)	2020		12
Comissão Lancet: Nosso futuro - Saúde e bem-estar do adolescente (69)	2016		23
Comissão Lancet: Poluição e saúde (70)	2017		15
Comissão Lancet: A síndrome global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas (71)	2019		9
Comissão Lancet: Mulheres e doenças cardiovasculares - Reduzindo a carga global até 2030 (72)	2021		29
Parceria para a sustentabilidade e resiliência dos sistemas de saúde (73)		ne**	0
Reforma para resiliência (74)	2021	2021	11
Comissão independente de alto nível da OMS sobre doenças crônicas não transmissíveis (75)	2019		8

**mais recente*

***ne = não especificado*



8.9 Anexo do apêndice 8.5 – Política de conflito de interesse

A Comissão de Evidências desenvolveu uma política de conflito de interesse que envolveu três elementos:

- preenchimento de um formulário de divulgação pelos comissários e principais funcionários da secretaria;
- rastreamento desses formulários de divulgação por um membro da secretaria (Jennifer Thornhill Verma) usando um modelo de avaliação de risco (e, se surgissem problemas, por um conselheiro à distância);
- comitê composto por dois *experts* em conflito de interesse independentes para analisar quaisquer questões levantadas durante o processo de rastreamento e propor um plano de gestão de risco.

Esse formulário de divulgação, o modelo de avaliação de risco e o processo de gestão de risco foram desenvolvidos sob a orientação de Lisa Bero e informados por pesquisa empírica sobre gestão de conflitos de interesse.(76-78)

O formulário de divulgação seguia o modelo abaixo:

Emprego – descrever o emprego atual (acrescentar mais linhas se mais de um nos últimos cinco anos)

Cargo e nome do empregador

Interesse financeiro – divulgar apoio apenas de entidades que possam ser afetadas financeiramente pelo relatório da Comissão de Evidências; e tendo recebido esse apoio nos cinco anos anteriores ao preenchimento deste formulário (observe que as fontes de financiamento público, como agências governamentais ou instituições acadêmicas, não precisam ser divulgadas)

Tipo de interesse	Fonte de financiamento (p. ex., fundação X)	Período de atividade (p. ex., atual e intervalo de datas)	Natureza da atividade (p. ex., taxa de palestrante, bolsa de projeto) e foco (p. ex., título do relatório ou nome do produto)	Valor do pagamento (em CDN\$)
Propriedade da empresa (p. ex., participação acionária ou opções)				
Direitos de propriedade intelectual (p. ex., licenças e patentes) e royalties				
Adiantamento, honorários de membro do conselho (ou conselho consultivo), etc.				
Contratos ou bolsas para projetos realizados				
Taxas de consultoria ou aconselhamento, honorários, etc.				
Taxas de palestrante ou de autoria, honorários, etc.				
Participação em reuniões (p. ex., comparecimento, viagem ou refeições) com despesas pagas				
Outras práticas privadas ou rendimentos profissionais				
Apoio em espécie				
Membro da família com um dos interesses financeiros acima referidos				

Interesse organizacional – divulgar relações com outras organizações (i.e., que não correspondam aos critérios acima) que tenham um interesse pecuniário ou não pecuniário no relatório da Comissão de Evidências e que foram mantidas nos cinco anos anteriores ao preenchimento deste formulário

Tipo de interesse	Tipo de relação <i>(p. ex., emprego, posição de liderança ou membro)</i>	Descrição
Relacionamento com organizações com vínculos financeiros ou outras afiliações com grupos do setor de atuação que possam se beneficiar ou ser afetados pelo relatório da Comissão de Evidências <i>(p. ex., sociedade profissional)</i>		
Relacionamento com organizações que defendem posições políticas ou no setor de atuação conhecidas		
Membro da família com um dos interesses organizacionais acima referidos		

Outros

Há outros interesses, fatores ou circunstâncias relevantes não abordados acima?	
---	--

Informações adicionais

Há alguma informação adicional que gostaria de fornecer em relação à declaração de interesses acima?	
--	--

O modelo de avaliação de risco envolve a consideração dos seguintes fatores:

- contexto e relevância para o trabalho da Comissão de Evidências;
- natureza da relação (financeira, pessoal, relevância);
- montante (financeiro) da relação;
- duração da relação;
- número de relações (p. ex., laços financeiros com uma única empresa ou muitas empresas);
- tipo de empresa (relevância para o trabalho em questão e se poderia lucrar caso as recomendações fossem favoráveis; risco à reputação);
- pagamentos diretos ou indiretos (p. ex., para pessoas ou instituições);
- nível de controle (p. ex., membro do conselho da empresa *versus* consultor eventual);
- risco de viés (p. ex., na formulação de recomendações).

O plano de gestão de riscos considerou:

- nível de risco (alto, médio ou baixo);
- opções de gestão, que incluíam:
 - estratégias para eliminar conflitos (p. ex., esforço de boa-fé por parte da secretaria para identificar comissários sem conflitos; candidatos em potencial não concordando em se tornar um comissário ou eliminando todos os laços financeiros);
 - estratégias para mitigar conflitos (p. ex., comissários e membros da equipe da secretaria não participando de discussões relacionadas, na elaboração ou revisão de seções ou recomendações, ou na votação ou ratificação de recomendações).

O modelo resultante foi o seguinte:

Nível de risco	Considerações	Exemplos	Gestão
Alto	<ul style="list-style-type: none"> • Relevante, pessoal, financeiro – grande quantidade, longa duração, controle • Muitos relacionamentos • Risco à reputação 	<ul style="list-style-type: none"> • Funcionário da empresa • Consultor a longo prazo • Membro do conselho • Cônjuge é funcionário da empresa • Ligações com empresas sob risco à reputação 	<ul style="list-style-type: none"> • Não participa do comitê • Elimina o conflito de interesse • Não pode ser presidente • Balanço do comitê
Médio	<ul style="list-style-type: none"> • Relevante, pessoal, financeiro – pequena quantidade, curta duração, controle mínimo • Poucos relacionamentos • Risco à reputação 	<ul style="list-style-type: none"> • Consultoria, honorários, viagens • Filho(a) trabalha como auxiliar na empresa • Subsídios da empresa 	<ul style="list-style-type: none"> • Restrições à participação • Não pode ser presidente • Elimina o conflito de interesse • Balanço do comitê
Baixo	<ul style="list-style-type: none"> • Sem relações financeiras pessoais, sem controle 	<ul style="list-style-type: none"> • Subsídio para instituição da empresa • Artigos publicados no <i>The Conversation</i> com o tema relevante • Testemunho perante comitês governamentais 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação plena ou com alguma restrição
Nenhum	<ul style="list-style-type: none"> • Como acima 	<ul style="list-style-type: none"> • Apenas publicações acadêmicas – exemplos de <i>expertise</i>, nenhum conflito de interesses 	

8.10 Referências

1. Commission on Evidence-Based Policymaking. The promise of evidence-based policymaking. Washington: United States Government Printing Office; 2017.
2. 3-D Commission. Data, social determinants, and better decision-making for health: The report of the 3-D Commission. Boston: 3-D Commission; 2021.
3. Oppenheim J, Boyd O, Campbell G, et al. Better business, better world. London: Business and Sustainable Development Commission; 2017.
4. Blended Finance Taskforce. Better finance, better world: Consultation paper of the Blended Finance Taskforce. London: Business and Sustainable Development Commission; 2018.
5. Blended Finance Taskforce. Better finance, better food: Investing in the new food and land use economy. London: Business and Sustainable Development Commission; 2020.
6. Blended Finance Taskforce. Infra 3.0: Better finance, better infrastructure. London: Business and Sustainable Development Commission; 2019.
7. Lipinski B. SDG target 12.3 on food loss and waste: 2021 Progress report. Washington: Champions 12.3; 2021.
8. Commission on a Global Health Risk Framework for the Future. The neglected dimension of global security: A framework to counter infectious disease crises. Washington: National Academy of Sciences; 2016.
9. The Education Commission. The learning generation: Investing in education for a changing world. New York: The International Commission on Financing Global Education Opportunity; 2016.
10. The Food and Land Use Coalition. Growing better: Ten critical transitions to transform food and land use. London: The Food and Land Use Coalition; 2019.
11. G20 High Level Independent Panel on Financing the Global Commons for Pandemic Preparedness and Response. A global deal for our pandemic age. Venice: Financing the Global Commons for Pandemic Preparedness and Response; 2021.
12. Global Commission for Post-Pandemic Policy. Report. Global Commission for Post-Pandemic Policy. <https://globalcommissionforpostpandemicpolicy.org/> (acesso 27 outubro 2021).
13. Global Commission for Urgent Action on Energy Efficiency. Recommendations of the global commissions. Paris: International Energy Agency; 2020.
14. Bapna M, Brandon C, Chan C, et al. Adapt now: A global call for leadership on climate resilience. Rotterdam: Global Commission on Adaptation; 2019.
15. Saghir J, Ijjasz-Vasquez EJ, Schaeffer M, So J, Chen A, Mena Carrasco M. Building forward better from COVID-19: Accelerating action on climate adaptation. State and trends in adaptation report 2020. Rotterdam: Global Center on Adaptation; 2020.
16. Global Commission on Drug Policy. Enforcement of drug laws: Refocusing on organized crime elites. Geneva: Global Commission on Drug Policy; 2020.
17. Global Commission on Drug Policy. Classification of psychoactive substances: When science was left behind. Geneva: Global Commission on Drug Policy; 2019.
18. Global Commission on Drug Policy. Regulation: The responsible control of drugs. Geneva: Global Commission on Drug Policy; 2018.
19. Global Commission on Drug Policy. The world drug perception problem: Countering prejudices about people who use drugs. Geneva: Global Commission on Drug Policy; 2017.
20. Global Commission on Drug Policy. Advancing drug policy reform: A new approach to decriminalization. Geneva: Global Commission on Drug Policy; 2016.
21. Global Commission on Drug Policy. Drug policy and city government. Geneva: Global Commission on Drug Policy; 2021.
22. Global Commission on Drug Policy. Drug policy and deprivation of liberty. Geneva: Global Commission on Drug Policy; 2019.
23. Global Commission on Drug Policy. Drug policy and the sustainable development agenda. Geneva: Global Commission on Drug Policy; 2018.
24. Global Commission on Internet Governance. One internet. Waterloo: Centre for International Governance Innovation; 2016.
25. Global Commission on the Economy and Climate. The sustainable infrastructure imperative. Washington: The New Climate Economy; 2016.
26. Global Commission on the Economy and Climate. Unlocking the inclusive growth story of the 21st century: Accelerating climate action in urgent times. Washington: The New Climate Economy; 2018.
27. Global Commission on the Future of Work. Work for a brighter future. Geneva: International Labour Organization; 2019.
28. Global Commission on the Stability of Cyberspace. Advancing cyberstability. The Hague: The Hague Centre for Strategic Studies; 2019.
29. Global Commission to End Energy Poverty. Electricity access. New York: MIT Energy Initiative; 2020.
30. World Bank. Global education evidence advisory panel. Washington: World Bank; 2021. <https://www.worldbank.org/en/topic/teachingandlearning/brief/global-education-evidence-advisory-panel> (acesso 28 outubro 2021).
31. Global Health Crises Task Force. Report of the Global Health Crises Task Force. New York: United Nations; 2017.

32. Global High-Level Panel on Water and Peace. A matter of survival. Geneva: Swiss Agency for Development and Cooperation; 2017.
33. Global Ocean Commission. The future of our ocean: Next steps and priorities. Oxford: Somerville College; 2016.
34. Global Task Force on Cholera Control. Ending cholera: A global roadmap to 2030. Annecy: Mérieux Foundation; 2017.
35. Global Zero. Global Zero action plan. Paris: Global Zero; 2017. <https://www.globalzero.org/reaching-zero/> (acesso 28 outubro 2021).
36. Horton R, Araujo EC, Bhorat H, et al. Final report of the expert group to the high-level commission on health employment and economic growth. Geneva: World Health Organization; 2016.
37. High Level Panel for Sustainable Ocean Economy. Ocean solutions that benefit people, nature and the economy. Washington: World Resources Institute; 2020.
38. High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. Promoting youth engagement and employment in agriculture and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: Food and Agriculture Organization; 2021.
39. High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. Food security and nutrition: Building a global narrative towards 2030. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: Food and Agriculture Organization; 2020.
40. High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: Food and Agriculture Organization; 2019.
41. High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. Multi-stakeholder partnerships to finance and improve food security and nutrition in the framework of the 2030 agenda. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: Food and Agriculture Organization; 2018.
42. High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: Food and Agriculture Organization; 2017.
43. High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. Sustainable forestry for food security and nutrition. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: Food and Agriculture Organization; 2017.
44. High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. Sustainable agricultural development for food security and nutrition: What roles for livestock? A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: Food and Agriculture Organization; 2016.
45. High Level Panel of Legal Experts on Media Freedom. Advice on promoting more effective investigations into abuses against journalists. London: International Bar Association; 2020.
46. Yeginsu C. Report on providing safe refuge to journalists at risk. High Level Panel of Legal Experts on Media Freedom. London: International Bar Association; 2020.
47. High Level Panel of Legal Experts on Media Freedom. A pressing concern: Protecting and promoting press freedom by strengthening consular support to journalists at risk. London: International Bar Association; 2020.
48. High Level Panel of Legal Experts on Media Freedom. Report on the use of targeted sanctions to protect journalists. London: International Bar Association; 2020.
49. High Level Panel on Access to Medicines. Promoting innovation and access to health technologies. New York: United Nations; 2016.
50. High Level Panel on Digital Interdependence. The age of digital interdependence. New York: United Nations; 2019.
51. High Level Panel on Humanitarian Financing. Too important to fail: Addressing the humanitarian financing gap. Istanbul: ReliefWeb; 2016.
52. High Level Panel on Internal Displacement. Shining a light on internal displacement: A vision for the future. Geneva: United Nations; 2021.
53. High Level Panel on International Financial Accountability TalfAtA. Financial integrity for sustainable development. New York: United Nations; 2021.
54. High Level Panel on the Future of Multilateral Development Banking. Multilateral development banking for this century's development challenges: Five recommendations to shareholders of the old and new multilateral development banks. Washington: Center for Global Development; 2016.
55. High Level Panel on Water. Making every drop count: An agenda for water action. New York: United Nations; 2018.
56. High Level Panel on Women's Economic Empowerment. A call to action for gender equality and women's economic empowerment. Leave no one behind. New York: United Nations; 2016.
57. High Level Panel on Women's Economic Empowerment. Taking action for transformational change on women's economic empowerment. Leave no one behind. New York: United Nations; 2017.
58. The Independent Panel for Pandemic Preparedness and Response. COVID-19: Make it the last pandemic. Geneva: World Health Organization; 2021.
59. International Commission on the Future of Food and Agriculture. Manifesto on food for health: Cultivating biodiversity, cultivating health. New Delhi: Navdanya International; 2019.

60. International Commission on the Futures of Education. Education in a post-COVID world: Nine ideas for public action. Paris: UNESCO; 2020.
61. Clark H, Marie Coll-Seck A, Banerjee A, et al. A future for the world's children? A WHO-UNICEF-Lancet Commission. *The Lancet* 2020; 395: 605–658.
62. Starrs AM, Ezeh AC, Barker G, et al. Accelerate progress – Sexual and reproductive health and rights for all: Report of the Guttmacher–Lancet commission. *The Lancet* 2018; 391(10140): 2642-2692.
63. Willett W, Rockström J, Loken B, et al. Food in the Anthropocene: The EAT–Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. *The Lancet* 2019; 393(10170): 447-492.
64. Kickbusch I, Piselli D, Agrawal A, et al. The Lancet and Financial Times Commission on governing health futures 2030: Growing up in a digital world. *The Lancet* 2021; 398(10312): 1727-1776.
65. Kruk ME, Gage AD, Arsenault C, et al. High-quality health systems in the Sustainable Development Goals era: Time for a revolution. *The Lancet Global Health* 2018; 6(11): 1196-1252.
66. The Lancet-Chatham House Commission. Improving population health post COVID-19. Cambridge: Behaviour Change by Design; 2021. <https://www.healthpostcovid-19.org/> (acesso 29 outubro 2021).
67. Abubakar I, Aldridge RW, Devakumar D, et al. The UCL–Lancet Commission on Migration and Health: The health of a world on the move. *The Lancet* 2018; 392(10164): 2606-2654.
68. Bukhman G, Mocumbi AO, Atun R, et al. The Lancet NCDI Poverty Commission: Bridging a gap in universal health coverage for the poorest billion. *The Lancet* 2020; 396(10256): 991-1044.
69. Patton GC, Sawyer SM, Santelli JS, et al. Our future: A Lancet Commission on adolescent health and wellbeing. *The Lancet* 2016; 287: 2423-2478.
70. Landrigan PJ, Fuller R, Acosta NJR, et al. The Lancet Commission on pollution and health. *The Lancet* 2017; 391(10119): 462-512.
71. Swinburn BA, Kraak VI, Allender S, et al. The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: The Lancet Commission report. *The Lancet* 2019; 393(10173): 791-846.
72. Vogel B, Acevedo M, Appelman Y, et al. The Lancet women and cardiovascular disease commission: Reducing the global burden by 2030. *The Lancet* 2021; 397(10292): 2385-2438.
73. Partnership for Health Sustainability and Resilience. Interim report of the pilot phase. London: The London School of Economics and Political Science; 2021.
74. Reform for Resilience Commission. Research report. London: Reform for Resilience; 2021.
75. World Health Organization. It's time to walk the talk: WHO independent high-level commission on noncommunicable diseases final report. Geneva: World Health Organization; 2019.
76. Boyd EA, Bero LA. Assessing faculty financial relationships with industry: A case study. *Journal of the American Medical Association* 2000; 284(17): 2209-14.
77. Boyd EA, Lipton S, Bero LA. Implementation of financial disclosure policies to manage conflicts of interest. *Health Affairs* 2004; 23(2): 206-14.
78. Boyd EA, Bero LA. Improving the use of research evidence in guideline development: 4. Managing conflicts of interests. *Health Research Policy and Systems* 2006; 4(1): 16.